

A presente obra
foi viabilizada e é
resultado de
esforços
cooperativos e
multidisciplinares
no sentido de
promover a efetiva
geração,
transferência e
circulação de
conhecimento
entre a
Universidade,
organizações,
gestores públicos
e sociedade.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

9



Indústria, inovação e infraestrutura

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Fundect

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino,
Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

UEMS

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PONTA PORÃ

DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO PARA UMA VIDA MELHOR

CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA

CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA

Organizadores:

Eliana Lamberti • Dores Cristina Grechi
Fábio Miguel Gonçalves da Costa
Rosele Marques Vieira • Rosenery Loureiro Lourenço



Eliana Lamberti



Dores Cristina Grechi



Fábio Miguel G. da Costa



Rosele Marques Vieira



Rosenery Loureiro Lourenço



ORGANIZADORES(AS):

ELIANA LAMBERTI

DORES CRISTINA GRECHI

FÁBIO MIGUEL GONÇALVES DA COSTA

ROSELE MARQUES VIEIRA

ROSENERY LOUREIRO LOURENÇO

CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA

1ª Edição

Editora Ipes

2026

EDITORIA IPES

CNPJ: 35.301.671/0001-77

Equipe Editorial:

Albertino Fachin Dias - Presidente do Instituto IPES

Fabricio Antonio Deffacci - Diretor Editorial

Carlos Otávio Zamberlan - Editor Chefe

Helena Pereira - Revisora Editorial

Contato:

WhatsApp: (67) 99179-2965

E-mails: contato@editoraipes.com.br; editoraipes@gmail.com

Endereço: Rua General Câmara, 527, Sala 02, Amambai/MS

Site: <https://editoraipes.com.br/>

Instagram: <https://www.instagram.com/editoraipesoficial/>

Projeto Gráfico:

Editora IPES

© COPYRIGHT DOS AUTORES

Todos os direitos reservados. Qualquer parte dessa obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

Diagramação

Sofia Novais Deffacci

Tuanes Dutra Dias

Arte da Capa

MV Comunicação

Mirela Vitória Novais Deffacci

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ciência, inovação e desenvolvimento regional em
territórios de fronteira [livro eletrônico] /
organização Eliana Lamberti...[et al.]. --
Amambai, MS : Editora Ipes, 2026.
PDF

ISBN 978-65-84067-19-6

1. Ciências sociais 2. Desenvolvimento regional
3. Economia 4. Inovação 5. Políticas públicas
I. Lamberti, Eliana.

26-352851.0

CDD-306.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia criativa : Cultura : Aspectos sociais
306.4

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Assis Tomporoski - Dr. História (UFSC)
Ailton de Souza - Dr. Ciência Política (UNICAMP)
Carlos Buesa Buson - Dr. Comunicação e Educação (UNED/EEES)
Carlos Eduardo França - Dr. Sociologia (UNESP/Marília)
Carlos Otávio Zamberlan - Dr. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Cinval Filho dos Reis - Dr. Educação (UFU)
Cláudia Maria Sonaglio - Dra. Economia Aplicada (UFV)
Dores Cristina Grechi - Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Eliana Lamberti - Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Eliotério Fachin Dias - Dr. Direito (USP)
Elson Luiz de Araujo - Dr. Educação (UNICAMP)
Fabricio Antonio Deffacci - Dr. Ciências Sociais (UNESP)
Fabricio José Missio - Dr. Economia (UFMG)
Francis Régis Barbosa - Dr. Desenvolvimento Regional (UNIOESTE)
Giovane Silveira da Silveira - Dr. Geografia (UFMS)
Herbert Gomes Martins - Dr. Ciências e Engenharia de Produção (UFRJ)
Jandir Ferrera de Lima - Dr. Desenvolvimento Regional (Québec/UQAC)
Jonattan Rodriguez Castelli - Dr. Economia (UFRGS)
José Antônio de Souza - Dr. Letras (UEL)
Leandro Marciano Marra - Dr. Ciência do Solo (UFLA)
Luciléia Aparecida Colombo - Dra. Ciência Política (UFSCar)
Marcelo Fetz de Almeida - Dr. Sociologia (UNICAMP)
Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues - Dra. História Social (USP)
Moisés Centenaro - Dr. Administração (UNISINOS)
Omar Jorge Sabbag - Dr. Geografia (UNESP)
Oz Solon Chovghi Iazdi - Dr. Ciências Econômicas (UNICAMP)
Paulo Fernando Jurado da Silva - Dr. Geografia (UNESP)
Pery Francisco Assis Shikida - Dr. Economia Aplicada (ESALQ/USP)
Rafael Fernando Hack - Dr. Filosofia (UFSCar)
Rosele Marques Vieira - Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Rosenery Loureiro Lourenço - Dra. Ciências Contábeis (UFRJ)
Victor Azambuja Gama - Dr. Economia Aplicada (ESALQ/USP)

PREFÁCIO

Escrever o prefácio de uma obra como esta é, antes de tudo, um gesto de reconhecimento. Reconhecimento da riqueza intelectual aqui reunida, mas também da força dos territórios que inspiram estas reflexões. Mato Grosso do Sul, especialmente sua região de fronteira, é um espaço onde a vida cotidiana desafia constantemente as fronteiras formais dos mapas e das instituições. Quem vive ou trabalha neste território sabe que a fronteira não é apenas uma linha política entre países; ela é, sobretudo, um espaço de encontro.

Entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, entre o português, o espanhol e o guarani, entre tradições, economias e identidades diversas, constrói-se diariamente uma realidade singular. Trata-se de um lugar onde culturas se misturam, relações sociais atravessam limites nacionais e a criatividade emerge, muitas vezes, como resposta às próprias condições da vida fronteiriça. Essa complexidade territorial, social e cultural aparece de maneira sensível e rigorosa nos capítulos que compõem este livro.

A obra reúne reflexões que dialogam diretamente com alguns dos temas mais relevantes para o desenvolvimento contemporâneo: economia criativa, políticas públicas, governança intersetorial, inovação e transferência de tecnologia. Ao fazê-lo, oferece ao leitor um olhar profundamente enraizado na realidade regional, sem perder de vista os grandes debates teóricos que orientam as discussões sobre desenvolvimento, território e inovação.

O estudo sobre a iniciativa Fronteira Criativa, por exemplo, revela algo que aqueles que conhecem a região já intuem: cultura, empreendedorismo popular e redes

comunitárias podem se transformar em motores concretos de desenvolvimento local. Ao apresentar dados e análises sobre os impactos econômicos e sociais dessa política pública, os autores demonstram que criatividade e identidade territorial não são apenas expressões simbólicas, mas também recursos capazes de dinamizar economias locais e fortalecer comunidades.

Da mesma forma, os capítulos que tratam da transferência de tecnologia e do papel das universidades no ecossistema de inovação evidenciam a importância crescente da articulação entre conhecimento científico, políticas públicas e setor produtivo. Em um estado como Mato Grosso do Sul, reconhecido por sua base agroindustrial, pela riqueza ambiental ímpar e pela grandiosidade do Pantanal, onde também se colocam importantes desafios para o desenvolvimento regional, fortalecer essas conexões é fundamental para transformar conhecimento em soluções concretas para a sociedade.

Mais do que um conjunto de estudos acadêmicos, esta obra carrega algo muito próprio das regiões de fronteira: a consciência de que o desenvolvimento não nasce apenas de grandes centros ou de modelos importados. Muitas vezes, ele surge justamente em territórios considerados periféricos, nos quais a criatividade cotidiana, a diversidade cultural e a cooperação entre pessoas e instituições produzem caminhos originais para enfrentar desafios complexos.

Por isso, este livro possui também um valor simbólico importante. Ele demonstra que Mato Grosso do Sul, e especialmente sua região de fronteira, não é apenas objeto de estudo, mas também espaço de produção de conhecimento qualificado, reflexão crítica e proposição de novas perspectivas para o desenvolvimento regional.

Nos últimos anos, tive a oportunidade de percorrer diferentes territórios de Mato Grosso do Sul em iniciativas

voltadas à inovação e ao desenvolvimento regional. Em uma dessas ocasiões, durante a Expedição Pantanal Tech, navegando pelo rio Paraguai, na região de Corumbá, na fronteira entre Brasil e Bolívia, ouvi uma frase simples, mas profundamente marcante. Uma empreendedora local, ao falar sobre sua relação com o território pantaneiro e com as oportunidades que ali surgem, disse: “Só se ama o que se conhece.”

A força dessa expressão permanece comigo desde então. Ela sintetiza algo essencial para quem se dedica a compreender e transformar os lugares em que vivemos: conhecer é o primeiro passo para reconhecer valor, construir pertencimento e, conseqüentemente, cuidar e desenvolver aquilo que nos cerca. É justamente esse movimento que esta obra propõe.

Assim, inspirado por aquela frase simples e potente ouvida às margens do rio Paraguai, convido o leitor a percorrer as páginas que seguem com curiosidade e abertura. Conhecer as ideias, os dados, as experiências e as reflexões aqui apresentadas, especialmente aquelas que emergem da realidade da fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, território central para os estudos reunidos nesta obra, é também uma forma de fortalecer nosso vínculo com essa região singular e com as pessoas que a constroem diariamente.

Que a leitura desta obra seja como percorrer a Avenida Internacional entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero e nos permita conhecer mais e, por isso mesmo, amar ainda mais os caminhos do conhecimento, da inovação e do desenvolvimento que nascem desta terra de fronteiras, oportunidades, convergência e inovação.

Fabio dos Santos Barros

Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica da
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), através de seus docentes e servidores técnicos, tem por meio da interiorização do ensino, da pesquisa e da extensão contribuído para o desenvolvimento regional. Neste sentido, a política de internacionalização da UEMS também enriquece a formação de capital humano e intelectual, além de promover a expansão de habilidades e competências no contexto global. As parcerias com outras Instituições de Ensino Superior (IES) e o fomento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) fortalecem a importância estratégica da Universidade.

É neste contexto que a presente obra foi viabilizada e é resultado de esforços cooperativos e multidisciplinares no sentido de promover a efetiva geração, transferência e circulação de conhecimento entre a Universidade, organizações, gestores públicos e sociedade.

As próximas páginas reúnem textos que expressam a produção científica e tecnológica e materializam contribuições para o desenvolvimento fronteiriço. O primeiro capítulo apresenta a rica experiência cultural que tem transformado a realidade fronteiriça. A criatividade e interculturalidade inspiram a Feira Criativa que tem se consolidado como instrumento de fortalecimento da identidade regional fronteiriça.

O segundo capítulo nos convida a mergulhar na temática da transferência de tecnologia a partir de uma pesquisa aplicada junto aos docentes e pesquisadores de duas IES federais. Inovação, sinergia e teoria comportamental alinhavam o ambiente colaborativo universitário.

No embalo desta temática, o terceiro capítulo contém as reflexões proporcionadas pela iniciação científica no âmbito do curso de Direito em conexão com as discussões promovidas no âmbito do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). As implicações e evolução institucionais normativas se somam à experiência de vários ambientes de inovação e tecnologia para contribuir propositivamente com o Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã (PTIN).

O quarto capítulo apresenta também o resultado da imersão na iniciação científica com foco na análise da formação dos bacharéis em ciências contábeis. As autoras partem das normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) para avaliar os desafios e paradigmas na formação universitária no contexto regional. As análises ponderam as temáticas abordadas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o perfil dos egressos.

O capítulo seguinte aborda o tema da cultura organizacional de empresas multinacionais e motivações ideológicas que definem estratégias de poder. O texto produzido é resultado das reflexões fomentadas no âmbito do PPGDRS e fornece análises críticas e construtivas para se (re) pensar a lógica empresarial.

O sexto capítulo aborda a temática do Turismo e Hospitalidade a partir das comunidades tradicionais. A autoria do texto reflete a conexão possibilitada pela experiência de internacionalização acadêmica e a produção conjunta com pesquisador do México. A abordagem do sistema turístico é aprofundada pela perspectiva da ancestralidade, gastronomia, artesanato e diferentes modos de vida e saberes das comunidades tradicionais da América Latina e Central.

O sétimo capítulo compartilha os resultados da pesquisa também realizada no âmbito do PPGDRS. A importância dos

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é discutida a partir do ODS 3 que estabelece parâmetros para a sustentabilidade da saúde e do bem estar. A abordagem empírica está delimitada às especificidades e desafios do território fronteiriço de Ponta Porã e ao índice de desenvolvimento sustentável dos municípios (IDSC).

Neste mesmo território está centrado o objeto do penúltimo capítulo que é fruto de uma trajetória de iniciação científica que se materializou no Trabalho de Conclusão de Curso. O texto apresenta a importância do conhecimento gerado nas dissertações do PPGDRS e que se desdobram em contribuições propositivas para que Ponta Porã se constitua em um território inteligente.

Para coroar o encerramento da obra, o último capítulo compartilha as premissas da solidariedade e cooperação, fundamentos da política extensionista da UEMS. Através da análise da dinâmica da economia solidária e do cooperativismo, o texto comprova a capacidade transformadora da conexão Universidade-Sociedade em prol do desenvolvimento sustentável.

Portanto, este livro é um produto do ambiente sinérgico de cocriação da fronteira sul-matogrossense.

Agradecemos o apoio financeiro da Fundect, a parceria estratégica da Prefeitura de Ponta Porã e o diálogo com os autores cuja confiança nos honrou.

SUMÁRIO

1. FRONTEIRA CRIATIVA: INTERSETORIALIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA CONURBAÇÃO BRASIL-PARAGUAI..13

João Evanio Borba Caetano

Paula Alesxandra Consalter Campos

2. PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA: EVIDÊNCIAS DA HÉLICE TRÍPLICE EM MATO GROSSO DO SUL.....44

Gabriela Vitoria da Silva Ambrosio

Luan Carlos Santos Silva

3. OS INCENTIVOS JURÍDICOS E OS DESAFIOS PARA A INOVAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O PARQUE TECNOLÓGICO INTERNACIONAL DE PONTA PORÃ (PTIN)/MS.....73

Mateus Maciel Ribas

Eliana Lamberti

Claudemira Tereza Assunção

4. FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EVIDÊNCIAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....107

Luana Suely Dias Ferreira

Rosenery Loureiro Lourenço

5. A CULTURA ORGANIZACIONAL COMO MECANISMO IDEOLÓGICO: MULTINACIONAIS E DOMINAÇÃO SOB A PERSPECTIVA CRÍTICA.....144

Claudemira Tereza Assunção

Iasmin Dariz Cunha

Rosenery Loureiro Lourenço

6. TURISMO E HOSPITALIDADE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS A PARTIR DA UN TOURISM E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS.....171

Bianca Barbosa

Dores Cristina Grechi

Marcelino Castillo Nechar

7. SAÚDE E O TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ/MS: REFLEXÕES A PARTIR DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) 3.....208

Bruna Pereira Alves Da Silva

Eliana Lamberti

8. PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA CIDADE INTELIGENTE.....240

Damaris Quiñonez de Souza

Eliana Lamberti

Fábio Miguel Gonçalves da Costa

Ana Carolina Vieira

9. DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA AOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: UMA ANÁLISE DA INCUBADORA ELOS- UEMS.....274

Marcia Dantas

Rosele Marques Vieira

ÍNDICE REMISSIVO.....311

SOBRE OS/AS AUTORES/AS.....314

CAPÍTULO 1

FRONTEIRA CRIATIVA:

INTERSETORIALIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA CONURBAÇÃO BRASIL-PARAGUAI

JOÃO EVANIO BORBA CAETANO
PAULA ALEXSANDRA CONSALTER CAMPOS

Introdução

A região de fronteira entre Ponta Porã (Brasil) - Pedro Juan Caballero (Paraguai) constitui um dos espaços socioeconômicos mais singulares das fronteiras brasileiras. Localizada no coração da América do Sul, essa conurbação forma um centro urbano integrado com mais de 215 mil habitantes¹ e apresenta dinâmicas econômicas e culturais fortemente marcadas pela circulação histórica de pessoas, mercadorias e capitais. A sobreposição de práticas formais e informais, a diversidade multicultural e os arranjos produtivos

¹ A estimativa de população leva em consideração dados do IBGE (2023), somados aos dados da INE (2023).

transnacionais conferem ao território características híbridas que tencionam, desafiam e potencializam estratégias de desenvolvimento local.

A interpretação desse contexto exige referenciais teóricos capazes de articular espaço, cultura e economia. A perspectiva de Milton Santos (2006), ao conceber o território como construção dinâmica e relacional, ilumina a fronteira como espaço onde múltiplas racionalidades se entrecruzam e produzem circuitos econômicos superiores e inferiores. No campo urbano e econômico, as contribuições de Jacobs (1969) e Florida (2002) sobre diversidade, densidade social e criatividade ajudam a compreender como dinâmicas culturais se convertem em valor econômico. A tradição latino-americana, especialmente Celso Furtado (1978), acrescenta a centralidade da imaginação criadora como fundamento do desenvolvimento endógeno, aspecto particularmente relevante em regiões periféricas e multiculturais.

Nesse cenário, a Prefeitura de Ponta Porã criou, em 2023, a Fronteira Criativa, uma feira empreendedora e cultural concebida como política pública intersetorial voltada à dinamização econômica, ao fortalecimento das cadeias criativas e à valorização da identidade territorial. Sua estrutura de gestão baseada em monitoramento contínuo, produção sistemática de dados e articulação entre múltiplos setores aproxima a iniciativa de modelos contemporâneos de governança pública orientada por evidências.

A relevância deste estudo decorre de duas lacunas principais: (a) a escassez de pesquisas empíricas sobre políticas públicas culturais em territórios transfronteiriços; e (b) a necessidade de compreender como economias criativas podem gerar impacto econômico e fortalecimento comunitário em

idades periféricas do Sul Global. Assim, o problema que orienta esta pesquisa pode ser sintetizado da seguinte forma: como uma política pública cultural intersetorial produz efeitos econômicos, socioculturais e territoriais em uma fronteira urbana transnacional?

Para responder a essa questão, o objetivo central do artigo é analisar a Fronteira Criativa como estratégia intersetorial de desenvolvimento local, articulando suas práticas às teorias de território, economia criativa e governança pública. Especificamente, busca-se: (a) caracterizar o contexto histórico e geoeconômico da conurbação; (b) apresentar os indicadores econômicos e socioculturais da feira; (c) discutir sua estrutura de governança e intersetorialidade; e (d) interpretar seus resultados à luz das externalidades territoriais e dos referenciais teóricos utilizados.

A análise dos dados produzidos entre 2023 e 2025, que incluem impacto econômico superior a um milhão de reais, crescimento progressivo da média anual de vendas e participação de mais de 2.100 empreendedores, reforça a pertinência da iniciativa como modelo contemporâneo de política cultural para territórios de fronteira.

Referencial Teórico

Território, fronteira e identidades transnacionais

A compreensão do território como categoria de análise central para interpretar processos sociopolíticos e econômicos exige muito mais do que uma descrição espacial. Tal abordagem demanda a percepção de suas dinâmicas internas, de seus usos diferenciados e das múltiplas racionalidades que o atravessam.

Entre os autores que mais contribuíram para essa leitura ampliada do território está Milton Santos, cuja obra desloca o conceito para uma perspectiva operativa e dialética.

Para Santos (2006), o território não é simplesmente o espaço físico delimitado pelo Estado, mas “o chão mais a identidade”, isto é, um conjunto de sistemas, objetos, ações e intencionalidades que se articulam num movimento contínuo entre o passado e o presente, entre forças locais e globais, entre a norma e o uso. “O território é resultado de uma acumulação de tempos, podendo revelar a simultaneidade de diferentes fases do processo histórico, elementos de idades diversas, em diferentes níveis de atividade” (Santos, 2006, p. 13).

O território é, portanto, uma instância viva, histórica e permanentemente disputada. Ele comporta camadas de temporalidades, tecnologias e poderes que se entrelaçam e definem não apenas a morfologia do espaço, mas também os modos de vida, de trabalho e de circulação de pessoas.

Na visão de Santos (2006), o território é composto por uma relação indissociável entre sistemas de objetos (infraestruturas, construções materiais, equipamentos, vias, formas tecnológicas) e sistemas de ações (práticas socioeconômicas, usos cotidianos, interesses políticos, fluxos comerciais, decisões institucionais). Essa articulação produz o que o autor denomina de meio técnico- científico-informacional, uma configuração espacial que revela as formas como o Estado, o capital e as populações organizam e reorganizam suas práticas. Em contextos urbanos periféricos e fronteiriços, como o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, essa dialética é ainda mais evidente: coexistem racionalidades distintas, que vão desde circuitos globais de comércio até formas tradicionais e comunitárias de sociabilidade e trabalho,

configurando um espaço fragmentado, híbrido e, ao mesmo tempo, profundamente articulado.

Ainda conforme Santos (2006), essa coexistência de racionalidades dá origem ao que ele chama de circuito superior e circuito inferior da economia urbana. O circuito superior é composto por atividades formais, globalizadas e fortemente dependentes de tecnologias avançadas, enquanto o circuito inferior abrange atividades populares, informais, criativas e ancoradas em redes sociais locais.

Nas regiões de fronteira, esses dois circuitos se entrecruzam com intensidade, produzindo uma economia híbrida, onde práticas transnacionais, comércio ambulante, microempreendimentos, artesanato e serviços coexistem com grandes fluxos financeiros, trânsito de mercadorias e atores institucionais de distintos níveis. Assim, a fronteira torna-se um laboratório privilegiado da economia urbana brasileira: um espaço onde o global e o local se encontram, se chocam e se reinventam.

Ao tratar especificamente das fronteiras, optou-se por fundamentar a análise em autores locais e regionais como Tito Carlos Machado de Oliveira (2005), Marcos Mondardo (2012) e Jones Dari Goettert (2016), professores vinculados à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), cuja produção acadêmica emerge do próprio território fronteiriço e dialoga diretamente com suas dinâmicas sociopolíticas. Suas contribuições aprofundam a compreensão do território como espaço relacional, vivido e politicamente constituído, oferecendo chaves teóricas indispensáveis para interpretar, de dentro da própria fronteira, os processos que estruturam a região em estudo.

Para Oliveira (2005), por exemplo, a fronteira deve ser compreendida não como um limite rígido, mas como uma zona de contato, lugar de interação, conflito e cooperação entre diferentes sistemas econômicos, jurídicos e culturais. Ele reforça que as fronteiras contemporâneas são marcadas pela simultaneidade de movimentos: fechamento institucional, seletividade estatal, mas também abertura social e econômica. Em outras palavras, a fronteira é um espaço de fluxos controlados, mas intensos, e a vida que ali se desenrola é sempre mediada por esse movimento duplo entre contenção e circulação.

Mondardo (2012), por sua vez, aprofunda a discussão ao afirmar que as cidades-gêmeas como Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, conformam territorialidades interdependentes, caracterizadas por “cotidianos transnacionais”. Para ele, a linha que separa os países não funciona como barreira efetiva para as práticas sociais: famílias, trabalhadores, consumidores e empreendedores articulam suas vidas numa lógica que ignora a delimitação político-jurídica. A fronteira, nesse sentido, não deve ser entendida apenas como um espaço de vigilância e controle, mas como um ambiente de intensa produção cultural, econômica e identitária. Mondardo destaca ainda que as políticas públicas, para serem eficazes, precisam reconhecer essa especificidade: agir na fronteira significa operar num território onde as escalas municipal, estadual, nacional e internacional se sobrepõem continuamente.

Complementando essa leitura, Goetttert (2016) enfatiza as fronteiras como espaços de performatividade econômica, onde agentes locais e transnacionais constroem estratégias de sobrevivência, empreendedorismo e circulação de sentidos culturais. Em suas análises sobre práticas

territoriais na linha internacional entre Brasil e Paraguai, o autor argumenta que a fronteira é uma “máquina de produção de diferenças”, mas também uma “máquina de geração de convergências”, operando como espaço-limite e como espaço-ponte ao mesmo tempo.

Nesse duplo funcionamento, emergem oportunidades específicas para economia criativa, inovação comunitária e circulação simbólica. Goetttert (2016) também destaca que as cidades fronteiriças tendem a desenvolver ecossistemas socioculturais próprios, marcados por linguagens híbridas, redes familiares transnacionais e práticas cotidianas que borram as fronteiras entre o que é nacional e o que é estrangeiro.

Dinâmicas por natureza, as relações estabelecidas em uma zona de limites internacionais como no contínuo urbano entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero articulam-se em diferentes graus de integração às transformações locais, nacionais e globais. Podem, assim, ser compreendidas como expressões de uma “fronteira viva”, na qual “a densidade demográfica tem papel importante e a estrutura social que a define apresenta-se de forma complexa, muito embora não haja nenhum constrangimento nas relações de troca em se tratando de nações diferentes” (Lamberti, 2006, p. 31).

Também é relevante destacar que além de sua dimensão econômica e territorial, essa fronteira é marcada pela formação de identidades transnacionais, resultado da circulação constante de pessoas, símbolos, linguagens e mercadorias. Autores como Néstor García Canclini (1995) e Gloria Anzaldúa (1987) argumentam que fronteiras são lugares de hibridez cultural, onde identidades são construídas no entre-lugar, em espaços de negociação permanente entre tradições distintas.

Já Michael Kearney (1991) e Homi Bhabha (1998) reforçam essa perspectiva ao defender que fronteiras produzem subjetividades híbridas, desterritorializadas e reterritorializadas conforme as práticas sociais, econômicas e linguísticas que ali se desenvolvem. No caso das cidades-gêmeas, Mondardo (2012), Goetttert (2016) e Oliveira (2005), convergem na ideia de que, essa dinâmica se manifesta de forma intensa: línguas se misturam, redes familiares se estendem além das fronteiras nacionais, e práticas culturais transnacionais tornam-se parte do cotidiano. Assim, a fronteira deixa de ser mera marca geopolítica para se constituir como território identitário próprio, onde criatividade, diversidade cultural e mobilidade se transformam em recursos sociais e econômicos de alto valor.

Portanto, ao aproximarmos as contribuições de Milton Santos às análises de Oliveira (2005), Mondardo (2012) e Goetttert (2016), e às teorias de identidades transnacionais de Canclini (1995), Anzaldúa (1987), Kearney (1991) e Bhabha (1998), torna-se evidente que a fronteira Ponta Porã-Pedro Juan Caballero é um espaço profundamente complexo, multifacetado e fértil para políticas públicas orientadas pela cultura, pela criatividade e pela economia popular.

Inserida nessa “fronteira viva”, a Fronteira Criativa não apenas responde às potencialidades existentes, mas também se beneficia delas: a diversidade cultural, a circulação transnacional e o entrelaçamento entre circuitos econômicos criam condições ideais para iniciativas de economia criativa, inovação comunitária e governança intersetorial. Assim, compreender a fronteira como território relacional é fundamental para situar a feira como política pública coerente com as dinâmicas socioculturais e econômicas que estruturam a vida local.

Economia criativa e desenvolvimento local

A economia criativa consolidou-se, a partir dos anos 1990 e especialmente nas duas primeiras décadas do século XXI, como um campo analítico e estratégico para compreender novas formas de geração de valor econômico baseadas em conhecimento, cultura e inovação. Seu desenvolvimento conceitual foi impulsionado por políticas públicas e estudos produzidos inicialmente no Reino Unido, Austrália e Estados Unidos, que passaram a reconhecer os setores culturais e criativos como vetores de desenvolvimento, competitividade e revitalização urbana.

No Brasil, essa agenda ganhou força a partir dos anos 2000, com a incorporação do tema em instituições como Ministério da Cultura (MinC), UNESCO e Sistema S, enfatizando a relevância da cultura, do patrimônio e do empreendedorismo para realidades locais. Em territórios de fronteira, marcados por intensas trocas simbólicas, diversidade cultural, presença expressiva de microempreendedores e formas híbridas de urbanidade, a economia criativa torna-se uma chave interpretativa particularmente fecunda. É nesse sentido que o contexto Ponta Porã-Pedro Juan Caballero se insere: um espaço onde práticas culturais, circulação de saberes, micronegócios e identidades transfronteiriças configuram um ambiente propício para compreender e potencializar dinâmicas criativas como parte do desenvolvimento regional.

Inicialmente sistematizado por John Howkins (2001), o conceito de Economia Criativa (Creative Economy) refere-se a atividades econômicas que têm na criatividade, no conhecimento e na produção simbólica seus principais insumos. Trata-se de um modelo econômico que valoriza o intangível, privilegia o talento, a experimentação e a inovação, e se

estrutura em torno de cadeias produtivas que envolvem artes, cultura, design, mídia, tecnologia, gastronomia, moda e expressões híbridas.

No campo das políticas públicas e das cidades, autores como Reis (2008) enfatizam que a economia criativa se torna vetor de desenvolvimento local quando enraizada nas especificidades culturais de um território, quando articulada a redes cooperativas e quando sustentada por governança intersetorial.

Ainda segundo Reis (2008), a criatividade não é apenas recurso estético ou simbólico, mas ativo econômico capaz de dinamizar pequenas economias urbanas, gerar renda, fortalecer microempreendedores e ampliar a capacidade de diferenciação territorial. No Brasil, onde grande parte da economia cultural é composta por arranjos produtivos informais e redes de produção popular, essa perspectiva ganha ainda mais força.

A literatura internacional sobre cidades criativas também contribui para essa discussão. Richard Florida (2002) argumenta que a presença de diversidade social, densidade cultural e capital humano qualificado estimula dinâmicas de inovação que transformam a economia urbana. Embora parte de sua teoria tenha sido criticada por aplicabilidade limitada no Sul Global, seus argumentos sobre a relação entre criatividade, talento e dinamismo urbano ajudam a compreender como ecossistemas culturais fortalecidos podem impulsionar a economia local. Da mesma forma, Charles Landry (2000) defende que cidades que investem em criatividade — não apenas artística, mas institucional e comunitária — tornam-se mais resilientes, inovadoras e capazes de responder a desafios complexos.

In today's economy, creativity has come to be the most highly prized commodity. Creativity the ability to generate new ideas, new forms, new approaches is increasingly central to the way value is created. It is no longer confined to the realms of art or science, but permeates every sector of economic life. Regions that succeed in attracting, mobilizing, and nurturing creative people are the ones that are experiencing sustained economic growth. This creative force is reshaping the geography of work and the foundations of the urban economy. (FLORIDA, 2002, p. 21).

No pensamento latino-americano, as contribuições de Celso Furtado (1978) são particularmente relevantes. Em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, Furtado afirma que o desenvolvimento só se sustenta quando uma sociedade é capaz de criar bens culturais próprios, rompendo com processos de dependência estrutural.

Para Furtado (1978), a criatividade constitui força produtiva essencial, pois amplia as capacidades endógenas, gera autonomia simbólica e contribui para a construção de identidades coletivas. Essa visão coloca a cultura e a criatividade no centro da estratégia de desenvolvimento, especialmente em contextos periféricos ou fronteiriços, onde a diversidade cultural e a circulação transnacional podem ser convertidas em valor econômico.

Além disso, perspectivas de desenvolvimento local – como as de Boisier (1996) e Albagli (2002) – reforçam que o dinamismo econômico depende da articulação entre capital social, cooperação institucional e valorização de recursos territoriais. Em territórios fronteiriços, onde a economia popular e a economia global convivem cotidianamente, a criatividade surge como mecanismo de articulação entre diferentes circuitos econômicos, aproximando

o circuito inferior (informalidade criativa, artesanato, microempreendimentos) e o circuito superior (políticas públicas, redes institucionais, turismo, fluxos comerciais estruturados).

No caso da fronteira Brasil-Paraguai, a economia criativa encontra terreno fértil na combinação entre diversidade cultural, repertórios híbridos e circulação de saberes oriundos de distintas tradições: música fronteiriça, artesanato local, gastronomia mestiça, design experimental, moda autoral, economia popular e produções artísticas que misturam idiomas, ritmos e estéticas. Esses elementos podem ser compreendidos como ativos territoriais, componentes estruturais da competitividade local e instrumentos para reposicionar a cidade na região.

Dentro desse marco teórico, iniciativas como a Fronteira Criativa assumem papel estratégico na economia contemporânea: funcionam como plataforma de visibilidade, densidade e circulação econômica para empreendedores criativos; fortalecem redes sociais; ampliam a renda de microempreendedores; e geram efeitos multiplicadores sobre setores complementares, como turismo, gastronomia, comércio e serviços. A feira, ao ativar e conectar recursos culturais existentes, converte criatividade em desenvolvimento, articulando práticas econômicas emergentes com a lógica territorial da fronteira.

Assim, a economia criativa, interpretada sob a luz de autores clássicos Howkins (2001) e UNESCO (2013), além de latino-americanos como Fonseca Reis (2008) Furtado (1978) e integrada às teorias de desenvolvimento local de Boisier (1996) e Albagli (2002), revela-se uma abordagem adequada para analisar políticas públicas que buscam potencializar identidades territoriais, dinamizar microeconomias urbanas e promover governança colaborativa em contextos fronteiriços.

Intersectorialidade e governança pública contemporânea

A intersectorialidade consolidou-se, a partir dos anos 1980 e com maior sistematização nas décadas de 1990 e 2000, como um dos principais referenciais para o desenho e a gestão de políticas públicas voltadas ao enfrentamento de problemas complexos e multifatoriais. Sua emergência decorre do reconhecimento de que modelos burocráticos verticalizados, característicos do Estado desenvolvimentista e das administrações setoriais clássicas, mostraram-se insuficientes para lidar com demandas sociais que atravessam simultaneamente as áreas de saúde, educação, assistência social, segurança, trabalho, cultura e desenvolvimento urbano. Nesse contexto, a intersectorialidade passa a ser compreendida como uma estratégia de coordenação institucional que busca integrar saberes, recursos, fluxos de informação e capacidades organizacionais, ampliando a efetividade das intervenções públicas, fortalecendo a racionalidade administrativa e aprimorando a capacidade do Estado de produzir respostas articuladas e territorialmente sensíveis.

Conforme argumenta Inojosa (2001), a intersectorialidade consiste na articulação planejada entre setores, instituições e atores diversos que, ao compartilharem objetivos, recursos e instrumentos, superam a fragmentação histórica que marca a administração pública brasileira. Essa abordagem se baseia na premissa de que problemas sociais, econômicos e culturais são multidimensionais e, portanto, não podem ser enfrentados por estruturas institucionais compartimentadas.

Segundo Junqueira (1998), políticas públicas intersectoriais nascem da necessidade de romper com o paradigma da setorialização, característica dos modelos tradicionais de gestão. Para ela, a intersectorialidade exige processos

colaborativos em que os setores envolvidos discursam entre si, reorientam prioridades e integram suas práticas, evitando duplicidade de esforços e ampliando a capacidade estatal de produzir resultados concretos. Na mesma perspectiva, Costa e Bronzo (2012) destacam que a intersetorialidade deve ser compreendida como estratégia de governança: um modo de coordenação interorganizacional que potencializa sinergias, qualifica decisões e amplia o alcance das políticas.

A literatura internacional sobre governança pública contemporânea contribui para aprofundar essa perspectiva. Jan Kooiman (2003) argumenta que, no cenário atual, o Estado não governa sozinho, mas governa em rede, por meio de interações dinâmicas entre governo, sociedade civil, mercado e atores comunitários. Sua noção de governance enfatiza a pluralidade de centros decisórios e a necessidade de processos contínuos de coordenação, negociação e aprendizado. Para Jon Pierre (2011), a governança urbana caracteriza-se pela descentralização, pela multiplicidade de atores e pela utilização de instrumentos regulatórios mais flexíveis. Já autores como Osborne (2006) defendem modelos de governança pública pós-burocrática, orientados por desempenho, evidências e soluções colaborativas.

Essas abordagens convergem ao reconhecer que a efetividade das políticas públicas depende, cada vez mais, da capacidade de articular diferentes setores e escalas de governo. Em contextos fronteiriços, essa necessidade torna-se ainda mais evidente. Como discutem Oliveira (2005), Mondardo (2012) e Goetttert (2016), as fronteiras, especialmente as cidades-gêmeas, são espaços onde múltiplos ordenamentos jurídicos, econômicos e culturais se sobrepõem, produzindo o que podemos chamar de governança multinível.

A gestão pública nesses territórios enfrenta desafios particulares, tais como: circulação transnacional de pessoas; sobreposição de políticas brasileiras e paraguaias; convivência entre economia formal e informal; e grande diversidade sociocultural. Assim, políticas públicas que operam nessas regiões precisam ser, necessariamente, intersetoriais e interinstitucionais.

Além da articulação setorial, cresce no campo da gestão pública a importância das políticas orientadas por evidências (*evidence-based policy*). Modelos contemporâneos de governança afirmam que a produção de dados, o monitoramento contínuo e a avaliação sistemática são elementos essenciais para aprimorar decisões, reduzir ineficiências e legitimar ações governamentais. Essa perspectiva conecta-se diretamente à noção de capacidade estatal analítica, discutida por autores como Puppim de Oliveira (2006), que destaca a necessidade de integrar conhecimento técnico, participação comunitária e ferramentas de gestão avançadas.

A intersetorialidade, nesse sentido, não é apenas arranjo institucional, mas também epistemologia de gestão, que reorganiza práticas, amplia horizontes e induz novos modelos de intervenção pública. Em territórios fronteiriços, onde as demandas são transversais e os problemas extrapolam limites administrativos, a intersetorialidade se torna ainda mais necessária: permite coordenar cultura, empreendedorismo, assistência social, turismo, educação, inovação e ordenamento territorial; facilita a integração com instituições paraguaias e brasileiras; e gera respostas mais consistentes a problemas urbanos que atravessam fronteiras.

A experiência da Fronteira Criativa, como discutiremos nas próximas seções, expressa de maneira exemplar essa

concepção contemporânea de governança: trata-se de uma política pública municipal que articula múltiplos setores, envolve diversos níveis institucionais, opera em rede e se sustenta sobre práticas continuadas de monitoramento econômico e satisfação dos participantes. A feira materializa, no território, uma forma de gestão intersetorial orientada por dados, dialogando com autores clássicos e contemporâneos da área, e demonstrando que políticas culturais podem ser instrumentos estratégicos de desenvolvimento e de fortalecimento da governança local.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo-quantitativo, de caráter descritivo e analítico, voltado à compreensão da Fronteira Criativa como política pública intersetorial de desenvolvimento local implantada na conurbação Ponta Porã (Brasil) - Pedro Juan Caballero (Paraguai). A escolha pelo estudo de caso fundamenta-se na necessidade de analisar um fenômeno complexo, situado em território transfronteiriço, cuja dinâmica envolve dimensões econômicas, culturais, institucionais e identitárias. Conforme Yin (2015), estudos de caso são adequados para investigar fenômenos contemporâneos em seu contexto real, sobretudo quando as fronteiras entre objeto e contexto não são claramente definidas, uma característica que se ajusta plenamente à realidade da fronteira Brasil-Paraguai.

Os procedimentos de coleta de dados, utilizados foram: (a) documentação institucional: relatórios internos, registros administrativos e materiais produzidos pela Prefeitura de Ponta Porã e pela Secretaria de Desenvolvimento Integrado, (b) banco de dados da Fronteira

Criativa (2023-2025): indicadores de impacto econômico, participação de expositores, avaliações de público e monitoramento de cada edição e (c) observação direta: acompanhamento in loco das edições da feira, registrando práticas de consumo, arranjos espaciais e elementos socioculturais relevantes.

Enquanto procedimentos de análise, os dados foram tratados por meio de: (a) análise descritiva, aplicada aos indicadores quantitativos (impacto econômico, participação, variações anuais e séries históricas); (b) análise interpretativa, orientada pelos referenciais teóricos de território, economia criativa e governança intersetorial e; (c) triangulação, articulando dados numéricos, documentação e observações de campo, de modo a assegurar consistência analítica.

Sobre a delimitação do estudo, o recorte temporal compreende as edições realizadas de março de 2023 (primeira edição) a outubro de 2025 (27ª edição). O objetivo não é generalizar resultados, mas compreender a experiência local e seus potenciais contributivos para o debate sobre políticas públicas em territórios fronteiriços.

Resultados e Discussão

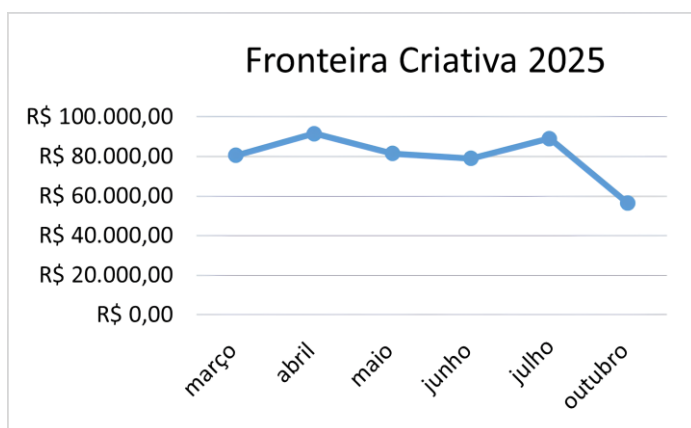
Conforme os dados levantados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado (2025), os resultados da Fronteira Criativa demonstram a consolidação da feira como instrumento econômico relevante para o dinamismo produtivo local, com efeitos diretos sobre geração de renda, fortalecimento de microempreendedores e ampliação das cadeias curtas de circulação de bens e serviços. Os dados analisados permitem observar uma tendência consistente de

expansão desde sua criação em 2023, configurando o evento como um arranjo econômico-cultural de caráter contínuo.

Impacto econômico e comportamento das edições

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado (2025) mensurou que o impacto econômico direto alcançou R\$ 477.083,50, distribuído entre vendas dos expositores, estrutura operacional e programação cultural destinadas a cada edição da feira. Considerando o acumulado desde 2023, o impacto total ultrapassa R\$ 1.049.083,50, valor expressivo para um município de porte médio e inserido em uma conurbação transnacional. Esse resultado revela a capacidade da feira de estimular economias de pequena escala, mobilizando segmentos como gastronomia, artesanato, economia popular e serviços complementares.

Gráfico 1 – Impacto Econômico da Fronteira Criativa 2025

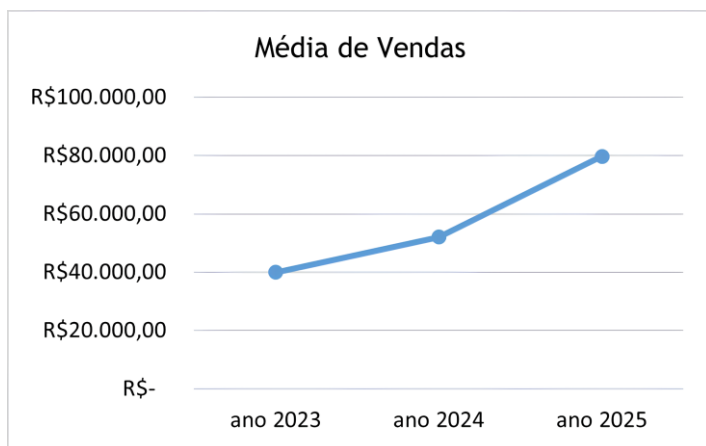


Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado (2025).

A análise trimestral e por edição demonstra comportamento heterogêneo, típico de eventos culturais com forte sensibilidade a fatores externos (clima, calendário temático, integração institucional). Edições especiais, como o Encontro Regional de Economia Criativa e a Festa Julina, apresentaram picos de movimentação, sugerindo que ações curatoriais e programações ampliadas geram aumento marginal no volume transacionado. Esses picos apontam para possíveis estratégias de elasticidade de demanda em função de programações específicas, ampliando a atratividade e a circulação.

A estabilidade de receitas em edições com custos culturais mais elevados (como o mês das crianças) indica equilíbrio entre investimento público e retorno privado, sugerindo uma relação positiva entre oferta cultural e volume de consumo, fenômeno alinhado à literatura sobre externalidades culturais e estímulo ao consumo local (LANDRY, 2000; REIS, 2008).

Gráfico 2 – Média de Vendas por Ano



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado (2025).

Ainda segundo levantamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado (2025), a evolução anual da média de vendas da Fronteira Criativa evidencia um movimento sólido de expansão econômica. Em 2023, registrou-se R\$ 40.000,00; em 2024, o valor subiu para R\$ 52.000,00, crescimento de cerca de 30%. Em 2025, a média alcançou R\$ 79.680,00, um avanço expressivo de aproximadamente 53% em relação ao ano anterior. Essa trajetória ascendente demonstra o fortalecimento da feira como ambiente de geração de renda e a consolidação de um ecossistema cultural capaz de ampliar produtividade, estimular novos públicos e intensificar a circulação monetária no território, posicionando-se como relevante vetor de dinamização econômica local.

Figura 1 — Expositores na Fronteira Criativa (2025)



Fonte: Acervo Fronteira Criativa (2025)/Secretaria Municipal de Governo e Comunicação (2025).

Estrutura produtiva, expositores, atividades culturais: efeitos econômicos indiretos

Em 2025, foram registrados 417 expositores, número que confirma a feira como plataforma de comercialização capaz de integrar diferentes segmentos do circuito inferior urbano, nos termos de Milton Santos. No acumulado 2023-2025, mais de 2.100 empreendedores participaram das edições, configurando a feira como um ecossistema produtivo contínuo baseado em baixo custo fixo, baixa barreira de entrada e forte presença de microempreendedores individuais.

Do ponto de vista econômico, tal característica aproxima a feira do conceito de arranjos produtivos culturais de pequena escala, nos quais a proximidade territorial, a informalidade regulada e a diversidade de produtos favorecem:

1. redução de assimetrias informacionais entre produtores e consumidores,
2. incremento de renda direta,
3. ampliação das trocas locais,
4. fortalecimento de redes de confiança,
5. diversificação das fontes de renda familiar.

A alta adesão às pesquisas de monitoramento reflete um ambiente institucional estável e boa capacidade de governança, reforçando a literatura que destaca a importância da confiança institucional e da transparência nos arranjos econômicos comunitários. A feira registrou, em 2025, 52 atrações culturais distribuídas em 74 horas de programação, totalizando mais de 244 horas desde sua criação. Embora configuradas como bens públicos, tais atividades funcionam como indutores econômicos, ativando

fluxos de consumo, permanência média no espaço e aumento de circulação.

Figura 2 — Público durante a Fronteira Criativa - Ed. Festival Etnocultural



Fonte: Acervo Fronteira Criativa (2025)/ Secretaria Municipal de Governo e Comunicação (2025).

A presença de artistas brasileiros, paraguaios e indígenas reforça a dimensão transnacional da cultura local, elemento que potencializa a capacidade da feira de atrair diferentes públicos. Do ponto de vista econômico, isso se traduz no crescimento de demanda no ambiente da feira, além da diversificação do perfil do consumidor. Também pode-se notar que a excelente avaliação no tocante às atrações culturais, foi predominante para a ampliação do efeito multiplicador cultural e fortalecimento das identidades territoriais enquanto ativo intangível ao longo da evolução da feira.

Esses resultados dialogam com o pensamento de Furtado (1978) ao compreender a criatividade como vetor de desenvolvimento endógeno, e com a literatura de economia urbana que reconhece a cultura como mecanismo de diferenciação competitiva.

Avaliação pública e legitimidade institucional

Os indicadores de avaliação revelam níveis elevados de satisfação: mais de 90% dos respondentes classificam o evento como “bom” ou “ótimo”, e 91% avaliam positivamente as atrações culturais (SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, 2025). Tal legitimidade social é crucial em políticas públicas que dependem de adesão continuada e engajamento comunitário.

Em contextos fronteiriços, onde fluxos econômicos e culturais são transnacionais, tais índices sugerem que a feira exerce papel de coesão social, funcionando não apenas como mercado, mas como infraestrutura cultural de encontro, elemento relevante para territórios marcados por identidades híbridas e mobilidade social intensa.

Síntese interpretativa à luz do referencial econômico e das externalidades territoriais

Os resultados empíricos analisados revelam que a Fronteira Criativa se insere de maneira coerente nas discussões contemporâneas sobre desenvolvimento local, economia criativa e governança pública, articulando-se ao referencial teórico mobilizado ao longo deste estudo. A ativação simultânea de dinâmicas do circuito inferior e do circuito superior da economia urbana, conforme delineado por Santos (2006), evidencia uma

estrutura híbrida de produção e circulação econômica em que microempreendedores, artesãos, trabalhadores informais, instituições públicas e circuitos culturais coexistem e se potencializam mutuamente. Esse entrelaçamento sugere que a feira opera como mecanismo de articulação entre economias populares e políticas institucionais, fornecendo um ambiente no qual racionalidades distintas convergem para produzir renda, trabalho e visibilidade econômica.

A perspectiva de Furtado (1978) ilumina outro aspecto fundamental: a criatividade enquanto força produtiva capaz de gerar desenvolvimento endógeno. O impacto econômico superior a um milhão de reais no período analisado, somado à ampliação contínua de empreendedores e ao fortalecimento das cadeias culturais locais, indica que a feira não apenas movimenta recursos, mas produz autonomia simbólica, ativa repertórios culturais locais e reconfigura práticas econômicas tradicionais. Trata-se de um processo em que produtos simbólicos, práticas culturais e saberes fronteiriços são convertidos em valor econômico, configurando uma estratégia de desenvolvimento compatível com contextos periféricos e transnacionais.

Por sua vez, a economia criativa sob o enfoque de autores como Reis (2008), Florida (2002) e Landry (2000), reforça a compreensão de que iniciativas de base cultural podem estruturar ecossistemas produtivos resilientes. As edições temáticas, os picos sazonais de consumo e a resposta positiva do público demonstram que elementos estéticos, simbólicos e identitários funcionam como estímulos econômicos relevantes, influenciando comportamento do consumidor, ampliando permanência no espaço e aumentando a circulação monetária.

Ao mesmo tempo, a territorialidade transfronteiriça descrita por Oliveira (2005), Mondardo (2012) e Goetttert (2016) emerge como elemento central da vitalidade da feira: a coexistência de idiomas, práticas culturais híbridas, repertórios culinários diversos e sociabilidades transnacionais cria um mercado com características próprias, marcado por identidades plurais e fluxos que extrapolam limites políticos formais.

Nesse contexto, as externalidades territoriais positivas produzidas pela feira tornam-se evidentes. A regularidade do evento gera adensamento de fluxos urbanos, estimula o uso qualificado do espaço público, fortalece a imagem da cidade como polo cultural e turístico, e contribui para a sensação de segurança e vitalidade urbana. Há também externalidades econômicas indiretas, como aumento do movimento no comércio do entorno, ativação de serviços de transporte, incremento do setor gastronômico localizado nas imediações e estímulo à economia informal regulada. Além disso, observa-se externalidade social relevante: a feira promove interação entre grupos sociais diversos, cria espaços de convivência intergeracional e reforça laços comunitários, elementos fundamentais para territórios marcados por mobilidade e identidades híbridas.

Do ponto de vista institucional, a intersetorialidade evidencia-se como condição necessária para o desempenho observado. A articulação entre cultura, empreendedorismo, turismo, inovação e assistência social produziu efeitos sinérgicos, ampliando eficiência administrativa, capilaridade social e legitimidade pública. A adoção de monitoramento contínuo e avaliação sistemática demonstra maturidade da gestão e aproxima o projeto de modelos de governança orientados por evidências. Assim, a feira não apenas opera como mercado ou

como evento cultural, mas como política pública estruturante, capaz de integrar dimensões econômicas, culturais e territoriais.

Em síntese, a Fronteira Criativa configura-se como arranjo produtivo cultural de natureza transfronteiriça, sustentado por governança intersetorial, ativação de externalidades positivas e valorização do território como recurso econômico. Essa articulação confirma que, em contextos urbanos periféricos e multiculturalmente densos como Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, políticas criativas contínuas podem produzir resultados expressivos ao integrar desenvolvimento econômico, identidade territorial e coesão comunitária, oferecendo um modelo replicável de inovação pública orientada à economia do conhecimento e às dinâmicas locais.

Considerações Finais

A análise da Fronteira Criativa demonstra que políticas públicas baseadas na articulação entre cultura, território e desenvolvimento econômico possuem potencial significativo para ativar dinâmicas produtivas em cidades de fronteira. Os resultados quantitativos, aliados à interpretação qualitativa das práticas territoriais e institucionais observadas, revelam que a feira se consolidou como um arranjo econômico-cultural capaz de gerar impactos expressivos em termos de circulação monetária, fortalecimento de microempreendedores e dinâmicas de sociabilidade.

O impacto econômico superior a um milhão de reais no período 2023-2025, associado à participação crescente de expositores e à alta adesão do público, indica que a feira funciona como mecanismo de dinamização econômica ancorado em recursos endógenos, em especial a criatividade, a

diversidade cultural e a vitalidade do território transfronteiriço. Nesse sentido, os resultados corroboram perspectivas teóricas que entendem o desenvolvimento como processo culturalmente situado e dependente da capacidade local de produzir bens simbólicos, conforme propõe Furtado (1978).

A territorialidade peculiar da conurbação Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, marcada por intercâmbio cotidiano, identidades híbridas e economia popular transnacional, mostrou-se elemento central para compreender a inserção da feira no ecossistema local. Como apontam autores que estudam a fronteira, tais territórios constituem zonas de circulação ampliada, onde práticas econômicas e culturais se reorganizam de maneira contínua. A Fronteira Criativa não apenas se adapta a essa dinâmica, mas dela se alimenta para criar densidade econômica e relevância social.

Os dados analisados indicam também que a intersetorialidade adotada pela gestão pública foi decisiva para o desempenho do projeto. A integração entre os setores de cultura, empreendedorismo, turismo, assistência social e inovação ampliou a eficiência administrativa, aumentou a capilaridade das ações e viabilizou o monitoramento contínuo, elemento que se destaca como diferencial do modelo. A sistematização de indicadores econômicos, socioculturais e institucionais demonstra maturidade técnica e aproxima o projeto de práticas contemporâneas de governança orientada por evidências.

Outro aspecto relevante diz respeito às externalidades territoriais geradas pela feira, como qualificação do espaço público, ampliação da circulação urbana, estímulo ao comércio local e fortalecimento do sentimento de pertencimento. Esses efeitos ampliam o alcance da política pública para além dos indicadores estritamente econômicos,

contribuindo para a coesão comunitária e para a valorização simbólica da cidade fronteiriça.

Considerando o conjunto dos resultados, a Fronteira Criativa se configura como experiência inovadora de política pública em territórios de fronteira. Sua longevidade, sua capacidade de gerar resultados econômicos expressivos e sua aderência social apontam para a possibilidade de consolidação de um arranjo produtivo cultural transfronteiriço, sustentado pela governança colaborativa e pela criatividade como recurso estratégico. A experiência sugere que políticas culturais, quando articuladas a objetivos de desenvolvimento local, podem desempenhar papel relevante na redução de vulnerabilidades econômicas e na ativação de oportunidades territoriais.

Por fim, o estudo indica que iniciativas similares podem ser replicadas em outras cidades fronteiriças, desde que respeitadas as especificidades territoriais e adotados mecanismos de gestão intersetorial e monitoramento contínuo. Assim, a Fronteira Criativa não apenas representa uma política bem-sucedida no contexto de Ponta Porã, mas também oferece um modelo analítico e operacional para o desenho de políticas públicas orientadas à economia criativa, à territorialidade e ao desenvolvimento local sustentável.

Referências

ALBAGLI, S. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 103, p. 25-33, 2002.

ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOISIER, S. **Desarrollo local: ¿De qué estamos hablando?** Santiago: ILPES/CEPAL, 1996.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 1995.

COSTA, N.; BRONZO, C. **Intersectorialidade e governança pública: estratégias e desafios contemporâneos.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 63, n. 3, p. 299-317, 2012.

DENZIN, N. K. **The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods.** New Brunswick: Aldine Transaction, 2011.

FLORIDA, R. **The Rise of the Creative Class.** New York: Basic Books, 2002.

REIS, A. C. F. **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento.** São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOETTERT, J. D. **Territorialidades transfronteiriças: práticas e representações no Brasil-Paraguai.** Porto Alegre: Letra & Vida, 2016.

HOWKINS, J. **The Creative Economy: How People Make Money from Ideas.** London: Penguin Books, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INE - Instituto Nacional de Estadística (Paraguay). **Base de datos y publicaciones estadísticas.** Asunción, 2023.

INOJOSA, R. M. **Intersectorialidade: um desafio para a gestão**

pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, p. 19-30, 2001.

JACOBS, J. **The Economy of Cities**. New York: Vintage Books, 1969.

JUNQUEIRA, V. M. A gestão intersetorial das políticas sociais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 41-54, 1998.

KEARNEY, M. Borders and boundaries of the state and self at the end of empire. **Journal of Historical Sociology**, v. 4, n. 1, p. 52-74, 1991.

KOOIMAN, J. **Governing as Governance**. London: SAGE Publications, 2003.

LAMBERTI, E. **Dinâmica comercial no território de fronteira: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Mestrado em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.

LANDRY, C. **The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators**. London: Earthscan, 2000.

MONDARDO, M. **Fronteiras urbanas e cidades-gêmeas: territorialidade e espaço transfronteiriço**. Campo Grande: UFMS, 2012.

OLIVEIRA, J. **A Puppim de. Governança e desenvolvimento: desafios para a gestão pública do século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLIVEIRA, T. C. M. de. **Fronteiras e territórios: ensaios de geografia política e geopolítica**. Campo Grande: UFMS, 2005.

OSBORNE, S. P. The New Public Governance? **Public Management Review**, v. 8, n. 3, p. 377-387, 2006.

PIERRE, J. The Politics of Urban Governance. London: Palgrave Macmillan, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ. Relatórios administrativos e documentos institucionais (2023-2025). Ponta Porã, 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. Banco de dados da Feira Fronteira Criativa (2023-2025). Ponta Porã, 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO. Banco de dados da Feira Fronteira Criativa (2023-2025). Ponta Porã, 2025.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

UNESCO. Creative Economy Report 2013: Widening Local Development Pathways. Paris/New York: UNESCO/UNDP, 2013.

YIN, R. K. Case Study Research: Design and Methods. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2015.

CAPÍTULO 2

PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA:

EVIDÊNCIAS DA HÉLICE TRÍPLICE EM MATO GROSSO DO SUL

GABRIELA VITORIA DA SILVA AMBROSIO
LUAN CARLOS SANTOS SILVA

Introdução

O conceito de Hélice Tríplice foi desenvolvido por Henry Etzkowitz nos anos 1990 com o intuito de descrever um modelo de inovação sustentado pela interação sinérgica entre universidade, governo e setor empresarial (Etzkowitz, 1994). Esse modelo destaca a importância das interações recíprocas entre essas três esferas ao longo de diferentes estágios do processo de geração, difusão e aplicação do conhecimento. Apesar de manterem suas autonomias institucionais, esses agentes operam de maneira colaborativa e interdependente, promovendo um fluxo contínuo de saberes e experiências (Stal e Fujino, 2005).

A transferência de tecnologia (TT) desempenha um papel estratégico no avanço econômico e social, constituindo-se como uma das principais vias de transformação do conhecimento científico em inovação prática. No cenário brasileiro, a articulação entre universidade, setor produtivo e governo tem sido amplamente debatida como uma alternativa eficaz para impulsionar a inovação e aumentar a competitividade do país em nível global. Essa integração busca combinar esforços desses três setores, criando um ecossistema de inovação pautado pela convergência entre pesquisa acadêmica, políticas públicas e necessidades do mercado. Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, 2019), a TT se consolida como um instrumento indispensável para o desenvolvimento local, sobretudo quando viabiliza métodos produtivos mais eficientes, gera riqueza e eleva a qualidade de vida da população.

A conversão do conhecimento em riqueza e progresso social está intimamente ligada à atuação das instituições responsáveis tanto por sua produção quanto por sua aplicação. No âmbito do sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), autores como Etzkowitz e Leydesdorff (2000), Lombardi et al. (2012) e Leydesdorff, Park e Lengyel (2014) destacam que a interação entre universidades, empresas e governos é um dos principais catalisadores da inovação e do avanço tecnológico.

No contexto do estado de Mato Grosso do Sul, essa lógica assume relevância ainda mais acentuada, tendo em vista as características da economia regional, sustentada especialmente pelos setores do agronegócio, da indústria e da bioeconomia. A modernização e o fortalecimento dessas áreas dependem fortemente da introdução de novas tecnologias, o que torna a articulação entre universidades, empresas e governo um elemento-chave para o desenvolvimento sustentável. Dados do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, apesar dos avanços da ciência e da tecnologia na Região Centro-Oeste, ainda não se estabeleceu um sistema de inovação plenamente estruturado, capaz de integrar eficientemente o conhecimento científico ao setor produtivo.

Contudo, embora exista um potencial significativo para a inovação, a efetivação da transferência de tecnologia na região ainda enfrenta entraves consideráveis. Entre os principais obstáculos estão a burocracia para formalização de parcerias, falhas na comunicação entre os setores, a limitada visibilidade das pesquisas desenvolvidas nas universidades, bem como a escassez de incentivos institucionais e financeiros que estimulem a inovação. A percepção dos docentes em relação a esse processo é um ponto importante, pois são eles os principais agentes na produção do conhecimento e na operacionalização da transferência tecnológica. Compreender como esses profissionais enxergam o processo, os desafios enfrentados e as oportunidades percebidas é essencial para aperfeiçoar as políticas institucionais e consolidar a aplicação do modelo da Hélice Tríplice no estado.

No Mato Grosso do Sul, o marco legal para ciência e tecnologia foi estabelecido pelo Decreto nº 15.116, de dezembro de 2018. Complementarmente, a Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamenta no estado as diretrizes para incentivo à inovação, à pesquisa científica e tecnológica, à capacitação técnica e à promoção da autonomia tecnológica, com o objetivo de consolidar uma política estadual de desenvolvimento científico tanto no ambiente acadêmico quanto no produtivo.

O estado conta ainda com iniciativas como o “Modelo de Inteligência Estratégica para Inovação do MS” e o “Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul”,

que têm como finalidade estruturar o ambiente institucional necessário para a consolidação de políticas públicas voltadas à ciência, tecnologia e inovação. Essas iniciativas visam promover o engajamento de universidades, empresas, atores-chave do ecossistema de inovação e os diferentes níveis de governo, com o objetivo de formular e executar políticas públicas de longo prazo voltadas à consolidação das ICTs no estado.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como propósito analisar a percepção dos docentes das universidades federais de Mato Grosso do Sul sobre o processo de transferência de tecnologia. A investigação busca identificar os principais desafios enfrentados, as oportunidades percebidas e o impacto das políticas institucionais nesse processo. Espera-se que os resultados contribuam para o fortalecimento das conexões entre os atores da Hélice Tríplice, promovendo estratégias que ampliem a aplicabilidade do conhecimento acadêmico, fomentem a inovação e favoreçam um desenvolvimento mais sustentável e integrado à realidade regional.

Revisão da Literatura

A teoria da Hélice Tríplice, elaborada por Etzkowitz e Leydesdorff (1995), baseia-se na colaboração entre três atores centrais, universidade, indústria e governo, como elemento-chave para compreender a dinâmica da inovação tecnológica. Essa interação ocorre de maneira contínua e recursiva, assumindo uma forma espiral que reflete a evolução conjunta dessas esferas (Leydesdorff e Etzkowitz, 1998; Etzkowitz e Leydesdorff, 2000).

A interação entre universidade e setor produtivo tem se mostrado particularmente benéfica. Conforme Wolffenbüttel

(2001), as empresas se beneficiam ao acessar conhecimento técnico e profissionais qualificados oriundos das instituições de ensino superior. Por sua vez, as universidades absorvem informações, demandas e percepções do ambiente empresarial, o que contribui para a atualização e evolução da produção acadêmica. Trata-se de um processo dinâmico e colaborativo, onde ambos os lados exercem um papel ativo na troca de conhecimento.

Sob a perspectiva acadêmica, há diversos fatores que incentivam a aproximação com o setor privado, tais como: a dificuldade de obtenção de recursos públicos para pesquisa; a necessidade de validar socialmente os estudos realizados, garantindo a legitimidade das universidades perante a sociedade; a busca por modernização da infraestrutura de pesquisa; o desejo de ampliar a contribuição da universidade para o desenvolvimento nacional; a atualização constante dos métodos de ensino; e o aumento da visibilidade institucional (Webster e Etzkowitz, 1991; Wolffenbüttel, 2001).

No que se refere às vantagens para o setor empresarial, a colaboração com universidades pode resultar em ganhos expressivos, como o aumento da competitividade e da lucratividade, o compartilhamento de custos e riscos envolvidos nas pesquisas, especialmente quando estas contam com financiamento público, além do acesso a laboratórios, bibliotecas e conhecimento especializado. Também se destacam o suporte de profissionais qualificados e a constante atualização tecnológica, que favorece a inovação em produtos e processos (Gibbons, 1992; Pavitt, 1993; Wolffenbüttel, 2001; Cervi e Froemming, 2013).

As universidades ocupam uma posição estratégica nos sistemas de inovação. De acordo com Galli e Teubal (1997), são

elas as principais responsáveis pela formação de pesquisadores e pela geração de conhecimento por meio da pesquisa básica. Entretanto, desafios como a crescente importância da pesquisa aplicada, a aproximação entre ciência e tecnologia, a necessidade de abordagens interdisciplinares para enfrentar problemas complexos, e a elevada demanda por recursos têm exigido novas estratégias institucionais por parte das universidades (Van Looy et al., 2004; Leydesdorff e Fritsch, 2006).

No contexto da transferência de tecnologia (TT), os contratos de licenciamento configuram acordos formais em que um agente detentor de determinado know-how transfere esse conhecimento técnico a outra parte interessada, geralmente para fins industriais (Antunes, 1993). Nesses casos, é comum o pagamento de royalties, definidos como valores previamente acordados entre as partes e calculados como um percentual sobre o faturamento líquido proveniente da comercialização do produto, descontados os tributos incidentes (Aguiar e Muniz, 2014).

Dentro do ambiente universitário, a TT pode ocorrer de diversas formas. Lopes (2019) aponta que as mais recorrentes incluem acordos de cooperação com empresas para o desenvolvimento conjunto de tecnologias, a prestação de serviços e consultorias voltadas à melhoria de processos e produtos, bem como a transferência direta de know-how.

Para que a transferência de tecnologia ocorra de forma eficiente, é fundamental definir previamente um *modus operandi* que contemple tanto a gestão estratégica quanto a operacional do projeto (Motta, 2017; Silva, Solleiro e Alvarez, 2025).

Metodologia

O presente estudo foi conduzido sob uma abordagem quantitativa, adotando um enfoque descritivo para compreender a percepção dos docentes e pesquisadores em relação à transferência de tecnologia no contexto da Hélice Tríplice no estado de Mato Grosso do Sul. A escolha da abordagem quantitativa se justifica pela necessidade de mensurar, de forma sistematizada, atitudes, intenções e crenças de um grupo significativo de participantes, permitindo a identificação de padrões e tendências relevantes para a área de estudo. A etapa inicial consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental, que possibilitou a contextualização teórica do tema, com foco nos modelos de transferência de tecnologia e na aplicação da Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991), garantindo fundamentação para a análise dos dados coletados.

A população-alvo da pesquisa compreendeu docentes e pesquisadores das universidades federais localizadas no Mato Grosso do Sul, especialmente a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Considerando o universo institucional e o público potencial, optou-se pela aplicação de um questionário estruturado por meio da plataforma Google Forms, visando alcançar o maior número possível de participantes por meio do envio direto a seus e-mails institucionais. O instrumento foi composto por 54 questões, distribuídas em escalas do tipo Likert de cinco pontos, variando entre “Muito improvável” e “Muito provável”, “Sem importância” e “Muito importante”, bem como “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”, com o intuito de captar diferentes dimensões das percepções dos respondentes.

Apesar do amplo convite e da divulgação realizada entre setembro de 2024 e julho de 2025, o número final de respostas foi de 246. Dessa forma, a amostra adotada caracteriza-se como não probabilística, composta por adesão voluntária, o que limita a generalização dos resultados, mas ainda proporciona um panorama significativo e aprofundado das percepções do grupo participante. A principal limitação apontada foi a baixa taxa de retorno dos questionários, fator comum em pesquisas com públicos acadêmicos em grandes instituições.

Para a análise dos dados, foi empregada a estrutura teórica da Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991), que orientou a interpretação das respostas relacionadas às intenções, atitudes, crenças comportamentais e normativas dos participantes em relação à transferência de tecnologia. Os dados foram inicialmente tratados e organizados utilizando ferramentas digitais para tabulação, seguidos de análise estatística descritiva das frequências e percentuais das respostas, possibilitando a identificação das tendências predominantes, utilizando o Microsoft Excel. Essa abordagem permitiu a articulação entre os aspectos quantitativos e as bases teóricas, fortalecendo a compreensão dos fatores que influenciam o comportamento dos profissionais diante do tema investigado.

Em sintonia com os princípios éticos aplicáveis à pesquisa com seres humanos, todas as etapas seguiram rigorosamente as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNS nº 510/2016. O estudo assegurou a confidencialidade e o anonimato dos participantes, não havendo coleta de dados pessoais identificáveis ou informações sensíveis. O consentimento informado foi obtido por consentimento no formulário e prosseguimento como anuência, por meio da página inicial do questionário, que apresentou os objetivos da pesquisa e a

voluntariedade da participação, considerando o preenchimento e envio do instrumento como manifestação inequívoca do consentimento dos respondentes.

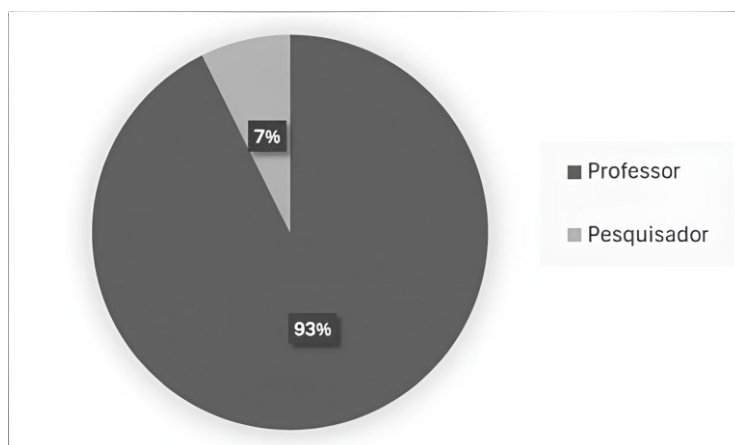
Resultados

A pesquisa contou com 246 respostas válidas, correspondendo a 79,87% do total estimado de 308 participantes, conforme o cálculo amostral estabelecido para um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%. O estudo foi conduzido com docentes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Campo Grande, contemplando diversas áreas de atuação e modalidades de ensino.

Perfil dos respondentes

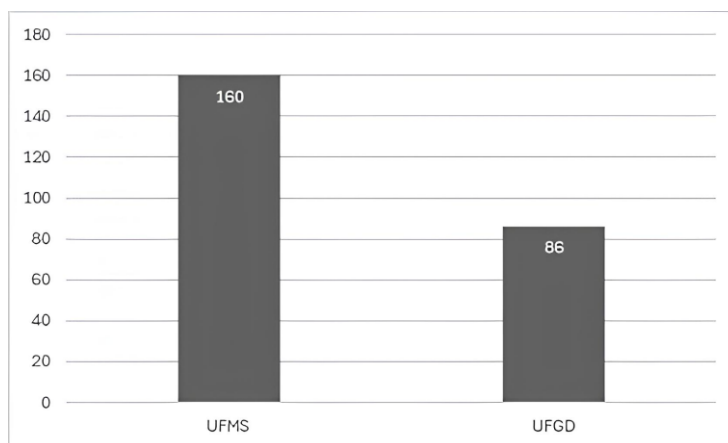
O levantamento contou com a participação de 246 respondentes, sendo que a maioria (228 participantes, aproximadamente 93%) declarou atuar predominantemente como professor, enquanto 18 respondentes (aproximadamente 7%) indicaram exercer a função principal de pesquisador. Quanto à instituição de ensino, observou-se que 160 respondentes (65,0%) pertencem à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), enquanto 86 participantes (35,0%) são vinculados à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). As informações podem ser visualizadas, respectivamente, nas Figura 1 e 2.

Figura 1 – Função Predominante dos Respondentes



Fonte: Autores (2025)

Figura 2 – Instituição de Ensino dos Respondentes

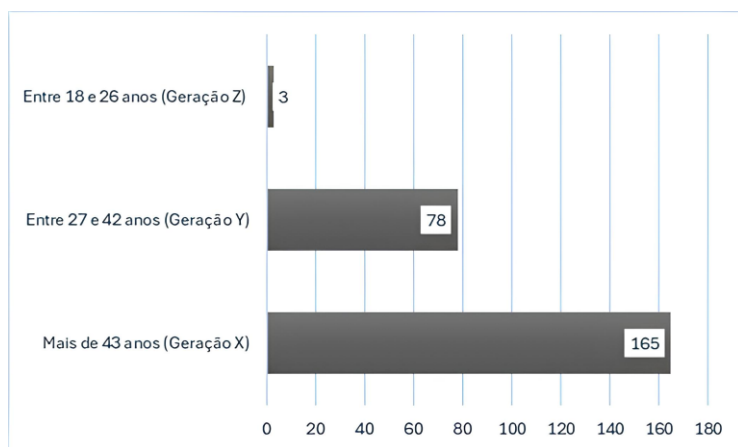


Fonte: Autores (2025)

Em relação à faixa etária, verificou-se que o grupo mais representativo é composto por indivíduos com mais de 43 anos (165 respondentes, 67,1%), caracterizados como Geração X. Em seguida, estão aqueles com idades entre 27 e 42 anos (78 respondentes, 31,7%), correspondentes à Geração Y, e apenas

3 participantes (1,2%) encontram-se na faixa de 18 a 26 anos (Geração Z), mostrado na Figura 3.

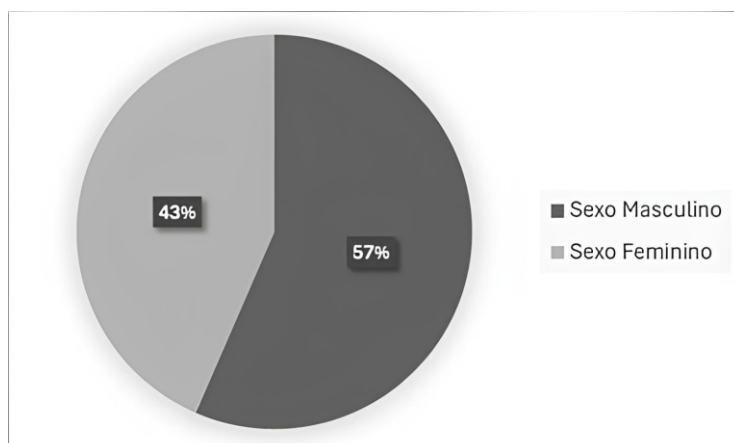
Figura 3 — Faixa Etária dos Respondentes



Fonte: Autores (2025)

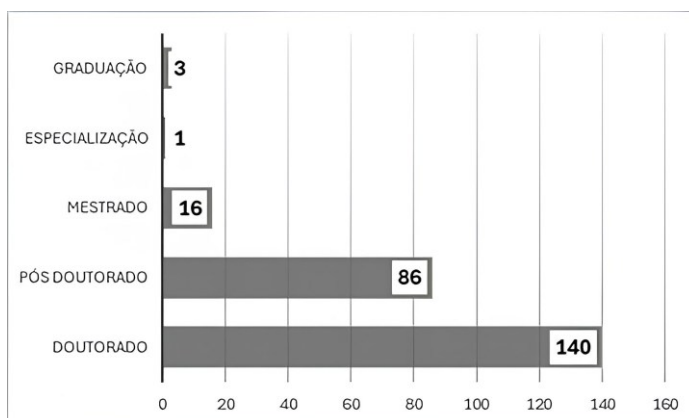
Sobre o gênero, a amostra foi relativamente equilibrada, com 139 respondentes (56,5%) do sexo masculino e 107 (43,5%) do sexo feminino, mostrado na Figura 4. No que se refere ao nível acadêmico, o perfil é altamente qualificado: 140 participantes (56,9%) possuem doutorado, 86 (35,0%) têm pós-doutorado, 16 (6,5%) possuem mestrado, 1 participante (0,4%) indicou especialização e 3 (1,2%) declararam ter graduação como maior nível de escolaridade. Esse resultado indica que a amostra é formada majoritariamente por profissionais com ampla formação acadêmica e experiência na área de pesquisa e ensino, características que contribuem para a profundidade das percepções analisadas no estudo, como pode ser visualizado na Figura 5.

Figura 4 – Distribuição por Gênero



Fonte: Autores (2025)

Figura 5 – Nível Acadêmico dos Respondentes

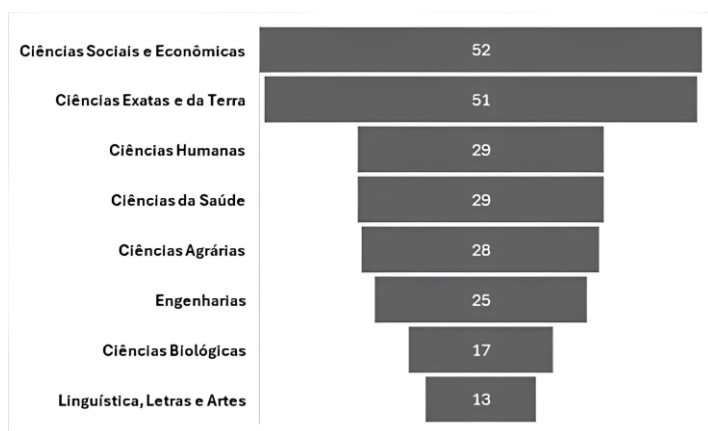


Fonte: Autores (2025)

Além disso, os respondentes atuam em diversos campos do conhecimento, com maior concentração nas áreas de Ciências Sociais e Econômicas (52 participantes) e Ciências Exatas e da Terra (51), seguidas por Ciências Humanas (29), Ciências da Saúde (29), Ciências Agrárias (28), Engenharias (25), Ciências

Biológicas (17) e Linguística, Letras e Artes (13). Essa diversidade reforça a abrangência do estudo, permitindo captar percepções que refletem diferentes realidades acadêmicas e profissionais, enriquecendo a análise do contexto educacional e da inovação. Esses dados são exibidos na Figura 6.

Figura 6 – Área de Atuação dos Respondentes



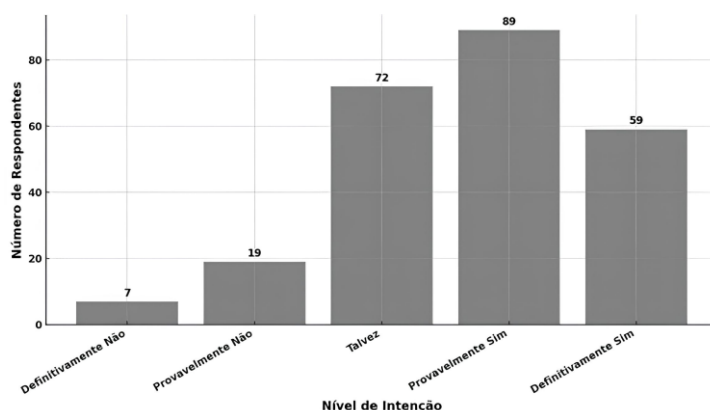
Fonte: Autores (2025)

Teoria do Comportamento Planejado e Resultados

A análise dos resultados utilizando a metodologia da teoria do comportamento planejado revela importantes sinais sobre a intenção, atitude, normas sociais percebidas e controle comportamental dos respondentes em relação à participação em iniciativas de transferência de tecnologia entre universidades públicas, indústria e governo. O perfil predominante dos participantes, majoritariamente composto por professores altamente qualificados, com doutorado e pós-doutorado, e uma faixa etária mais madura (Geração X), exerce influência direta na formação dessas percepções e comportamentos. Esse grupo demonstra uma intenção positiva, como pode ser visto na Figura

7, e relativamente forte de engajamento nessas iniciativas, o que está alinhado com o alto nível acadêmico e a experiência acumulada, que potencialmente favorecem uma atitude receptiva à inovação e à colaboração intersetorial.

Figura 7 – Intenção dos Respondentes em Participar de Iniciativas de Transferência de Tecnologia

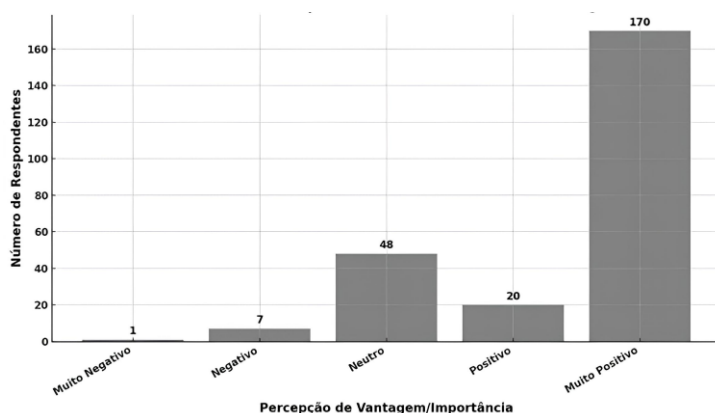


Fonte: Autores (2025)

Os dados indicam que a maioria dos respondentes manifesta uma clara intenção de participar de projetos que envolvam a transferência de tecnologia entre universidades públicas, indústria e governo, com predomínio das respostas “provavelmente sim” e “definitivamente sim”. Essa intenção se revela bastante robusta, indicando que muitos participantes estão motivados e comprometidos com a possibilidade de engajamento nessas iniciativas. Essa inclinação não se configura como um simples desejo isolado, mas sim como um reflexo de uma atitude positiva consolidada, uma vez que a maioria reconhece que a participação nesses projetos é vantajosa, necessária e fundamental para o progresso acadêmico e

tecnológico, mostrado na Figura 8. Essa postura está conectada ao perfil dos respondentes, em sua maioria professores doutores, que detêm conhecimento aprofundado e compreendem a importância estratégica da inovação e da colaboração entre diferentes setores para alcançar resultados significativos.

Figura 8 – Atitude em Relação a Transferência de Tecnologia



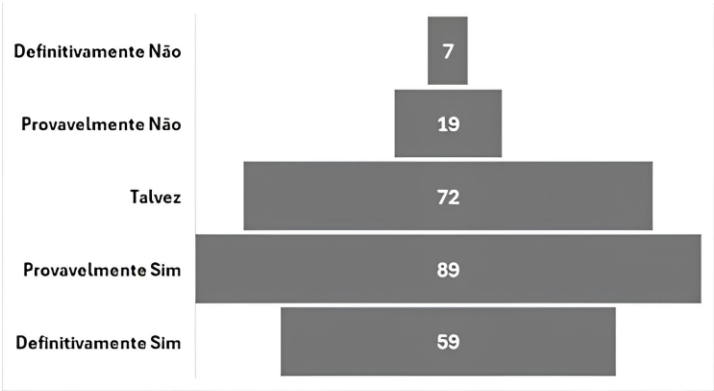
Fonte: Autores (2025)

Além disso, essa valorização da transferência de tecnologia reflete a percepção dos respondentes sobre os benefícios concretos que podem ser alcançados, como o aumento da produtividade científica por meio da publicação de artigos, livros e demais produções acadêmicas, assim como o fortalecimento da produtividade tecnológica, com o desenvolvimento de patentes, softwares e empresas incubadas.

A captação de recursos financeiros e o reconhecimento internacional na região ibero-americana também são metas importantes associadas a essas iniciativas, o que reforça a motivação para o engajamento. Essa convergência entre intenção e atitude positiva aponta para um cenário favorável,

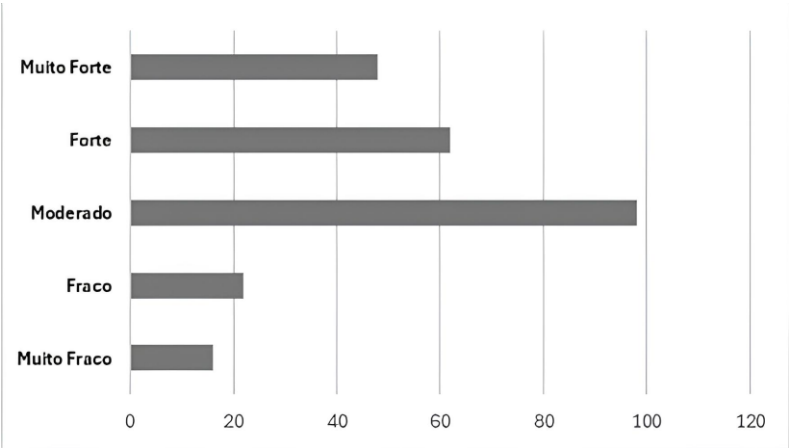
mostrado nas Figuras 9 e 10, no qual o conhecimento, a experiência e o comprometimento dos participantes formam uma base sólida para impulsionar a transferência de tecnologia, reforçando o papel das universidades públicas como agentes centrais no sistema de inovação, em consonância com o modelo da Hélice Tríplice.

Figura 9 – Intenção de participar das iniciativas



Fonte: Autores (2025)

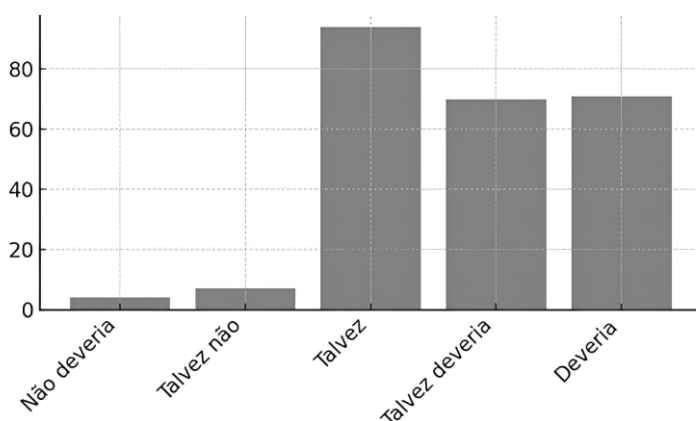
Figura 10 – Força da intenção



Fonte: Autores (2025)

No âmbito das normas sociais percebidas, observa-se que os respondentes acreditam que pessoas importantes em seu meio, como colegas de trabalho, gestores universitários, agências governamentais, incubadoras e parques tecnológicos, aprovam e incentivam sua participação nessas iniciativas. Essa percepção de apoio e expectativa social é um componente central da Teoria do Comportamento Planejado, pois as normas sociais atuam como fatores externos que podem reforçar a motivação para o comportamento desejado, como pode ser percebido na Figura 11 ao perguntas “A maioria das pessoas que são importantes para você, acreditam que você deveria participar de iniciativas de transferência de tecnologia entre universidades públicas, indústria e governo nos próximos anos”. A aprovação percebida por parte de múltiplos atores institucionais e governamentais também remete à importância da Hélice Tríplice, evidenciando um ambiente propício para a interação e cooperação entre universidade, indústria e governo, fator importante para o sucesso na transferência de tecnologia.

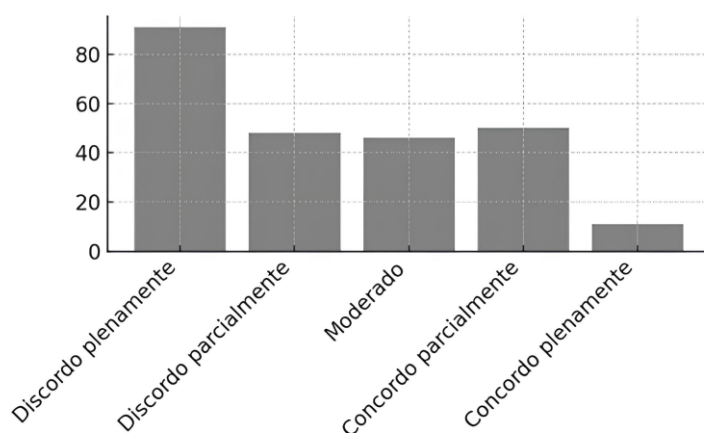
Figura 11 – Normas Sociais Percebidas



Fonte: Autores (2025)

Entretanto, apesar da intenção e da atitude positiva, os resultados relacionados ao controle comportamental percebido revelam um aspecto desafiador. Muitos participantes indicam que a adoção dessas iniciativas não depende exclusivamente deles, refletindo a percepção de que barreiras estruturais e limitações institucionais podem dificultar a concretização das ações, como pode ser visualizado na Figura 12 ao perguntar “Adotar iniciativas de transferência de tecnologia entre universidades públicas, indústria e governo nos próximos anos depende somente de você”. A percepção de insuficiência de recursos tecnológicos, financeiros e humanos nos departamentos evidencia a existência de obstáculos que podem comprometer a efetividade das intenções manifestadas. Esse quadro sugere a necessidade de maior suporte organizacional e políticas públicas que facilitem o acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento desses projetos, o que reforça a importância do papel do governo e das agências de fomento, pilares da Hélice Tríplice.

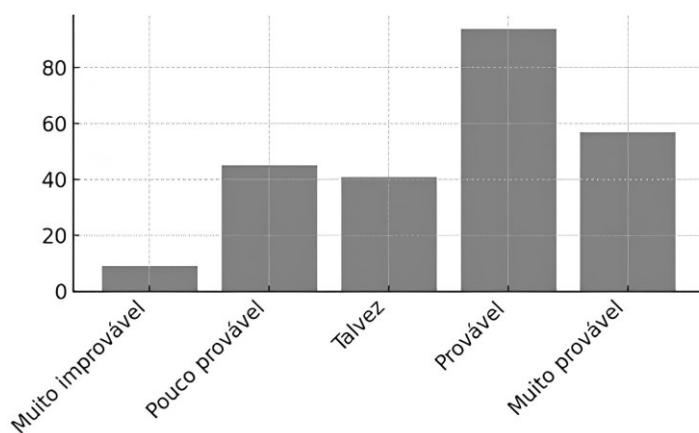
Figura 12 – Controle Comportamental percebido



Fonte: Autores (2025)

As crenças comportamentais dos respondentes, que associam a participação em iniciativas de transferência de tecnologia a resultados positivos concretos, como o aumento da produtividade científica e tecnológica, a captação de recursos e o reconhecimento internacional, também reforçam a motivação para o engajamento nessas ações, apresentado na Figura 13 ao perguntar “Qual é a probabilidade de você participar de iniciativas de transferência de tecnologia entre universidades públicas, indústria e governo visando alcançar uma melhor produtividade científica (como a publicação de artigos, livros, papers, etc.)?”. A valorização desses objetivos indica que os participantes percebem um alto valor nas consequências positivas do comportamento, o que contribui para a formação de intenções fortes e disposição para superar dificuldades.

Figura 13 – Crenças Comportamentais

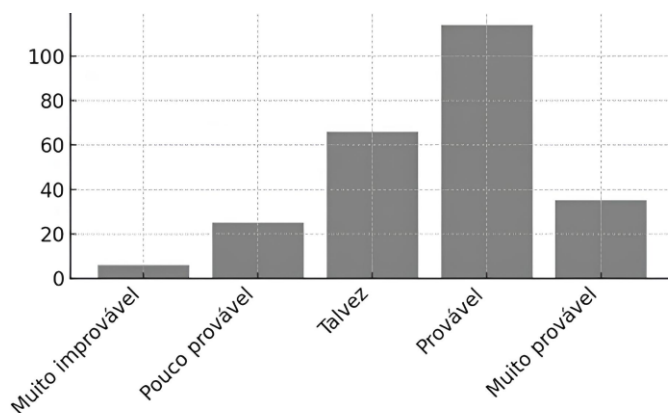


Fonte: Autores (2025)

Quanto às crenças normativas, a influência dos grupos de referência é clara e importante. A opinião de colegas professores, gestores universitários, alunos, incubadoras e

parques tecnológicos é considerada relevante para as decisões acadêmicas e profissionais dos respondentes, evidenciando a importância do suporte social e institucional na consolidação do comportamento esperado, apresentado na Figura 14 ao ser perguntado “Qual a probabilidade de que seus colegas professores na universidade/faculdade considerem importante a adoção de iniciativas de transferência de tecnologia entre universidades públicas, indústria e governo nos próximos anos?”. Esse aspecto reforça a ideia de que a cultura organizacional e o ambiente social são determinantes para o engajamento em práticas inovadoras e colaborativas.

Figura 14 – Crenças Normativas - Professores

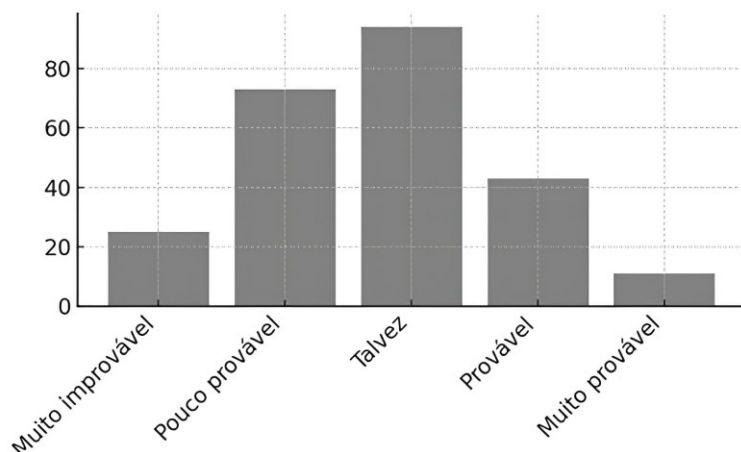


Fonte: Autores (2025)

No que tange às facilidades e incentivos percebidos, há uma certa incerteza e até pessimismo em relação ao apoio financeiro e à facilidade de implementar os projetos, como pode ser visto na Figura 15 ao ser perguntado “Caso você adote iniciativas de transferência de tecnologia entre universidades públicas, indústria e governo nos próximos anos, quão provável

é que você receberá incentivo financeiro do governo ou agência de fomento”. Muitos respondentes expressam dúvidas sobre o recebimento de incentivos governamentais e o apoio estrutural necessário, o que pode atuar como fator limitante para a realização das iniciativas. Por outro lado, o conhecimento suficiente para desenvolver os projetos é percebido de maneira mais positiva, indicando que o capital humano está disponível, mas que os recursos externos e o suporte institucional ainda demandam melhorias.

Figura 15 – Facilidades e incentivos: Apoio Financeiro

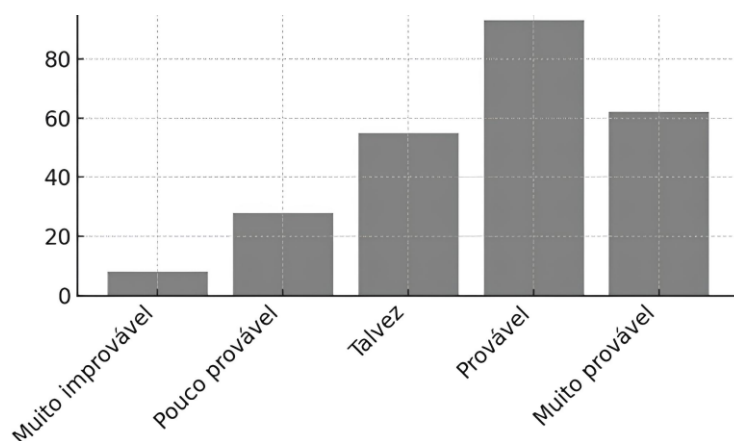


Fonte: Autores (2025)

Ao analisar as preferências quanto às modalidades de projetos, percebe-se, que os respondentes se mostram mais dispostos a participar de iniciativas relacionadas a palestras, cursos de formação, parcerias em disciplinas e projetos de pesquisa e desenvolvimento colaborativos, apresentados na Figura 16. Essas atividades tendem a demandar menos recursos financeiros e infraestrutura pesada, e valorizam o

compartilhamento de conhecimento, o que está em consonância com o perfil acadêmico e as condições percebidas pelos respondentes. Por outro lado, iniciativas que envolvem criação de empresas de base tecnológica e licenciamento apresentam menor adesão, possivelmente pela maior complexidade e necessidade de suporte financeiro e tecnológico, apontando para áreas que ainda necessitam de maior investimento e estruturação.

Figura 16 – Preferência de Projetos: cursos de formação, parcerias em disciplinas e projetos de pesquisa e desenvolvimento colaborativos

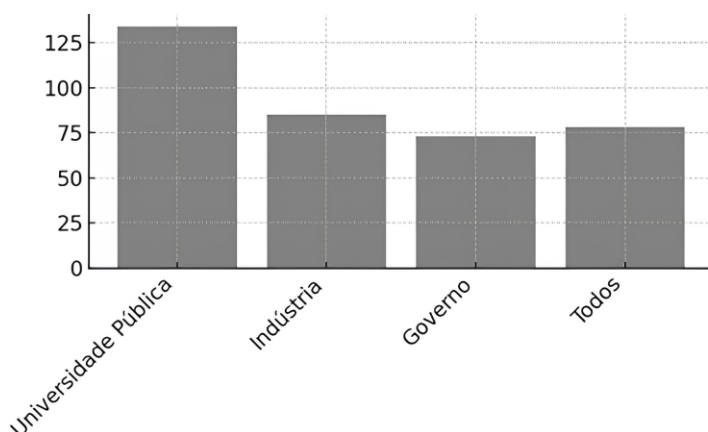


Fonte: Autores (2025)

Por fim, a preferência pela cooperação inicial via universidades públicas destaca o papel central que a academia exerce no processo de transferência de tecnologia, reafirmando a importância da universidade como núcleo do sistema de inovação. No entanto, o reconhecimento da necessidade de interação simultânea com a indústria e o governo reforça a visão sistêmica proposta pela Hélice Tríplice, onde o desenvolvimento

tecnológico e a inovação dependem da sinergia entre esses três atores, como apresentado na Figura 17.

Figura 17 – Preferência de Cooperação: Hélice Tríplice



Fonte: Autores (2025)

O perfil dos respondentes, majoritariamente professores doutores da Geração X, com sólida formação acadêmica e experiência, favorece atitudes positivas e forte intenção em participar de iniciativas de transferência de tecnologia. Contudo, limitações relacionadas ao controle comportamental percebido, principalmente a escassez de recursos e apoio institucional, indicam desafios que precisam ser superados para que essas intenções se convertam em ações efetivas. As normas sociais e o ambiente cultural favoráveis, aliados à valorização dos benefícios esperados, oferecem uma base sólida para o engajamento, enquanto a Hélice Tríplice oferece o arcabouço conceitual para entender e fortalecer a interação entre universidade, indústria e governo na promoção da inovação.

Considerações Finais

Este estudo revelou um cenário promissor quanto à intenção e predisposição dos profissionais acadêmicos das universidades públicas em participar de iniciativas de transferência de tecnologia que envolvem a colaboração entre universidade, indústria e governo. A predominância de professores com doutorado atuantes na amostra na amostra demonstra que esse grupo possui não apenas o conhecimento técnico e científico necessário, mas também uma visão estratégica acerca do papel importante dessas parcerias para o avanço científico, tecnológico e socioeconômico. Essa qualificação tem grande contribuição para a formação de atitudes positivas e uma forte intenção de engajamento, ressaltando a importância do capital humano na promoção da inovação.

A análise baseada na Teoria do Comportamento Planejado evidenciou que, embora haja uma clara disposição para participar dessas iniciativas, fatores relacionados ao controle comportamental percebido representam desafios importantes. Os respondentes apontam para a insuficiência de recursos financeiros, tecnológicos e humanos, bem como para limitações no suporte institucional, como barreiras que podem comprometer a efetivação dos projetos. Esse cenário indica que, para além da vontade e do conhecimento, é imprescindível que as universidades e demais atores da Hélice Tríplice invistam em infraestrutura adequada e em políticas de incentivo que facilitem a transformação das intenções em ações concretas e de impacto.

Outro aspecto relevante identificado é o papel das crenças normativas e do ambiente social na motivação dos respondentes. A percepção de que colegas, gestores, alunos e instituições parceiras apoiam a transferência de tecnologia

reforça o compromisso dos profissionais acadêmicos com essa prática, destacando a importância do apoio social e institucional para fortalecer uma cultura colaborativa e inovadora. Essa dinâmica está em consonância com o modelo da Hélice Tríplice, que enfatiza a necessidade da interação entre universidade, indústria e governo para fomentar a inovação aberta e o desenvolvimento sustentável.

Além disso, o estudo ressalta que os respondentes atribuem grande importância aos resultados esperados dessas iniciativas, como o aumento da produtividade científica e tecnológica, a captação de recursos financeiros e o reconhecimento internacional. Esses objetivos, quando alcançados, podem gerar um ciclo virtuoso de inovação, atração de investimentos e fortalecimento da capacidade competitiva das instituições e regiões envolvidas. Assim, a transferência de tecnologia não se configura apenas como uma atividade acadêmica, mas como um vetor estratégico para o desenvolvimento regional e nacional.

Por fim, para maximizar o potencial das iniciativas de transferência de tecnologia, é importante que os gestores públicos, as universidades e os parceiros industriais trabalhem conjuntamente para eliminar barreiras estruturais, promover incentivos financeiros adequados e oferecer suporte técnico e administrativo. A consolidação de um ecossistema inovador eficiente depende da sinergia desses atores, do alinhamento de interesses e da criação de ambientes favoráveis à colaboração. Este estudo contribui para ampliar o entendimento sobre as percepções e expectativas dos atores acadêmicos nesse contexto, oferecendo subsídios valiosos para o planejamento e implementação de políticas e ações que promovam a inovação e o desenvolvimento sustentável.

Referências

AGUIAR, Rodrigo Goulart; MUNIZ, Veyzon Campos. **TRIBUTAÇÃO DA INOVAÇÃO. Revista dos Tribunais**| vol, v. 941, n. 2014, p. 201, 2014.

ANTUNES, J. M. O.; MANSO, J. A. C. **Relações internacionais e transferência de tecnologia: o contrato de licença.** Livraria Almedina. Coimbra, 1993.

AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational behavior and human decision processes**, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 03 dez. 2004. Retificado em 16 mai. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10973-2-dezembro-2004-534975-publicacaooriginal-21531-pl.html>. Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 12 jun. 2025

CERVI, C.; FROEMMING, L. M. S. Relação universidade-empresa: estágio supervisionado como canal de marketing de relacionamento. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 3, p. 210-231, 2013.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The Triple Helix—University-Industry-Government relations: A laboratory for knowledge based economic development. **EASST Review**, v. 14, p. 14-19, 1995.

ETZKOWITZ, Henry. Academic-industry relations: a sociological paradigm for economic development. **Evolutionary economics and chaos theory: New directions in technology studies**, p. 139-151, 1994.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university-industry-government relations. **Research policy**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

GALLI, R. *et al.* **Paradigmatic shifts in national innovation systems. Systems of innovation: Technologies, institutions and organizations**, p. 342-370, 1997.

GIBBONS, M. The industrial-academic research agenda. **Research and Higher Education-The UK and the US, SRHE and Open University Press**, Buckingham, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Portal institucional do INPI. 2019.** Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br>. Acesso em: 12 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Portal institucional do IBGE.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

LEYDESDORFF, L.; FRITSCH, M. Measuring the knowledge base of regional innovation systems in Germany in terms of a Triple Helix dynamics. **Research policy**, v. 35, n. 10, p. 1538- 1553, 2006.

LEYDESDORFF, Loet; ETZKOWITZ, Henry. The triple helix as a model for innovation studies. **Science and public policy**, v. 25, n. 3, p. 195-203, 1998.

LEYDESDORFF, L.; PARK, H. W.; LENGYEL, B. A routine for measuring synergy in university-industry-government relations: mutual information as a Triple-Helix and Quadruple- Helix indicator. *Scientometrics*, v. 99, n. 1, p. 27-35, 2014.

LOMBARDI, P. *et al.* **Modelling the smart city performance.** *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, v. 25, n. 2, p. 137-149, 2012.

LOPES, S. L. A. R. **Avaliação da gestão de transferência de tecnologia nas instituições científicas, tecnológicas e de inovação do Brasil.** 2019. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) - Universidade de Brasília, Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38046> . Acesso em: 1 abr. 2025.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Decreto nº 15.116, de 13 de dezembro de 2018.** Regulamenta a Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e dispõe sobre a Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 14 dez. 2018. Disponível em: <https://www.fundect.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/DECRETO-No-15.116-DE-13-DE-DEZEMBRO-DE-2018.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PAVITT, K. What do firms learn from basic research. **Technology and the Wealth of Nations**, p. 29-40, 1993.

SILVA, L. C. S; SOLLEIRO, J. L.; ÁLVAREZ, I. Ibero-american model for technology transfer between public universities through digital technology. **Revista Ibero-americana de Educação**, v. 97, n. 2, p. 63-82, 2025.

STAL, E.; FUJINO, A. As relações universidade-empresa no Brasil sob a ótica da Lei de Inovação. **RAI-Revista de Administração e Inovação**, v. 2, n. 1, p. 5-19, 2005.

VAN LOOY, B. *et al.* Combining entrepreneurial and scientific performance in academia: towards a compounded and reciprocal Matthew-effect? **Research Policy**, v. 33, n. 3, p. 425-441, 2004.

WEBSTER, Andrew; ETZKOWITZ, Henry. Academic-industry relations: The second academic revolution?: A framework paper for the proposed research workshop on academic- industry relations. Science Policy Support Group, 1991.

WOLFFENBÜTTEL, A. P. **Avaliação do processo de interação universidade-empresa em incubadoras universitárias de empresas:** um estudo de caso na incubadora de empresas de base tecnológica da Unisinos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

CAPÍTULO 3

OS INCENTIVOS JURÍDICOS E OS DESAFIOS PARA A INOVAÇÃO:

CONTRIBUIÇÕES PARA O PARQUE TECNOLÓGICO INTERNACIONAL DE PONTA PORÃ (PTIN)/MS

MATEUS MACIEL RIBAS
ELIANA LAMBERTI
CLAUDEMIRA TEREZA ASSUNÇÃO

Introdução

Os Parques Científicos e Tecnológicos (PCTs) são ambientes dinâmicos e estratégicos para a promoção da inovação, do empreendedorismo e do desenvolvimento sustentável. A iniciativa pioneira em parques tecnológicos data de 1950 junto à universidade norte-americana de Stanford que fomentou a criação do Vale do Silício, sede de empresas de tecnologia da informação como Apple, Facebook e Google. O Vale do Silício não é obra do acaso. Mazzucato (2014, p. 27) destaca o papel estatal na economia e enfatiza que os Estados Unidos da América (EUA)

possuem um dos governos mais intervencionistas no que se refere à inovação. Para a economista, o empreendedorismo é uma qualidade que deve ser endógena ao setor público: “Um Estado empreendedor não apenas reduz os riscos do setor privado, como antevê o espaço de risco e opera corajosamente e eficientemente dentro desse espaço para fazer as coisas acontecerem.” (Mazzucato, 2014, p. 29). Nesta temática, é preciso superar a errônea retórica recorrente de subestimar o papel estatal e superestimar o setor privado.

Audy e Piqué (2016) definem PCTs como sendo um complexo produtivo (em geral, industrial e de serviços) de base científica e tecnológica que conecta empreendimentos e centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Trata-se de um ambiente promotor da inovação e da transferência de conhecimento. Os PCTs têm como missão oferecer os recursos estratégicos e necessários para a criação de negócios criativos, parcerias através da articulação e promoção do espírito empreendedor. O resultado pressupõe agregação de valor tanto no âmbito econômico, como educacional e social. Desta forma, se constitui em um novo paradigma de desenvolvimento regional, nacional e internacional (Anprotec, 2007). De acordo com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), o Brasil experimenta um aumento significativo no número de parques tecnológicos, os quais geram milhares de empregos e novas tecnologias (Anprotec, 2021)¹.

Esses ecossistemas de inovação têm se consolidado como catalisadores fundamentais para o progresso regional ao

¹ É importante frisar e distinguir outros tipos de *habitat* de inovação como hotel tecnológico, incubadoras, aceleradoras, centros de inovação, polos tecnológicos e tecnópoles. Sobre cada um desses *habitats*, sugere-se a leitura de Jacoski *et al* (2020).

fomentar a criação de soluções inovadoras e promover a retenção de capital intelectual qualificado. Mazzucato (2014) define sistemas de inovação como sendo a rede de instituições dos setores público e privado que interagem para fins de modificar e difundir novas tecnologias. A autora destaca que o “ecossistema” inovativo pode ter natureza simbiótica e colaborativa (no qual há socialização dos riscos e recompensas e, por isso, são sustentáveis) ou parasitária (no qual não há socialização dos ganhos). A metodologia de ecossistemas tem sido aplicada no contexto sul-mato-grossense. Esforços da gestão pública e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) estão sendo investidos na construção de Ecossistemas de Inovação, em vários municípios, a saber: Dourados, Campo Grande, Chapadão do Sul, Três Lagoas, Ponta Porã, Naviraí, Amambai, Corumbá e Nova Andradina².

Neste sentido, as próximas páginas objetivam analisar as premissas de um ambiente normativo para o fomento e proposição de PCTs, além de identificar as potencialidades e desafios à promoção da inovação no âmbito regional. Para contemplar essa proposta, os recursos investigativos teóricos e empíricos basearam-se: a) da definição das palavras-chave que guiaram a pesquisa do referencial teórico; b) da pesquisa e identificação das normativas federais e estaduais que fomentam a inovação; c) do destaque de alguns PCTs no Brasil³.

A motivação para esta tarefa vincula-se ao papel fundamental dos PCTs para a inovação tecnológica, geração de

² <https://www.semadesc.ms.gov.br/ecossistemas-mato-grosso-do-sul-tem-nove-polos-de-inovacao-cientifica-e-tecnologica/>

³ Este texto contém parte do resultado de uma Iniciação Científica (IC) contemplada pelo Programa Institucional de Bolsas de IC (Pibic/UEMS) realizada nos anos de 2024 a 2025.

empregos e desenvolvimento regional sustentável, ao conectar diferentes atores (universidades, instituições de pesquisa, empresas e pesquisadores de diversas áreas). Além disso, busca-se contribuir para o processo de implementação do primeiro PCT Internacional de Mato Grosso do Sul que está em vias de implantação no município de Ponta Porã.

Segurança Jurídica e a Sociedade do Conhecimento: uma via de mão dupla

O atual paradigma de desenvolvimento⁴ adiciona desafios multissetoriais e multidimensionais. Se de um lado, o ambiente jurídico estabelece os contornos e incentivos aos setores produtivos e empresariais, de outro, o aprendizado tecnológico está no cerne da dinâmica da acumulação de capital que requer um conjunto de habilidades com aplicações tecnológicas e comerciais. Os efeitos macro dinâmicos dessa engrenagem geram mudanças e vantagens competitivas para os países e regiões.

Jacoski *et al* (2020) dissertam sobre o diferencial gerado por produtos e serviços baseados em conhecimento e inovação fomentados no ambiente universitário. Para os pesquisadores, é o papel das universidades, por meio da pesquisa e do conhecimento acumulado, produzir inovações disruptivas. Nas palavras deles:

⁴ A definição de desenvolvimento é diversificada. São várias as perspectivas e adjetivações possíveis, mas é possível sintetizar o debate em dois grupos teóricos. Um deles (clássico e de vertente econômica) defende que crescimento econômico é sinônimo. Outro que argumenta que crescimento econômico é necessário para gerar recursos (já que corresponde ao aspecto quantitativo do Produto Interno Bruto-PIB) que devem financiar políticas que pressupõe mudanças qualitativas no conjunto agregado. Sobre este tema, sugere-se a leitura de Lamberti e Gama (2020).

As universidades estão sendo procuradas não apenas para ser um canal de transferência de conhecimento, mas sim para ter um papel ativo e incisivo no processo contínuo de produção de soluções e de desenvolvimento econômico das regiões. (Jacoski et al., 2020, p. 26)

A atual era (do conhecimento) requer a construção de ecossistemas e fomento à cultura da inovação em todos os âmbitos (social, cultural, político, econômico) na busca por soluções sustentáveis. Nesta perspectiva, ecossistema de inovação corresponde a um organismo dinâmico que consome, compartilha e transforma o conhecimento em produtos inovadores de forma contínua. O elemento estratégico é a rede humana que gera soluções criativas (Jacoski *et al.*, 2020).

Entretanto, ecossistemas inovadores não surgem aleatoriamente. A atuação do estado é também elemento estratégico. A dimensão normativa e jurídica constitui a base, garante segurança jurídica e fonte de subsídios. A seguir, apresentamos algumas leis e decretos aplicados no contexto da CTI em âmbito nacional e estadual de Mato Grosso do Sul.

Em nível federal, tem-se a Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação) e o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), composto pela Lei nº 13.243/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 9.283/2018, que são marcos importantes para o fomento científico e tecnológico no Brasil. A Lei de Inovação estabelece incentivos para o processo inovativo e pesquisa no ambiente produtivo, enquanto o Marco Legal da CTI visa facilitar a atividade de pesquisa e a cooperação entre instituições e empresas, além de promover a transferência de tecnologia, oferecendo um ambiente favorável, com incentivos fiscais e mecanismos de fomento.

Ainda na esfera nacional, a Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem) visa incentivar as empresas a participarem ativamente em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI) por meio de benefícios fiscais, diferenciação de concorrentes e maximização de lucros. A perspectiva é fomentar espaços propícios para parcerias estratégicas ao alinhar interesses públicos e privados. A referida legislação em seu artigo 17, § 1º, define inovação tecnológica como aquela que permite a concepção de um novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias (mesmo que incrementais) e ganho de qualidade ou produtividade.

A lei garante que o financiamento público não se limite à injeção direta de capital, mas também inclui suporte indireto para reduzir custos operacionais e atrair empresas privadas para os PCTs. Contudo, há desafios na sua implementação, como a complexidade legislativa, falta de divulgação e organização na comprovação da lei, isso porque ela exige uma série de relatórios para comprovação das atividades de PDI, certidões de negatividade, preenchimento de formulários e relatórios de despesas, entre outros requisitos, para adequação à legislação (Medeiros, 2024).

A Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, no capítulo VI, estabelece os delineamentos sobre a importância da CTI ao firmar que é atribuição estatal à promoção e incentivo ao progresso da ciência, da capacitação técnica e que a pesquisa deve ter tratamento prioritário. Nolasco (2017) destaca que este postulado se vincula ao semelhante estabelecido na Carta Magna federal que prevê a liberdade científica enquanto elemento dos direitos fundamentais das pessoas e não está desassociado do binômio desenvolvimento-

com-sustentabilidade. Os problemas regionais, portanto, devem ocupar papel central na política tecnológica.

No âmbito estadual, o Decreto nº 13.890, de 2014 instituiu, em Mato Grosso do Sul, o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação, composto por secretários de estado, reitores e dirigentes de instituições de ensino, pesquisa e extensão. Está previsto que o Fórum deve reunir-se pelo menos duas vezes ao ano para estabelecer diretrizes e políticas públicas para a área. O objetivo é assessorar o Governador do Estado na definição das diretrizes da política de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.

Com o Decreto nº 15.116, de 13 de dezembro de 2018, houve a regulamentação da Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, no tocante a normas gerais aplicáveis ao Estado de Mato Grosso do Sul, e dispõe sobre outras medidas em matéria da política estadual de ciência, tecnologia e inovação. Com este decreto, Mato Grosso do Sul se tornou o quarto estado brasileiro a regulamentar o Marco Legal da CTI. Esse decreto estabelece que o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul (SCTI/MS) será integrado por Parques Tecnológicos, e desburocratiza atividades de pesquisa no Estado, integra instituições científicas e tecnológicas e incentiva pesquisadores. A regulamentação simplifica a celebração de convênios para pesquisa pública; facilita a internacionalização de instituições científicas e tecnológicas; e aumenta a interação entre elas e a iniciativa privada.

A Lei nº 6.158 de 13 de dezembro de 2023 instituiu o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027 (Define as diretrizes, objetivos e metas do Governo para o horizonte de quatro anos). Em seu artigo 6º estão previstos os fundamentos da gestão estratégica de governo a partir da visão de futuro,

geração de valor público e eixos temáticos em favor da sociedade que devem ser efetivados pela Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta. De modo que para a vigência deste planejamento plurianual, devem ser fomentados: a promoção da competitividade e a sustentabilidade no território estadual a partir dos eixos temáticos da inovação, sustentabilidade, geração de valor por meio da ciência e da tecnologia.

Em 2024, foi promulgada a Lei nº 6.380 que dispõe sobre medidas de incentivo à pesquisa, ao fomento científico e tecnológico e à inovação no Estado de Mato Grosso do Sul, institui o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI/ MS), cria o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI/MS), institui o Fundo Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (FUNECTI), e dá outras providências. O Sistema Estadual de CTI tem por objetivo incentivar o desenvolvimento econômico e sustentável por meio da inovação tecnológica e estimular projetos e programas articulados entre a comunidade científica, o setor público e o privado.

O Conselho Estadual de CTI deve atuar como órgão de consulta, de proposição de normatização e de deliberação da política de ciência, tecnologia e de inovação, bem como será o competente por estimular a formação e o fortalecimento de empresas inovadoras, além da constituição e da manutenção de incubadoras de empresas, polos e parques tecnológicos e incentivará a produção científica e tecnológica adequada ao desenvolvimento sustentável do Estado. Os recursos do Fundo (FUNECTI), por sua vez, serão aplicados para apoiar e financiar programas, projetos e atividades de CTI, compreendendo a pesquisa básica ou aplicada, a inovação, o empreendedorismo inovador, a capacitação de recursos humanos e o intercâmbio científico e tecnológico,

implementação, modernização e ampliação da infraestrutura de pesquisa no Estado, entre outras ações⁵.

Os Ecossistemas Científicos e Tecnológicos

Os PCTs atuam como promotores da inovação e do avanço tecnológico por meio da aproximação das empresas, universidades, órgãos governamentais e sociedade em um mesmo ambiente, o que proporciona a interação e a cooperação entre esses agentes, visto que reúnem os elementos necessários para que a inovação se efetive (Anprotec, 2015). A inovação ocorre, conforme destaca Noce (2002), através das consultorias, dos cursos na área de gestão tecnológica e empresarial, da interação entre empresas e instituições de ensino e pesquisa, e compartilhamento de equipamentos e laboratórios e recursos humanos. Dentre os objetivos dos PCTs está, portanto, a promoção do desenvolvimento sustentável⁶ (NOCE, 2002).

Mineiro e Castro (2020) reforçam a ideia de que o objetivo de um parque é trazer a sociedade para dentro, ou seja, os parques deixam de estar nas cidades e passam a ser a cidade uma vez que conectam a sociedade de diferentes formas. A aproximação e interação podem ocorrer por meio de eventos

⁵ Cabe ressaltar a importância da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), que fomenta o apoio à criação, à implantação e à consolidação de ambientes promotores de inovação, mecanismos de geração de empreendimentos, habitats de inovação, *living labs*, centros e parques tecnológicos no Estado de Mato Grosso do Sul.

⁶ A perspectiva de desenvolvimento sustentável que coaduna com os objetivos deste texto é aquela proposta por Sachs (2009). Além de ter natureza qualitativa é sistêmica e envolve várias dimensões da sociedade, além da econômica, social e ambiental (cultural, territorial, ecológica e política). Sugere-se a leitura de Enríquez (2010).

temáticos ou de inclusão, e também em torno de projetos que promovam cidades inteligentes⁷.

Kniphoff, Figueiró e Nodari (2018) salientam que os parques tecnológicos detêm um significativo papel em propiciar um ambiente que promova a criação de tecnologias e negócios alinhados às questões socioambientais, bem como destacam as principais contribuições destes empreendimentos: gerar empregos, criar novas empresas, facilitar a interação entre universidade e empresas nele instaladas, além de favorecer a disseminação de tecnologias. Vale mencionar o conceito de “inovação sustentável”: é aquela com a finalidade de atenuar os impactos socioambientais (Spezamiglio; Galina; Calia, 2016). Além disso, a proteção do meio ambiente natural é percebida como uma necessidade e ao mesmo tempo uma oportunidade para obtenção de lucros pelas empresas (Filho, 2009).

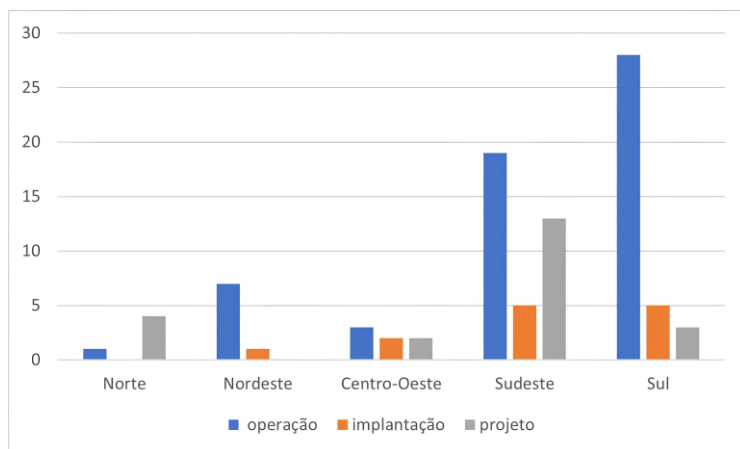
Lima, Santos, Costa, Sousa e Florêncio (2024) destacam que os parques tecnológicos têm o potencial de transformar as cidades, gerar empregos, aumentar a arrecadação de impostos e fomentar soluções para empresas e população, e, portanto, impulsionam a diversificação da economia local. Ademais, esses espaços requerem financiamento para planejamento, implantação e manutenção de infraestrutura física e equipamentos, o que reforça positivamente o desenvolvimento econômico e social de uma nação ou região (Figlioli e Porto, 2012).

De acordo com os dados disponibilizados para o ano de 2021 (Anprotec, 2021) eram 93 as iniciativas tecnológicas, sendo 58 em operação, 13 em implantação e 22 em planejamento.

⁷ Sobre este tema sugere-se a leitura de Morozov e Bria (2023). Em outro capítulo desta obra, este tema é abordado com maiores detalhes.

Destes ecossistemas, 80% concentram-se nas regiões sul e sudeste. A região nordeste ocupa a 3ª colocação, conforme indica o gráfico a seguir

Gráfico 1 – Distribuição dos Parques Tecnológicos no Brasil em 2021



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Anprotec (2021).

Destacamos ainda que a Anprotec (2021) constatou que cerca de 20% dos parques, em média, têm mais de 14 anos de operação, e 65% dos parques têm menos de 10 anos de operação⁸. As áreas de atuação dos empreendimentos em operação estão concentradas em: Tecnologia da Informação, Biotecnologia, Energia, Meio Ambiente, Agronegócio e Economia Criativa.

De acordo com os dados oficiais para o período mais recente (dados publicados em 2025), o Brasil conta com 64

⁸ A criação destes ambientes foi incluída no Plano Plurianual do Governo Federal desde o ano de 2000.

parques tecnológicos em operação, 42 em fase de implantação e 7 em planejamento, e um total de 2.706 empresas, somando as seguintes estimativas: 75.666 empregos, faturamento estimado em R\$ 15.186.245.035,47 e impostos em torno de R\$ 1.247.599.433,35 (MCTI, 2025). A localização destes empreendimentos (conforme indica figura a seguir) está concentrada em duas regiões (sul e sudeste). Tal concentração pode ser explicada pelas condições econômicas e presença de um consolidado sistema científico e tecnológico, que é o principal fator de sucesso para estes ecossistemas (MCTI, 2021).

Figura 1 — Mapa dos Parques Tecnológicos no Brasil



Fonte: MCTI (2025)

A desigualdade regional constatada em termos de presença destes ecossistemas de inovação reitera a gama de desafios impostos para a superação dessa realidade. Tem-se a reprodução, em nível nacional, da dinâmica, nem sempre incluyente, do crescimento em nível internacional. Algumas porções territoriais se conectam e avançam a partir das oportunidades e mudanças de paradigmas. Outras porções vivenciam a ampliação da sua condição de exclusão e papel periférico no sistema produtivo. São muitas as explicações teóricas (e de várias áreas do conhecimento) para o crescimento econômico e desenvolvimento desigual⁹.

Contudo, um fio condutor que várias perspectivas compartilham é aquele que indica que, desde a primeira revolução tecnológica, a mola propulsora da mudança e do progresso vincula-se ao conhecimento científico, a tecnologia e a inovação; a disponibilidade de fontes de financiamento e ao ambiente propício aos negócios e às novas ideias. Elementos que devem estar presentes e sustentam os PCTs.

Com o objetivo de ilustrar algumas especificidades e pontos em comum, destacamos alguns Parques Científicos e Tecnológicos (PCTs) do Brasil e seus objetivos.

⁹ De forma ilustrativa, sugere-se a leitura de Acemoglu e Robinson (2012). Os autores explicam a pobreza e a prosperidade a partir da existência de instituições econômicas e políticas extrativistas ou inclusivas. O ambiente promotor da prosperidade é aquele constituído por um conjunto de variáveis e fatores favoráveis às mudanças, à destruição criativa (leia-se inovação e empreendedorismo) e que fortalecem a democracia econômica.

Quadro 1 – Principais Parques Tecnológicos por localização e ano de criação

PCT/ Localização	Descrição
Padetec Fortaleza/CE	Inaugurado em 1991 com o propósito de ser uma incubadora de empresas de base tecnológica. O parque conta com um centro de PDI e vários laboratórios de pesquisas. Possui a visão de gerar novos negócios, produtos e processos e efetuar transferência de tecnologia para empresas nacionais e estrangeiras, através de seu centro de pesquisa e/ou empresas incubadas e afiliadas. Tem como missão estimular a criação de empresas industriais de base tecnológica e o fomento de produtos e pesquisas aplicadas de interesse regional ¹⁰ .
Tecnosinos Parque Tecnologico de São Leopoldo/RS	Fundado em 1999, o objetivo é produzir novos empreendimentos tecnológicos, impulsionados por empreendedores inovadores, e incentivar o desenvolvimento sustentável da região. Atualmente, há sete países parceiros representados no parque: Brasil, Alemanha, Coreia do Sul, Holanda, Índia, Suécia e Suíça. É membro da International Association of Science Parks (IASP), que inclui mais de 400 parques científicos ao redor do mundo. O parque foi reconhecido em 2010 e 2014 como o melhor PCT do Brasil pela Anprotec ¹¹ .
Porto Digital Recife/PE	É considerado um dos principais parques tecnológicos do Brasil. Está instalado no centro histórico do Bairro do Recife e nos bairros de Santo Amaro, Santo Antônio e São José, totalizando uma área de 171 hectares na capital pernambucana. A região, antes degradada e de pouca importância para a economia local, vem sendo requalificada de forma acelerada em termos urbanísticos, imobiliários e de recuperação do patrimônio histórico edificado desde a fundação do parque, em 2000 ¹² .

¹⁰ Disponível em: <https://www.padetec.ufc.br/>. Acesso em novembro/2025.

¹¹ Disponível em: <https://www.tecnosinos.com.br/>. Acesso em novembro/2025.

¹² Disponível em: <https://www.portodigital.org/>. Acesso em novembro/2025.

Parque Tecnológico UFRJ Rio de Janeiro/RJ	Inaugurado em 2003, trata-se de um ambiente de inovação que tem como objetivo promover a interação entre a universidade - alunos e corpo técnico-acadêmico - e as empresas. Eleito como o Melhor PCT do Brasil em 2013, possui um time especializado na promoção da interação entre as empresas com unidades/grupos de pesquisa da universidade. Nesse ambiente, as empresas encontram infraestrutura e conhecimento especializado que suportam a superação de desafios empresariais. Nos últimos anos, o PCT da UFRJ investe em duas frentes de trabalho: atração de novas empresas dos mais variados setores da economia e o transbordamento de suas atividades para além das fronteiras físicas, através de parcerias com demais Parques e ambientes de inovação ¹³ .
Itaipu Parquetec Foz do Iguaçu/PR	Criado em 2003, trata-se de um ecossistema de inovação que integra entidades como instituições de ensino, empresas e órgãos governamentais. O parque mais completo em soluções sustentáveis para tecnologias do futuro e transição energética promove a interação e a troca de conhecimentos em prol de soluções para a sociedade, por meio de projetos e políticas de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, inovação e empreendedorismo ¹⁴ .
Feevale Techpark Vale do Rio dos Sinos/RS	Está integrado à estrutura da Universidade Feevale e possui caráter multicampi e multissetorial, o que contribui para o desenvolvimento local e regional. Seu objetivo é promover a aproximação da universidade com as empresas, incentivando a transferência de tecnologia, a competitividade empresarial e o fomento a novos negócios, produtos, processos e serviços. É diferenciado em termos de logística e oportunidades de negócios nacionais e internacionais por estar localizado em ponto estratégico do Mercosul ¹⁵ .

¹³ Disponível em: <https://www.parque.ufrj.br/>. Acesso em novembro/2025.

¹⁴ Disponível em: <https://www.itaipuparquetec.org.br/>. Acesso em novembro/2025.

¹⁵ Disponível em: <https://feevaletechpark.com.br/>. Acesso em novembro/2025.

Tecnopuc Porto Alegre e Viamão/RS	Inaugurado em 2005, o ecossistema envolve empresas públicas e privadas, centros de pesquisa, startups e entidades profissionais e empresariais em uma comunidade articulada que colabora para o progresso de negócios inovadores. As organizações que compõem o Parque são de diferentes portes, mercados e tecnologias, formando uma comunidade de empresas e pessoas diversa e rica. Sua missão é ser um ecossistema de inovação vetor de transformação da universidade e da sociedade ¹⁶ .
Parque Científico e Tecnológico da UNICAMP Campinas/ SP	Localizado no campus da Unicamp, os ambientes do Parque permitem que alunos e pesquisadores trabalhem em conjunto com empresas incubadas, startups e laboratórios de PDI, e gerem conhecimento aplicado a práticas emergentes de tecnologia em diversos segmentos e indústrias. O projeto do Parque teve início em 2008 ¹⁷ .
PCT-GUAMÁ Belém/PA	Fundado em 2010, é o único PCT da região norte do Brasil, sendo referência em inovação na Amazônia. Possui como missão fomentar a pesquisa aplicada, o empreendedorismo inovador e a sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento da Amazônia e melhor qualidade de vida da população ¹⁸ .
Parque Tecnológico Piracicaba “Engenheiro Emílio Bruno Germek Piracicaba/SP	Inaugurado em 2012, visa promover informação tecnológica, estimular a cooperação entre centros de pesquisa, universidades e empresas, além de dar suporte ao fomento de atividades empresariais. Ainda possui 24 boxes para instalações de empresas, auditório com capacidade para 200 pessoas, salas de reunião, treinamento e laboratórios. Atualmente, possui 19 empresas já instaladas. Desde 2016, Piracicaba é conhecida como o Vale do Silício do agronegócio brasileiro ¹⁹ .

¹⁶ Disponível em: <https://tecnopuc.pucrs.br/>. Acesso em novembro/2025.

¹⁷ Disponível em: <https://parque.inova.unicamp.br/>. Acesso em novembro/2025.

¹⁸ Disponível em: <https://www.pctguama.org.br/>. Acesso em novembro/2025.

¹⁹ Disponível em: <https://parquetecnologico.piracicaba.sp.gov.br/>. Acesso em novembro/2025.

Biopark Toledo/PR	Lançado em 2016, o parque possui setores organizados que permitem o progresso de áreas residenciais, comerciais e industriais. Caracteriza-se como um Ecossistema de negócios que oferece benefícios únicos para empresas; como um Polo Universitário com quatro universidades, sendo três federais (UFPR, UTFPR e IFPR); como um centro de Pesquisas com dezenas de laboratórios já em funcionamento; e como uma área promissora para investimentos imobiliários. Dentre seus objetivos está: Incentivar a geração de empregos focados em conhecimento, tecnologia e inovação; atrair startups e também empresas e indústrias consolidadas; e transformar a região oeste em um polo de PDI ²⁰ .
Parque Tecnológico de Pato Branco Pato Branco/PR	Inaugurado em 2016, é uma estrutura modelo voltada à pesquisa, extensão e incubação de empresas de base tecnológica. No espaço, é possível criar e desenvolver projetos inovadores, que consolidam o ambiente tecnológico do município e a postura de Pato Branco enquanto Cidade Inteligente, inovadora e conectada com o futuro ²¹ .
Oceantec Furg Rio Grande/RS	Inaugurado em 2017, é um ambiente de cooperação entre a comunidade acadêmica e iniciativas empreendedoras, visando o fortalecimento da capacidade competitiva e de inovação, gerando valor e bem-estar para a sociedade. Tem como objetivo fomentar novas economias da área da tecnologia orientadas pelo empreendedorismo inovador, e auxiliar no desenvolvimento sustentável da região. Atualmente abriga empresas nas áreas de Tecnologia da Informação, Computação, Automação e Engenharias, Tecnologias para Indústria, Comércio, Serviços e Energias renováveis ²² .
Pollen Chapecó/SC	Inaugurado em 2021 e idealizado em parceria com o poder público e mantido pela Unochapecó, o Pollen Parque foi desenvolvido para ampliar o envolvimento da universidade com a comunidade e transformar a região numa referência em desenvolvimento econômico e científico. A

²⁰ Disponível em: <https://biopark.com.br/>. Acesso em novembro/2025.

²¹ Disponível em: <https://patobranco.tec.br/>. Acesso em novembro/2025.

²² Disponível em: <https://oceantec.furg.br/>. Acesso em novembro/2025.

	interação entre universidade, empresa, governo e sociedade civil impulsiona o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento. Essa abordagem, chamada de “hélice quádrupla”, promove a inovação, o empreendedorismo e redes colaborativas, trazendo benefícios como competências científicas e vantagens competitivas ²³ .
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores

O rol de ecossistemas apresentados, em ordem cronológica de inauguração, indica que mesmo antes do planejamento público ser institucionalizado²⁴ e viabilizado²⁵, algumas iniciativas empreendedoras se materializaram no nordeste e no sudeste brasileiro. A partir do ano de 2000, as experiências se multiplicaram em torno das diferentes possibilidades de parceria entre as universidades, setor privado e sociedade. É preciso destacar que até a implantação e pleno funcionamento de um PCT são necessários muitos esforços (normativos, políticos, econômicos, sociais) que demandam, por sua vez, anos de planejamento.

Na região centro oeste, o estado de Goiás lidera as experiências empreendedoras no segmento de parques tecnológicos. Mato Grosso possui um em operação²⁶. Em Mato Grosso do Sul, estão em vias de implantação (além do PTIN) o Parktec CG Campo Grande/MS. Inaugurado (a estrutura física) em 2023, tem por objetivo fortalecer a economia do estado,

²³ Disponível em: <https://pollenparque.com.br/>. Acesso em novembro/2025.

²⁴ Por força de lei, a partir dos anos 2000.

²⁵ Pressupõe-se a viabilidade a partir da relativa estabilidade macroeconômica brasileira após o Plano Real (implantado em 1994).

²⁶ Embora essa informação não seja confirmada com outros documentos que indicam que este parque está em vias de implantação (<https://www.secitec.mt.gov.br/parque-tecnologico-mt>).

desenvolver o empreendedorismo, fomentar o surgimento de novas empresas e parcerias nacionais e internacionais e valorizar o patrimônio cultural e tecnológico²⁷.

O PCT Internacional de Ponta Porã está cadastrado como PCTs em estágio de planejamento (MCTI, 2025). As iniciativas propositivas para o PTIN datam do ano de 2010. A formalização da criação ocorreu em 2013. A construção foi concluída e a inauguração física ocorreu no mês de março de 2026. A terceira fase (efetivação e maturação) deve ser finalizada até o ano de 2027. A consolidação (potencializar as vocações e orientar o crescimento para as novas tendências) deve ocorrer até 2028 e a integração por tecnologia e inovação em toda região de fronteira a partir de 2028.

Dimensões e Desafios

Segundo Bellavista e Sanz (2009), são cinco os fatores críticos de sucesso que contribuem para a consolidação dos parques tecnológicos como ambientes promotores da inovação e do desenvolvimento regional, que são: imagem e prestígio do parque (a reputação do parque influencia diretamente na atração de empresas e investimentos); localização (proximidade com centros urbanos, universidades, infraestrutura adequada e fácil acesso são aspectos valorizados); ligação com universidades e institutos de pesquisa (a parceria com instituições de ensino e pesquisa é essencial para troca de conhecimento, realização de P&D e formação de mão de obra qualificada); suporte institucional (apoio de governos, agências de fomento e políticas públicas coerentes

²⁷ Criado pela Lei n. 6.786 de 9 de março de 2022. Informações adicionais podem ser obtidas: <https://www.campogrande.ms.gov.br/parkteccg/>.

com os objetivos do parque são fundamentais); e demanda local (existência de um ecossistema regional com necessidades e oportunidades para inovação tecnológica).

Estão pontuados, a seguir, os principais desafios e ameaças multifacetados que impedem ou dificultam a implementação e a consolidação bem-sucedida de um PCT de acordo com Bellavista e Sanz (2009).

Quadro 2 – Desafios para a implementação dos PCTs

Desafios	Questões Centrais	Impacto Primário
Financeiro	Dependência de recursos públicos; Insuficiência de investimento privado; Dificuldade em atrair empresas âncora; Custos operacionais.	Vulnerabilidade e insustentabilidade financeira.
Governança	Falta de estratégia clara; Autonomia limitada; Descontinuidade de políticas; Burocracia.	Gestão ineficaz; Instabilidade; Falta de responsabilização.
Infraestrutura	Altos custos e atrasos na construção; Regularização fundiária; Infraestrutura sofisticada.	Gargalos estruturais; Dificuldade em atrair empresas de ponta.
Capital Humano	Equipes insuficientes; Dificuldade em reter talentos; Falta de carreira estruturada; Lacunas em gestão empresarial.	Operação ineficiente; Alta rotatividade; Mortalidade de empresas.
Integração de Mercado	Desconexão academia-mercado; Acesso limitado a grandes empresas e mercados internacionais;	Baixa relevância de mercado; Dificuldade de comercialização; Impacto econômico limitado.

	Tecnologias pouco disruptivas.	
Político-Econômico	Clima econômico adverso; Fluxo inconstante de fundos públicos; Mudanças de prioridades governamentais.	Risco elevado para investimentos; Planejamento de longo prazo comprometido.
Avaliação e Monitoramento	Falta de ferramentas adequadas; Descontinuidade de políticas de avaliação; Incoerência de indicadores.	Impossibilidade de medir eficácia e justificar investimentos.

Fonte: Organizado pelos autores a partir de Bellavista e Sanz (2009).

Dentre as possíveis soluções para esses desafios, pode-se destacar a necessidade de: criação de políticas públicas integradas; modelos de financiamento diversificados; estruturas de governança aprimoradas; cultura empreendedora mais robusta; especialização dos parques em setores estratégicos; profissionalização da gestão; preenchimento da lacuna entre academia e mercado; e criação de formas de monitoramento e avaliação com indicadores que capturem não apenas o desempenho econômico, mas também os impactos sociais e de inovação, incluindo a geração de propriedade intelectual, a criação de empregos qualificados e a formação de redes colaborativas.

A função de um parque transcende a mera provisão de espaços físicos, havendo a necessidade de treinamento especializado e profissionalização de gestores de inovação e empreendedores para preencher a lacuna entre a descoberta científica e a criação de soluções tangíveis para aplicação no mercado. Além do exposto, é necessário que haja efetiva colaboração entre universidade, empresas e governo, desde o

engajamento acadêmico proativo até o compartilhamento de laboratórios, equipamentos e capital intelectual, bem como a atração de empresas âncoras, pois atraem negócios menores, talentos e investimentos adicionais, validando significativamente o ecossistema do parque e criando um ciclo virtuoso. Desse modo, os parques tecnológicos não apenas sobreviverão, mas prosperarão, impulsionando o progresso equitativo e sustentável.

No que tange ao financiamento dos PCTs, verifica-se que se apoia principalmente em três pilares: financiamento público, investimento privado e receita própria. No Brasil, os investimentos feitos em parques tecnológicos desde a fase de projetos até a fase de operação decorrem de investimentos oriundos de recursos públicos (órgãos municipais, estaduais e federais). Como destacado, são imprescindíveis os programas governamentais de transferência de recursos orçamentários, leis orçamentárias, entre outras formas de investimentos em iniciativas privadas e parcerias internacionais (Maciel *et al.*, 2024).

O parque será sustentável financeiramente quando o seu fluxo de caixa operacional for positivo, ou seja, quando as saídas de recursos necessários à sua operação forem asseguradas pelas receitas de suas atividades, relacionadas com taxas, prestação de serviços e aluguéis. Por outro lado, o parque será sustentável economicamente quando for capaz de retornar à sociedade os resultados econômicos relacionados à geração de emprego e renda qualificados, bem como à promoção da inovação tecnológica, contribuindo assim com o progresso social da região (MCTI, 2021).

Importante frisar que a viabilidade de longo prazo de um PCT depende significativamente de sua capacidade de gerar receitas internas substanciais. Com relação às fontes de receitas próprias, os PCTs estão aprimorando seus próprios fluxos por meio da: cobrança de taxa de condomínio; cobrança de taxas de ocupação da área; cobrança por serviços especializados; participação na propriedade intelectual; e prestação de serviços especializados.

Destaca-se também a importância dos investimentos privados, especialmente para as Empresas de Base Tecnológicas (EBTs) com potencial de instalação no PCT, variando de micro empresas incubadas a empresas âncoras, preferencialmente associadas ao conteúdo tecnológico definido para o Parque. São as principais usuárias do parque e, conseqüentemente, as maiores geradoras de receitas durante a fase operacional (Steiner, Cassim e Robazzi, 2008).

Há ainda o fornecimento de capital inicial e suporte estrutural por meio de órgãos públicos, como é o caso do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é o principal instrumento de financiamento de longo prazo do Brasil para investimentos em todos os segmentos econômicos, priorizando a inovação e mudanças socioambientais. São estratégicas e importantes as fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a agência de fomento à ciência mais antiga do Brasil. O CNPq fomenta a pesquisa científica e tecnológica, a formação de recursos humanos e a inovação tecnológica, desempenhando um papel crucial na formulação de políticas e no fornecimento de bolsas para formação no Brasil e no exterior

juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Verifica-se a necessidade de colaboração entre esses agentes financiadores que demonstra um ecossistema de financiamento público complexo e interligado, no qual entidades federais, estaduais e regionais cooperam para maximizar o alcance e o impacto. Além disso, a colaboração integrada entre governo, academia e indústria não é apenas um ideal, mas um pré-requisito para o sucesso e a saúde financeira de longo prazo dos PCTs. Portanto, é imprescindível que os parques desenvolvam modelos autossustentáveis ou atraiam capital privado, sob pena de criar ineficiência e dependência de fundos públicos, ficando vulneráveis a ciclos políticos e recessões econômicas.

Ademais, constatou-se que os PCTs passam por três fases de desenvolvimento: projeto, implementação e operacional, sendo que cada uma delas apresenta seus próprios desafios.

Quadro 3 – Desafios das diferentes fases de implementação dos PCTs

Fases	Desafios
Fase de Projeto	Aquisição de recursos financeiros; Regularização/legalização fundiária; Marco legal (ordenamento jurídico); e estudos de viabilidade.
Fase de Implementação	Definição, contratação e treinamento da equipe de gestão; Construção de infraestrutura física (sede, edifícios, infraestrutura compartilhada e de serviços); e Transição para a operação.
Fase Operacional	Necessidade de apoio contínuo (financeiro e institucional para fins de manutenção da área, atração de empresas, gestão da rotatividade da equipe de gestão).

Fonte: Elaborado pelos autores

Não menos importante e estratégico são os resultados e impactos positivos desses ecossistemas para com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em Mato Grosso do Sul, a gestão estadual, a Fundect e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) vinculam suas ações, editais e recursos aos ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, os quais compõem a Agenda 2030²⁸. Os ODS foram organizados em cinco dimensões interligadas: pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz. No quadro a seguir, sugerimos possíveis contribuições dos PCTs para contemplar alguns dos ODS.

Quadro 4 – Contribuições dos PCTs para o alcance dos ODS

ODS	Descrição do ODS	Contribuição dos PCTs
ODS 4	Educação de Qualidade	Programas de capacitação científica e tecnológica, educação continuada, formação de mão de obra qualificada, acesso à educação inclusiva.
ODS 7	Energia Acessível e Limpa	Inovação em energias renováveis (solar, eólica, biomassa, biogás), fomento de tecnologias heliotérmicas e hidrogênio verde.
ODS 8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Geração de empregos, estímulo ao empreendedorismo, aumento da produtividade econômica, atração e retenção de talentos.
ODS 9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, capacitação tecnológica industrial, promoção da competitividade, transferência de tecnologia, criação de novas empresas de base tecnológica.

²⁸ Sobre os ODS, sugere-se a pesquisa em <https://www.ipea.gov.br/ods>. Acesso em: 10 nov.2025.

ODS 11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Criação de soluções urbanas (arquitetura bioclimática, drenagem natural, mobilidade), infraestrutura verde, ecoeficiência (redução de consumo de energia e água).
ODS 12	Consumo e Produção Responsáveis	Promoção da economia circular e a gestão inteligente de resíduos.
ODS 13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	Redução de emissões de gases de efeito estufa através de tecnologias limpas e renováveis, monitoramento e minimização do impacto climático.

Fonte: Elaborado pelos autores

Em síntese, os PCTs são essenciais para a promoção da inovação e o estímulo ao desenvolvimento econômico, social, ambiental e tecnológico, e atuam como vetores de mudanças estratégicas e sistêmicas em prol da cultura da inovação.

Considerações Finais

A razoável estabilidade macroeconômica brasileira permitiu que organizações, governo e sociedade iniciassem a caminhada em prol do fomento à inovação no contexto da quarta revolução industrial. As parcerias públicas e privadas e o papel empreendedor estatal mostraram-se estratégicas. As palavras de ordem, nesta era do conhecimento, envolvem inovação, negócios criativos, ciência e tecnologia. O aprendizado coletivo se potencializa em diferentes habitats ou ecossistemas inovadores nos quais se conectam os recursos e atores essenciais para fomentar a dinâmica empreendedora.

Políticas públicas, mercados, recursos humanos, instituições de suporte, cultura e capital financeiro são dimensões fundamentais dos ecossistemas inovadores. A

sinergia entre os elementos desse conjunto é viabilizada pelo ambiente de negócios que, por sua vez, é reflexo da segurança jurídica. A regulação e regulamentação normativa dos atores estatais definem a política de (des) incentivo à trajetória da sociedade do conhecimento.

Os avanços normativos viabilizados pelo aprendizado da construção do planejamento público (leia-se Planos Plurianuais) se materializaram na criação de instâncias deliberativas importantes (como Fóruns, Conselhos) e dos Sistemas de Ciências, Tecnologia e Inovação para então, serem previstas as fontes financeiras (fundos) e respectivos orçamentos.

A variável tempo, portanto, não é irrelevante, assim como os riscos dos retrocessos. Enquanto experiências exitosas (como o Vale do Silício) pelo mundo foram iniciadas na segunda metade do século passado, o Brasil, também de forma descentralizada através das Unidades da Federação, nas últimas décadas têm registrado avanços significativos: já são quase uma centena de ecossistemas científicos e tecnológicos espalhados pelas regiões brasileiras.

É inegável que os parques tecnológicos se tornam vetores de mudanças estruturais ao gerar empregos, atrair investimentos para o setor tecnológico, promover o avanço científico, aumentar a competitividade global, facilitar a transferência de conhecimento, criar redes de colaboração, capacitar mão de obra qualificada, melhorar as infraestruturas urbanas e promover o desenvolvimento sustentável. Evidente, portanto, que os PCTs não geram apenas retornos privados, mas também benefícios sociais, caracterizando-se como instrumentos de política pública. Os pesquisadores da temática destacam que as principais contribuições destes empreendimentos envolvem gerar empregos, criar novas empresas, facilitar a interação entre

universidade e empresas nele instaladas, além de favorecer a disseminação de tecnologias.

Este estudo também buscou contribuir para a reflexão e aprendizado necessário em torno da implementação do primeiro PCT Internacional em Ponta Porã/MS e, para tanto, identificou as principais leis que fomentam a inovação no país e no estado de Mato Grosso do Sul, bem como as potencialidades e dificuldades/entraves à promoção da inovação no âmbito regional e local.

Em suma, ressalta-se o papel fundamental que esses ecossistemas de inovação possuem no desenvolvimento econômico, social e ambiental de um país, bem como no bem-estar da sociedade, ao promoverem as interações necessárias entre todos os agentes do sistema de inovação (universidades, empresas, governo e sociedade civil). O PTIN colocará o estado e Ponta Porã numa posição de destaque. O percurso é longo e será permeado por muitos desafios, mas, as potencialidades estratégicas deste território fronteiriço deverão superar as adversidades.

Esta temática continuará fomentando um cardápio muito amplo de investigações e oportunidades. É extensa a agenda de pesquisa e de aprendizado em torno do papel e da importância da transferência de conhecimento das universidades para a sociedade, dos parques tecnológicos e demais habitats de inovação e empreendedorismo no Brasil e, especialmente, em territórios fronteiriços.

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Parques tecnológicos no Brasil: Estudo, análise e proposições**. Brasília: Anprotec, 2007. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/publicacoes-anprotec/estudos-e-pesquisas/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Parques tecnológicos do Brasil**. Brasília: Anprotec, 2021. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2022/01/ParquesTecnologicosBrasil-2021-Final-vr.pdf>. Acessado em: 11 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Propostas de Políticas Públicas para Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas**. Brasília-DF: MCTI, 2015. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2023/02/PropostasPoliticPublicasParquesIncubadoras.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

AUDY, J.; PIQUÉ, J. **Dos parques científicos e tecnológicos aos ecossistemas de inovação: Desenvolvimento social e econômico na sociedade do conhecimento**. Brasília, DF: ANPROTEC, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/15550> Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm#art2v. Acesso em: 08 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.

ENRÍQUEZ, M. A. Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FIGLIOLI, A.; PORTO, G. S. Financiamento de parques tecnológicos: um estudo comparativo de casos brasileiros, portugueses e espanhóis. *Revista de Administração*, v. 47, n. 2, p. 290-306, 2012. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002442351>. Acesso em: 11 ago. 2025.

FILHO, R. A. de M. Sociedade e meio ambiente. In: **ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). Gestão ambiental e responsabilidade social:** conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. cap. 1, p. 01-27.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Agenda 2030 - ODS - Metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: 2019. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/ods>.

JACOSKI, C. A. et al. Parques Tecnológicos: estratégias para a estruturação de um ecossistema de inovação e desenvolvimento

regional. Chapecó, SC: Argos, 2020.

KNIPHOFF, M. C.; FIGUEIRÓ, P. S.; NODARI, C. H. **Parques Tecnológicos e sua Importância no Fomento à Inovação e à Sustentabilidade**. XX Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente, dez. 2018. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/20/anais/arquivos/82.pdf>. Acesso em 11 ago. 2025.

LAMBERTI, E.; GAMA, V. A. Geografia e Economia: conexões a partir da temática do desenvolvimento. IN: SILVA, Paulo Fernando Jurado da. SPOSITO, Eliseu Savério. SANTANA, Ubirajara Silva (Org.). **Geografia e economia: relações e interfaces**. Dourados, MS: Editora UEMS, 2020. E-Book. http://www.uems.br/assets/uploads/editora/arquivos/1_2020-03-03_10-18-49.pdf

LIMA, A. de A.; SANTOS, M. S. dos; COSTA, B. M. G.; SOUSA, R. M. de; FLORÊNCIO, M. N. da S. **A Importância dos Parques Tecnológicos para a Inovação e o Desenvolvimento Econômico, Social e Educacional**. Congresso Internacional do Programa Despertando Vocações - Cointer PDVGT 2024: VIII Congresso Internacional de Gestão e Tecnologias. Disponível em: <https://smart.institutoidv.org/2024/pdvg/uploads/750.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MACIEL, C. A. S et al. Desenvolvimento e perspectivas dos parques tecnológicos no Brasil: desafios estruturais, incentivos financeiros e governança integrada. In: MATAMOROS, E. P.; ZUMBA, F. M.; MANÇOS, G. R. (Org.). **Avanços em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2024.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto 13.890, de 24 de fevereiro de 2014**. Institui o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul. Diário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, n. 8.624, 25 de fevereiro de 2014. Disponível em https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO8624_25_02_2014. Acesso em: 11 ago. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 15.116, de 13 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, dispõe sobre a Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. Diário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, n. 9.801, 14 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9800_13_12_2018. Acesso em: 11 ago. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 6.158, de 13 de dezembro de 2023. Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027. Diário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, n. 11.351, 14 de dezembro de 2023. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO11351_14_12_2023_SUP_1. Acesso em: 11 ago. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 6.380, de 30 de dezembro de 2024. Dispõe sobre medidas de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação no Estado de Mato Grosso do Sul. Diário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, n. 11.709, 02 de janeiro de 2025. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO11709_02_01_2025. Acesso em: 11 ago. 2025.

MAZZUCATO, M. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2014.

MEDEIROS, A. B. C. de. O Desenvolvimento Tecnológico no Brasil: Desafios e Oportunidades que a Lei do Bem Gera para as Empresas. **Caderno Virtual**, [S. l.], v. 1, n. 58, 2024. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/7684>. Acesso em: 9 ago. 2025.

MINEIRO, A. da C.; CASTRO, CC de. A Hélice Quádrupla e sua relação com a visão de futuro dos Parques Científicos e Tecnológicos consolidados no Brasil. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação, Volta Redonda**, v. 2, pág. 71-89, maio/ago. 2020.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). InovaData br. **Parques tecnológicos. 2025**. Disponível em: <https://inovadata-br.ufv.br/parks-page>. Acessado em: 11 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). **Parques Tecnológicos do Brasil**. [Brasília]: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-mcti> . Acesso e: 07 Mar.2025.

MOROZOV, E.; BRIA F. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

NOCE, A. F. **O Processo de Implantação e Operacionalização de um Parque Tecnológico: Um estudo de caso**. Florianópolis, SC, Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, 2002.

NOLASCO. L.G. Capítulo VI - Da Ciência e da Tecnologia explicada (p. 168-169). IN: IUNES, F.T. *et al.* **Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul - explicada**. Campo Grande-MS: ALJ-MS, 2017.

PAZ, P. P. **Planejamento e industrialização: relações com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (2000-2015)**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos-PPGDRS/ UEMS). Ponta Porã, MS: 2018.

PELAEZ, V.; LIMA, A. A.de.; ROSÁRIO, F. J. P.; FERREIRA JR. R. R. (Org.). **Fundamentos de Economia e gestão da Inovação**. São Paulo: Hucitec Editora, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **Lei n. 6.786 de 9 de março de 2022**. Institui a política municipal de desenvolvimento da inovação e tecnologia no ambiente produtivo urbano e rural de Campo Grande. Disponível em <https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/> . Acesso em: 24 fev. 2026.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SPEZAMIGLIO, B. dos S.; GALINA, S. V. R.; CALIA, R. C. Competitividade, inovação e sustentabilidade: uma inter-relação por meio da sistematização da literatura. **REAd - Revista Eletrônica de Administração da UFRGS**, Porto Alegre, v.84, n.2, p. 363-393, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/62887/38608> . Acesso em: 11 ago. 2025.

STEINER, J. E.; CASSIM, M. B.; ROBAZZI, A. C. **Parques tecnológicos:** ambientes de inovação. Revista IEA. USP. São Paulo, 2008.

VERDOVELLO, C. A.; JUDICE, V. M. M.; MACULAN, A. M. D. Revisão crítica às abordagens a parques tecnológicos: alternativas interpretativas às experiências brasileiras recentes. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v.3, n.2, p. 103-118, jan./Mar. 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rai/article/view/79066/83138>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CAPÍTULO 4

FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EVIDÊNCIAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

LUANA SUELY DIAS FERREIRA
ROSENERY LOUREIRO LOURENÇO

Introdução

A produção e a consolidação do conhecimento são fortemente apoiadas pela educação científica desenvolvida ao longo da formação básica e superior, a qual assume a responsabilidade de lidar com um amplo acervo de saberes, possibilitando a criação de novas oportunidades de desenvolvimento social e científico (Demo, 2010).

A educação superior, realizada em universidades ou em outras Instituições de Ensino Superior (IES), constitui-se um espaço socialmente reconhecido como lócus de conhecimento, de inovação e de formação cidadã (Rolim; Serra, 2009). Cabe, portanto, às IES a função de produzir, sistematizar e difundir o conhecimento científico, contribuindo para a formação do pensamento crítico e para a qualificação de profissionais capazes

de atuar de maneira reflexiva e responsável no mercado de trabalho e na sociedade, favorecendo, assim, os processos de desenvolvimento e transformação social (Burton, 2016).

De acordo com Rolim e Serra (2009), as IES desempenham papel central no desenvolvimento econômico, tecnológico, cultural e social dos países, destacando-se, sobretudo, pela contribuição ao desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. Nesse sentido, compreender os agentes que impulsionam o desenvolvimento de uma região revela-se tão relevante quanto a análise do contexto macroeconômico nacional, uma vez que envolve a identificação dos recursos locais disponíveis, como conhecimento e competências, os quais influenciam, inclusive, as decisões locais das empresas. Assim, as universidades assumem um papel estratégico nos processos de desenvolvimento regional.

Os conhecimentos produzidos no âmbito universitário, aliados à formação qualificada de profissionais, geram impactos positivos para o desenvolvimento das regiões, ao possibilitar a melhoria das condições de vida por meio da transferência de seus resultados para a sociedade (Rolim; Serra, 2009). Nesse contexto, destaca-se a contribuição do curso de Ciências Contábeis, área que estuda os efeitos da ação humana sobre o patrimônio das entidades e produz informações relevantes para a existência e o funcionamento das organizações (Oliveira, 2003), contribuindo, portanto, para o desenvolvimento econômico e social local.

A formação em Ciências Contábeis pode ser compreendida como um dos elementos que se articulam aos processos de desenvolvimento, na medida em que contribui para a qualificação de profissionais capazes de atuar sobre a gestão patrimonial, financeira e econômica de organizações públicas e

privadas inseridas em contextos territoriais específicos. Ao ser formado sob bases técnicas e conceituais consistentes, o contador passa a desempenhar um papel relevante na produção e na interpretação de informações contábeis, as quais subsidiam a tomada de decisão e a alocação de recursos em diferentes escalas. Conforme destaca Cunha (2014), a contabilidade se ocupa da mensuração do patrimônio de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, bem como da geração de informações confiáveis para distintos atores, o que reforça seu potencial de contribuição para dinâmicas associadas ao desenvolvimento local e regional.

No processo formativo do curso de Ciências Contábeis, a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui um componente importante para a finalização da graduação. Trata-se de um elemento que divide opiniões, situando-se “entre aqueles que o compreendem como oportunidade de desenvolvimento de competências e habilidades que extrapolam o espaço acadêmico e aqueles que o percebem apenas como exigência formal para a obtenção do diploma” (Santos, 2020, p. 14).

Embora parte dos estudantes considere o TCC um requisito burocrático, sem impacto direto em sua atuação profissional (Santos, 2020), pesquisas apontam contribuições relevantes desse componente formativo. Cunha, Vogt e Biavatti (2015) destacam que o TCC favorece a articulação entre teoria e prática, amplia o domínio técnico do estudante, desenvolve habilidades de leitura e escrita e promove maior aproximação com fontes de informação e com o conhecimento científico.

Além disso, a elaboração do TCC envolve desafios que exigem superação por parte dos estudantes. Conforme apontam Guimarães e Silva Sobrinho (2020), dificuldades podem surgir,

especialmente, em situações de mudança de orientador ou de tema ao longo do processo. Por outro lado, a construção do trabalho é favorecida quando há empatia e disponibilidade do orientador, autonomia na escolha do tema de pesquisa e apoio de pessoas próximas, como familiares e amigos.

De modo geral, os estudos sobre TCCs em Ciências Contábeis concentram-se nas contribuições do trabalho ou nos fatores que facilitam ou dificultam a sua elaboração. Contudo, ainda são incipientes as discussões acerca da aplicação prática dos conhecimentos produzidos no TCC no cotidiano profissional. Também são raras as investigações sobre como esses saberes contribuem para a formação de profissionais capazes de impactar positivamente o desenvolvimento das regiões em que atuam.

Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo compreender como as características da produção acadêmica expressa nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) revelam uma formação profissional orientada às demandas do desenvolvimento da microrregião de Ponta Porã. O estudo, fundamentado na análise documental de TCCs e monografias, permite identificar diferentes aspectos da qualificação dos futuros contabilistas, bem como refletir sobre os desdobramentos dessa formação na atuação profissional e nas contribuições das Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento local.

Adotou-se um recorte longitudinal compreendido entre os anos de 2009 e 2021, período que abrange desde o início da oferta do curso até a revogação da obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso como componente curricular na UEMS. Nesse intervalo, examinou-se a produção acadêmica

discente em diferentes momentos do projeto formativo. O universo da pesquisa é composto por 168 TCCs, dos quais foi possível acessar e analisar 153 trabalhos, em razão da indisponibilidade de parte do acervo.

Os documentos foram obtidos a partir da biblioteca física da unidade universitária de Ponta Porã, que concentrou os trabalhos produzidos entre 2009 e 2019, e por meio de solicitações institucionais para acesso aos TCCs desenvolvidos nos anos de 2020 e 2021, disponíveis exclusivamente em formato digital. Complementarmente, foram utilizados dados fornecidos pela Diretoria de Registro Acadêmico da UEMS, referentes aos egressos do curso entre 2009 e 2023, os quais subsidiaram a contextualização da produção acadêmica analisada. A sistematização e interpretação desses documentos possibilitaram identificar tendências temáticas, metodológicas e territoriais da produção acadêmica, contribuindo para a compreensão das relações entre a formação em Ciências Contábeis e o desenvolvimento local.

Aproximações entre Desenvolvimento Regional e Instituições de Ensino Superior

Desde sua origem a universidade tem sido compreendida como uma organização complexa, frequentemente associada a um “caráter inovador, inquietador e revolucionário” (Nunes; Silva, 2011, p. 121). Enquanto instituição social legítima, a universidade reflete e integra a estrutura e o funcionamento da sociedade, registrando e respondendo às transformações sociais, econômicas e políticas que a atravessam (Chauí, 2003).

As universidades não são, de forma isolada, promotoras do desenvolvimento local ou regional, uma vez que tais processos

se constituem a partir de estruturas históricas, institucionais e políticas que envolvem a articulação entre múltiplos atores e escalas territoriais (Furtado, 1984; Boisier, 2001; Brandão, 2007). Ainda assim, a literatura reconhece que as instituições de ensino superior se configuram como agentes relevantes desses processos ao contribuírem para a formação de capital humano qualificado, para a produção de conhecimento situado e para a articulação com atores públicos e privados em diferentes escalas territoriais (Arocena; Sutz, 2005; Benneworth; Charles, 2019).

No contexto regional, as universidades assumem papel relevante no desenvolvimento, na medida em que a formação de profissionais qualificados influencia diretamente os processos de transformação econômica e social, dinamizando a população, o mercado de trabalho e o comércio dos territórios em que estão inseridas (Rolim; Serra; Bastos, 2018). Apesar disso, a preocupação com o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na promoção do desenvolvimento regional ainda é relativamente recente, o que impõe desafios tanto às próprias instituições quanto aos demais atores locais. Entre esses desafios, destaca-se a insuficiência de instrumentos capazes de articular planos de desenvolvimento regional às estratégias institucionais das universidades (Rolim; Serra, 2009).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conflitos de interesse entre universidades e, sobretudo, o Estado, tendem a limitar a cooperação entre as IES e os agentes regionais. Isso ocorre quando políticas públicas desconsideram a importância da interação com o território, negligenciando investimentos que poderiam estimular docentes e pesquisadores a se dedicarem a estudos voltados às questões regionais em suas atividades acadêmicas (OCDE, 2007 apud Rego *et al.*, 2022). Soma-se a isso

a dificuldade das universidades em assumir um papel de liderança nos processos de desenvolvimento regional e a limitada acessibilidade dos conhecimentos produzidos às demandas concretas das regiões, fatores que também comprometem o avanço desse processo (Rolim; Serra, 2009).

Superar tais limitações é fundamental, uma vez que a atuação das universidades no desenvolvimento ocorre, principalmente, por meio da formação profissional. Ao qualificar capacidades técnicas e científicas, as IES contribuem para o aumento da produtividade, para a solução de problemas locais e para a consolidação de trajetórias de desenvolvimento mais sustentáveis (Rolim; Serra, 2009). Nesse sentido, os cursos superiores exercem influência direta sobre o mercado de trabalho e sobre a dinâmica local, cumprindo uma das funções centrais da universidade: formar profissionais aptos a atuar de maneira qualificada em diferentes contextos sociais e econômicos.

Cabe destacar que as universidades são agentes de desenvolvimento local e regional, mas em dimensões e mediações distintas. Por meio dos pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, as universidades ampliam o “nível geral de conhecimento e de cultura da região” (Rolim; Serra, 2009, p. 85), além de se constituírem como atores relevantes nos sistemas de inovação. Conforme aponta Vieira (2017), as IES influenciam de forma decisiva o desenvolvimento regional ao promoverem a descentralização e a circulação do conhecimento entre os territórios, gerando externalidades positivas decorrentes de suas áreas de influência e de suas atividades acadêmicas.

Para Silva (2022, p. 117), o desenvolvimento regional é um conceito ampliado que abrange dimensões humanas, sociais, culturais, ambientais e políticas, exigindo

investimentos em capital social, humano e natural, além do tradicional capital financeiro. Nesse contexto, as universidades contribuem diretamente para a formação de capital humano, ao qualificar profissionais, e para o fortalecimento do capital social, ao promover maior eficiência institucional e social. O capital natural, por sua vez, refere-se às condições ambientais e físico-territoriais, que devem ser utilizadas de forma responsável, sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras (Silva, 2022).

Como parte dos estudos voltados à análise e à promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural em espaços locais, o desenvolvimento regional mantém estreita relação com as IES presentes no território. Essas instituições não apenas impulsionam a economia e os negócios locais, como também contribuem para a construção de identidades regionais e nacionais, ao atrair pessoas, produzir conhecimento e promover trocas simbólicas e institucionais (Rego et al., 2022; Goddard; Puukka, 2008 apud Vieira, 2017).

Dessa forma, as universidades configuram-se como agentes centrais do desenvolvimento regional, ao desempenharem um papel proativo por meio de suas atividades tradicionais de ensino, pesquisa e extensão (Rolim; Serra; Bastos, 2018), contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para a construção de condições mais equitativas e sustentáveis de desenvolvimento social (Rego et al., 2022, p. 40).

Embora os conceitos de desenvolvimento local e regional sejam frequentemente utilizados de forma intercambiável, a literatura os distingue a partir da escala territorial e do grau de articulação institucional envolvido (Boisier, 2001; Brandão, 2007). Enquanto o desenvolvimento local enfatiza ações e

soluções endógenas em territórios específicos, o desenvolvimento regional pressupõe a coordenação de políticas e atores em escalas mais amplas (Furtado, 1984; Boisier, 2001). Nesse contexto, a formação em Ciências Contábeis aproxima-se mais diretamente das dinâmicas locais, ao formar profissionais e produzir conhecimento aplicado a problemas concretos do território, sem excluir sua potencial contribuição para processos regionais mais amplos (Arocena; Sutz, 2005).

A formação em Ciências Contábeis propiciada pelas universidades se conecta diretamente ao desenvolvimento local porque atua no nível organizacional de micro e pequenas empresas, cooperativas, organizações do terceiro setor e gestão pública municipal. Em todas essas instituições a contabilidade contribui para controle de custos, planejamento tributário, gestão financeira, tomada de decisão cotidiana. Nesse sentido, o profissional formado em contabilidade atua como agente do cotidiano econômico local.

Normas do Conselho Nacional de Educação para a Formação em Ciências Contábeis

No contexto brasileiro, o desenvolvimento da contabilidade acompanhou as transformações sociais, econômicas e institucionais do país, respondendo à necessidade de qualificação profissional e de aprimoramento dos processos de ensino. Segundo Peleias et al. (2007), a evolução da ciência contábil e dos cursos de graduação no Brasil está diretamente vinculada às demandas do desenvolvimento econômico e às mudanças nas estruturas organizacionais. Nesse sentido, a legislação exerceu papel central ao promover a transição da Contabilidade de uma técnica de registro para uma ciência social aplicada, dotada de normas, padrões e reconhecimento

profissional (Bacci, 2002). Adicionalmente, a harmonização das normas contábeis internacionais contribuiu para o aumento da eficiência organizacional e para o fortalecimento do mercado brasileiro (Agostini; Carvalho, 2012).

Nesse processo de consolidação da formação contábil, destaca-se o papel do Conselho Nacional de Educação (CNE) como instância responsável pela definição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), documentos orientadores que regulam a organização dos cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior. As DCN, instituídas pelo Ministério da Educação, estabelecem parâmetros para a estruturação dos currículos, assegurando flexibilidade pedagógica e coerência com as demandas sociais e profissionais (Stece *et al.*, 2014).

De acordo com o CNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais têm como finalidade orientar as instituições na organização de seus programas formativos, permitindo a definição de diferentes perfis profissionais, a integração entre graduação e pós-graduação e o desenvolvimento de competências intelectuais compatíveis com a diversidade das demandas sociais (Brasil, 2002). No caso das Ciências Contábeis, o primeiro marco normativo ocorreu com o Parecer CNE/CES nº 146/2002, que estabeleceu diretrizes gerais para diversos cursos de graduação, incluindo orientações sobre projeto pedagógico, organização curricular, estágios, avaliação e Trabalho de Conclusão de Curso (Brasil, 2002).

A primeira Diretriz Curricular Nacional específica para o curso de Ciências Contábeis foi instituída pela Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004, consolidando e adaptando as orientações anteriores às particularidades da formação contábil. Ainda que com um caráter mais generalista, essa diretriz já indicava a necessidade de atualização constante dos currículos,

a incorporação de inovações tecnológicas e o desenvolvimento de um conjunto mínimo de competências e habilidades alinhadas às exigências do mercado de trabalho (Brasil, 2004).

As transformações no cenário econômico e profissional levaram à atualização dessas diretrizes, culminando na Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024, que institui as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis. Essa normativa reforça a centralidade do perfil do egresso e do desenvolvimento de competências técnicas e gerais, ao mesmo tempo em que assegura às instituições a possibilidade de adequar seus currículos às especificidades regionais e às demandas locais, fortalecendo a relação entre formação acadêmica e contexto de atuação profissional (Brasil, 2024).

Com a Resolução CNE/CES nº 1/2024 houve uma reorientação normativa relevante, alinhada às tendências contemporâneas da educação superior e às demandas da profissão contábil. As novas DCNs adotam explicitamente uma formação baseada em competências, enfatizando não apenas o saber técnico, mas também o desenvolvimento de capacidades analíticas, pensamento crítico, atuação ética, responsabilidade socioambiental e uso de tecnologias digitais. O perfil do egresso passa a ser concebido de forma mais abrangente, considerando a atuação do contador em contextos complexos, dinâmicos e socialmente diversos (Brasil, 2024).

No que se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso, observa-se que, desde o Parecer CNE/CES nº 146/2002, esse componente é classificado como opcional. Tal entendimento permanece na Resolução CNE/CES nº 1/2024, que define o TCC como um componente curricular facultativo, passível de desenvolvimento em diferentes formatos, como produção

acadêmica, artigo científico, relatório técnico ou projetos de desenvolvimento de produtos ou serviços (Brasil, 2024).

Apesar da não obrigatoriedade do TCC, as Diretrizes Curriculares reafirmam a importância da formação científica e crítica no ensino superior. Entre as habilidades gerais previstas, destaca-se a capacidade de desenvolver argumentos fundamentados em fatos, dados e informações científicas, com posicionamento ético e compromisso com questões socioambientais e com os direitos humanos (Brasil, 2024). Dessa forma, mesmo em um contexto de flexibilização curricular, a normativa do CNE evidencia o compromisso com a formação de profissionais reflexivos, éticos e socialmente responsáveis, aptos a integrar conhecimento científico e prática profissional em um cenário de constantes transformações.

Cursos de Ciências Contábeis na Microrregião de Ponta Porã

A microrregião de Ponta Porã, localizada na faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, integra um conjunto de territórios que a literatura sobre desenvolvimento regional descreve como marcados por especificidades socioeconômicas, institucionais e territoriais próprias das regiões periféricas e fronteiriças. Estudos indicam que, embora a dinâmica transfronteiriça favoreça intensas relações comerciais, sociais e culturais entre cidades gêmeas, como Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, tais interações não resultam, de forma automática, em processos sustentados de desenvolvimento regional, estando frequentemente associadas a desigualdades socioeconômicas, fragilidades institucionais e dependência de políticas públicas específicas (Belarmino; Vieira, 2021; Duarte; Bidarra; Corrêa, 2022).

Nesse sentido, a literatura aponta que o desenvolvimento desses territórios tende a estar relacionado à capacidade de fortalecimento de atores locais, à qualificação da gestão pública e privada e à formação de capital humano alinhado às demandas regionais (Ipea, 2021; Ruiz et al., 2024). Sob essa perspectiva, instituições de ensino superior inseridas em regiões de fronteira são compreendidas como espaços relevantes de formação profissional e produção de conhecimento situado, podendo contribuir para a articulação entre universidade e contexto regional, ainda que tais contribuições dependam de condições institucionais, políticas e sociais mais amplas (Benneworth; Charles, 2019; Sevinç, 2015).

A microrregião de Ponta Porã é composta por oito municípios, conforme apresentado no Quadro 1. Com uma área territorial de 17.303,994 km², corresponde a aproximadamente 4,85% do território do estado de Mato Grosso do Sul. A região abriga cerca de 200.277 habitantes, o que representa 7,27% da população estadual. Situada na Região Sudoeste do estado, tem como principal centro urbano o município de Ponta Porã, caracterizado por sua condição de cidade fronteira com o Paraguai, evidenciando sua relevância econômica e seu potencial para o desenvolvimento regional.

Quadro 1 – Extensão, população, PIB, IDHM e IDEB (Ensino Médio Estadual) da microrregião de Ponta Porã

Cidades da microrregião	Extensão territorial (km²)	População	PIB Per Capta (R\$)	IDHM	IDEB Ensino Médio Estadual
Amambai	4.193,742	39.325	61.697,68	0,673	3,9
Antônio João	1.142,895	9.303	91.559,82	0,643	3,8
Aral Moreira	1.653,860	10.748	125.488,62	0,633	3,5
Coronel Sapucaia	1.023,727	14.289	27.170,62	0,589	3,7
Paranhos	1.307,092	12.921	28.727,08	0,588	-
Ponta Porã	5.359,354	92.017	65.963,79	0,701	3,7
Sete Quedas	839,117	10.994	44.929,00	0,614	4,2
Tacuru	1.784,207	10.808	34.988,08	0,593	3,6

Fonte: IBGE (2010, 2021, 2022, 2023) e INEP (2023).

No que se refere à oferta do curso de Ciências Contábeis na microrregião de Ponta Porã, dados do Ministério da Educação (MEC, 2024) indicam a existência de 33 cursos criados na região desde 1995. Desses, 19 instituições ofertam vagas nas modalidades presencial e de Educação a Distância (EaD). Contudo, algumas Instituições de Ensino Superior encontram-se em processo de extinção ou já encerraram suas atividades, como a UNILINS, em fase de extinção, e a FIAMA, já extinta. Além disso, há um centro universitário que, embora conste como ativo, não oferta mais o curso de Ciências Contábeis no município de Amambai (UNIFAEL). Considerando essas situações, atualmente permanecem 17 IES com oferta efetiva do curso na microrregião.

Com base nos dados do MEC (2024), o Quadro 2 apresenta a distribuição dos cursos de Ciências Contábeis na sub-região, considerando exclusivamente os cursos ativos.

Assim, dos 33 cursos originalmente criados, 30 encontram-se atualmente em funcionamento.

Quadro 2 – Cursos de Ciências Contábeis na microrregião de Ponta Porã

Nome das cidades	Quantidade de cursos por cidade*	Presencial (vagas)	EaD (vagas)
Amambai	8	0	101
Antônio João	1	0	20
Aral Moreira	1	0	20
Coronel Sapucaia	1	0	20
Paranhos	1	0	40
Ponta Porã	14	190	117
Sete Quedas	3	0	22
Tacuru	1	0	20
TOTAL	30	190	360

Fonte: Ministério da Educação, MEC (2024).

(*) Cursos que estão ativos. Não são apresentados no Quadro os cursos em extinção ou extintos (UNILINS e FIAMA), bem como aqueles que não estão mais disponíveis em determinada unidade (UNIFAEL, em Amambai).

Dessa forma, observa-se que o curso de Ciências Contábeis é ofertado nos oito municípios que compõem a microrregião de Ponta Porã, totalizando 30 cursos e 550 vagas disponíveis, das quais 190 correspondem à modalidade presencial e 360 à Educação a Distância (EaD). Destaca-se o município de Ponta Porã como o único a ofertar o curso na modalidade presencial, contando com a atuação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), instituição pública, e das instituições privadas FAP e FAMAG. No caso da modalidade EaD, todas as instituições são de

natureza privada, com oferta distribuída em diferentes polos no país, geralmente com quantitativos reduzidos de vagas.

Nesse contexto, verifica-se que os municípios com maior extensão territorial, como Ponta Porã e Amambai, também concentram a maior quantidade de cursos ofertados, 14 e 8 cursos, respectivamente. Em contrapartida, os demais municípios da microrregião, caracterizados por menor dimensão territorial e em sua maioria menor PIB, apresentam oferta mais restrita, variando entre um e três cursos, todos na modalidade EaD.

Em termos percentuais, verifica-se que aproximadamente 74,18% das vagas ofertadas na microrregião de Ponta Porã concentram-se nos municípios de Ponta Porã e Amambai, totalizando 408 vagas, enquanto os demais municípios – Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru – respondem por 25,82% da oferta, com 142 vagas. No que se refere às modalidades de ensino, observa-se que 34,54% das vagas correspondem à modalidade presencial, restrita ao município de Ponta Porã, com 190 vagas disponíveis, ao passo que 65,46% são ofertadas na modalidade Educação a Distância (EaD), distribuídas entre todos os municípios da microrregião.

A partir da análise desses dados e da distribuição dos cursos e vagas, torna-se pertinente destacar o papel do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), instituído pela Lei nº 10.861/2004, como instrumento central de avaliação da qualidade do ensino superior no Brasil. O exame constitui um importante mecanismo de aferição do desempenho acadêmico dos concluintes, fornecendo indicadores que subsidiam o acompanhamento da formação dos estudantes e a avaliação da qualidade dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior (Brasil, 2004).

Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o ENADE tem como finalidade avaliar o rendimento dos estudantes concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à formação geral e profissional, além do nível de atualização dos estudantes frente à realidade brasileira e internacional (INEP, 2020).

Nesse sentido, integrado ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), juntamente com a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação institucional, o ENADE objetiva mensurar a qualidade dos cursos e das instituições de educação superior no país. Para isso, utiliza uma escala de conceitos que varia de 1 a 5, empregada no cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, em que os conceitos 1 e 2 indicam desempenho abaixo do esperado, o conceito 3 representa desempenho próximo ou dentro da média nacional, e os conceitos 4 e 5 sinalizam desempenho superior à média dos demais cursos avaliados (INEP, 2020).

Com base nos dados do Ministério da Educação (MEC, 2024) para os resultados do ENADE 2022 referentes aos cursos de Ciências Contábeis ofertados pelas instituições de ensino superior da microrregião de Ponta Porã é possível verificar que três cursos obtiveram conceito 2 (UNIASSELVI, UNIFAEL e UNOPAR), treze cursos alcançaram conceito 3 (UNIFACVEST, FAMAG, FAP, UAM, UEMS, UNICESUMAR, UNICSUL, UNIDERP, UNIGRAN, UNINGÁ, UNINTER, UNIP e UNIUBE) e um curso obteve conceito 4 (SENACSP).

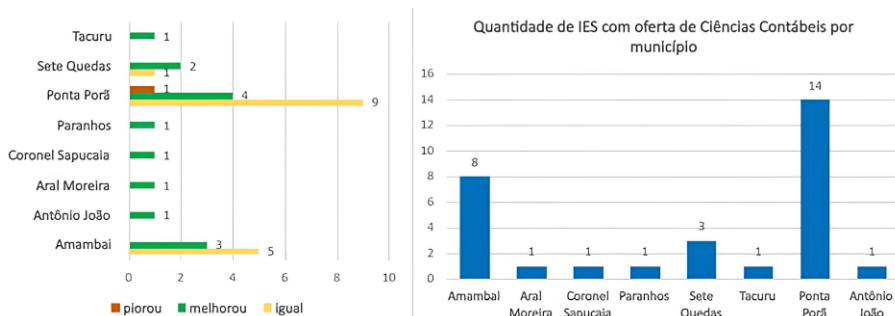
Essa distribuição dos conceitos evidencia a predominância do conceito 3, correspondente a aproximadamente 76,47% dos cursos avaliados. O conceito 2

representa cerca de 17,65%, enquanto o conceito 4 corresponde a aproximadamente 5,88% do total.

Esse resultado indica, de modo geral, desempenho compatível com a média estabelecida pelos critérios do ENADE, ao mesmo tempo em que revela diferenças nos níveis de qualidade entre os cursos. Enquanto o conceito 2 aponta resultados abaixo das expectativas, o conceito 4 sinaliza desempenho superior e qualidade acadêmica mais elevada.

O Gráfico 1 compara os resultados do ENADE de 2018 e 2022, permitindo observar a evolução dos conceitos ao longo do período. Entre os 17 cursos analisados, 12 mantiveram o mesmo conceito, quatro apresentaram melhora e um registrou queda no desempenho. Esses dados indicam predominância de estabilidade, acompanhada de avanços pontuais, embora também evidenciem a necessidade de atenção aos casos de redução no desempenho, visando ao aprimoramento contínuo da formação ofertada.

Gráfico 1 — Notas do ENADE de 2018 e 2022 nos cursos de Ciências Contábeis por município



Fonte: Elaborado a partir do Ministério da Educação, MEC (2024).

A distribuição das IES na microrregião revela maior concentração nas cidades de Ponta Porã e Amambai. Esse aspecto pode estar associado a dinâmicas distintas de oferta e qualidade dos cursos, o que sugere a possibilidade de impactos diferenciados nos resultados do ENADE, ainda que tal relação não possa ser confirmada exclusivamente a partir dos dados apresentados. Outros fatores como grau de escolaridade dos estudantes, qualidade do corpo docente, infraestrutura e instalações físicas disponíveis também podem influenciar o desenvolvimento acadêmico no ENADE (Duarte et al., 2023).

Além disso, a variação das notas pode estar associada às características das disciplinas de formação específica adotadas por cada IES, especialmente no que se refere ao grau de aprofundamento dos conteúdos trabalhados. Nesse sentido, diferenças na qualidade do conteúdo ministrado, na carga horária e no nível de especificidade das disciplinas de Ciências Contábeis podem influenciar o desempenho dos estudantes no ENADE, bem como repercutir em sua formação profissional e atuação futura.

Estudos sobre o desempenho no ENADE em Ciências Contábeis indicam que os resultados obtidos não decorrem de um único fator, mas refletem um conjunto de aspectos institucionais, pedagógicos e organizacionais, incluindo a estrutura curricular, as metodologias de ensino adotadas e as condições de oferta dos cursos (Caetano et al., 2016; Araújo; Pereira; Fávero, 2023).

Nesse debate, a modalidade de ensino tem sido apontada pela literatura como uma variável relevante, ainda que não determinante, na compreensão dos resultados do ENADE. Pesquisas nacionais mostram que cursos presenciais, em determinadas edições do exame, apresentaram desempenho

médio superior aos cursos ofertados na modalidade a distância, embora essa diferença não possa ser interpretada de forma causal ou generalizante (Caetano et al., 2016; Araújo; Pereira; Fávero, 2023). Esses achados reforçam a necessidade de analisar os resultados do ENADE considerando o modo como os cursos são organizados e ofertados, especialmente em contextos regionais, nos quais a articulação entre formação acadêmica, práticas pedagógicas e demandas locais assume papel central na qualidade da formação em Ciências Contábeis.

Análise Documental dos TCCs de Ciências Contábeis da UEMS

Criado em 2005, o curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) representa um marco na ampliação da oferta educacional da instituição, tendo como objetivo “formar profissionais na área contábil, com postura ética e crítica, com noções de questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras concernentes a sua profissão, predisposto a mudanças de transformações” (UEMS, 2022, p. 10).

O curso é ofertado na cidade de Ponta Porã, em uma região de fronteira entre Brasil e Paraguai, integrando, juntamente com os cursos de Administração e Ciências Econômicas, o núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da UEMS. Essa configuração institucional favorece uma formação atenta às dinâmicas econômicas, sociais e culturais do território transfronteiriço, evidenciando o compromisso da universidade com as demandas locais e regionais.

Atualmente, o curso de Ciências Contábeis da UEMS é oferecido exclusivamente na Unidade Universitária de Ponta Porã, na modalidade bacharelado, em regime presencial e no

período noturno. Conta com oferta anual de 40 vagas, carga horária total de 3.000 horas e duração mínima de quatro anos, podendo ser integralizado em até sete anos.

Desde sua criação, o curso passou por sucessivas atualizações em seus projetos pedagógicos, com o objetivo de assegurar a qualidade e a pertinência da formação oferecida. Nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de 2006 e 2014, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constituía um componente curricular obrigatório para a obtenção do diploma, podendo ser desenvolvido de forma articulada ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ou por meio de projetos de pesquisa ou extensão, com carga horária equivalente a 128 horas (UEMS, 2014).

Entretanto, com a aprovação do PPC vigente, em 2022, essa exigência foi suprimida, passando o TCC a assumir caráter facultativo. Dessa forma, os estudantes passaram a ter autonomia para optar por sua elaboração, podendo registrá-lo como atividade de enriquecimento curricular, conforme as diretrizes institucionais (UEMS, 2022).

Em consonância com a Resolução CNE/CES nº 1, de 2024, que institui as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis, a UEMS incorporou ao seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) um conjunto de conteúdos que possibilita ao estudante, enquanto futuro profissional, “compreender questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional nos diferentes modelos de organização” (UEMS, 2022, p. 8). Com vistas ao fortalecimento dessa proposta formativa, a universidade disponibiliza diferentes modalidades de bolsas vinculadas ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, entre 2009 e 2023, o curso de Ciências Contábeis da UEMS formou 207 estudantes, dos quais 168 realizaram o Trabalho de Conclusão de Curso. Esses dados evidenciam a trajetória formativa do curso e a expressiva participação dos discentes em atividades de produção acadêmica, sinalizando o potencial de contribuição da graduação para a qualificação profissional e para o desenvolvimento regional.

A seguir, apresenta-se a análise documental dos TCCs que foi estruturada a partir de quatro eixos analíticos: (i) perfil temporal e metodológico da produção; (ii) áreas da contabilidade e escolhas metodológicas de pesquisa; (iii) inserção territorial dos egressos e dos estudos, (iv) perfil dos autores dos TCCs. O objetivo é tanto descrever a produção acadêmica do curso, bem como identificar padrões, tendências e lacunas relevantes para a compreensão da formação contábil no contexto institucional e regional.

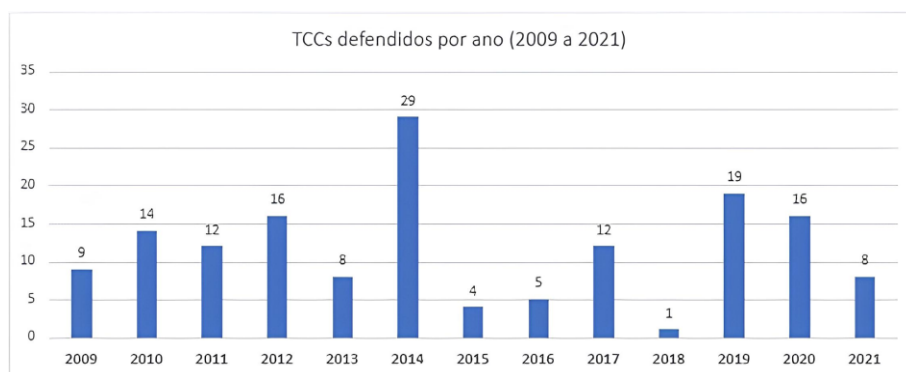
Perfil Temporal e Metodológico da Produção Acadêmica

Foram analisados 153 TCCs defendidos entre 2009 e 2021. A distribuição temporal evidencia oscilações significativas ao longo dos anos, com maior concentração de defesas em 2014, seguido por 2019, 2012 e 2020. Em contrapartida, observa-se uma queda acentuada em 2018, quando apenas um trabalho foi registrado.

Essas variações não podem ser compreendidas apenas como flutuações aleatórias, sugerindo a influência de fatores institucionais e conjunturais, tais como alterações curriculares, políticas internas de orientação e acompanhamento de TCC, bem como eventos externos que impactam o ensino superior.

O maior número de defesas ocorreu em 2014, com 29 trabalhos, o retorno da expressividade na quantidade em 2019 e 2020, por exemplo, pode estar relacionada à reorganização acadêmica durante a pandemia, aspecto que merece investigação específica em estudos futuros (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – TCCs defendidos no curso de Ciências Contábeis (UEMS) por ano



Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere aos procedimentos metodológicos (ver Quadro 3), observa-se a predominância das pesquisas de Levantamento (35,95%) e dos Estudos de Caso (33,33%), seguidas pela Pesquisa Documental (18,30%) e pelo Estudo Teórico (12,42%). Essa configuração revela uma orientação majoritariamente empírica e aplicada, coerente com a natureza profissionalizante do curso de Ciências Contábeis.

Quadro 3 – Metodologia de pesquisa empregada em TCCs

Metodologia de pesquisa	Quantitativo de TCCs por metodologia
Levantamento	55
Estudo de caso	51
Pesquisa documental	28
Estudo teórico	19
TOTAL	153

Fonte: Dados da pesquisa.

A presença constante do Levantamento ao longo de todos os anos analisados sugere que esse procedimento se consolidou como uma estratégia metodológica central, possivelmente em razão de sua viabilidade operacional e de sua adequação a contextos organizacionais locais. Já os Estudos de Caso destacam-se como alternativa para análises aprofundadas de realidades específicas, refletindo uma preocupação com a compreensão contextualizada dos fenômenos contábeis.

Áreas da Contabilidade e Temas de Pesquisa

A análise das áreas da Contabilidade abordadas nos TCCs evidencia a predominância da Contabilidade Gerencial (30,07%) e da Contabilidade Financeira (26,14%). Essas áreas concentram mais da metade da produção analisada, indicando uma orientação formativa voltada à gestão, ao desempenho organizacional e à tomada de decisão (ver Quadro 4).

Quadro 4 – Área da Contabilidade por TCC

Áreas da Contabilidade	Quantitativo de TCCs por área
Contabilidade Gerencial	46
Contabilidade Financeira	40
Contabilidade Ambiental	21
Atuação Profissional	15
Contabilidade Rural	14
Ensino e Pesquisa em Contabilidade	9
Contabilidade Pública	8
TOTAL	153

Fonte: Dados da pesquisa.

A Contabilidade Ambiental (13,73%) aparece como a terceira área mais explorada, o que revela uma inserção relevante, ainda que não central, de temas relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental. As áreas de Atuação Profissional e Contabilidade Rural apresentam participações intermediárias, refletindo demandas específicas do contexto regional. Por outro lado, Ensino e Pesquisa em Contabilidade e Contabilidade Pública apresentam menor representatividade, configurando potenciais lacunas na produção acadêmica do curso.

Quando se analisa a relação entre áreas e metodologias (ver Quadro 5), observa-se que a Contabilidade Gerencial se concentra fortemente em Estudos de Caso, enquanto a Contabilidade Financeira apresenta maior incidência de Levantamentos e Pesquisas Documentais. Esse padrão sugere que as escolhas metodológicas não são aleatórias, mas articuladas à natureza dos objetos investigados e às tradições de pesquisa associadas a cada área.

Quadro 5 – Áreas da Contabilidade e metodologia de pesquisa empregada nos TCCs

Áreas da Contabilidade	Levantamento	Estudo de caso	Pesquisa documental	Estudo teórico	Total
Contabilidade Gerencial	14	23	1	8	46
Contabilidade Financeira	18	9	10	3	40
Contabilidade Ambiental	4	4	9	4	21
Atuação Profissional	11	2	1	1	15
Contabilidade Rural	6	5	3	0	14
Ensino e Pesquisa em Contabilidade	2	2	3	2	9
Contabilidade Pública		6	1	1	8
TOTAL	55	51	28	19	153

Fonte: Dados da pesquisa.

A baixa incidência de estudos em Contabilidade Pública, aliada à reduzida diversidade metodológica nessa área, é um achado relevante, sobretudo considerando a importância do setor público no contexto regional e a presença significativa de organizações governamentais como potenciais campos de pesquisa.

Inserção Territorial dos Egressos e dos Estudos

A análise territorial indica forte concentração da origem dos egressos na cidade de Ponta Porã, sede do curso, que reúne mais de 80% dos formandos (ver Quadro 6). Essa concentração reflete a função do campus como polo regional de formação, atendendo predominantemente à demanda local e de municípios vizinhos.

Quadro 6 – Cidades de origem dos egressos

Cidades	Egressos por cidade
Amambai	5
Antônio João	5
Aral Moreira	4
Bela Vista	4
Campo Grande	2
Ivinhema	1
Jardim	1
Osasco/SP	1
Ponta Porã	128
São Carlos/SP	1
Sorocaba/SP	1
TOTAL	153

Fonte: Dados da pesquisa.

De forma convergente, a maioria dos TCCs tem como objeto empírico o estado de Mato Grosso do Sul, reforçando o caráter regional da produção acadêmica. A presença de estudos voltados ao Paraguai e a análises transfronteiriças, ainda que numericamente reduzida, destaca-se como elemento singular, relacionado à localização geográfica da instituição e às especificidades da fronteira Brasil-Paraguai (ver Quadro 7).

Quadro 7 – Distribuição espacial dos estudos

Estados e Países	Quantitativo de TCCs
MS	109
PR	5
MT	1
SP	1
SP/RJ	2
Brasil	11
Paraguai	2
Brasil-Paraguai	1
Não se Aplica	21
TOTAL	153

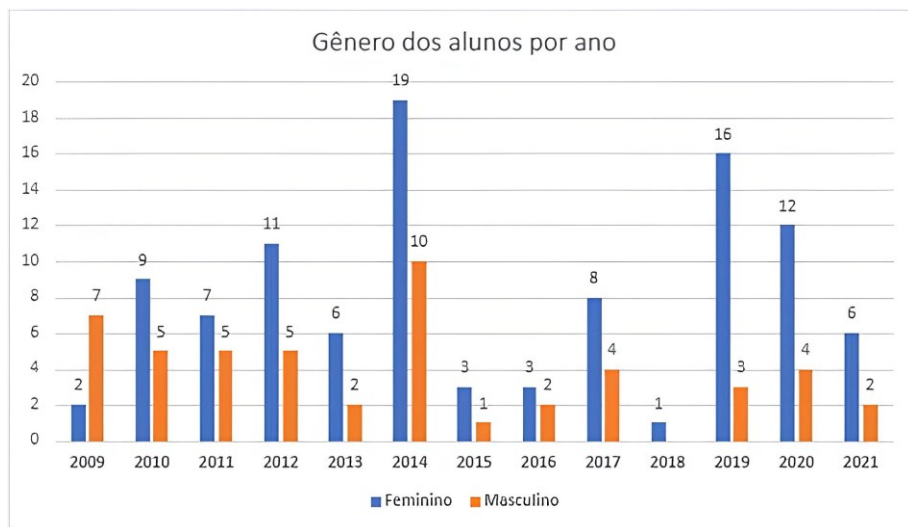
Fonte: Dados da pesquisa.

Os trabalhos classificados como “Não se Aplica” correspondem, majoritariamente, a estudos teóricos, o que evidencia a coexistência de abordagens empíricas localizadas e reflexões conceituais mais amplas no conjunto da produção analisada.

Perfil dos Autores dos TCCs

No período analisado, observou-se a predominância de autoras do gênero feminino, que representam aproximadamente dois terços dos egressos do curso, uma vez que 103 TCCs são de autoria de mulheres e 50 TCCs são de autoria de homens. Esse resultado está alinhado a tendências identificadas em estudos nacionais sobre a feminização dos cursos e da profissão contábil, indicando transformações no perfil sociodemográfico da área.

Gráfico 3 – Gêneros dos autores distribuídos por ano de defesa



Fonte: Dados da pesquisa.

A distribuição por gênero ao longo dos anos revela que a predominância feminina se mantém de forma relativamente constante, com pequenas variações pontuais (ver Gráfico 3). Esse dado sugere que a maior participação das mulheres não se trata de um fenômeno isolado, mas de um padrão estrutural consolidado no curso. Esse padrão indica transformações no perfil sociodemográfico da profissão e contribui para a problematização de representações historicamente associadas à atuação masculina no campo contábil.

De modo geral, os resultados da análise documental dos TCCs evidenciam que a produção acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UEMS é marcada por forte orientação prática, concentração temática em áreas tradicionais da Contabilidade e significativa vinculação ao contexto regional. Ao mesmo tempo, identificam-se lacunas importantes, especialmente no que se

refere à Contabilidade Pública, ao Ensino e Pesquisa em Contabilidade e à diversificação metodológica.

Esses achados fornecem subsídios relevantes para reflexões sobre o projeto pedagógico do curso, as estratégias de incentivo à pesquisa e a ampliação de agendas investigativas que dialoguem de forma mais ampla com os desafios contemporâneos da área contábil.

Considerações Finais

Esta pesquisa buscou compreender como as características da produção acadêmica expressa nos TCCs do curso de Ciências Contábeis da UEMS revelam uma formação profissional orientada às demandas do desenvolvimento da microrregião de Ponta Porã. A análise de 153 TCCs defendidos entre 2009 e 2021 permitiu identificar padrões metodológicos, temáticos e territoriais que evidenciam o papel formativo e social da produção acadêmica no contexto regional.

Os resultados indicam uma produção majoritariamente empírica e aplicada, com forte concentração nas áreas de Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira e ampla utilização de metodologias como levantamento e estudo de caso. Essa orientação revela uma formação voltada à resolução de problemas concretos das organizações, característica coerente com o papel atribuído às universidades regionais na qualificação de capital humano e na produção de conhecimento aplicado às demandas locais (Audy; Morosini, 2006).

À luz das demandas estruturais do desenvolvimento regional da microrregião de Ponta Porã, caracterizada pela predominância de micro e pequenas empresas, pela relevância do setor público local e por especificidades decorrentes de sua

condição fronteiriça, os resultados sugerem que a produção acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UEMS apresenta significativo alinhamento com desafios concretos do território.

A concentração de TCCs em áreas como Contabilidade Gerencial, Contabilidade Financeira, Custos e Planejamento Tributário revela uma formação profissional orientada à qualificação da gestão organizacional e à melhoria dos processos decisórios locais. Ao mesmo tempo, a menor incidência de estudos em Contabilidade Pública e em temáticas transfronteiriças evidencia lacunas que podem orientar futuras agendas de pesquisa e ações institucionais, reforçando o papel estratégico da universidade como agente de desenvolvimento regional.

Observou-se também significativa vinculação territorial dos objetos de estudo, predominantemente concentrados no estado de Mato Grosso do Sul e, de forma mais específica, na microrregião de Ponta Porã. Esse achado reforça a compreensão de que a universidade, ao produzir conhecimento ancorado em sua realidade socioeconômica, atua como agente estratégico de desenvolvimento, contribuindo para o fortalecimento de organizações locais, para a melhoria da gestão pública e privada e para a difusão de práticas contábeis mais qualificadas (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000; Silva; Ferreira, 2024).

Nesse sentido, os TCCs analisados configuram-se como instrumentos de aproximação entre a formação acadêmica e os desafios regionais, especialmente em contextos periféricos ou de fronteira. A presença, ainda que limitada, de estudos relacionados à Contabilidade Ambiental e a análises transfronteiriças Brasil-Paraguai sinaliza um potencial de ampliação das agendas de pesquisa voltadas ao desenvolvimento sustentável e à integração regional, aspectos relevantes para a microrregião de Ponta Porã.

No que se refere ao perfil dos autores, a predominância feminina entre os egressos do curso acompanha tendências observadas na literatura nacional sobre a feminização da formação e da produção científica em Ciências Contábeis (Morais et al., 2018; Maia; Silva; Santos, 2019). Tal configuração reflete transformações estruturais no campo profissional e acadêmico da Contabilidade, sem que isso implique, contudo, inferências essencialistas sobre competências ou desempenho, reforçando a importância de análises de gênero ancoradas em evidências empíricas e contextuais.

Apesar das contribuições, este estudo apresenta limitações. A análise concentrou-se nos conteúdos dos TCCs, não contemplando o acompanhamento das trajetórias profissionais dos egressos nem a mensuração direta dos impactos econômicos ou institucionais das pesquisas desenvolvidas. Além disso, o caráter documental da investigação não permite inferir causalidades entre formação acadêmica e desenvolvimento regional, mas apenas identificar indícios e potencialidades dessa relação.

Referências

AGOSTINI, C.; CARVALHO, J. T. **A evolução da contabilidade: seus avanços no Brasil e a harmonização com as normas internacionais.** Instituto de Ensino Superior Tancredo de Almeida Neves - IESTAN, v. 1, 2012.

ARAÚJO, E. F. de; PEREIRA, A. G.; FÁVERO, L. P. L. Relação entre modalidade de ensino e desempenho acadêmico: análise multinível do ENADE em Ciências Contábeis. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 179-203, 2023.

AROCENA, R.; SUTZ, J. Latin American universities: from an original revolution to an uncertain transition. **Higher Education, Dordrecht**, v. 50, n. 4, p. 573-592, 2005.

AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. **Inovação e desenvolvimento regional: papel da universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

BACCI, J. **Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica**. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, 2002.

BELARMINO, O.; VIEIRA, R. M. O desenvolvimento nos territórios de fronteira: análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira/MS. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 7, n. 1, p. 89-103, 2021.

BENNEWORTH, P.; CHARLES, D. **Universities and regional economic development: engaging with the periphery**. London: Routledge, 2019.

BOISIER, S. **Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando?** Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, 2001.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Diário Oficial da União, Brasília, 2004.

_____. **Parecer CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília, 2002.

_____. **Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024**. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Contábeis. Brasília, 2024.

BURON, R. M. O papel da universidade na formação do perfil profissional. **Salão do Conhecimento**, v. 2, n. 2, 2016.

CAETANO, C. C. R.; CARDOSO, T. A. de O.; MIRANDA, G. J.; FREITAS, S. C. de. Desempenho no ENADE em Ciências Contábeis: Ensino à distância (EaD) versus presencial. **Revista Universo Contábil**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 147-165, 2016.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, 2003.

CUNHA, J. R. **Competências na formação em ciências contábeis e suas implicações no desenvolvimento regional**. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2014.

CUNHA, L. C.; VOGT, M.; BIAVATTI, V. T. Contribuições do TCC e do estágio curricular para a aprendizagem. **Contabilidade Vista e Revista**, v. 26, n. 1, p. 57-78, 2015.

DEMO, P. Educação científica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 36, n. 1, p. 15-25, 2010.

DUARTE, C. A. A. et al. Fatores determinantes para o desempenho acadêmico no ENADE. **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, v. 11, n. 1, p. 120-133, 2023.

DUARTE, V. N.; BIDARRA, Z. S.; CORRÊA, A. S. Políticas de desenvolvimento regional na faixa de fronteira brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 64, 2022.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation. **Research Policy**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GUIMARÃES, J. C.; SILVA SOBRINHO, F. D. Fatores facilitadores e dificultadores à construção do TCC. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 11, n. 3, p. 82-99, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Dados territoriais, populacionais e econômicos da microrregião de Ponta Porã. 2010-2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira. Brasília: Ipea, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Apresentação institucional. Brasília, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Planilhas do IDEB da microrregião de Ponta Porã. Brasília, 2023.

MAIA, A. B. G. R.; SILVA, A. H. C.; SANTOS, S. M. Participação feminina na pesquisa científica. Revista de Contabilidade e Controladoria, v. 11, n. 3, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Brasília, 2024.

MORAIS, C. R. F. et al. Participação feminina na produção científica. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 12, n. 3, p. 44-63, 2018.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A extensão no ensino superior e a sociedade. Mal-Estar e Sociedade, v. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.

OLIVEIRA, A. B. S. Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2003.

PELEIAS, I. R. et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil. Revista Contabilidade e Finanças, v. 18, p. 19-32, 2007.

REGO, C. et al. Universidades e desenvolvimento local. In: ALVES, L. R.; MATTEI, T. S.; SILVA, C. S. (org.). **Economia e Desenvolvimento Local**. Toledo, Núcleo de Desenvolvimento Regional, Unioeste, p. 38-48, 2022.

ROLIM, C.; SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, p. 85-106, 2009.

ROLIM, C.; SERRA, M.; BASTOS, A. P. Universidades e a “mão visível” do desenvolvimento regional. In: **Universidades e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 31-52.

SANTOS, I. R. **As dificuldades na construção do TCC**. 2020. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SEVINÇ, H. The role of universities in local economic development. **Research Journal of Business and Management**, v. 2, n. 4, p. 448-459, 2015.

SILVA, M. E.; FERREIRA, M. L. A. O papel das instituições acadêmicas no desenvolvimento regional. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 10, n. 1, 2024.

SILVA, T. M. Capital social e desenvolvimento local. In: ALVES, L. R.; MATTEI, T. S.; SILVA, C. S. (org.). **Economia e Desenvolvimento Local**. Núcleo de Desenvolvimento Regional, 2022. p. 114-130.

RUIZ, A. S.; ALMEIDA, O. A.; BRAGA, T. M. Programa de desenvolvimento da faixa de fronteira em Ponta Porã. **Revista Camalotes**, v. 3, n. 2, 2024.

STECE, V. et al. Características dos cursos superiores de secretariado. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 62-81, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. Ponta Porã, 2014.

____. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. Ponta Porã, 2022.

VIEIRA, D. J. Evolução do ensino superior brasileiro. In: NETO, A. M.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 277-305.

CAPÍTULO 5

A CULTURA ORGANIZACIONAL COMO MECANISMO IDEOLÓGICO: MULTINACIONAIS E DOMINAÇÃO SOB A PERSPECTIVA CRÍTICA

CLAUDEMIRA TEREZA ASSUNÇÃO

IASMIN DARIZ CUNHA

ROSENERY LOUREIRO LOURENÇO

Introdução

As empresas multinacionais ocupam uma posição central na dinâmica do capitalismo contemporâneo, atuando como importantes agentes econômicos, políticos e culturais no cenário global. Ao expandirem suas operações para além das fronteiras nacionais, essas organizações não apenas transferem capital, tecnologia e modelos de gestão, mas também disseminam valores, práticas e formas específicas de organização do trabalho que influenciam profundamente as dinâmicas sociais, econômicas e culturais dos contextos nos quais se inserem (Dunning, 1993; Caves, 1996; Daniels, Radebaugh e Sullivan

(2006). Nesse processo, a cultura organizacional assume um papel estratégico, operando não apenas como elemento de integração interna, mas também como um mecanismo de legitimação de relações assimétricas de poder.

Tradicionalmente, a cultura organizacional e as relações de poder nela implícitas ou decorrentes têm sido apresentada pela literatura gerencial como um fator positivo, associado ao alinhamento de comportamentos, à coesão interna e ao alcance de objetivos organizacionais (Clegg, 1998; Smircich, 1983). No entanto, sob a perspectiva da teoria crítica, essa compreensão revela-se limitada, uma vez que desconsidera o caráter político e ideológico da cultura no interior das organizações. Conforme argumenta Smircich (1983), a cultura não deve ser entendida apenas como uma variável organizacional, mas como um sistema de significados que molda percepções, orienta práticas e influencia processos decisórios. Desta forma, a cultura organizacional pode operar de maneira sutil, naturalizando normas, hierarquias e relações de dominação que favorecem determinados interesses em detrimento de outros. Clegg, Kornberger e Pitsis (2011) destacam que ao contrário de formas explícitas de controle ou dominação, a cultura opera de maneira sutil, moldando percepções e decisões. Além disso, pode funcionar como um mecanismo de controle indireto, pois, ao internalizarem os valores e normas organizacionais, os membros tendem a se autorregular de acordo com essas expectativas.

No contexto das empresas multinacionais, essa dimensão cultural torna-se ainda mais relevante. Ao atuarem em diferentes países e realidades socioculturais, essas organizações frequentemente reproduzem modelos de gestão e valores oriundos de suas matrizes, impondo padrões organizacionais que podem entrar em tensão com as especificidades locais. Como

destacam Said (2007) e Bhabha (2013), esse movimento pode ser compreendido como uma forma contemporânea de dominação cultural, na qual práticas e discursos organizacionais contribuem para a subordinação simbólica de culturas periféricas a modelos hegemônicos, reforçando desigualdades históricas no sistema capitalista global.

A teoria crítica oferece um arcabouço teórico importante para compreender essas dinâmicas. Desde Marx, a crítica ao capitalismo evidencia como a busca incessante pela acumulação de capital se sustenta por meio da exploração do trabalho e da alienação dos indivíduos, transformando relações sociais em relações mercantis. Weber, por sua vez, ao analisar a racionalidade burocrática, demonstra como a dominação moderna se legitima por meio de regras formais, hierarquias e procedimentos que, embora eficazes do ponto de vista organizacional, tendem a desumanizar as relações sociais e limitar a autonomia individual, aprisionando os sujeitos no que o autor denominou de “jaula de ferro” (Weber, 1978).

Essas contribuições clássicas são ampliadas por abordagens contemporâneas dos estudos organizacionais críticos, que passam a enfatizar o papel do poder simbólico, dos discursos e da cultura na reprodução das relações de dominação. Autores como Clegg (1989) e Alvesson e Willmott (1992, 2002) argumentam que o poder organizacional não se manifesta apenas por meio de coerção explícita ou controle formal, mas também de maneira difusa, por meio da internalização de valores, crenças e identidades organizacionais. Nesse processo, os indivíduos passam a autorregular seus comportamentos, alinhando-se voluntariamente aos interesses organizacionais, o que torna a dominação mais eficaz justamente por sua aparência de consenso e normalidade.

No caso das multinacionais, a articulação entre racionalidade burocrática, exploração econômica e controle simbólico tende a se intensificar. Conforme aponta Dunning (1993), essas organizações operam a partir de estratégias que visam maximizar a eficiência global, frequentemente explorando assimetrias econômicas entre países centrais e periféricos. A Teoria da Dependência, desenvolvida por Cardoso e Faletto (1970), contribui para essa análise ao evidenciar como a atuação das multinacionais pode aprofundar relações de subordinação econômica e social, mantendo países em desenvolvimento em posições estruturais desfavoráveis no sistema mundial.

Nesse cenário, a cultura organizacional emerge como um elemento mediador fundamental entre as estruturas econômicas e as práticas cotidianas de trabalho. Ao promover valores como meritocracia, comprometimento, flexibilidade e identificação com a empresa, a cultura organizacional pode mascarar relações de exploração e naturalizar condições precárias de trabalho, especialmente em contextos onde a vulnerabilidade econômica limita as possibilidades de resistência (Morgan, 2002). Como destacam Fleming e Spicer (2007), a cultura organizacional pode funcionar simultaneamente como fonte de identidade e como mecanismo de supressão do pensamento crítico, reforçando a lealdade à organização e desestimulando a contestação.

Diante dessas considerações, este capítulo tem como objetivo compreender como a cultura organizacional nas empresas multinacionais opera como um mecanismo ideológico de dominação, articulando controle simbólico, racionalidade burocrática e exploração econômica à luz da teoria crítica. Para tanto, desenvolve-se uma reflexão teórico-analítica que dialoga com contribuições clássicas e contemporâneas da teoria crítica e dos estudos organizacionais, buscando evidenciar como

práticas culturais aparentemente neutras e integradoras podem, na realidade, sustentar e reproduzir relações assimétricas de poder no capitalismo global.

Ao adotar essa perspectiva, o capítulo propõe uma leitura das multinacionais não apenas como agentes de desenvolvimento econômico, mas como estruturas sociais complexas que desempenham um papel ativo na reprodução de desigualdades sociais, culturais e econômicas. Ao mesmo tempo, reconhece-se que a cultura organizacional não é um fenômeno estático ou homogêneo. Ainda que funcione como instrumento de dominação, ela também constitui um campo de disputas simbólicas, no qual emergem resistências, contradições e possibilidades de transformação. Compreender essas dinâmicas é fundamental para avançar na construção de práticas organizacionais mais justas, reflexivas e socialmente responsáveis.

Compreendendo que não há um corpo único e uniforme para o que se convencionou chamar de teoria crítica (Prasad, 2003), este capítulo adota uma abordagem teórico-analítica de natureza crítica aplicada aos estudos organizacionais privilegiando a articulação de autores que permitam uma compreensão do objetivo proposto para o capítulo. O texto parte de autores centrais da teoria social crítica, como Marx e Weber, cujas contribuições permitem compreender a exploração econômica e a racionalidade burocrática como estruturais para dominação nas organizações capitalistas, e desenvolve uma reflexão em torno da cultura organizacional, poder e dominação no contexto das empresas multinacionais.

O capítulo não tem caráter empírico, mas busca construir uma interpretação crítica sobre o papel da cultura organizacional nas multinacionais enquanto elemento mediador entre

estruturas econômicas, formas burocráticas de organização e práticas simbólicas de legitimação do poder.

A Teoria Crítica e a Dominação nas Organizações

A teoria crítica constitui um campo teórico fundamental para a compreensão das organizações enquanto estruturas sociais historicamente situadas, atravessadas por relações de poder, controle e dominação. Diferentemente das abordagens tradicionais da teoria das organizações, que tendem a tratar as organizações como sistemas técnicos ou instrumentos neutros voltados à eficiência e ao alcance de objetivos, a perspectiva crítica desloca o foco analítico para as condições sociais, econômicas e políticas que sustentam o funcionamento organizacional e moldam as experiências dos indivíduos no trabalho (Kincheloe e McLaren, 2005; Prasad, 2003; Clegg, 1989).

A origem da teoria crítica está associada às reflexões desenvolvidas no âmbito da Escola de Frankfurt, particularmente a partir das contribuições de Max Horkheimer, que propôs a distinção entre teoria tradicional e teoria crítica. Enquanto a primeira se limita a descrever e explicar a realidade social tal como ela se apresenta, a segunda assume um compromisso explícito com a crítica das estruturas existentes e com a possibilidade de transformação social (Paula, 2007). Nesse sentido, a teoria crítica não se restringe à análise das organizações, mas busca compreender como elas participam da reprodução das desigualdades sociais e das relações de dominação características do capitalismo moderno.

No campo dos estudos organizacionais, a teoria crítica permite compreender as organizações como arenas de poder, nas quais interesses distintos se confrontam e onde determinadas

racionalidades são privilegiadas em detrimento de outras. Conforme destacam Vieira e Caldas (2007), essa abordagem questiona a naturalização das práticas organizacionais e problematiza a ideia de neutralidade gerencial, evidenciando que as organizações são atravessadas por relações assimétricas que favorecem grupos dominantes e marginalizam outros.

Entre os autores clássicos que fundamentam essa perspectiva, Karl Marx ocupa posição central ao analisar o capitalismo como um sistema baseado na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Para Marx (2021), a dinâmica da acumulação de capital depende da extração de mais-valia, processo que subordina o trabalhador às condições impostas pelo capitalista e transforma o trabalho em mercadoria. No interior das organizações capitalistas, essa lógica se manifesta por meio da intensificação do trabalho, da alienação e da perda de controle dos trabalhadores sobre os processos e os produtos de sua atividade. A dominação, nessa perspectiva, não se dá apenas por coerção direta, mas se estrutura a partir das próprias relações de produção, que passam a ser percebidas como naturais e inevitáveis.

Max Weber, por sua vez, contribui para a compreensão da dominação organizacional ao analisar a racionalidade burocrática como forma predominante de organização da ação social nas sociedades modernas. Weber (1978) identifica a burocracia como um sistema baseado em regras formais, hierarquia, divisão do trabalho e impessoalidade, elementos que conferem previsibilidade e eficiência às organizações. No entanto, o autor também alerta para os efeitos desumanizantes desse modelo, ao afirmar que a racionalização crescente tende a aprisionar os indivíduos em uma “jaula de ferro”, limitando sua autonomia e subordinando suas ações a procedimentos e normas

institucionalizadas. A dominação racional-legal, característica das organizações modernas, legitima-se precisamente por meio dessa racionalidade formal, tornando o poder menos visível, porém mais eficaz.

As contribuições de Marx e Weber são retomadas e aprofundadas por abordagens contemporâneas da teoria crítica nos estudos organizacionais, que passam a enfatizar o caráter difuso e simbólico do poder. Clegg (1989) argumenta que o poder nas organizações não se exerce apenas por meio de estruturas hierárquicas ou mecanismos formais de controle, mas também através de práticas discursivas, normas e rotinas que moldam comportamentos e subjetividades. Nessa perspectiva, o poder é relacional e se manifesta de forma capilar, permeando as interações cotidianas e os processos decisórios organizacionais.

Morgan (2002) reforça essa compreensão ao afirmar que as organizações podem ser analisadas como instrumentos de dominação, utilizados para promover interesses de elites à custa de outros grupos sociais. Segundo o autor, mesmo quando não há uma intenção explícita de dominação, os efeitos das práticas organizacionais frequentemente resultam na reprodução de desigualdades e na submissão de trabalhadores a condições que comprometem sua autonomia e bem-estar. A dominação organizacional, portanto, não se limita a atos coercitivos, mas se expressa também por meio de mecanismos sutis de socialização e controle.

A análise crítica das organizações também é enriquecida pelas contribuições de Michel Foucault, que examina as formas modernas de poder a partir das práticas de vigilância, disciplina e normalização. Para Foucault (1977), o poder não se concentra exclusivamente em uma autoridade central, mas se distribui por meio de dispositivos e técnicas que regulam comportamentos e

produzem subjetividades. No contexto organizacional, essas práticas se manifestam em sistemas de avaliação, controle do tempo, monitoramento do desempenho e internalização de normas, contribuindo para a constituição de indivíduos disciplinados e produtivos.

Jürgen Habermas acrescenta a esse debate a crítica à predominância da racionalidade instrumental nas organizações modernas. Segundo Habermas (1984), a ênfase excessiva na eficiência e no alcance de objetivos econômicos tende a suprimir a racionalidade comunicativa, baseada no diálogo e no entendimento mútuo. Esse desequilíbrio favorece relações de dominação, na medida em que as decisões organizacionais passam a ser orientadas por critérios técnicos e econômicos, desconsiderando as dimensões éticas e sociais da ação humana.

No campo específico da teoria crítica aplicada aos estudos organizacionais, Alvesson e Willmott (1992) destacam o papel da ideologia e da dominação simbólica na reprodução do poder nas organizações. Para os autores, a dominação torna-se particularmente eficaz quando os indivíduos internalizam os valores e objetivos organizacionais, passando a alinhar voluntariamente seus interesses aos da organização. Esse processo reduz a possibilidade de questionamento e resistência, uma vez que as relações de poder são percebidas como naturais, legítimas ou até desejáveis.

Alvesson e Willmott (1992) argumentam que, embora as organizações tentem moldar a identidade dos trabalhadores, os indivíduos não são receptores passivos. Eles possuem agência e podem resistir através do cinismo, do humor, do distanciamento emocional ou da criação de subculturas de resistência. À luz das considerações de Alvesson e Willmott (1992, 2002) as relações de poder nas multinacionais não

operam apenas por estruturas formais, mas pela regulação da identidade que é mediada pela cultura organizacional. A cultura é utilizada como uma ferramenta ideológica para naturalizar assimetrias, apresentando a lógica da eficiência corporativa como uma verdade inquestionável. Entretanto, esses autores destacam que esse controle sobre a subjetividade nunca é absoluto e a emancipação emerge da capacidade das pessoas de exercerem a reflexividade crítica, transformando a cultura organizacional em um campo de disputa onde a dominação pode ser desafiada, resistida.

No contexto das multinacionais, a resistência não deve ser lida apenas como um confronto direto, mas como um processo de hibridismo e ambivalência. À luz de Homi Bhabha (2013), a imposição de uma cultura organizacional hegemônica pelas matrizes nunca será assimilada de forma pura pelas subsidiárias periféricas; em vez disso, ocorrerá uma mímica, isto é, ao repetir o modelo original, a subsidiária introduz deslocamentos e ironias que subvertem a autoridade do discurso dominante. Essa resistência se manifesta de forma que o trabalhador local ressignifica as normas globais a partir de suas próprias referências culturais, criando uma identidade organizacional híbrida que desafia a padronização totalitária da corporação.

Desta forma, observa-se que a teoria crítica oferece um arcabouço analítico que permite compreender a dominação organizacional das multinacionais como um fenômeno multifacetado, que articula dimensões econômicas, burocráticas e simbólicas. A atualidade dessa dominação multifacetada é corroborada, por exemplo, por autores como Zuboff (2021), que identifica a dimensão tecnológica como uma nova fronteira do controle comportamental.

Ao reconhecer que o poder se exerce tanto por meio de estruturas formais quanto de práticas culturais e ideológicas, essa perspectiva possibilita uma análise mais aprofundada das organizações contemporâneas e de seu papel na reprodução das desigualdades sociais. Essa compreensão é fundamental para analisar, nas seções seguintes, como essas dinâmicas se intensificam no contexto das empresas multinacionais e como a cultura organizacional atua como um mecanismo ideológico de dominação.

Multinacionais como Estruturas de Dominação no Capitalismo Global

A consolidação das empresas multinacionais constitui um dos traços centrais do capitalismo contemporâneo, expressando a intensificação dos processos de internacionalização da produção, do capital e da gestão (Dunning, 1993). Essas organizações não se limitam à expansão geográfica de suas atividades econômicas, mas assumem um papel estruturante na reorganização das relações de poder entre países, mercados e sociedades, contribuindo para a reprodução de assimetrias econômicas e políticas no sistema capitalista global (Cardoso; Faletto, 1970). Nesse sentido, compreender as multinacionais exige ultrapassar abordagens que as tratam exclusivamente como agentes de eficiência econômica ou vetores de desenvolvimento, reconhecendo-as como formas organizacionais historicamente situadas e profundamente imbricadas nas dinâmicas de dominação que caracterizam o capitalismo contemporâneo, inclusive em sua dimensão cultural (Said, 2007; Bhabha, 2013).

Dunning (1993) contribui para essa compreensão ao destacar que a atuação das empresas multinacionais se baseia na

internacionalização de vantagens específicas, que lhes permitem coordenar atividades produtivas em escala internacional. Embora essa perspectiva enfatize aspectos econômicos e estratégicos da internacionalização, ela também evidencia a concentração de poder que caracteriza essas organizações, uma vez que sua capacidade de operar globalmente lhes confere influência significativa sobre mercados, cadeias produtivas e políticas nacionais.

Sob essa perspectiva, a atuação das multinacionais reflete a dinâmica do imperialismo, voltada à exportação de capital para regiões onde a exploração do trabalho permite a maximização de lucros em escala global (Lenin, 1982). Essa lógica econômica é sustentada por processos de silenciamento que encontram eco na crítica de Spivak (1988) sobre a subalternidade. Para a autora, as estruturas hegemônicas impõem uma violência epistêmica que impede o sujeito periférico de articular sua própria voz contra o discurso dominante. Assim, a cultura organizacional das multinacionais opera como esse discurso soberano que, ao projetar ideais de modernização, legitima condições de trabalho assimétricas e anula a representação das realidades locais. A multinacional, sob esse ponto de vista, não é apenas uma empresa ampliada, mas uma estrutura capaz de articular recursos econômicos, tecnológicos e organizacionais de maneira assimétrica.

Essa assimetria torna-se ainda mais evidente quando analisada à luz da Teoria da Dependência. Cardoso e Faletto (1970) argumentam que o desenvolvimento capitalista na periferia ocorre de forma subordinada aos interesses dos países centrais, reproduzindo relações de dependência econômica, política e social. As empresas multinacionais desempenham um papel central nesse processo ao

transferirem para os países periféricos atividades produtivas intensivas em trabalho e menos valorizadas, ao mesmo tempo em que mantêm nos centros hegemônicos o controle estratégico, tecnológico e decisório. Dessa forma, a atuação dessas organizações contribui para a manutenção de estruturas desiguais no sistema capitalista mundial.

No plano organizacional, essa lógica de dependência se manifesta por meio da difusão de modelos de gestão, práticas administrativas e valores organizacionais originados nas matrizes das multinacionais. Fleury e Fleury (2016, 2021) destacam que a internacionalização das empresas envolve não apenas a transferência de tecnologias e processos, mas também a imposição de padrões culturais e organizacionais que moldam as relações de trabalho nos diferentes contextos nacionais. Essa padronização tende a reforçar hierarquias internas entre unidades centrais e subsidiárias, limitando a autonomia local e subordinando práticas organizacionais às diretrizes globais da corporação.

A dimensão cultural da atuação das multinacionais adquire contornos ainda mais complexos quando analisada a partir das contribuições do pensamento pós-colonial. Said (2007) demonstra como os discursos produzidos no contexto do imperialismo ocidental constroem representações que legitimam a dominação sobre o “Outro”, naturalizando hierarquias culturais e políticas. Embora sua análise se concentre no campo cultural e intelectual, suas reflexões permitem compreender como práticas organizacionais contemporâneas podem reproduzir formas sutis de dominação cultural, especialmente quando modelos gerenciais ocidentais são apresentados como universais, racionais e superiores.

Bhabha (2013) aprofunda essa análise ao enfatizar os processos de hibridização cultural e ambivalência que caracterizam as relações entre centro e periferia. No contexto das empresas multinacionais, essa ambivalência se manifesta na tensão entre a imposição de uma cultura organizacional global e a necessidade de adaptação às especificidades locais. Ainda que essa adaptação seja frequentemente apresentada como valorização da diversidade, ela tende a ocorrer dentro de limites previamente definidos pela matriz, preservando a assimetria de poder e reforçando a centralidade dos valores organizacionais hegemônicos.

Assim, as empresas multinacionais configuram-se como espaços privilegiados para a articulação entre poder econômico, dominação cultural e racionalidade organizacional (Dunning, 1993; Cardoso; Faletto, 1970). Sua atuação contribui não apenas para a reorganização da produção em escala global, mas também para a disseminação de formas específicas de controle e legitimação das relações de trabalho, reforçando hierarquias e assimetrias no interior das organizações (Morgan, 2002). Ao operarem em contextos marcados por desigualdades estruturais, essas organizações intensificam os mecanismos de dominação analisados pela teoria crítica, criando as condições materiais e simbólicas para que a cultura organizacional atue como um instrumento ideológico eficaz (Alvesson; Willmott, 1992; Said, 2007; Bhabha, 2013).

Dessa forma, compreender as multinacionais como estruturas de dominação no capitalismo global é um passo fundamental para a análise desenvolvida neste capítulo. Ao evidenciar como essas organizações articulam dependência econômica, padronização organizacional e hierarquias culturais, torna-se possível avançar, na seção seguinte, para a análise da

cultura organizacional como mecanismo ideológico, responsável por legitimar e naturalizar essas relações assimétricas no cotidiano do trabalho.

Cultura Organizacional como Mecanismo Ideológico

A cultura organizacional ocupa uma posição central na compreensão crítica das dinâmicas de poder nas organizações contemporâneas. Longe de constituir um conjunto neutro de valores, crenças ou práticas compartilhadas, a cultura deve ser compreendida como um sistema de significados socialmente construído, por meio do qual determinadas interpretações da realidade organizacional são privilegiadas e naturalizadas (Clegg, Kornberger e Pitsis, 2011). Sob a perspectiva da teoria crítica, a cultura organizacional opera como um mecanismo ideológico, articulando controle simbólico, legitimação da autoridade e conformação das subjetividades no interior das organizações.

Smircich (1983) é uma referência fundamental para essa compreensão ao problematizar as abordagens tradicionais da cultura organizacional. Para a autora, a cultura não pode ser tratada apenas como uma variável que a organização “possui”, mas como uma metáfora que permite compreender a própria organização como um fenômeno cultural. Essa mudança de perspectiva desloca o foco da análise para os processos de construção de significado, evidenciando que as interpretações compartilhadas no ambiente organizacional não são dadas, mas produzidas e continuamente reforçadas nas interações cotidianas. Nesse sentido, a cultura organiza percepções, orienta ações e define o que é considerado legítimo ou ilegítimo no contexto do trabalho.

Essa produção de significados está profundamente imbricada com relações de poder. Morgan (2002), ao discorrer sobre as organizações como instrumentos de dominação, argumenta que a cultura desempenha um papel central na legitimação das estruturas organizacionais, contribuindo para a aceitação de hierarquias, normas e práticas que favorecem determinados interesses. A dominação cultural não se impõe, portanto, apenas por meio de regras formais ou coerção explícita, mas através da construção de sentidos que fazem com que as relações de poder sejam percebidas como naturais, racionais ou inevitáveis.

É nesse ponto que as contribuições de Clegg e Hardy (1998) tornam-se particularmente relevantes. Para os autores, as organizações devem ser compreendidas como arenas discursivas nas quais o poder se exerce por meio da produção, circulação e institucionalização de discursos. Esses discursos não apenas descrevem a realidade organizacional, mas a constroem, definindo problemas, soluções, identidades e práticas legítimas. O poder organizacional, nessa perspectiva, opera de forma simbólica ao moldar os quadros interpretativos por meio dos quais os indivíduos compreendem sua experiência no trabalho.

Ao enfatizar o papel dos discursos, Clegg e Hardy (1998) evidenciam que a dominação organizacional não depende exclusivamente de estruturas hierárquicas formais, mas da capacidade de certos discursos se tornarem hegemônicos. Discursos gerenciais que exaltam valores como comprometimento, excelência, meritocracia e alinhamento organizacional tendem a ocultar as assimetrias de poder existentes, apresentando interesses organizacionais particulares como se fossem objetivos coletivos. A cultura organizacional, sob essa ótica, atua como um veículo privilegiado para a

disseminação desses discursos, contribuindo para a legitimação das práticas e normas institucionais.

Alvesson e Willmott (1992) aprofundam essa análise ao discutir o conceito de dominação ideológica nas organizações. Segundo os autores, a dominação torna-se mais eficaz quando os indivíduos internalizam os valores organizacionais e passam a se identificar com os objetivos da empresa. Esse processo de identificação reduz a necessidade de controle direto, uma vez que os próprios trabalhadores passam a regular seus comportamentos de acordo com as expectativas organizacionais. A cultura organizacional, ao promover determinados valores e identidades, desempenha um papel central nesse processo, transformando o controle em uma prática aparentemente voluntária.

Fleming e Spicer (2007) complementam essa perspectiva ao analisar como a cultura organizacional pode simultaneamente produzir engajamento e limitar a capacidade crítica dos indivíduos. Para os autores, a incorporação dos valores organizacionais não elimina necessariamente a consciência das relações de poder, mas pode gerar formas ambíguas de consentimento, nas quais a crítica é neutralizada ou canalizada de maneira que não ameace a ordem estabelecida. Assim, mesmo discursos que aparentam estimular autonomia, criatividade ou participação podem operar como mecanismos sofisticados de controle simbólico.

A dimensão discursiva da cultura organizacional também contribui para a institucionalização de práticas e normas que reforçam a racionalidade dominante. Conforme argumentam Clegg e Hardy (1998), quando determinados discursos se estabilizam e passam a orientar rotinas, procedimentos e políticas organizacionais, eles adquirem um caráter

institucional, tornando-se resistentes à contestação. A cultura organizacional, nesse contexto, não apenas reflete a estrutura de poder existente, mas participa ativamente de sua reprodução, ao delimitar os limites do pensável e do dizível no interior da organização.

Essa compreensão permite articular a cultura organizacional às dinâmicas mais amplas do capitalismo global discutidas nas seções anteriores. Nas empresas multinacionais, a cultura organizacional frequentemente opera como um discurso globalizante, que apresenta modelos gerenciais e valores corporativos como universais e superiores, independentemente dos contextos locais. Ao fazê-lo, contribui para a legitimação de hierarquias entre matriz e subsidiárias, naturalizando relações de subordinação econômica e simbólica. A cultura organizacional torna-se, assim, um elemento mediador entre as estruturas econômicas globais e as práticas cotidianas de trabalho.

Dessa forma, a cultura organizacional pode ser compreendida como um mecanismo ideológico fundamental na reprodução da dominação nas empresas multinacionais. Ao articular poder simbólico, discurso e institucionalização de práticas, ela contribui para a legitimação da racionalidade burocrática e da exploração econômica, transformando relações assimétricas de poder em formas aparentemente consensuais de organização do trabalho. Essa articulação será aprofundada na seção seguinte, que analisa de maneira integrada como burocracia, exploração e controle simbólico operam conjuntamente na dinâmica das multinacionais.

Articulação entre Burocracia, Exploração e Controle Simbólico nas Multinacionais

A análise desenvolvida nas seções anteriores permite compreender que a dominação nas empresas multinacionais não se manifesta de forma fragmentada ou ocasional, mas resulta da articulação sistemática entre diferentes dimensões do poder organizacional. A racionalidade burocrática, a exploração econômica e o controle simbólico não operam de maneira isolada; ao contrário, constituem um arranjo integrado que sustenta e legitima as relações de dominação no interior dessas organizações. A cultura organizacional desempenha, nesse contexto, um papel central ao conectar essas dimensões e torná-las socialmente aceitáveis e funcionalmente eficazes.

A racionalidade burocrática, conforme analisada por Weber (1978), fornece a base formal e organizacional para o exercício da dominação nas organizações modernas. Por meio de regras impessoais, hierarquias claramente definidas e procedimentos padronizados, a burocracia estrutura o funcionamento das empresas multinacionais, assegurando previsibilidade, controle e coordenação das atividades em escala global. Essa racionalidade apresenta-se como tecnicamente necessária e politicamente neutra, ocultando seu caráter histórico e suas implicações para a autonomia dos indivíduos. Nas multinacionais, a burocracia assume uma dimensão ampliada, ao articular centros decisórios distantes e subsidiárias locais, reforçando a assimetria de poder entre matriz e unidades periféricas.

No entanto, a racionalidade burocrática, por si só, não explica a persistência e a estabilidade das relações de dominação. É a lógica da exploração econômica, conforme analisada por Marx, que confere conteúdo material a esse

arranjo organizacional. A busca pela maximização do lucro e pela acumulação de capital orienta as decisões estratégicas das multinacionais, influenciando a organização do trabalho, a distribuição de recursos e a alocação de atividades produtivas em diferentes contextos nacionais. A exploração do trabalho manifesta-se tanto na intensificação das jornadas quanto na apropriação do valor produzido, sendo frequentemente aprofundada em contextos marcados por desigualdades econômicas e fragilidade institucional.

Essa dimensão econômica da dominação é mediada e legitimada por meio do controle simbólico exercido pela cultura organizacional. Para Clegg, Kornberger e Pitsis (2011) a cultura organizacional envolve interações sociais, práticas cotidianas e valores subjacentes nem sempre visíveis ou fáceis de alterar, isso contribui para a complexidade do fenômeno cultural das organizações. A cultura organizacional pode se tornar um tipo de controle sutil que funciona como um conjunto de valores e normas internalizadas que orientam o comportamento sem imposição explícita.

Conforme discutido a partir de Smircich (1983), Morgan (2002), Alvesson e Willmott (1992) e Clegg e Hardy (1998), a cultura organiza significados, molda percepções e define os limites do que é considerado legítimo no ambiente organizacional. Ao promover discursos que enfatizam comprometimento, alinhamento, excelência e pertencimento, a cultura organizacional contribui para a naturalização das exigências burocráticas e das condições de exploração, transformando relações assimétricas em práticas aparentemente consensuais.

Nas empresas multinacionais, essa articulação torna-se particularmente eficaz em razão da complexidade estrutural e

da distância entre os centros de decisão e os locais de execução do trabalho. A burocracia organiza e controla os processos; a exploração econômica orienta as estratégias globais; e a cultura organizacional atua como o elo simbólico que integra esses elementos, reduzindo tensões e neutralizando potenciais questionamentos. Conforme argumentam Alvesson e Willmott (1992), quando os indivíduos internalizam os valores organizacionais, o controle deixa de ser percebido como imposição externa e passa a operar como autorregulação, fortalecendo a dominação ideológica.

Além disso, a dimensão discursiva da cultura organizacional, conforme destacam Clegg e Hardy (1998), contribui para a institucionalização dessas práticas ao estabilizar determinados sentidos e excluir alternativas interpretativas. Discursos gerenciais globais, amplamente difundidos nas multinacionais, apresentam a racionalidade burocrática e a busca por eficiência como imperativos incontestáveis, ao mesmo tempo em que obscurecem as relações de exploração que sustentam esses processos (Weber, 1978; Alvesson e Willmott, 1992; Morgan, 2002). Dessa forma, o controle simbólico não apenas legitima a dominação existente, mas também delimita os horizontes de crítica e resistência no interior das organizações.

Nesse cenário, vale lembrar que a “jaula de ferro” burocrática encontra sua atualização contemporânea na gestão algorítmica. Nas empresas multinacionais, a dominação deixa de ser exercida apenas por normas visíveis para se tornar codificada em sistemas digitais que monitoram e padronizam o trabalho em escala global. Essa infraestrutura de execução, conforme destaca Zuboff (2021) mascara a exploração econômica sob uma camada de neutralidade técnica, tornando o controle simbólico ainda mais onipresente e difícil de contestar.

Zuboff (2021) usa os conceitos de infraestrutura de execução ou meios de modificação comportamental e capitalismo de vigilância para explicitar a ideia de que a tecnologia atua como uma forma de controle que substitui a burocracia tradicional. Esse autor discute como o poder na era digital não é mais apenas “totalitário” (baseado no medo e na força), mas “instrumental” (baseado no monitoramento, na modificação do comportamento e na eficiência técnica). Posto isto, a “jaula de ferro” de Weber agora é digital uma vez que o indivíduo não é limitado apenas por regras, mas pelo próprio software e tecnologias que ele usa para trabalhar e a dominação ideológica torna-se mais forte porque o algoritmo parece “neutro” e “matemático”, o que dificulta a percepção da exploração econômica.

Essa articulação entre burocracia, exploração e controle simbólico evidencia que a dominação nas empresas multinacionais não depende exclusivamente da coerção ou da desigualdade econômica, mas de um conjunto de mecanismos interdependentes que operam simultaneamente nos níveis estrutural, organizacional e subjetivo. A cultura organizacional desempenha um papel decisivo nesse arranjo ao traduzir imperativos econômicos e burocráticos em valores, normas e identidades, contribuindo para a reprodução das relações de poder no cotidiano do trabalho.

Dessa forma, compreender a cultura organizacional como mecanismo ideológico de dominação permite avançar além de análises que se concentram apenas nos aspectos formais da organização ou nos resultados econômicos da atuação das multinacionais. Essa perspectiva revela como a dominação se sustenta e se renova por meio de práticas simbólicas aparentemente banais, mas profundamente eficazes, que

conectam racionalidade organizacional, exploração econômica e subjetividade. É a partir dessa articulação que se torna possível problematizar criticamente o papel das empresas multinacionais no capitalismo contemporâneo e refletir sobre os limites e contradições das formas atuais de organização do trabalho.

Considerações Finais

Os desdobramentos teóricos do capítulo permitiram compreender que as empresas multinacionais operam como estruturas de poder que articulam a racionalidade burocrática, a exploração econômica e o controle simbólico para sustentar a dominação no capitalismo global. A cultura organizacional atua como o elo mediador desse sistema, nesse sentido, a cultura organizacional não é um elemento acessório de integração, mas serve como um mecanismo ideológico fundamental que naturaliza desigualdades, legitima a autoridade e transformando exigências corporativas em valores internalizados pelos trabalhadores.

A discussão mostrou que a dominação nas multinacionais se torna particularmente eficaz ao operar de maneira difusa e internalizada. Através da disseminação de discursos hegemônicos de eficiência, meritocracia e alinhamento, a organização consegue que o indivíduo autorregule seu comportamento, transformando imperativos de acumulação de capital em escolhas aparentemente voluntárias e consensuais. Esta dinâmica é intensificada pela atualização tecnológica da “jaula de ferro” weberiana, na qual o controle algorítmico e a gestão digital padronizam o trabalho e ocultam as relações de exploração sob uma máscara de neutralidade técnica e modernidade.

Contudo, é imperativo reconhecer que esse sistema de dominação não é absoluto ou isento de fissuras. Conforme discutido a partir da perspectiva pós-colonial, a imposição de modelos gerenciais globais em contextos periféricos gera processos de hibridização e ambivalência. A cultura organizacional, embora funcione como instrumento de controle, constitui-se também como um campo de disputas simbólicas onde emergem resistências sutis. Nessas tensões, os trabalhadores ressignificam normas e práticas organizacionais, revelando que a hegemonia das multinacionais é constantemente desafiada pelas especificidades locais e pela subjetividade dos trabalhadores. Desta forma, a teoria crítica reconhece que a cultura é um campo de disputa, o hibridismo e a resistência dos agentes nas organizações demonstram que a imposição de modelos hegemônicos sempre encontrará fissuras e possibilidades de transformação.

A discussão crítica da cultura organizacional nas multinacionais proposta nesse capítulo demonstra que a busca pela excelência, eficiência e pelo engajamento muitas vezes mascara a reprodução de desigualdades históricas e a supressão da autonomia individual. Compreender tais mecanismos é um passo essencial para o avanço de práticas organizacionais que prezem pela justiça social e pela reflexividade, permitindo que o trabalho deixe de ser apenas um espaço de alienação e subordinação simbólica para se tornar um terreno de possibilidade e emancipação.

Adicionalmente, cabe destacar que a dominação não atinge apenas o trabalhador, mas comunidades inteiras. Ao explorarem recursos naturais e utilizarem força de trabalho barata, as multinacionais aprofundam a dependência econômica e social dos países periféricos, como articulado pela Teoria da Dependência.

Por fim, este capítulo reafirma a urgência de uma perspectiva crítica que não veja as multinacionais apenas como agentes econômicos, mas como estruturas sociais que devem ser transformadas em prol de relações de trabalho e convivência comunitária mais justas, éticas e sustentáveis.

Referências

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. On the Idea of Emancipation in Management and Organization Studies. **Academy of Management Review**, 1992, v. 17, n. 3, p. 432-464.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. Identity Regulation as Organizational Control: Producing the Self-Positioning Individual. *Journal of Management Studies*, v. 39, n. 5, p. 619-644, 2002.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CAVES, R. E. **Multinational enterprise and economic analysis**. New York: Cambridge University Press, 1996.

CLEGG, S. **Frameworks of Power**. Sage, 1989.

CLEGG, S.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

CLEGG, S.; KORNBERGER, M.; PITSIS, T. Administração da cultura organizacional. In: CLEGG, S.; KORNBERGER, M.; PITSIS, T. **Administração e Organizações**. Porto Alegre: Grupo A, 2011, p. 228-260.

DANIELS, J. D.; RADEBAUGH, L. H.; SULLIVAN, D. **International business: environments and operations**. London: Prentice Hall, 2006.

DUNNING, J. **The theory of transnational corporations**. London and New York: Routledge, 1993.

FLEURY, A. C. C.; FLEURY, M. T. L. **Multinacionais brasileiras: competências para a internacionalização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. C. C. O desenvolvimento das multinacionais brasileiras no cenário global. **GV-Executivo**, v. 15, n. 1, 2016, p. 34-37.

FLEMING, P.; SPICER, A. **Contesting the corporation: Critical perspectives on corporate power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FOUCAULT, M. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. Vintage Books, 1977.

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action, Vol. 1: Reason and the Rationalization of Society**. Beacon Press, 1984.

KINCHELOE, J. L.; MCLAREN, P. Rethinking Critical Theory and Qualitative Research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The Sage Handbook of Qualitative Research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005. p. 303-342.

LENIN, V. I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1982.

MARX, K. **O Capital, Livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 2002.
PAULA, A. P. P. **Teoria crítica nas organizações - Coleção Debates em Administração**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2007.

PRASAD, A. **Postcolonial Theory and Organizational Analysis: A critical engagement**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

SAID, E. W. **Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SMIRCICH, L. Organizations as cultures. **Administrative science quarterly**, v. 28, n. 3, p. 339-358, 1983.

SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak?. In: Nelson, C.; Grossberg, L. **Marxism and the interpretation of culture**. University of Illinois, 1988, p. 271-313.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. **Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista**. In: Teoria das organizações. São Paulo: Atlas, 2007, p. 292-311.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: EdUnB, 1978.

ZUBOFF, S. **A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

CAPÍTULO 6

TURISMO E HOSPITALIDADE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS A PARTIR DA UN TOURISM E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

BIANCA BARBOSA
DORES CRISTINA GRECHI
MARCELINO CASTILLO NECHAR

Introdução

A hospitalidade e o turismo mantêm uma relação indissociável, uma vez que a experiência turística é mediada, em grande medida, pelas formas de acolhimento estabelecidas entre visitantes e comunidades anfitriãs. Nesse sentido, a hospitalidade extrapola a dimensão operacional do serviço e se constitui como fenômeno social e cultural, responsável por introduzir o outro em um espaço simbólico de trocas, afetos e significações compartilhadas (Santos e Perazzolo, 2012).

Sob uma perspectiva coletiva, a hospitalidade expressa os valores, as crenças, as tradições e os modos de vida de uma

comunidade, refletindo a maneira como ela se organiza para receber seus visitantes e compartilhar seu território. Elementos como cultura, identidade e ancestralidade moldam as práticas hospitaleiras e influenciam diretamente a percepção do turista acerca da autenticidade da experiência vivida. No contexto do turismo contemporâneo, marcado pela saturação de produtos padronizados, a busca por experiências autênticas e por conexões genuínas com a cultura local tem se intensificado, conferindo centralidade às pequenas comunidades e vilas que preservam modos de vida singulares.

Ikawa e Santos (2015) destacam que a motivação para a visita a um destino está associada ao desejo de vivenciar algo distinto do cotidiano, sendo a hospitalidade a lente por meio da qual o visitante interpreta suas interações sociais e cognitivas no território visitado. Assim, experiências turísticas positivas tendem a emergir quando se estabelecem vínculos baseados no acolhimento, na segurança e no reconhecimento mútuo entre anfitriões e hóspedes. A apreciação das práticas culturais e sociais da comunidade anfitriã contribui para o aprofundamento da experiência, reforçando seu caráter transformador.

Nesse contexto, o turismo em comunidades tradicionais exige planejamento cuidadoso e valorização dos patrimônios culturais, naturais e simbólicos, de modo que o visitante possa vivenciar uma imersão respeitosa em universos culturais distintos (Vieira e Benevides, 2024). A hospitalidade assume papel central nesse processo, mediando as relações entre comunidade e visitantes e favorecendo experiências turísticas pautadas no respeito, na reciprocidade e na sustentabilidade (Rosa e Fogaça, 2015).

No Brasil, as comunidades tradicionais são compreendidas como grupos socialmente diferenciados, que possuem formas

próprias de organização social e utilizam territórios e recursos naturais como base para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, valendo-se de conhecimentos e práticas transmitidos pela tradição (Minas Gerais, 2012). Nessas comunidades, o turismo ocorre frequentemente no domínio da hospitalidade privada, combinando relações de proximidade e troca cultural com objetivos econômicos, o que torna ainda mais relevante a salvaguarda dos saberes, fazeres e valores locais (Bitelli e Bastos, 2018).

A coexistência entre a diversidade de comunidades tradicionais e o avanço de lógicas homogeneizantes do turismo de massa reforça a importância de investigar práticas de hospitalidade específicas desses territórios. Nesse âmbito, a United Nations Tourism (UN Tourism) instituiu, em 2021, o prêmio Best Tourism Villages, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas. A iniciativa busca reconhecer vilas e pequenas comunidades que conciliam desenvolvimento turístico, preservação cultural e ambiental, inovação e protagonismo local (Moura, 2023).

A premiação estrutura-se a partir de três eixos centrais — pessoas, prosperidade e planeta — que orientam critérios relacionados à redução das desigualdades regionais, fortalecimento da economia local, valorização da cultura, preservação ambiental e promoção de práticas turísticas responsáveis (UN Tourism, 2023). As vilas reconhecidas passam a integrar uma vitrine internacional, ampliando sua visibilidade e competitividade no mercado turístico global.

Diante desse contexto, emergem alguns questionamentos centrais: de que modo as vilas premiadas pela UN Tourism equilibram o desenvolvimento turístico com a preservação

cultural e ambiental? Quais critérios orientam esse reconhecimento internacional? Qual é o posicionamento do Brasil nesse cenário e como as políticas públicas nacionais dialogam com o turismo em pequenas comunidades e povos tradicionais?

Com base nessas questões, este estudo tem como objetivo geral analisar as práticas de hospitalidade e o desenvolvimento do turismo nas comunidades premiadas pela UN Tourism, a partir do prêmio Best Tourism Villages. Como objetivos específicos, busca-se: mapear, no ambiente virtual, as práticas de hospitalidade e turismo aplicadas nas vilas premiadas; relacionar as categorias essenciais para o desenvolvimento do turismo e das práticas de hospitalidade em comunidades tradicionais com as diretrizes da UN Tourism; identificar políticas públicas federais voltadas ao turismo em pequenas comunidades e contribuir para a sistematização de diretrizes que fortaleçam a competitividade do turismo em comunidades tradicionais brasileiras.

A relevância do estudo reside no fato de que, apesar da expressiva diversidade cultural e territorial do Brasil, o país foi contemplado apenas uma vez na premiação, em 2021, com a vila de Testo Alto (Pomerode/SC), contrastando com o desempenho de outros países da América Latina. Tal cenário evidencia uma lacuna entre o potencial existente e o reconhecimento internacional, reforçando a necessidade de compreender como as experiências brasileiras podem se alinhar, de forma mais integrada, aos critérios valorizados pela UN Tourism.

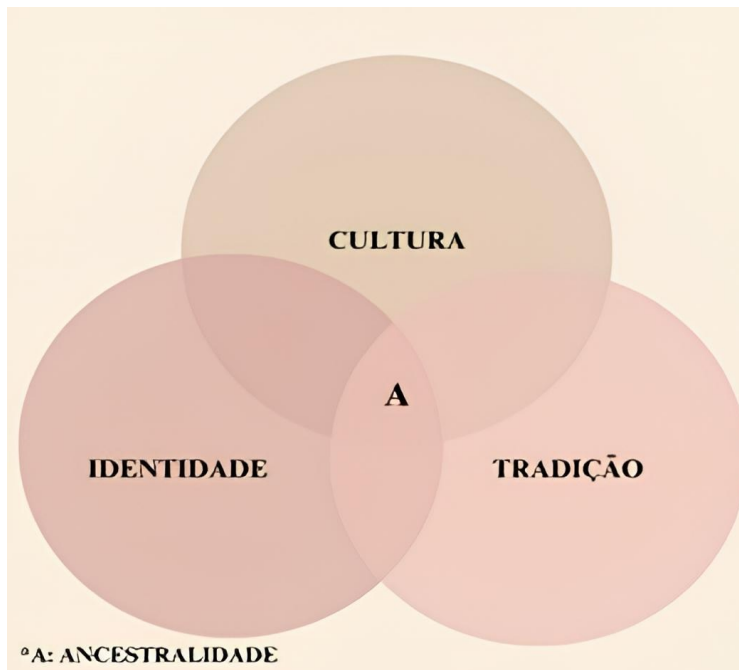
Desenvolvimento do turismo e das práticas de hospitalidade em comunidades tradicionais

O desenvolvimento do turismo sob o prisma da sustentabilidade e da responsabilidade implica compreender o significado das práticas de hospitalidade que cada uma das comunidades tradicionais brasileiras cultivam para uma boa relação entre visitantes e comunidade anfitriã (Barbosa e Grechi, 2024). Nessa perspectiva, o desenvolvimento do turismo em pequenas vilas e comunidades pode significar uma melhoria econômica e social, considerando o uso de planejamento e estratégias que minimizem os impactos negativos e salvaguardem os elementos identitários dos lugares.

Além disso, Brusadin e Netto (2016) pontuam que a hospitalidade é um fator intrínseco a cada cultura. Desta forma, é crucial reconhecer que elementos (cultura, ancestralidade, identidade e tradições) de uma comunidade atuam como forças determinantes no desenvolvimento e na definição de como essa comunidade expressará a hospitalidade, influenciando diretamente os modos de acolhimento e os princípios do anfitrião.

Sob essa ótica, esses elementos são conceitos interligados e interdependentes que explicam a hospitalidade ancestral em comunidades tradicionais. A ancestralidade é o fio condutor intergeracional dos elementos originários de uma comunidade. Os elementos originários são a cultura, a identidade e a tradição. Sendo a cultura, o conjunto de fazeres e expressões (artísticas e religiosas) que conectam um povo. A identidade é o que define um povo e se constitui pela cultura e pela ancestralidade, por fim, a tradição é o conjunto de práticas culturais intergeracionais. A figura 1 ilustra o papel central e conector da ancestralidade no contexto das comunidades tradicionais.

Figura 1 – Ancestralidade como elemento conector e central para hospitalidade comercial em comunidades tradicionais



Fonte: Elaboração própria a partir de Barbosa e Grechi (2024).

A partir da constatação da ancestralidade como elemento central nas comunidades tradicionais, é possível entender que para analisar as práticas de turismo e hospitalidade nestes lugares, é fundamental que as seguintes perguntas sejam respondidas: De onde viemos? O que fazemos? Quem somos? Quais as práticas de acolhimento? Salvar estes aspectos ancestrais serve de enraizamento para futuras gerações e para servir de escudo contra impactos exógenos.

Para aprofundar a compreensão de cada uma das perguntas, foram identificadas categorias de análise nas 52 vilas turísticas premiadas pela UN Tourism na América Latina (Quadro 1), bem como na literatura pesquisada sobre turismo

em comunidades tradicionais Warde, Paddock e Whillans (2020), Scorsato (2006), Gomes e Silva e Rossini (2020), Rosa e Fogaça (2015) e Barbosa e Grechi (2024). A organização do Quadro 1 possibilita pensar uma matriz de amarração para análise das práticas de hospitalidade e turismo em comunidades tradicionais e, por isso, estabeleceu-se integrar os conceitos identificados nos documentos pesquisados e construir suas respectivas definições.

Quadro 1 – categorias para análise de práticas de hospitalidade em vilas e comunidades turísticas e respectivas definições

Categorias UN Tourism (2024)	Categorias das práticas de hospitalidade em comunidades tradicionais (Barbosa e Grechi, 2024)	Definições
Cultura, costumes, história e tradições ancestrais	Encontro (conexão e intercâmbio cultural entre anfitrião e visitante); Interpretação (conscientização comunitária e partilha de conhecimento sobre o patrimônio cultural)	Aspectos culturais e históricos preservados e valorizados nas vilas
Paisagens preservadas e sustentabilidade ambiental	– Interpretação (conscientização comunitária e partilha de conhecimento sobre o patrimônio cultural)	Medidas de preservação ambiental e paisagens naturais
Gastronomia	Comensalidade (partilha de uma refeição e companhia para o hóspede); Encontro (conexão e intercâmbio cultural entre anfitrião e visitante)	Pratos e bebidas típicas oferecidas

Arquitetura	– Interpretação (conscientização comunitária e partilha de conhecimento sobre o patrimônio cultural)	Estilo arquitetônico e construções preservadas
Ofícios e técnicas ancestrais	Encontro (conexão e intercâmbio cultural entre anfitrião e visitante); Interpretação (conscientização comunitária e partilha de conhecimento sobre o patrimônio cultural)	Preservação e prática de técnicas artesanais tradicionais
Experiências turísticas e modos de vida locais	Encontro (conexão e intercâmbio cultural entre anfitrião e visitante); Interpretação (conscientização comunitária e partilha de conhecimento sobre o patrimônio cultural)	Atividades e experiências que mostram o modo de vida local
Trajes típicos	– Interpretação (conscientização comunitária e partilha de conhecimento sobre o patrimônio cultural)	Uso e valorização de vestimentas tradicionais
Arqueologia	– Interpretação (conscientização comunitária e partilha de conhecimento sobre o patrimônio cultural)	Preservação de sítios arqueológicos e artefatos
Acessibilidade	– Recepção (acolhimento e compartilhamento de vivências entre a comunidade anfitriã e seus visitantes)	Medidas adotadas para garantir acessibilidade a todos os visitantes
Práticas hospitaleiras	Recepção (acolhimento e compartilhamento de vivências entre a comunidade anfitriã e seus	Modos de acolhimento e recepção oferecida aos

	visitantes); Coletividade (cooperação comunitária para organizar e receber visitantes); Encontro (conexão e intercâmbio cultural entre anfitrião e visitante)	visitantes
Sustentabilidade econômica	Mutualidade (trocas genuínas, onde anfitrião recebe, hóspede contribui); Coletividade (cooperação comunitária para organizar e receber visitantes)	Medidas para garantir a sustentabilidade econômica das vilas (cooperação comunitária para organizar e receber visitantes)
Gestão colaborativa	– Coletividade (cooperação comunitária para organizar e receber visitantes)	Envolvimento da comunidade local na gestão turística
Práticas inovadoras	Coletividade (cooperação comunitária para organizar e receber visitantes); Interpretação (conscientização comunitária e partilha de conhecimento sobre o patrimônio cultural)	Práticas e tecnologias inovadoras para o setor turístico das vilas
Turismo de bem-estar	– Encontro (imersão cultural e conexão entre anfitrião e visitante)	Atividades e serviços que promovem o bem-estar dos visitantes

Fonte: Elaboração própria a partir de UN Tourism (2024) e Barbosa e Grechi (2024).

Avançando na construção teórica que ajude a interpretar e analisar o turismo nas comunidades, o Quadro 2 ocupou-se em demonstrar as categorias do Quadro 1 distribuídas de acordo com perguntas estratégicas para o desenvolvimento do turismo em comunidades, bem como, para sua análise e avaliação.

Quadro 2 – Perguntas orientadoras para o desenvolvimento de práticas de turismo e hospitalidade em comunidades tradicionais, bem como, as respectivas categorias de análise

De onde viemos? (Ancestralidade)	O que fazemos? (Cultura e tradição)	Quem somos? (Identidade)	Quais as práticas de acolhimento turístico
A história da comunidade e arqueologia.	Festividades, modos de fazer/ofícios e técnicas ancestrais, costumes e hábitos das trocas sociais e do acolhimento. Rituais/tradições e técnicas ancestrais	Modos de viver e ser, religiosidades e crenças. Símbolos e significâncias coletivas, trajes típicos, arquitetura. Individualidade/ originalidade de cada povo	Recepção - práticas hospitaleiras a partir do protagonismo da comunidade no processo de anfitriar, quem recebe é o anfitrião mais representativo do grupo, falar a língua do visitante, conjunto de símbolos coletivos para o acolhimento, ambientação do local e práticas de organização, presença de rituais e significados coletivos, autenticidade dos processos, presença de mediação, acessibilidade; Comensalidade - partilha de refeições (hóspede/anfitrião) preparadas localmente; Mutualidade - trocas genuínas onde o anfitrião acolhe e recebe o hóspede e ele como agradecimento contribui financeiramente.

			Interpretação - transmissão do patrimônio cultural e de suas informações relevantes para os visitantes. Paisagens preservadas e sustentabilidade ambiental, Encontro - conexão e o intercâmbio cultural entre o anfitrião e o visitante. Interação e proximidade. partilha de experiências de vida. Experiências de Bem-estar. Coletividades - cooperação presente na comunidade anfitriã para organização e recepção dos visitantes; sustentabilidade econômica, práticas inovadoras e gestão colaborativa.
--	--	--	--

Fonte: elaboração própria com base em UN Tourism (2024) e Barbosa e Grechi (2024)

Tal quadro serve de lente teórica para auxiliar na análise de vilas ou comunidades tradicionais que exploram ou pretendem explorar a atividade turística de forma responsável. Ademais, embora a hospitalidade seja uma prática relacional e cultural, sua manutenção e fortalecimento em contextos turísticos depende de políticas públicas que garantam condições materiais, governança e proteção territorial. Sendo assim, após a revisão teórica realizada sobre os elementos que caracterizam as práticas de turismo e hospitalidade em comunidades tradicionais, faz-se necessário pesquisar sobre as políticas brasileiras que podem orientar e dialogar com o desenvolvimento do turismo em comunidades, uma vez que o turismo nestas

localidades, prescinde de políticas de estímulo e manutenção. A esse respeito, Soto e Nechar (2017) apontam que a visão tradicional e positivista do turismo promovida por algumas entidades oficiais, muitas vezes oculta desigualdades ao favorecer poucos e ignorar as comunidades locais, enquanto mercantiliza o patrimônio cultural. Para os pesquisadores, o capitalismo tem intensificado a exploração comercial de culturas e paisagens naturais, gerando preocupações sobre a exclusão das comunidades e o risco de alterações ou desaparecimento de culturas locais. Deste modo, é fundamental políticas públicas que amparem as comunidades tradicionais e auxiliem no desenvolvimento turístico de modo responsável.

Metodologia

A pesquisa fundamentou-se na abordagem exploratória de caráter qualitativo. O levantamento bibliográfico foi realizado nas plataformas de dados Portal de Periódicos da CAPES (Web of Science, Scielo) e Google Acadêmico. Na primeira etapa, o estudo buscou por artigos e outras publicações que discutissem as práticas de hospitalidade em pequenas comunidades e vilas. Deste modo, foram considerados trabalhos publicados entre os anos de 2007 até 2024, escritos em língua portuguesa, inglesa e espanhola e que são voltados para o turismo sustentável, responsável e regenerativo em pequenas vilas, aldeias e comunidades. Para busca aplicaram-se as seguintes palavras-chave: turismo responsável/turismo regenerativo and aldeias, vilas, comunidades. A delimitação temporal foi definida em função Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, iniciada em 2007³⁰.

³⁰ Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <https://>

Em seguida, com o intuito de aprofundar sobre o tema da premiação Best Tourism Villages da UN Tourism, foram realizadas pesquisas documentais acessando-se o sítio eletrônico da UN Tourism, na seção Best Tourism Villages, na qual foram selecionada as abas “Objetivos”, “A Iniciativa”, “Por que Participar”, “Requisitos” e “Áreas de Avaliação”. Essa etapa permitiu compreender a motivação, funcionamento e critérios de seleção da premiação. Ainda no sítio, pesquisou-se a seção “Aldeias” usando os filtros “Região” (Américas) e “Ano” (2021, 2022, 2023 e 2024) para delimitar a amostra. Nesta etapa foram identificadas categorias comuns entre as vilas (Quadro 1). Por fim, na seção “Melhoramento”, acessou-se o programa para auxiliar as vilas que não foram premiadas, mas que possuem potencial.

Em um terceiro momento, investigou-se no sítio eletrônico do Ministério do Turismo a existência de políticas públicas ou programas de turismo desenvolvidos para comunidades e povos tradicionais brasileiros. Inicialmente, acessou-se a seção “Assuntos” e, subsequentemente, a subseção “Campanhas”. Nesta seção, foram examinadas as campanhas “Conheça o Brasil”, “Selo Turismo Responsável”, “Viva de Perto”, “Amazônia Legal” e “Brasil Pronto” com o objetivo de verificar a existência de iniciativas voltadas à temática em questão. Em seguida, acessou-se a seção “Acesso à Informação”, navegando até a subseção “Ações e Programas” e, finalmente, selecionando a aba “Programas, Projetos, Ações, Obras e Atividades”, nesta, foram examinados os projetos “Afroturismo”, Experiências do Brasil Rural”, “ Experiências do Brasil Original”, “ Produtos e Experiências Turísticas” e

“Sustentabilidade e Turismo Responsável”, buscando identificar políticas públicas ou programas específicos para o desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais. A título de encaminhamento, apresentam-se, a seguir, os resultados obtidos, acompanhados de suas interpretações e análises, bem como as recomendações correspondentes.

Resultados e discussão

As melhores vilas turísticas segundo a UN Tourism

O concurso Best Tourism Villages seleciona as melhores vilas turísticas do mundo, considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e visa promover vilarejos, comunidades, povoados e cidades que compartilhassem os valores culturais da comunidade, desenvolvendo ideias inovadoras para o turismo em áreas rurais e que se destacasse por sua autenticidade (Moura, 2023).

Os três objetivos principais do concurso são: o povo, a prosperidade e o planeta, os quais se subdividem em outros objetivos secundários. Referem-se essencialmente à modernização do campo e à promoção do turismo e de uma alimentação com produtos sustentáveis, de modo a valorizar e preservar a biodiversidade, o patrimônio cultural e a gastronomia local, utilizando os recursos de forma mais eficiente, reduzindo o impacto ambiental (UN Tourism, 2023). De modo geral, os principais requisitos para a participação de uma comunidade nessa premiação são: localidades com até 15.000 habitantes, situadas em áreas rurais com atividades tradicionais predominantes, como a silvicultura, pecuária ou

pesca e que preservem os valores e o estilo de vida e identidade da comunidade local. Além disso, as comunidades inscritas são avaliadas por um conjunto de nove indicadores, sendo eles (Figura 2).

Figura 2 – Indicadores para a avaliação das vilas turísticas



Fonte: Elaboração própria a partir de UN Tourism (2024).

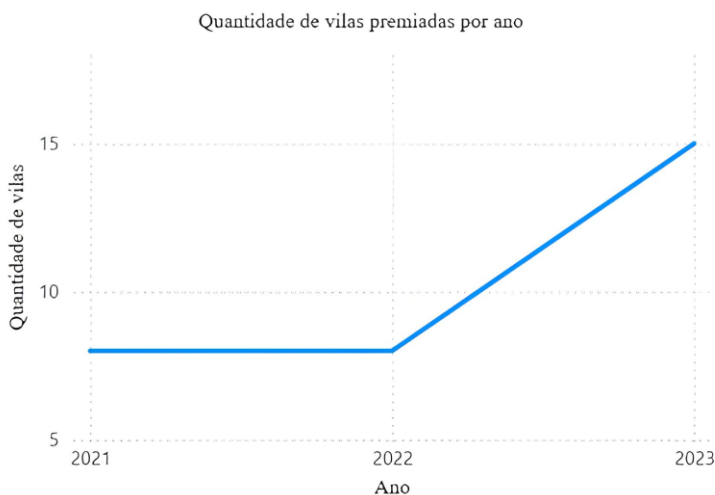
A análise dos dados disponíveis no site do programa evidencia uma ampliação progressiva do número de vilas premiadas no continente americano entre 2021 e 2024. Ao longo desse período, observa-se uma concentração das premiações em países como Peru, México, Chile e Argentina, que, de forma recorrente, se destacam no cenário latino-americano. Em contraste, o Brasil figura de maneira pontual, tendo sido contemplado apenas uma vez no período analisado.

Outro aspecto relevante refere-se ao alinhamento das vilas premiadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS). Em todos os anos analisados, as vilas latino-americanas contempladas atendem a mais de três ODS, o que reforça o caráter sistêmico dos critérios adotados pela UN Tourism, especialmente no que diz respeito à integração entre sustentabilidade ambiental, valorização cultural, desenvolvimento econômico local e governança territorial.

As Figuras 3 e 4 ilustram, respectivamente, a evolução temporal da premiação no continente americano e a distribuição espacial das vilas reconhecidas, evidenciando a consolidação de determinados países como referências regionais no desenvolvimento de modelos de turismo sustentável em pequenas comunidades.

Figura 3 – Quantidade de vilas premiadas por ano



Fonte: elaboração própria.

Figura 4 – Mapa das vilas da América Latina premiadas nas edições 2021, 2022, 2023 e 2024



Fonte: Elaboração própria com o uso do Software PowerBi a partir de UN Tourism (2024).

Das 52 premiações concedidas entre 2021 e 2024, destaca-se o Peru, com 12 vilas reconhecidas, seguido do México, com 10. Equador e Chile ocupam a terceira posição, com cinco premiações cada, enquanto a Argentina soma quatro vilas premiadas. O Brasil, por sua vez, obteve apenas um reconhecimento ao longo de todo o período analisado, ocorrido em 2021, evidenciando sua baixa representatividade no cenário latino-americano.

Com o objetivo de apoiar vilas com potencial para a premiação, a UN Tourism instituiu o Programa de Atualização, voltado ao fortalecimento das capacidades locais para o desenvolvimento turístico. Em 2024, nove vilas latino-americanas premiadas participaram desse programa, correspondendo a quase metade do total de reconhecimentos no ano. Observa-se ainda um crescimento progressivo no número de vilas inscritas, que passou de quatro, em 2022, para nove, em

2024, indicando maior interesse dos países em se prepararem para atender aos critérios da premiação, com destaque para o Chile, que concentrou o maior número de participantes.

A análise das vilas premiadas permitiu identificar 14 categorias de atrativos, organizadas no Quadro 1, com predominância de cultura, costumes, história e tradições ancestrais, seguidas por paisagens preservadas e sustentabilidade ambiental e pela gastronomia. Outras categorias recorrentes incluem arquitetura, ofícios e técnicas ancestrais e experiências turísticas associadas aos modos de vida locais, enquanto trajes típicos, arqueologia, acessibilidade, práticas hospitalares, sustentabilidade econômica, gestão colaborativa, práticas inovadoras e turismo de bem-estar apresentam menor incidência.

Observa-se, ao longo dos anos, uma ampliação no número de categorias identificadas, com a dimensão cultural mantendo-se como a mais representativa. Em contraste, aspectos como acessibilidade e sustentabilidade econômica aparecem de forma incipiente, o que revela fragilidades relevantes nos modelos adotados, especialmente considerando a centralidade desses temas nos debates contemporâneos sobre turismo responsável. Em 2024, emergem novas categorias, como gestão colaborativa, inovação, práticas hospitalares, arqueologia e turismo de bem-estar, sinalizando uma diversificação recente das estratégias adotadas pelas vilas premiadas.

Ao comparar as 14 categorias identificadas com os nove indicadores utilizados pela UN Tourism para a avaliação das vilas, verifica-se aderência a sete deles. Os indicadores relacionados à saúde, segurança e proteção e à infraestrutura e conectividade não se encontram claramente evidenciados nas informações disponíveis nos ambientes virtuais analisados. Ainda assim,

observa-se coerência geral entre os critérios estabelecidos pelo organismo internacional e as características apresentadas pelas vilas premiadas na América Latina.

No próximo item, analisam-se as políticas públicas brasileiras voltadas ao desenvolvimento do turismo em vilas e comunidades tradicionais, buscando compreender em que medida tais iniciativas dialogam com os critérios e modelos valorizados pela UN Tourism.

As políticas públicas brasileiras para o turismo e comunidades tradicionais

As políticas públicas de turismo no Brasil compreendem um conjunto de diretrizes, programas e ações voltadas à organização e ao desenvolvimento da atividade turística em diferentes escalas governamentais, envolvendo múltiplos atores públicos e privados. Trata-se de um campo marcado pela complexidade institucional e pela necessidade de articulação entre interesses diversos, o que torna o planejamento e a implementação dessas políticas elementos centrais para sua efetividade (Carvalho, 2000).

No que se refere às comunidades tradicionais, o país estabeleceu marcos importantes voltados ao reconhecimento de direitos, à valorização cultural e ao desenvolvimento sustentável, com destaque para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040/2007. Esse arcabouço normativo orienta ações que buscam conciliar preservação cultural, inclusão social e geração de renda, criando condições para a inserção dessas comunidades em atividades econômicas como o turismo.

No âmbito do planejamento setorial, os Planos Nacionais de Turismo (2013 – 2016 e 2018 – 2022) consolidaram o turismo de base comunitária como estratégia relevante para o desenvolvimento local, enfatizando o protagonismo das comunidades, a valorização da cultura, a proteção ambiental e a integração da produção local à atividade turística. Essa abordagem converge com a literatura, que destaca a centralidade da hospitalidade e da qualidade do encontro entre visitantes e anfitriões como elementos fundamentais para a sustentabilidade do turismo em territórios comunitários (Lima; Irving; Oliveira, 2022).

Complementarmente, instrumentos normativos mais recentes, como o Decreto nº 9.763/2019 e o Plano Plurianual 2024 – 2027, reforçam o turismo de base comunitária e a promoção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais como diretrizes estratégicas do desenvolvimento nacional. Esses documentos reconhecem o turismo como ferramenta de inclusão social, fortalecimento da identidade cultural e melhoria da qualidade de vida nos territórios.

Nesse contexto, o Ministério do Turismo passou a implementar projetos específicos voltados à valorização de experiências turísticas em comunidades tradicionais e rurais, destacando-se os projetos Experiências do Brasil Original e Experiências do Brasil Rural. Ambas as iniciativas têm como foco a promoção de experiências autênticas, associadas aos modos de vida locais, à produção da agricultura familiar, à gastronomia regional e aos saberes tradicionais, por meio de processos que envolvem diagnóstico, capacitação, desenvolvimento de produtos e apoio à comercialização.

A análise das experiências disponibilizadas no ambiente virtual desses projetos indica forte potencial de consonância com

os princípios valorizados pela UN Tourism, especialmente no que se refere à preservação do patrimônio cultural, à sustentabilidade ambiental e à hospitalidade comunitária. As experiências permitem ao visitante vivenciar o cotidiano das comunidades, seus ofícios, práticas produtivas, histórias e tradições, configurando propostas compatíveis com aquelas observadas em vilas latino-americanas já premiadas.

Para aprofundar essa análise comparativa, foi elaborado o Quadro 3, que relaciona os projetos Experiências do Brasil Original e Experiências do Brasil Rural às categorias identificadas nas vilas premiadas pela UN Tourism na América Latina. A legenda a seguir facilita a organização dos dados: A1=Arquitetura; C1=Cultura, costumes, história, tradições ancestrais; E1=Experiências turísticas e modos de vida locais; G1=Gastronomia; O1=Ofícios e técnicas ancestrais; P1=Paisagens preservadas e sustentabilidade ambiental; T1=Trajes típicos; T2=Turismo bem-estar.

Quadro 3 – Comparativo dos projetos “Experiências do Brasil Original” e “Experiências do Brasil Rural” em relação às categorias identificadas das vilas premiadas

Projeto e Experiência	Portfólio de experiências	Categorias vilas premiadas UN Tourism	Adesão % projetos brasileiros
Experiências do Brasil Original - Comunidade Indígena Borari, cidade Alter do Chão - Pará	Partilha de saberes étnicos e ancestrais, apresentação musical, apresentação de dança, grafismo e artesanato local	C1 e O1	14,29%

Experiências do Brasil Original - Comunidade Indígena Raposa I Serra do Sol, cidade Normandia - Roraima	Banhos de cachoeira, práticas de arco e flecha, apresentação de dança típica, oficinas para aprendizagem do artesanato em barro (panelas), contação de histórias e caminhadas para contemplação do pôr do sol	C1 e P1	14,29%
Experiências do Brasil Original - Quilombo África Laranjituba, cidade Moju - Pará	Degustação de alimentos típicos e observação de processos de produção local	G1 e O1	14,29%
Experiências do Brasil Original - Quilombo Povoador do Moinho, cidade Alto Paraíso - Goiás	Participação no processo de confecção local (bonecas), degustação de refeições típicas e conto de histórias	G1, C1 e O1	21,43%
Experiências do Brasil Rural - Rota Amazônica Atlântica - Pará	Passeios guiados pela plantação, degustação de produtos locais, partilha de técnicas de produção tradicional, passeios de canoa, observação de pássaros, banhos de rio e tour por casarões antigos	G1, C1, P1, A1 e O1	35,71%
Experiências do Brasil Rural - Roteiro Caminhos do Campo - Santa Catarina	Experimentação do café colonial, passeios pelas plantações, cuidado de ovelhas, degustação de produtos locais e bebidas e visita de um engenho antigo	G1, P1 e E1	21,43%

Experiências do Brasil Rural - Rota do Queijo Terroir Vertentes - Minas Gerais	Participação em processos de produção local, degustação de produtos locais e experimentação do café colonial	G1 e E1	14,29%
Experiências do Brasil Rural - Roteiro Farroupilha Colonial - Rio Grande do Sul	Visitas guiadas em casarões, conto de histórias, participação em processos de produção artesanal, degustação de pratos típicos e bebidas, tour por uma vinícola, caminhadas, escaladas e rapel	G1, C1, P1 e A1	28,57%
Experiências do Brasil Rural - Roteiro Agroturismo - Espírito Santo	Observação de processos de produção local, degustação de produtos artesanais, colheita de orquídeas e lavandas e apresentação de canções típicas	G1, C1 e E1	21,43%
Experiências do Brasil Rural - Roteiro Terra Mãe do Brasil - Bahia	Observação de processos de produção, passeios em mangues e parques nacionais, banho de rio, pescaria, cuidado de animais, degustação de produtos artesanais e bebidas, cavalgada, apresentações culturais, passeios de bicicleta e caminhadas pelas trilhas e plantações	G1, C1 e P1	21,43%

Experiências do Brasil Rural - Rota Gourmet das Terras Altas da Mantiqueira - Minas Gerais	Observação de processos de produção artesanal, degustação de produtos artesanais e bebidas e conto de histórias	G1 e E1	14,29%
Experiências do Brasil Rural - Rota Turística Ferradura dos Vinhedos - Rio Grande do Sul	Passeios pelos vinhedos, observação de processos de produção, degustação de produtos artesanais e bebidas, apresentações de dança, observação de vestimentas típicas, conto de histórias e passeios a cavalo	G1, T1, C1 e P1	28,57%
Experiências do Brasil Rural - Caminhos de Dona Francisca - Santa Catarina	Passeio pelas plantações, banho de rio, cuidado de animais, visita ao museu local, conto de histórias, degustação de produtos típicos e bebidas, passeio guiado em trilhas locais, observação de processos de produção artesanal, experiência do trabalho do apicultor, visita em casarão antigo e participação nos processos de cultivo	G1, C1, P1, A1 e E1	35,71%
Experiências do Brasil Rural - Rota Turística do Café - São Paulo	Visita ao museu local, participação nos processos de produção local, degustação de produtos artesanais, caminhadas em trilhas, colheita de	G1, C1, P1 e E1	28,57%

	legumes e vegetais, pescaria, passeios pelas plantações e conto de histórias		
Experiências do Brasil Rural - Roteiro do Café e do Vinho - São Paulo	Passeios por trilhas, observar e abraçar árvores milenares, visita guiada ao museu local, conto de histórias, participação nos processos de produção local, aprendizado de técnica de plantio, degustação de produtos locais, visita guiada por plantações e experimentação do café colonial	G1, C1, P1, A1, O1 e T2	42,86%
Experiências do Brasil Rural - Rota do Engenho - Sergipe	Participação nos processos de produção artesanal, plantio na horta local, degustação de pratos típicos, pescaria, apresentação de canto e dança, conto de histórias e visitas ao engenho e casarão antigo	G1, C1, P1, A1 e E1	35,71%
Experiências do Brasil Rural - Rota Verde do Café - Ceará	Trilhas pelas florestas, observação de processos de produção local, degustação de produtos artesanais, observação do entardecer, conto de histórias, passeios pelas plantações, partilha de técnicas de produção tradicional, visitas a casarões antigos,	G1, C1, P1, A1 e E1	35,71%

	piqueniques, participação de feiras agroecológicas e apresentações culturais		
Experiências do Brasil Rural - Caminhos da Serra Itabaiana - Sergipe	Contato com aves da região, partilha de técnicas de plantio tradicional, colheita de macaxeira, participação em processos de produção local, degustação de produtos artesanais e vivência do cotidiano local	G1, C1, P1, O1 e E1	35,71%

Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério do Turismo (2022c; 2023), Martins (2021a; 2021b; 2021c ; 2021d; 2021e; 2021f; 2021g), Ministério do Turismo e Universidade Federal Fluminense (2022a; 2022b; 2022c), Maciel (2022), Dias (2022), Ministério do Turismo; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Universidade Federal Fluminense (2022), Prefeitura Espírito Santo do Pinhal (2022), Governo do estado de Sergipe (2022).

Os resultados evidenciam forte presença das categorias gastronomia e cultura, costumes, história e tradições ancestrais, indicando a centralidade do patrimônio imaterial e da culinária local como principais atrativos do turismo comunitário brasileiro. Contudo, observa-se que os percentuais de categorias atendidas por cada experiência variam consideravelmente, revelando diferentes níveis de abrangência em relação aos critérios internacionais. De modo geral, os projetos brasileiros concentram-se em poucos eixos, sobretudo o cultural e o gastronômico, enquanto apresentam menor incidência de dimensões como governança turística, acessibilidade, inovação, turismo de bem-estar e sustentabilidade econômica estruturada.

Assim, embora os projetos Experiências do Brasil Original e Experiências do Brasil Rural representem avanços significativos para o turismo sustentável no país, ao valorizar culturas, saberes e modos de vida locais, os baixos percentuais de categorias contempladas, em relação ao conjunto identificado nas vilas premiadas pela UN Tourism, evidenciam uma fragmentação da oferta turística brasileira. Diferentemente das vilas reconhecidas internacionalmente, que integram múltiplas dinâmicas em um mesmo território, as iniciativas nacionais ainda operam de forma setorial, o que limita seu alinhamento aos modelos territoriais integrados valorizados pelo organismo internacional.

Considerações Finais

Este estudo analisou as práticas de hospitalidade e o desenvolvimento do turismo em vilas premiadas pela UN Tourism, a partir do programa Best Tourism Villages, buscando compreender os critérios que orientam o reconhecimento internacional de pequenas comunidades e o posicionamento do Brasil nesse cenário. Os resultados evidenciam que as vilas premiadas se destacam não apenas pela autenticidade cultural, mas sobretudo pela capacidade de articular, de forma sistêmica, múltiplas dimensões do turismo responsável em um mesmo território, integrando cultura, meio ambiente, governança, sustentabilidade econômica e inovação.

A análise das categorias identificadas nas vilas premiadas revela que o reconhecimento da UN Tourism está associado a modelos territoriais integrados, nos quais a hospitalidade se manifesta como prática coletiva e estruturante do destino. Nessas vilas, a hospitalidade ultrapassa o âmbito do acolhimento interpessoal e se consolida

como estratégia de desenvolvimento local, orientando políticas de gestão, preservação do patrimônio, participação comunitária e geração de benefícios socioeconômicos, o que não significa a inexistência de obstáculos a serem superados.

No caso brasileiro, a análise dos projetos Experiências do Brasil Original e Experiências do Brasil Rural evidencia um cenário distinto. Embora tais iniciativas apresentem forte aderência com categorias relacionadas à cultura, à gastronomia, aos saberes tradicionais e às práticas comunitárias, os baixos percentuais de categorias atendidas em relação ao conjunto identificado nas vilas premiadas indicam uma fragmentação da oferta turística. Isso sugere que o desafio brasileiro não reside na ausência de experiências autênticas ou de práticas de hospitalidade qualificadas, mas na dificuldade de articular essas experiências em modelos territoriais integrados, conforme os critérios valorizados pela UN Tourism.

Ao confrontar as categorias deste estudo (Quadro 2) com as políticas brasileiras (Quadro 3), nota-se que, embora o Brasil apresente baixa adesão aos critérios sistêmicos da UN Tourism, especialmente em governança e inovação, o desempenho nacional ganha vigor sob a lente da hospitalidade ancestral. Projetos como Experiências do Brasil Original e Experiências do Brasil Rural revelam que, nos eixos de Identidade ('Quem somos?') e Cultura ('O que fazemos?'), o país possui um patrimônio robusto de acolhimento. Isso sugere que a fragilidade nacional não reside na ausência de valores autênticos, mas na dificuldade de integrar esses saberes tradicionais a modelos de gestão sustentáveis. Assim, enquanto os critérios globais priorizam a funcionalidade, as práticas brasileiras destacam-se pela profundidade simbólica e afetiva.

Diferentemente das vilas premiadas, que operam como destinos estruturados, os projetos brasileiros tendem a enfatizar experiências isoladas, muitas vezes desvinculadas de estratégias mais amplas de governança, sustentabilidade econômica, acessibilidade e inovação. Tal fragmentação limita a visibilidade internacional dessas iniciativas e reduz suas chances de reconhecimento em programas de alcance global, apesar do elevado potencial cultural e territorial do país.

Nesse sentido, os resultados do estudo indicam a necessidade de avanços nas políticas públicas de turismo no Brasil, especialmente no que se refere à integração entre projetos comunitários, planejamento territorial e estratégias de longo prazo. O fortalecimento da governança local, a articulação entre diferentes atores institucionais e comunitários e a incorporação de dimensões como acessibilidade, inovação e sustentabilidade econômica mostram-se fundamentais para aproximar as experiências brasileiras dos modelos reconhecidos internacionalmente. Diante disso, recomenda-se que futuras políticas públicas brasileiras avancem na construção de modelos territoriais integrados, alinhados às diretrizes internacionais, sem descaracterizar os modos de vida locais.

Como limitações, destaca-se o recorte metodológico centrado na análise documental e no ambiente virtual, o que abre espaço para investigações futuras baseadas em estudos de campo, abordagens etnográficas e análises comparativas entre países latino-americanos, como Peru e México, que apresentam maior número de vilas premiadas. Estudos longitudinais sobre a evolução dos projetos brasileiros e pesquisas voltadas à governança comunitária aplicada ao turismo também se mostram promissoras para aprofundar a compreensão dos desafios e oportunidades do turismo em comunidades tradicionais no Brasil.

Referências

BAPTISTA, I. **Hospitalidade e eleição intersubjetiva**: sobre o espírito que guarda os lugares. *Revista Hospitalidade*, p. 5-14, 2008.

BARBOSA, B; GRECHI, D. C. **Experiências de turismo e hospitalidade em comunidades tradicionais**: aspectos teóricos e abordagens empíricas. *Revista Hospitalidade*, v. 21, p. 75-98, 2024.

BITELLI, F. M.; BASTOS, S. R. Hospitalidade na cidade: as manifestações culturais como uso do espaço público. **Turismo-Visão e Ação**, v. 20, n. 3, p. 460-473, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Art. 3, Inc. IX. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9763.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Plano plurianual 2024-2027**: mensagem presidencial. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/documentos-hospedados-para-gerar-qrcodes/presidencial-ppa-2024-2027>. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Experiências do Brasil original**: construindo experiências transformativas com comunidades indígenas e quilombolas: guia de implementação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2023.

BRASIL; MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016: O Turismo Fazendo Muito Mais pelo Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: plano-nacional-2013-pdf . Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL; MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2018 – 2022: Mais Emprego e Renda para o Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-do-turismo> . Acesso em: 02 nov. 2024.

BRUSADIN, L. B.; NETTO, A. P.. La dádiva y el intercambio simbólico: supuestos sociológicos y filosóficos para la teoría de la hospitalidad en las sociedades antiguas y modernas. **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 25, n. 4, p. 520-538, 2016.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Cartilha da CNPCT.** Brasília, DF, 2019.

DE CARVALHO, A. F. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e cultura**, v. 3, n. 1-2, p. 97-109, 2000.

DIAS, L.. Roteiro turístico batizado de Rota do Engenho recebe validação em Sergipe. **GOV BR**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/roteiro-turistico-batizado-de-rota-do-engenho-recebe-validacao-em-sergipe>. Acesso em: 16 dez. 2024.

DO NASCIMENTO, F. G.; LANZARINI, R. Turismo Responsável: contribuições para uma reflexão conceitual. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 13, n. 1, p. 62- 82, 2023.

DOS SANTOS, M. M. C.; PERAZZOLO, O. A. Hospitalidade numa perspectiva coletiva: O corpo coletivo acolhedor. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 6, n. 1, p. 3-15, 2012.

GOMES E SILVA, E. C.; ROSSINI, D. de M. Dádiva e Hospitalidade: o encontro com as Louceiras do Maruanum, no Amapá. **Revista**

Hospitalidade, [S. l.], v. 17, n. 01, p. 37-53, 2020. DOI: 10.21714/2179-9164.2020.v17n1.003. Disponível em: <https://revhosp.emnuvens.com.br/hospitalidade/article/view/856> . Acesso em: 05 mar. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Experiências do Brasil Rural classificam ‘Rota do Engenho’ e ‘Caminhos da Serra de Itabaiana’. **Setur**, 2022. Disponível em: https://www.se.gov.br/setur/noticia/experiencias_do_brasil_rural_classifica_rota_do_engenho_e_caminhos_da_serra_de_itabaiana_-1. Acesso em: 16 dez. 2024.

IKAWA, R. T. R.; DOS SANTOS, M. M. C. Sinalizadores discursivos da relação entre o turista como sujeito primariamente acolhido e uma comunidade- corpo coletivo acolhedor. **Revista Hospitalidade**, p. 325-343, 2015.

LIMA, M. A. G. de; IRVING, M. de A.; OLIVEIRA, E. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. e-2094, 2022.

MACIEL, V. MTur e UFF iniciam validações do projeto Experiências do Brasil Rural em Serra Negra (SP). **GOV BR**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-e-uff-iniciam-validacoes-do-projeto-experiencias-do-brasil-rural-em-serra-negra-sp>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MARTINS, A. Experiências do Brasil Rural: conheça os encantos do roteiro Amazônia Atlântica, no Pará. **GOV BR**, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/experiencias-do-brasil-rural-conheca-os-encantos-do-roteiro-amazonia-atlantica-no-para> . Acesso em: 05 dez. 2024.

_____. Experiências do Brasil Rural:os atrativos do Roteiro Caminhos do Campo, em Santa Catarina. **GOV BR**, 2021b. Disponível em:<https://www.gov.br/turismo/pt-br/>

assuntos/noticias/experiencias-do-brasil-rural-os-atrativos-do-roteiro-caminhos-do-campo-em-santa-catarina. Acesso em: 05 dez. 2024.

____. Experiências do Brasil Rural: as delícias da Rota do Queijo Terroir Vertentes, em Minas Gerais. **GOV BR**, 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/experiencias-do-brasil-rural-as-delicias-da-rota-do-queijo-terroir-vertentes-em-minas-gerais>. Acesso em: 06 dez. 2024.

____. Experiências do Brasil Rural: as belezas do Roteiro Farroupilha Colonial, do Rio Grande do Sul. **GOV BR**, 2021d. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/experiencias-do-brasil-rural-as-belezas-do-roteiro-farroupilha-colonial-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 08 dez. 2024.

____. Experiências do Brasil Rural: o charme do Roteiro Agroturismo, do Espírito Santo. **GOV BR**, 2021e. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/experiencias-do-brasil-rural-o-charme-do-roteiro-agroturismo-do-espírito-santo>. Acesso em: 08 dez. 2024.

____. Experiências do Brasil Rural: conheça o roteiro “Terra Mãe do Brasil, seus caminhos, segredos e sabores”, em Porto Seguro. **GOV BR**, 2021f. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/experiencias-do-brasil-rural-conheca-o-roteiro-201cterra-mae-do-brasil-seus-caminhos-segredos-e-sabores201d-em-porto-seguro>. Acesso em: 09 dez. 2024.

____. Experiências do Brasil Rural: os prazeres da Rota Turística Ferradura dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul. **GOV BR**, 2021g. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/experiencias-do-brasil-rural-os-prazeres-da-rota-turistica-ferradura-dos-vinhedos-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 09 dez. 2024.

MINAS GERAIS. Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Coordenadoria de inclusão e mobilização sociais (CIMOS) -Minas Gerais: 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO; CONSELHO NACIONAL DE TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2024 – 2027: O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/PNT/PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Projeto Experiências do Brasil Rural. **GOV BR**, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/experiencias-do-brasil-rural>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Projeto Experiências do Brasil Original. **GOV BR**, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/experiencias-do-brasil-original#:~:text=O%20Projeto%20Experi%C3%Aancias%20do%20Brasil%20Original%20destina-se%20a,por%20povos%20e%20comunidades%20tradicionais%20em%20seus%20territ%C3%B3rios>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Experiências do Brasil Original: 40 produtos turísticos foram validados pelo MTur. **GOV BR**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/experiencias-do-brasil-original-40-produtos-turisticas-foram-validadas-pelo-mtur>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO; UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Rota Gourmet das Terras Altas da Mantiqueira. **GOV BR**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/experiencias-do-brasil-rural/arquivos-brasil-rural/00rota-gourmet-das-terras-altas>

da-mantiqueira-catalogo-de-experiencias-pdf-1.pdf. Acesso em: 09 dez. 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO E UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Catálogo de Experiências: Caminhos de Dona Francisca. **GOV BR**, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/ acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/experiencias-do-brasil-rural/CatlogoCaminhosdeDonaFranciscaJoinvilleSC1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO E UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Catálogo de Experiências: Rota Verde do Café. **GOV BR**, 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/ acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/experiencias-do-brasil-rural/CatlogoRotaVerdedoCafGuaramirangaeMulunguCE_compressed.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO E UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Catálogo de Experiências: Caminhos da Serra da Itabaiana. **GOV BR**, 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/experiencias-do-brasil-rural/CatlogoRotaCaminhosdaSerradeltaibaianaltabaianaSE1.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **GOV. BR**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/politica-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-1>. Acesso em: 06 mar. 2025

MOURA, V. Inscrições abertas para o concurso mundial “Melhores Vilas Turísticas” [Brasília]: Ministério do Turismo, 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/inscricoes-abertas-para-o-concurso-mundial-201cmelhores-vilas-turisticas201d>. Acesso em: 07 abr. 2024.

PERAZZOLO, O. A.; DOS SANTOS, M. M. C.; PEREIRA, S. O acolhimento-ou hospitalidade turística-como interface possível entre o universal e o local no contexto da mundialização. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 11, n. 1, p. 45-55, 2013.

PREFEITURA ESPÍRITO SANTO DO PINHAL. **2ª Edição Experiências do Brasil Rural - Roteiro do Café e do Vinho**. Prefeitura Espírito Santo do Pinhal, 2022. Disponível em: <https://turismo.pinhal.sp.gov.br/2-edicao-experiencias-do-brasil-rural-roteiro-do-cafe-e-do-vinho/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

REZENDE, B. H. de O. **Conselho Estadual lança Mapa Estratégico do Turismo de MS 2023/2027 com três eixos de atuação**. Governo de Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/conselho-estadual-lanca-mapa-estrategico-do-turismo-de-ms-2023-2027-com-tres-eixos-de-atuacao/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

ROSA, L. G.; DE FÁTIMA FOGAÇA, I. Hospitalidade e Interpretação Turística: relações com a comunidade local. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos: ABET**, v. 5, n. 3, p. 64-71, 2015.

SCORSATO, S. M. Hospitalidade: o desafio das populações de pescadores que se transformam em fornecedores de serviços turísticos. **Revista Hospitalidade**, p. 77-90, 2006.

SOTO, D. M.; NECHAR, M. C. Hacia una posición crítica del patrimonio cultural y el turismo. **Multiciencias**, v. 17, n. 1, p. 100-107, 2017.

UN Tourism. **Best Tourism Villages**. UN Tourism, 2023. Disponível em: <https://tourism-villages.unwto.org/en/#:~:text=the%20Best%20Tourism.%20Villages%20BY%20UN%20TOURISM.%20Initiative?>. Acesso em: 18 set. 2024.

_____. **Best Tourism Villages: Areas of Evaluation**. UN Tourism, 2024.

VIEIRA, S., BENEVIDES, C., & de Sá, N. C. (2024). O turismo na Bahia e a difusão dos saberes tradicionais dos povos e comunidades da Reserva da Jaqueira, Matarandiba e Quilombo Kaonge. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, 14(1), 131-147.

WARDE, A.; PADDOCK, J.; WHILLANS, J. Domestic hospitality: As a practice and an alternative economic arrangement. **Cultural Sociology**, v. 14, n. 4, p. 379-398, 2020.

CAPÍTULO 7

SAÚDE E O TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ/MS:

REFLEXÕES A PARTIR DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) 3¹

**BRUNA PEREIRA ALVES DA SILVA
ELIANA LAMBERTI**

Introdução

Nas últimas décadas, a concepção de saúde foi transformada por uma compreensão ampliada que supera a ideia de “ausência de doença” e passa a incorporar dimensões físicas, mentais e sociais do bem-estar. Essa mudança não é apenas conceitual, ela reposiciona a saúde como expressão de justiça social e como resultado de processos históricos e políticos que definem quem acessa serviços e em quais condições. Ainda que

¹ Este texto contém parte das discussões e resultados da dissertação defendida junto ao Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS) defendida no ano de 2024 e intitulada Saúde e desenvolvimento sustentável: uma análise da Agenda 2030 no município de Ponta Porã/MS.

o conceito ampliado tenha se consolidado em diferentes tradições da saúde coletiva, ele permanece tensionado por desigualdades materiais e por disputas em torno da universalização do direito à saúde (Lima *et al.*, 2012, p. 2881).

A história das políticas de saúde no Brasil evidencia que a organização do cuidado esteve condicionada por interesses econômicos e arranjos políticos específicos de cada período. Entre o período Colonial e o Império, predominaram práticas fragmentadas, com respostas pontuais a epidemias e forte presença de instituições caritativas. Na República Velha, a vinculação da assistência ao trabalho formal e as campanhas sanitárias centralizadoras produziram avanços e tensões, revelando a articulação entre saúde e ordem pública como instrumento de organização social (Cohn, 2008, p. 23).

Na primeira metade do século XX, a ampliação previdenciária consolidou a lógica seletiva de acesso reforçada por instituições voltadas à população formalmente inserida no mercado de trabalho. A criação do Ministério da Saúde, em 1953, representou avanço institucional, mas não rompeu com o subfinanciamento e com a segmentação do sistema. No regime militar, a unificação previdenciária e a compra de serviços da rede privada intensificaram a mercantilização e agravaram desigualdades regionais, evidenciando que a arquitetura do setor da saúde também resulta de escolhas políticas sobre financiamento, provisão e regulação (Albuquerque, 2023, p. 77).

Ainda no período de regime militar, a Reforma Sanitária consolidou-se como marco decisivo ao estabelecer a saúde como direito e dever do Estado, defendendo um sistema universal, público e descentralizado. Experiências anteriores, como as Ações Integradas de Saúde e o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, anteciparam princípios que se

materializaram na Constituição Federal de 1988 e no Sistema Único de Saúde (SUS) estruturados pela universalidade, integralidade, descentralização e participação social (Buss; Pellegrini Filho, 2007, p. 83). Desde então, o SUS tornou-se instrumento para reduzir desigualdades e interiorizar o acesso aos cuidados médicos, mesmo sob desafios persistentes de financiamento e disparidades regionais.

Portanto, o SUS não pode ser compreendido apenas como política setorial uma vez que é componente estruturante do desenvolvimento nacional na medida em que condiciona produtividade, coesão social e capacidade estatal de resposta às crises sanitárias. Nessa direção, análises que relacionam saúde e desenvolvimento destacam a necessidade de fortalecer a base produtiva e inovativa do setor, de forma a garantir a redução das fragilidades e dependências estruturais (Gadelha et al., 2013, p. 269). A saúde não é apenas “despesa”, mas investimento social e econômico com efeitos territoriais, distributivos e intergeracionais.

É no marco do desenvolvimento sustentável que essa análise ganha densidade adicional. A Agenda 2030² propõe metas interdependentes e monitoráveis, nas quais a saúde é simultaneamente resultado e condição do desenvolvimento. A

² Em 2015, após dois anos de negociações e discussões, 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniram na cidade de Nova York para estabelecer um plano de ação global, conhecido como Agenda 2030. Essa agenda abrange 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se desdobram em 169 metas a serem cumpridas até 2030. O nome “Agenda 2030” justifica-se, pois visa realizar, dentro de um período de 15 anos, todas as diretrizes ali contidas, com o intuito de promover um mundo melhor e um planeta mais desenvolvido e sustentável. A Agenda 2030 foi aprovada durante uma assembleia geral da cúpula da ONU, tornando-se uma Agenda Universal que se fundamenta em direitos humanos e oferece orientações a serem seguidas por todos os países, incluindo o Brasil.

operacionalização desse compromisso exige aderência local. Governos municipais e estaduais, com capacidades distintas, precisam implementar políticas coerentes com realidades territoriais específicas. No Brasil, esse debate se articula à construção de métricas e ao acompanhamento de indicadores que permitam avaliar avanços e limites, tornando o monitoramento um componente decisivo para a gestão pública (Ipea, 2024, p. 14).

Em territórios de fronteira internacional, como o de Mato Grosso do Sul, a demanda de estrangeiros e brasileiros não residentes por atendimento do SUS pressiona o planejamento municipal e exige coordenação de todas as esferas político-administrativas incluindo a binacional, sob pena de agravar as desigualdades e comprometer a universalidade (Fleury; Ouverney, 2012, p. 25). Diante disso, o objetivo deste capítulo é articular referencial teórico e discussão territorial a partir de alguns indicadores atinentes ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável -ODS 3 (Saúde e Bem Estar). A discussão teórica proposta relaciona a revisão de literatura e publicações de pesquisadores que são referências nacionais e internacionais na temática da saúde com conceitos que vinculam saúde e território a partir dos desafios do desenvolvimento sustentável. A pesquisa empírica sobre a realidade de Ponta Porã está pautada na apresentação e análise de alguns dados e indicadores disponibilizados pelo sistema de dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2022) e o índice de desenvolvimento sustentável das cidades disponibilizado pelo Instituto Cidades Sustentáveis (2024,2025).

Alguns apontamentos teóricos

Se a saúde é construída socialmente, ela também é produzida territorialmente. Territórios não são cenários neutros dado que carregam desigualdades, conflitos e assimetrias de infraestrutura e poder. Ao tratar saúde e ambiente, a literatura evidencia que os padrões de adoecimento e de acesso aos serviços expressam iniquidades sociais e territoriais, assim como reforçam a necessidade de políticas integradas capazes de enfrentar determinantes estruturais (Rigotto; Augusto, 2007, p. 478). Em regiões de fronteira internacional, essas dinâmicas ganham complexidade adicional. A mobilidade cotidiana, os fluxos econômicos e a coexistência de normativas distintas desafiam a gestão pública.

A fronteira internacional brasileira na perspectiva latino-americana adiciona complexidade e elementos aos desafios. A intensificação de processos de integração regional na América Latina e ampliação dos fluxos migratórios, bem como circulação e interdependência econômica, sobrecarregam as demandas sociais. Nesse contexto, fronteiras se tornam espaços de tensões e convergências ao mesmo tempo em que funcionam como áreas de controle estatal. Correspondem a territórios de circulação, trabalho e reprodução social, o que repercute sobre o uso de serviços e sobre perfis epidemiológicos (Carvalho, 2022, p. 12). Com isso, a fronteira exige políticas que articulem saúde, território e governança.

Segundo Giovanella et al. (2012, p. 59) a perspectiva crítica sugere avaliar os territórios para além da divisão político-administrativa. Cada porção territorial expressa uma construção social que é dinâmica e atravessada por conflitos e desigualdades. Nessa abordagem, o território é inseparável do poder e da forma como investimentos e redes de infraestrutura

são distribuídos. Portanto, o território é campo de disputa e seletividade. Determinados grupos e lugares são priorizados, enquanto outros permanecem subordinados às lógicas externas e à fluxos que nem sempre produzem melhoria das condições de vida (Ianni, 2020, p.29). Essa perspectiva analítica é especialmente importante em territórios fronteiros, nos quais as múltiplas racionalidades coexistem e o acesso às políticas públicas é condicionado pelas assimetrias institucionais.

A concepção da saúde-doença como processo social pressupõe que o perfil de adoecimento expressa condições de trabalho, renda, habitação e inserção territorial. Ao colocar o social como núcleo explicativo, essa abordagem requer que o diagnóstico biomédico não trabalhe com dados isolados dado que doenças e agravos são produzidos por relações sociais concretas localizadas no espaço (Silva; Bicudo, 2022, p. 41). Assim, compreender indicadores de saúde demanda interpretar o território como estrutura viva de produção e reprodução social.

Milton Santos (1985,1996) aprofunda essa discussão ao conceber o espaço geográfico como um sistema indissociável de objetos e ações. Essa formulação é decisiva porque permite entender que infraestrutura (objetos) e práticas sócio-políticas (ações) se articulam. Serviços de saúde, redes de transporte, tecnologias e fluxos informacionais moldam o que é possível em termos de acesso, continuidade do cuidado e vigilância epidemiológica (Santos, 1996, p. 33). Nos territórios fronteiros, essa articulação se manifesta na forma de fluxos cotidianos entre cidades vizinhas que possuem arcabouço normativo e regras (formais e informais) distintas.

Nessa direção, a noção de território-zona e território-rede ajuda a compreender ambiguidades fronteiriças. A fronteira é zona de controle e normatização, mas também rede de

relações, trabalho e sobrevivência. Essas dimensões produzem tensões permanentes entre o institucional e o cotidiano, sobretudo quando a vida social transborda o que está formalmente planejado pelo Estado (Santo; Voks, 2021, p. 887). Para a saúde, isso implica demandas além da população residente, desafios de regulação e necessidade de cooperação.

A literatura reconhece que cidades-gêmeas³ expressam de forma concreta essas dinâmicas, com intensa circulação e uso compartilhado, formal ou informal, de serviços e infraestrutura (Prado, 2016, p.72). Segundo Albagli (2004, p. 33), a territorialidade reflete relações entre os sujeitos e seu meio de referência, gera sentido de identidade e modos de agir no espaço geográfico. Essa dimensão social do território explica por que contextos fronteiriços, como o de Ponta Porã, apresentam especificidades relevantes para o planejamento de serviços públicos e para a capacidade de resposta do sistema de saúde. A territorialidade envolve práticas sociais, circulação e inserção em redes que influenciam diretamente o acesso e a operacionalização de políticas locais.

A consolidação de uma concepção ampliada de saúde exige abandonar leituras que restringem o adoecimento a fatores individuais ou exclusivamente biológicos e, em seu lugar, reconhecer a saúde como fenômeno socialmente produzido, historicamente situado e territorialmente desigual. Os processos

³ São várias as pesquisas e dissertações que versam sobre as especificidades do território fronteiro de Ponta Porã e apresentam o contexto de cidades-gêmeas e conurbadas. Destacamos as contribuições de Brito (2018) que discutiu os desafios em se tratando da gestão compartilhada dos bens comuns (o trabalho está disponível em: https://drive.google.com/file/d/1LgJ9APf09gckLpDRq3rKDH_nISss1Rq/view) e Souza (2019) que abordou o tema das transformações urbanas e o direito à cidade (o material está disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14KdwFnUL6NOoY8Tef9X4pBB1DbT1Kjdq/view>).

de adoecer e morrer se distribuem de modo sistemático conforme posição de classe, renda, escolaridade, inserção ocupacional, qualidade da moradia, acesso ao saneamento, transporte, informação e serviços públicos (Buss; Pellegrini Filho, 2007, p. 78). Trata-se, portanto, de um campo no qual a desigualdade não aparece apenas como “contexto”, mas como mecanismo ativo que estrutura oportunidades e bem-estar.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a literatura dos determinantes sociais da saúde que enfatiza como a produção da saúde se articula a condições materiais e simbólicas de existência. Tem-se a compreensão de que políticas de saúde não operam isoladamente, mas em interação com políticas econômicas, urbanas, ambientais e de proteção social (Buss; Pellegrini Filho, 2007 p. 25).

Nesse enquadramento, a leitura territorial da fronteira torna-se elemento analítico para compreender como se produzem e se distribuem as condições de saúde e de desenvolvimento. Em áreas conurbadas, a proximidade física entre cidades de países distintos intensifica fluxos de trabalho, consumo e acesso a serviços, configurando uma rede cotidiana que tensiona a organização das políticas públicas e exige respostas articuladas entre diferentes escalas de gestão. A saúde, nesse cenário, não pode ser interpretada apenas a partir de indicadores administrativos municipais, pois a circulação populacional e as assimetrias institucionais entre sistemas nacionais produzem demandas ampliadas sobre a atenção básica, a regulação de serviços e a vigilância epidemiológica. O território de fronteira passa, assim, a operar como variável explicativa das desigualdades e das estratégias de cuidado, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de cooperação interinstitucional e de políticas sensíveis às dinâmicas socioterritoriais. É nesse

sentido que a dimensão histórica e institucional das cidades-gêmeas sustenta a análise das políticas públicas e dos padrões de integração, indicando que as relações transfronteiriças influenciam diretamente a formulação e a implementação de ações estatais (Prado, 2016, p. 298).

Assim, ao destacar a complexidade teórica do campo e a necessidade de compreender saúde como construção multidimensional, Santos (1985, p. 63) abre um caminho analítico decisivo no entendimento de que a desigualdade em saúde não é “anomalia” do sistema, mas expressão de estruturas sociais e territoriais que organizam a vida coletiva. Do ponto de vista político, implica reconhecer que a universalidade formal do direito à saúde, embora imprescindível como horizonte normativo, não garante automaticamente universalidade real de acesso e de resultados (Buss; Pellegrini Filho, 2007, p. 82). O SUS é uma conquista histórica, mas sua efetividade concreta depende de financiamento adequado, coordenação federativa, governança regional e capacidade de enfrentar desigualdades estruturais que atravessam o tecido social e espacial (Fleury; Ouverney, 2012, p. 32; Ugá; Porto; Piola, 2012, p. 398).

Nesse sentido, a contribuição de Cohn (2008) é oportuna ao destacar que a universalidade não decorre apenas do desenho institucional, mas se realiza (ou se restringe) nas disputas que constituem o campo sanitário; disputas por recursos, prioridades, regulação, modelos de atenção e formas de organização do cuidado. Ao interpretar o SUS como arena política, Cohn evidencia que os princípios do sistema (universalidade, equidade e integralidade) convivem com tensões estruturantes, especialmente em torno do financiamento e da definição de prioridades (Cohn, 2008, p. 23).

A dimensão federativa acrescenta camadas de complexidade. Os municípios executam grande parte das ações de saúde e enfrentam pressões diretas por atendimento, enquanto decisões macroeconômicas e arranjos fiscais moldam o volume e a estabilidade dos recursos disponíveis. A literatura sobre financiamento do SUS ajuda a compreender por que, em muitos contextos, a capacidade municipal de expandir cobertura e qualificar serviços esbarra em limitações orçamentárias e em disputas distributivas (Ugá; Porto; Piola, 2012, p. 398).

Ou seja, é preciso compreender o espaço como seletivo, no qual a melhoria de indicadores depende de investimentos integrados e consistentes capazes de produzir transformações estruturais em condições de vida, infraestrutura e proteção social (Santos, 1996, p. 23). O espaço geográfico é um sistema indissociável de objetos e ações (Santos, 1996, p. 33). Isso significa que infraestrutura, unidades de saúde, equipamentos e redes de transporte somente produzem cuidado efetivo quando articulados a decisões políticas, práticas institucionais e formas de gestão territorialmente situadas.

O termo desenvolvimento é polissêmico, pauta de muitas discussões conceituais e objeto de muitos adjetivos. A perspectiva de desenvolvimento que norteia as reflexões presentes neste trabalho é aquela vinculada à corrente de pensamento denominada estruturalista. Desta forma, desenvolvimento é um processo sistêmico, complexo que envolve mudanças estruturais e qualitativas no conjunto da sociedade e não é resultado das forças espontâneas de mercado. Ao aceitar a adição do adjetivo sustentabilidade, fazemos referência ao eco desenvolvimentista Ignacy Sachs. Sachs (2002, p. 47) detalha

didaticamente a sustentabilidade em oito dimensões⁴. A sustentabilidade, portanto, pressupõe mudanças qualitativas na dinâmica social, ecológica, ambiental, territorial, cultural, econômica e política (nacional e internacional). Então, a sustentabilidade se define por uma nova abordagem ética. Políticas de saúde que ampliam cobertura assistencial, mas não enfrentam desigualdades estruturais, tendem a produzir ganhos limitados. A literatura sobre saúde e ambiente evidencia que exposição desigual a riscos ambientais intensifica padrões de adoecimento e aprofunda injustiças sociais (Rigotto; Augusto, 2007, p. 992; Tambellini; Miranda, 2012, p. 405).

ODS 3 e o índice de desenvolvimento sustentável da cidade de Ponta Porã-Brasil

Uma estratégia disponível para analisar o desempenho local em relação às metas globais propostas pela Agenda 2030 é o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR). Esta ferramenta de acompanhamento dos municípios no que se refere aos ODS disponibiliza os dados disponíveis partir do ano de 2015. A metodologia consiste em apresentar o desempenho por meio de uma pontuação que varia de zero a 100, sendo que 100 é o limite máximo e indica um desempenho ótimo no cumprimento dos ODS. As escalas para fins de avaliação são: Muito alto - 80 a 100; Alto - 60 a 79,99; Médio - 50 a 59,99; Baixo - 40 a 49,99; Muito baixo - 0 a 39,99 (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2024,2025).

Entre os 5.570 municípios brasileiros, Ponta Porã ocupa a posição de número 3.419 com a pontuação de 48,46 que expressa

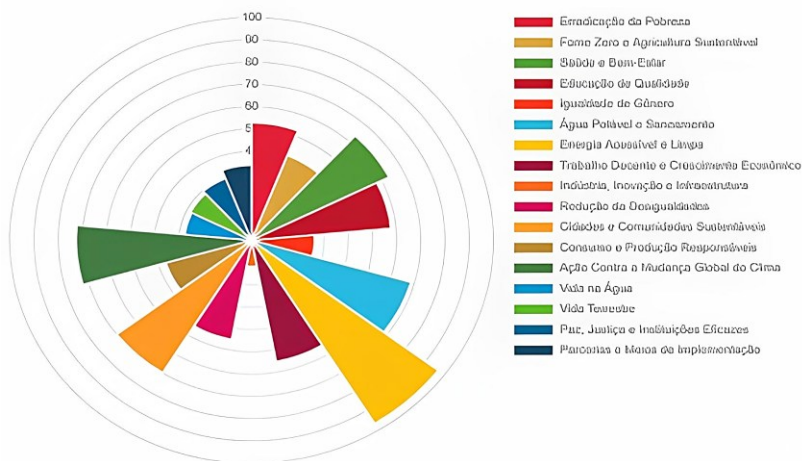
⁴ A proposição da ONU para o termo sustentabilidade, até o advento dos ODS, pautava-se no clássico tripé: ambiental, social e econômico.

o nível de desenvolvimento sustentável baixo⁵. Conforme a expressão gráfica a seguir indica, apenas em um ODS (Energia acessível e limpa) o município obteve índice muito alto. O nível alto foi alcançado por três ODS: ODS 3 (saúde e bem estar), ODS 6 (água potável e saneamento) e o ODS13 (ação climática). O desempenho médio está presente em quatro ODS sendo, ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 4 (educação de qualidade), ODS 8 (trabalho digno e crescimento econômico) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). Nos demais 09 ODS, o índice indicou desempenho baixo em quatro (ODS 2 - erradicação da fome, ODS 5 - igualdade de gênero, ODS 12

- produção e consumo sustentáveis, e ODS 17 - parcerias para a implementação dos objetivos). O desempenho muito baixo está presente em 05 ODS, a saber: ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas, ODS 10 - redução das desigualdades, ODS 14 - proteger a vida marinha, ODS 15 - proteger a vida terrestre e ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

⁵ Para acessar a descrição dos indicadores que compuseram o cálculo do índice de cada ODS, sugere-se acessar: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/5006606/>

Gráfico 1 – Radar de Desempenho por ODS no Município de Ponta Porã.



Fonte: IDSC, 2024

Ou seja, em 08 ODS o município de Ponta Porã alcançou índices de médio a muito alto e em 09 ODS o desempenho corresponde a muito baixo e baixo.

De modo específico, conforme objetivo proposto para estas páginas, analisaremos pontualmente o ODS 3. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) estabelece como propósito central a promoção da saúde e do bem-estar ao longo de todo o ciclo de vida e reconhece a saúde como dimensão decisiva do desenvolvimento sustentável. Ao articular metas voltadas à redução da mortalidade evitável, ao enfrentamento de doenças transmissíveis e não transmissíveis, ao fortalecimento da saúde mental, à ampliação do acesso universal aos serviços de saúde e à mitigação de riscos ambientais, a Agenda 2030 reafirma a saúde como resultado direto das condições sociais, econômicas, ambientais e institucionais dos territórios.

Dessa forma, o ODS 3 ultrapassa a lógica estritamente biomédica e incorpora uma abordagem ampliada de saúde, alinhada aos princípios da equidade, da integralidade e da universalidade. As metas que o compõem refletem desafios globais, mas demandam operacionalização em escala nacional e local, considerando as especificidades territoriais, demográficas e socioeconômicas. Para os municípios, o ODS 3 constitui um referencial estratégico para o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de saúde, bem como para a articulação intersetorial necessária à redução das desigualdades e à melhoria das condições de vida da população.

No quadro a seguir, detalhamos as metas previstas para o ODS 3 e os indicadores escolhidos para a análise empírica.

Quadro 1 — Metas do ODS 3 e indicadores analisados para Ponta Porã

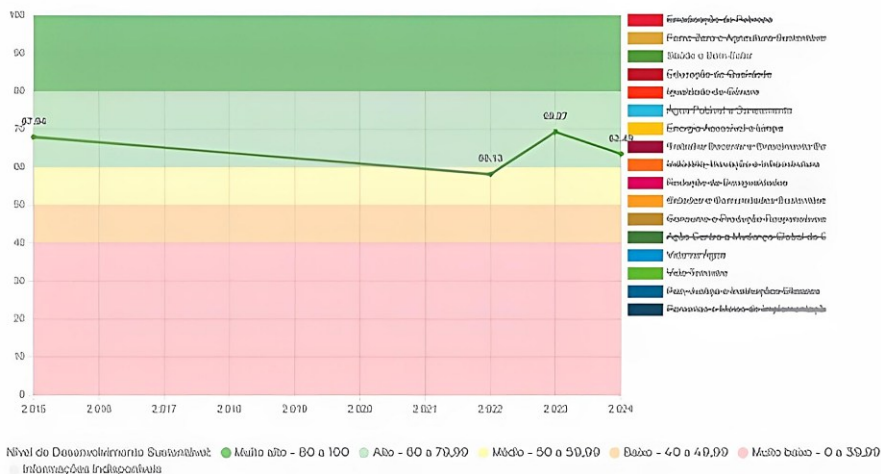
Meta	Descrição da meta	Indicadores
3.1	Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.	Mortalidade materna
3.2	Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, reduzindo a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.	Mortalidade neonatal, mortalidade infantil (<1 ano), mortalidade na infância

3.3	Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, bem como combater a hepatite, as doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.	Mortalidade por Aids; incidência de tuberculose; detecção de hepatite; incidência de dengue
3.4	Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, por meio da prevenção e do tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.	Mortalidade prematura por doenças não transmissíveis; mortalidade por suicídio; idade média ao morrer
3.5	Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e o uso nocivo do álcool.	Mortalidade por suicídio (saúde mental e bem-estar)
3.6	Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.	Não contemplada diretamente pelos indicadores selecionados
3.7	Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.	Gravidez na adolescência; pré-natal insuficiente
3.8	Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção contra riscos financeiros, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.	População atendida pela Estratégia Saúde da Família (ESF); Unidades Básicas de Saúde; orçamento municipal em saúde

3.9	Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças decorrentes de produtos químicos perigosos e da contaminação e poluição do ar, da água e do solo.	Incidência de dengue (associada a condições ambientais e sanitárias)
3.a	Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.	Não contemplada diretamente pelos indicadores selecionados
3.b	Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para doenças transmissíveis e não transmissíveis, garantindo o acesso a preços acessíveis, especialmente nos países em desenvolvimento, conforme a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS.	Cobertura vacinal
3.c	Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente em países em desenvolvimento.	Orçamento municipal em saúde; cobertura da ESF
3.d	Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, a redução e o gerenciamento de riscos nacionais e globais em saúde.	Incidência de dengue; tuberculose (capacidade de vigilância e resposta)

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir com base em ONU (2015,2022) e Instituto Cidades Sustentáveis (2024, 2025)

Gráfico 2 – Desempenho do ODS 3 no município de Ponta Porã de 2015 a 2024.



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis (2024, 2025)

Ao observar especificamente o ODS 3, o comportamento do município mostra-se mais dinâmico. Em 2015, o índice situava-se na faixa “Alto”, com 67,94, mas apresentou queda contínua até 2021, alcançando 58,13 e sendo reclassificado como “Médio”. A partir de 2022, observa-se recuperação expressiva, com 69,27 em 2023 e 63,49 em 2024, retornando à faixa “Alto” (Instituto Cidades Sustentáveis (2024, 2025)). A trajetória do ODS 3 no município evidencia um comportamento oscilatório que expressa a sensibilidade dos indicadores de saúde às condições socioeconômicas, à capacidade de gestão e aos eventos conjunturais que incidem sobre o território.

A queda registrada entre 2015 e 2021 pode ser associada à combinação de restrições orçamentárias, mudanças nas políticas públicas e impactos sanitários mais amplos, que tendem a afetar de forma mais intensa municípios situados em regiões de fronteira, onde a demanda por serviços não se restringe à população residente. A posterior recuperação, observada a partir

de 2022, sugere a retomada de estratégias de organização da rede de atenção e de ações de vigilância, indicando que a melhoria dos indicadores depende de investimentos contínuos e de capacidade institucional para responder às demandas ampliadas do território.

Ao mesmo tempo, a recuperação do índice para a faixa “Alto” revela a existência de potencial institucional e de redes de cuidado capazes de produzir respostas positivas quando articuladas de forma consistente. Em territórios de fronteira, essa capacidade está diretamente relacionada à coordenação entre níveis de atenção, à integração de sistemas de informação e à cooperação interinstitucional, elementos que favorecem a efetividade das ações de promoção, prevenção e assistência.

A leitura do ODS 3, portanto, precisa considerar que avanços e recuos refletem tanto o desempenho do sistema local quanto as condições territoriais que moldam a produção do cuidado. A saúde, nesse contexto, assume papel estratégico no desenvolvimento sustentável, pois a consolidação de indicadores mais favoráveis depende da articulação entre políticas sociais, infraestrutura urbana e governança territorial, dimensões que estruturam as possibilidades de bem-estar e de qualidade de vida da população (Zorzo *et al.*, 2022, p. 171).

A articulação entre as metas do ODS 3 e os indicadores selecionados para Ponta Porã permite observar que boa parte dos compromissos globais em saúde encontra materialidade na escala municipal, sobretudo no campo da redução da mortalidade evitável, da ampliação do acesso à Atenção Primária à Saúde (APS) e do controle de doenças transmissíveis. O conjunto de indicadores analisados demonstra que a organização da rede básica de saúde constitui eixo estruturante do desempenho local, uma vez que a presença de equipes da

Estratégia Saúde da Família (ESF), a disponibilidade de Unidades Básicas e a destinação orçamentária específica contribuem para a estabilização de indicadores sensíveis ao cuidado contínuo. Essa configuração dialoga com a literatura da saúde coletiva, que reconhece a Atenção Primária como base dos sistemas universais e como estratégia capaz de reduzir desigualdades territoriais e produzir efeitos positivos sobre a mortalidade e a qualidade de vida (Giovanella *et al.*, 2012, p. 56).

O exercício empírico de analisar os dados disponíveis à luz das metas específicas do ODS 3 permitiu classificar os resultados no quadro a seguir.

Quadro 2 – Classificação dos indicadores do ODS 3 no município de Ponta Porã segundo nível de desafio

Indicador	Meta ODS 3 relacionada	Classificação	Interpretação analítica
Mortalidade materna	3.1	Melhor que a referência	Indica desempenho favorável da rede de atenção obstétrica e da APS, alinhado à meta global de redução da mortalidade materna.
Mortalidade neonatal (0-27 dias)	3.2	Melhor que a referência	Reflete avanços na atenção ao pré-natal, parto e cuidado neonatal.
Mortalidade na infância	3.2	Melhor que a referência	Sugere impacto positivo da Atenção Primária e da vigilância em saúde infantil.
Mortalidade por Aids	3.3	Melhor que a referência	Indica controle relativo da doença e acesso aos serviços de diagnóstico e tratamento.

População atendida pela ESF	3.8	Melhor que a referência	Demonstra ampla cobertura da Atenção Primária, eixo estruturante do SUS.
Unidades Básicas de Saúde	3.8	Melhor que a referência	Expressa capilaridade territorial dos serviços de saúde.
Deteção de hepatite	3.3	Melhor que a referência	Sugere capacidade de vigilância e diagnóstico das doenças transmissíveis.
Cobertura vacinal	3.b / 3.8	Há desafios	Aponta fragilidades na adesão vacinal, exigindo estratégias de comunicação e busca ativa.
Mortalidade infantil (<1 ano)	3.2	Há desafios	Indica necessidade de fortalecimento contínuo do cuidado materno-infantil.
Orçamento municipal em saúde	3.c / 3.8	Há desafios	Revela limitações no financiamento, com potencial impacto na sustentabilidade das políticas de saúde.
Gravidez na adolescência	3.7	Há desafios	Expressa vulnerabilidades sociais e lacunas na educação sexual e reprodutiva.
Mortalidade por suicídio	3.4 / 3.5	Desafios significativos	Evidencia fragilidades nas políticas de saúde mental e prevenção de agravos psicossociais.
Mortalidade prematura por DCNT	3.4	Desafios significativos	Indica baixa efetividade das ações de promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas.
Pré-natal insuficiente	3.7	Desafios significativos	Aponta desigualdades no acesso e na continuidade do

			cuidado gestacional.
Incidência de tuberculose	3.3 / 3.d	Desafios significativos	Revela desafios persistentes na vigilância e no controle de doenças transmissíveis.
Idade média ao morrer	3.4	Grandes desafios	Expressa desigualdades acumuladas ao longo do ciclo de vida e limitações estruturais do território.
Incidência de dengue	3.3 / 3.9 / 3.d	Grandes desafios	Indica vulnerabilidades ambientais, urbanas e falhas no controle vetorial e na vigilância em saúde.

Fonte: Elaboração própria, com base em INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS (2025) e BRASIL (2022).

Os resultados associados às metas 3.1, 3.2 e 3.7 indicam que a saúde materno-infantil e a atenção ao ciclo reprodutivo permanecem como dimensões centrais do desempenho municipal. A análise dos indicadores de mortalidade materna, neonatal e infantil, assim como da gravidez na adolescência e da adequação do pré-natal, evidencia a importância da continuidade do cuidado e da integração entre vigilância e atenção básica. Em territórios de fronteira, essas dimensões tendem a ser tensionadas por fluxos populacionais que ampliam a demanda por serviços e exigem coordenação interinstitucional constante. Ainda assim, a presença de uma rede básica estruturada sugere capacidade de resposta do município, ainda que condicionada por limites estruturais e pela necessidade de investimentos contínuos. Nesse sentido, a efetividade das metas do ODS 3 depende não apenas da existência de serviços, mas de sua articulação territorial e da capacidade de produzir cuidado integral.

No que se refere às metas 3.3, 3.4 e 3.d, os indicadores de doenças transmissíveis e de mortalidade por causas crônicas e externas revelam a coexistência de avanços e desafios. A incidência de dengue, tuberculose e hepatites, bem como a mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis e por suicídio, evidencia que o território apresenta perfil epidemiológico complexo, característico de regiões marcadas por desigualdades sociais e por intensa circulação populacional. A análise territorial desses dados reforça que a saúde é produzida em contextos específicos, nos quais condições de moradia, trabalho, renda e acesso a serviços influenciam diretamente os resultados observados.

Por fim, a relação entre as metas do ODS 3 e os indicadores de cobertura vacinal, financiamento e capacidade de vigilância demonstra que o desempenho municipal depende de articulação entre planejamento, gestão e condições estruturais do território. A presença de indicadores vinculados ao financiamento e à cobertura da Atenção Primária reforça que a sustentabilidade das políticas de saúde está diretamente associada à capacidade de investimento público e à organização da rede de serviços. Em municípios de fronteira, essa equação torna-se ainda mais complexa, pois a demanda por cuidado extrapola limites administrativos e exige cooperação entre diferentes esferas de governo. Desse modo, a análise integrada dos resultados evidencia que o cumprimento das metas do ODS 3 em Ponta Porã está condicionado à consolidação de uma governança territorial sensível às especificidades fronteiriças e à continuidade de políticas públicas capazes de transformar avanços pontuais em desenvolvimento sustentável duradouro (Sachs, 2008, p. 36).

Além disso, a noção de seletividade territorial aprofunda a interpretação das desigualdades. Santos (1985, p. 63) argumenta que investimentos e serviços se distribuem de forma desigual no espaço, privilegiando determinados lugares e relegando outros à condição periférica. Tal seletividade não é aleatória, mas expressão de relações assimétricas de poder. No campo da saúde, isso ajuda a explicar por que municípios com menor base econômica ou menor capacidade administrativa enfrentam maiores obstáculos para sustentar políticas contínuas e responder a emergências sanitárias.

Essa interpretação encontra respaldo em análises empíricas que evidenciam a persistência de desigualdades regionais e territoriais no Brasil, com impactos sobre mortalidade e acesso aos serviços (Silva; Bicudo, 2022, p. 115). Desse modo, os indicadores do ODS 3 não podem ser lidos como resultado isolado da gestão local, mas como síntese de estruturas sociais, capacidades institucionais e dinâmicas territoriais. Em contrapartida, as metas relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis, à saúde mental, às condições ambientais e à vigilância em saúde, particularmente as metas 3.4, 3.9 e 3.d, revelam desafios decisivos para o município. Esses desafios expressam-se nos elevados índices de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), na incidência de dengue e na redução da idade média ao morrer, evidenciando limitações na abordagem dos determinantes sociais e ambientais da saúde.

Esses achados indicam que o cumprimento integral do ODS 3 em nível local depende do fortalecimento de ações intersetoriais capazes de articular políticas de saúde, saneamento, meio ambiente, educação e desenvolvimento social, conforme preconizado pela Agenda 2030.

Nesse sentido, o estudo de caso de Ponta Porã confirma a centralidade do ODS 3 como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável no âmbito municipal e reforça a necessidade de estratégias territoriais alinhadas aos compromissos globais da Agenda 2030, orientadas à redução das desigualdades e à promoção do bem-estar ao longo do ciclo de vida. O padrão observado revela, simultaneamente, capacidade de resposta do sistema local de saúde e elevada vulnerabilidade a choques conjunturais, característica de sistemas que dependem fortemente de redes regionais e de políticas federativas para garantir a continuidade do cuidado.

A análise de indicadores específicos do ODS 3 reforça esse cenário de contrastes. A cobertura vacinal, reconhecida como uma das estratégias mais custo-efetivas em saúde pública, atingiu 87,64% da população-alvo em 2022, desempenho relevante, porém inferior ao patamar de 95% frequentemente adotado como referência para a proteção coletiva ideal (BRASIL, 2022). As oscilações observadas ao longo do período analisado indicam fragilidades na continuidade das campanhas de imunização, situação particularmente sensível em territórios fronteiriços, onde a elevada mobilidade populacional exige maior coordenação das ações de vigilância, comunicação em saúde e busca ativa (Brasil, 2022).

Ao deslocar o olhar para a fronteira, essas relações tornam-se ainda mais evidentes. Fronteiras constituem territórios vivos, marcados por circulação cotidiana, interdependência econômica e múltiplos pertencimentos. A organização dos serviços frequentemente assume lógica de rede, atravessando limites formais entre Estados nacionais. Nessa perspectiva, sistemas de saúde refletem disputas em torno de acesso e regulação; em áreas fronteiriças, a circulação

populacional amplia demandas e torna mais complexa a gestão da oferta (Fleury; Ouverney, 2012, p. 32).

No caso das cidades-gêmeas, a conurbação urbana configura um território funcionalmente integrado. Prado (2016, p. 72) demonstra que a integração entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero transcende a economia, estruturando práticas sociais e fluxos cotidianos que impactam diretamente a organização dos serviços públicos. Na saúde, isso se traduz em demandas transfronteiriças e tensões entre o direito universal e o financiamento baseado na população residente.

O desenho da Agenda reforça a interdependência entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, indicando que resultados em saúde dependem de políticas articuladas de educação, saneamento, renda e redução das desigualdades (ONU, 2019, p. 14; Zorzo *et al.*, 2022, p. 9). O ODS 3, nesse sentido, deve ser compreendido como objetivo transversal, pois saúde é simultaneamente resultado e condição do desenvolvimento.

No plano empírico, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil situa o município em perspectiva comparativa (Instituto Cidades Sustentáveis, 2024). Entretanto, por ser indicador sintético, exige complementação por dados setoriais, como mortalidade e imunização (Brasil, 2022). A análise do período evidencia que o desempenho geral se manteve em faixa baixa, sinalizando limites estruturais persistentes. Essa leitura dialoga com a compreensão do espaço como seletivo (Santos, 1996, p. 37; Sachs, 2002, p. 51). Ao mesmo tempo, a recuperação em componentes do ODS 3 sugere capacidade de resposta da rede local, especialmente quando fortalecida a Atenção Primária (Tomim *et al.*, 2022, p. 144; Lima *et al.*, 2012, p. 2885).

Persistem, contudo, desafios relacionados às doenças crônicas não transmissíveis, cujo enfrentamento exige estratégias estruturais de longo prazo (Malta; Bastos, 2012, p. 315).

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo do capítulo evidenciou que o desempenho do ODS 3 em Ponta Porã deve ser interpretado a partir da articulação entre saúde, território e desenvolvimento sustentável. Ao adotar uma concepção ampliada de saúde, o estudo demonstrou que os indicadores municipais não podem ser lidos de forma isolada, mas como síntese de processos sociais, institucionais e espaciais que condicionam a produção do cuidado e a distribuição das oportunidades de viver com bem-estar. Em territórios de fronteira, essa compreensão torna-se ainda mais necessária, pois a dinâmica cotidiana de circulação populacional, as assimetrias entre sistemas nacionais e a pressão sobre os serviços locais ampliam os desafios de planejamento e de financiamento das políticas públicas.

Os resultados indicaram que o município apresenta avanços relevantes em dimensões associadas à Atenção Primária à Saúde e ao cuidado materno-infantil, sinalizando a presença de uma base assistencial relativamente estruturada e coerente com a centralidade da APS nos sistemas universais.

A recuperação recente de indicadores do ODS 3 sugere capacidade de resposta da rede local, sobretudo quando articulada às políticas federativas e a estratégias de vigilância e promoção da saúde. No entanto, o desempenho global ainda permanece marcado por limites estruturais que se refletem na persistência de desigualdades, no financiamento restrito e em desafios relacionados às doenças crônicas não transmissíveis, à saúde mental e às condições

ambientais. Esses achados confirmam que a melhoria de indicadores depende de investimentos contínuos, coordenação intergovernamental e fortalecimento da capacidade institucional do sistema local de saúde.

Em cidades-gêmeas, como Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, a integração funcional do território convive com a fragmentação das políticas públicas, gerando tensões entre a universalidade do direito à saúde e o financiamento baseado na população residente. Essa condição evidencia a necessidade de mecanismos de cooperação transfronteiriça capazes de alinhar planejamento, vigilância e provisão de serviços, de modo a reduzir sobrecargas e ampliar a efetividade das ações de saúde.

O estudo também reforça que a Agenda 2030 oferece um referencial normativo e estratégico para orientar políticas públicas integradas. O ODS 3, ao articular metas relacionadas à mortalidade evitável, à cobertura universal e à promoção do bem-estar, evidencia a interdependência entre saúde e desenvolvimento. No entanto, sua efetivação em escala local exige articulação intersetorial entre políticas de saneamento, educação, proteção social e desenvolvimento urbano, bem como estratégias capazes de enfrentar determinantes sociais e ambientais do adoecimento.

Do ponto de vista analítico, a utilização do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil permitiu situar o município em perspectiva comparativa e identificar tendências ao longo do período de 2015 a 2024. Contudo, o caráter sintético do índice evidencia a necessidade de análises complementares baseadas em indicadores específicos e em leitura territorial qualificada.

Em síntese, o caso de Ponta Porã demonstra que a consolidação do ODS 3 em territórios de fronteira depende do

fortalecimento do Sistema Único de Saúde, da ampliação da cooperação intergovernamental e da integração entre políticas públicas. A universalidade formal do direito à saúde permanece como horizonte normativo, mas sua concretização exige financiamento adequado, coordenação federativa e estratégias territorialmente sensíveis. A Agenda 2030 constitui marco orientador decisivo, porém sua materialização requer capacidades institucionais e pactos de governança compatíveis com a complexidade dos territórios fronteiriços. Assim, mais do que um conjunto de metas, o ODS 3 configura-se como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável local, cuja efetivação passa pela redução das desigualdades e pela construção de políticas.

Referências

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: Sebrae, 2004. p. 23-69. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT00031436.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT00031436.pdf). Acesso em: 29 nov. 2025.

ALBUQUERQUE, P. I. S. P. de. **O orçamento a serviço da dívida pública brasileira: da proteção legal aos impactos financeiro-orçamentários**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Direito. Universidade Federal do Alagoas, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). **Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI): cobertura vacinal**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/> Acesso em: 23 fev. 2026.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

CARVALHO, A. L.; BUSS, P. M. Determinantes sociais da saúde, intersetorialidade e políticas públicas. In: GIOVANELLA, Lígia *et al.* (org.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 121-142. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413494>. Acesso em: 23 fev. 2026.

CARVALHO, M. **Fronteiras e políticas públicas**: dinâmicas territoriais e governança. Campo Grande: UFMS, 2022.

COHN, A. Os princípios do Sistema Único de Saúde e a Atenção Básica: o perigo mora ao lado. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, supl. 1, p. s23-s24, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

FLEURY, S.; OUVENEY, A. M. Política de saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, L. *et al.* (org.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 25-58. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413494>. Acesso em: 23 fev. 2026.

GADELHA, C. A. G.; TEMPORÃO, J. G. Desenvolvimento, inovação e saúde: a perspectiva do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1891-1902, 2018.

GADELHA, C. A. G. *et al.* O Complexo Econômico- Industrial da Saúde e a dimensão social e econômica do desenvolvimento. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 269-280, 2013.

GIOVANELLA, L. *et al.* (org.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413494>. Acesso em: 23 fev. 2026.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR)**. São Paulo: ICS, 2024. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

_____. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR): resultados e metodologia**. São Paulo: ICS, 2025. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ODS no Brasil: Relatório de acompanhamento**. Brasília, DF: Ipea, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

LIMA, N. T. *et al.* Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. In: GIOVANELLA, L. *et al.* (org.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 2875-2890. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413494>. Acesso em: 23 fev. 2026.

MALTA, D. C.; BASTOS, F. I. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil. In: GIOVANELLA, L. *et al.* (org.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 315-334. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413494>. Acesso em: 23 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 23 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório nacional voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento**

Sustentável. Brasília, DF: ONU Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 23 fev. 2026.

PRADO, H. S. de A. **A cooperação descentralizada e a política para a fronteira no Brasil: o caso das cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.** 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. da S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidades. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 4, p. S475-S501, 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTO, A.; VOKS, D. Território-rede e fronteiras contemporâneas. **Revista Geopolítica**, v. 12, n. 3, p. 880-900, 2021.

SILVA, B. P. A. **Saúde e desenvolvimento sustentável: uma análise da Agenda 2030 no município de Ponta Porã.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Ponta Porã: UEMS, 2024.

SILVA, J.; BICUDO, M. **Saúde e território: abordagens contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2022.

TAMBELLINI, A. T.; MIRANDA, A. Saúde e ambiente. In: GIOVANELLA, L. *et al.* (org.). **Políticas e sistemas de saúde no**

Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 405-426. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413494>. Acesso em: 23 fev. 2026.

TOMIM, R. *et al.* Atenção Primária à Saúde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 134, p. 140-155, 2022.

UGÁ, M. A. D.; PORTO, S. M.; PIOLA, S. F. Financiamento e alocação de recursos em saúde no Brasil. In: GIOVANELLA, L. *et al.* (org.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 395-426. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413494>. Acesso em: 23 fev. 2026.

ZORZO, A. *et al.* **ODS no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, DF: PNUD Brasil, 2022.

CAPÍTULO 8

PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA CIDADE INTELIGENTE

DAMARIS QUIÑONEZ DE SOUZA
ELIANA LAMBERTI
FÁBIO MIGUEL GONÇALVES DA COSTA
ANA CAROLINA VIEIRA

Introdução

Ponta Porã, também conhecida como Princesinha dos Ervais, é um município com características particulares tanto em nível regional como nacional. A condição de cidade gêmea¹ com Pedro Juan Caballero exige que os olhares, especialmente, em se tratando de políticas públicas (sejam em nível local, estadual ou federal) considerem um contingente populacional

¹ Souza (2019) abordou essa condição urbana pela ótica da arquitetura e do direito à cidade.

de aproximadamente 200 mil habitantes² que cotidianamente se relaciona economicamente, socialmente e ecologicamente. A dinâmica territorial e urbana está caracterizada pelo adensamento populacional e pela conexão e compartilhamentos que não se limitam aos espaços físicos. As trocas e interdependências são históricas, complexas e sensíveis.

A porção urbana do município apresenta gargalos como os advindos do intenso tráfego diário de automóveis e motocicletas que é potencializado, por exemplo, pelo turismo de compras e pela atração de estudantes, sobretudo brasileiros, que cursam ensino superior do lado paraguaio³. As relações comerciais de exportação e importação se materializam nesse território através do intenso fluxo de caminhões⁴. Desafios que se somam aos problemas clássicos e inerentes ao processo de urbanização, como a favelização⁵, e de segurança pública⁶. A este contexto, soma-se a

² Esse número é relevante tendo em vista que em Mato Grosso do Sul apenas dois dos setenta e nove municípios possuem mais de 200 mil habitantes (Dourados e Campo Grande).

³ Nas últimas décadas, as Instituições de Ensino Superior em Pedro Juan Caballero expandiram a oferta de cursos de medicina. Este tema foi estudado por Melo (2021) que relacionou aos desafios para as políticas públicas na fronteira. Com entrevistas junto a atores brasileiros e paraguaios, a pesquisadora diagnosticou os gargalos e demandas públicas advindas desse fluxo de pessoas.

⁴ A Alfândega da Receita Federal do Brasil e a Aduana do Paraguai estão localizadas na linha internacional por onde tramitam a documentação e autorizações para a entrada e saída de caminhões. Para além das importações e exportações, novas dinâmicas produtivas são impulsionadas pela Lei da Maquila. Este tema foi estudado por Godoy (2020).

⁵ Temática abordada na pesquisa de Souza (2019).

⁶ Sobre o tema de segurança pública, destaca-se a posição estratégica e a inauguração da Estação Radar em 2021 no município. A Força Aérea Brasileira (FAB) proporcionou a modernização e ampliação da rede de radares de vigilância do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). Sobre este tema, sugere-se pesquisa junto ao Instituto de Desenvolvimento

centralidade do município na oferta e referência para os serviços públicos de saúde e educação⁷.

Por outro lado, avanços e mudanças significativas em prol do desenvolvimento local têm sido fomentados pela gestão pública e podem ser ilustrados pela proposta do Parque Tecnológico Internacional (PTIN)⁸. Parte-se da premissa de que a inovação e a infraestrutura do PTIN se constituem em elo e instrumentos efetivos de mudanças qualitativas e fomento ao desenvolvimento regional que devem resultar em novas oportunidades de investimento público e privado e promover o município de Ponta Porã como referência em Inovação Tecnológica e Científica. Outros projetos⁹ e iniciativas estão sendo fomentadas e tem colocado o município em destaque no cenário nacional¹⁰.

Econômico e Social de Fronteiras/IDESF (<https://www.idesf.org.br/>).

⁷ A oferta de serviços públicos de saúde e educação está organizada por meio de documentos normativos. A saúde está prevista na Resolução CIB/ SES no 545 de 06 de dezembro de 2024. Ponta Porã é referência regional (Região Sul-Fronteira) para outros 14 (catorze) municípios (Amambai, Antonio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru). A oferta dos serviços públicos de educação no estado está distribuída em 12 (doze) Coordenadorias Regionais de Educação. Ponta Porã é a sede da 11ª Coordenadoria e é referência para os municípios de Amambai, Antonio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia e Paranhos.

⁸ As obras de construção do parque tecnológico foram iniciadas no ano de 2022. A inauguração ocorreu no mês de março de 2026. Alguns programas voltados à capacitação empreendedora já estão sendo fomentados (como o Programa Ypy Porã). <https://pontapora.ms.gov.br/v2/ypy-pora-sera-lancado-nesta-quarta-feira/>

⁹ Como a Feira Criativa (objeto de outro capítulo desta obra).

¹⁰ Inclusive no quesito cidade inteligente. A premiação reconhece cidades brasileiras com iniciativas voltadas para inovação, conectividade e qualidade de vida. O estudo que compõe o Ranking CSC é formado por indicadores alinhados às normas internacionais ABNT ISO 37120, 37122 e 37123, que avaliam o desempenho municipal em áreas como Saúde, Segurança,

O objetivo das próximas páginas¹¹ é destacar a importância e conexão da produção científica gerada no âmbito do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) com o desenvolvimento local. De modo complementar, objetiva-se refletir sobre as premissas que definem uma cidade inteligente a partir das fragilidades e potencialidades do município de Ponta Porã, e sinalizar de modo propositivo possíveis ações para superar os gargalos. A trilha metodológica (qualitativa e bibliográfica) percorrida envolveu a convergência entre algumas referências teóricas e conceituais em torno do termo cidade inteligente e conexões com a produção acadêmica. A pesquisa teórica se mesclou com a empírica por meio do catálogo científico do PPGDRS.

Conceitos e Conexões

A perspectiva da inteligência (territorial) pressupõe fortalecer as estratégias e soluções dos problemas urbanos. O termo cidade inteligente deve envolver a gestão pública e seu papel em otimizar recursos e tornar os serviços eficientes e sustentáveis, através da integração das alternativas tecnológicas e da infraestrutura urbana (Carvalho *et al.*, 2020). Em geral, a ênfase é dada para às soluções baseadas nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que auxiliam o fornecimento de serviços considerados avançados e

Educação (incluindo Esporte e Cultura) e Economia (incluindo Agricultura Urbana Local e Segurança). <https://pontapora.ms.gov.br/v2/ponta-pora-conquista-1o-lugar-em-ranking-de-cidades-inteligentes-no-centro-oeste/>

¹¹ Parte das reflexões apresentadas são resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido em 2023 para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas, junto ao curso ofertado pela UEMS em Ponta Porã (Souza, 2023).

inovadores com propósito de melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos (Brandão; Joia, 2018).

Um aspecto a ser destacado é aquele relacionado com possível ambiguidade conceitual e falta de uma definição que seja amplamente compartilhada. Dentre os conceitos que são vinculados estão: “cidade criativa¹²”, “cidade sustentável” ou “cidade resiliente”. Estas perspectivas estão baseadas na ideia de que os centros urbanos enfrentam uma série de crises recorrentes, urbanização massiva e os problemas que surgem derivados delas (Franco, 2021).

De um modo geral, há concordância no enfoque de que as cidades devem fomentar estratégias para enfrentar esses desafios, promover a eficiência na administração de serviços públicos por meio da inovação e uso de infraestruturas relacionadas às TICs. O destaque da tecnologia como resposta a diversos problemas urbanos existentes tem sido criticado. O excessivo papel de grandes empresas tecnológicas (como IBM, Cisco ou Siemens) também foi questionado uma vez que são incentivadoras desse modelo urbano¹³.

¹² Esta abordagem relaciona-se à dinâmica da chamada economia criativa que é uma perspectiva econômica intimamente vinculada com aspectos culturais, históricos e artísticos. Em nível estadual, o governo criou a *Superintendência de Economia Criativa e Políticas Integradas vinculada a Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura*. <https://www.setesc.ms.gov.br/category/economia-criativa/> . Este tema foi estudado no âmbito do PPGDRS por Satti (2017) que analisou o potencial criativo dos municípios sul-mato-grossenses.

¹³ Sobre esta abordagem e crítica correspondente sugere-se a leitura de Morozov e Bria (2023).

E ainda:

No entanto, a falta de alinhamento dessas soluções às reais necessidades das pessoas, bem como de acessibilidade devido aos altos custos, nem sempre possibilita que os benefícios das tecnologias cheguem a todos. Será possível o desenvolvimento de um ecossistema capaz de criar um ambiente e suas dimensões que percebam todos seus sistemas, processos e habitantes de forma integrada? É percepção geral deste estudo que a contribuição do fenômeno das cidades inteligentes para uma cidade sustentável está no uso da tecnologia como provedora de valor inteligente com envolvimento das pessoas, suas relações com o ambiente e a capacidade de desenvolvimento, de adaptação e de superação de certa localidade. (Abdala *et al.*, 2014, p. 114).

A participação cidadã¹⁴ torna-se elemento estratégico nesta discussão uma vez que os atores sociais devem ser ativos para que de fato as melhorias sejam sentidas por todos os que compõem essa sociedade. Os autores complementam: “Desta forma, a inteligência e a sustentabilidade¹⁵ de uma cidade está

¹⁴ Neste contexto, sugere-se a leitura de Dowbor (2013) que aborda as alternativas de gestão social para a expansão da democracia econômica.

¹⁵ A sustentabilidade é um termo polissêmico e possui várias abordagens a partir do conceito original vinculado à biologia e a perspectiva ecológica no que tange a capacidade da natureza e seus ecossistemas se autorregenerarem. As ciências sociais aplicadas, especialmente a economia, incorporou o termo para propor uma nova visão sobre desenvolvimento que aborde outros aspectos além do econômico. Essa apropriação é salutar dado que o atual modelo de produção e consumo tem gerado a redução dos recursos e ecossistemas existentes (Nascimento, 2012). Contudo, é necessário superar a simplificação da temática ao tripé ambiental (referida a escassez de recursos naturais, adotando um modelo de produção e consumo compatível, com intuito de garantir que os ecossistemas mantenham sua autopreparação), econômico (a viabilidade de maior eficiência de produção e consumo, através da inovação tecnológica, para sair do ciclo fóssil de energia) e social (para que todos obtenham o mínimo necessário, uma vida digna, com menor nível de desigualdade) (Nascimento, 2012).

em direcionar o seu crescimento de forma intencional, colaborativa e inclusiva para o desenvolvimento de bons lugares para se viver, trabalhar e se divertir.” (Abdala *et al.*, 2014, p. 115).¹⁶

Portanto, a transformação urbana impulsionada pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs) tem dado origem a um novo paradigma de gestão pública também chamado de smart cities. Essas cidades se caracterizam pela integração de recursos tecnológicos nos serviços públicos com o objetivo de otimizar a mobilidade urbana, a segurança, a educação, a saúde, a sustentabilidade ambiental e a participação cidadã. Para que uma cidade seja considerada inteligente, é necessário que atenda a uma série de requisitos fundamentais, tais como: infraestrutura tecnológica eficiente, coleta e análise de dados em tempo real, conectividade digital acessível à população, governança participativa, políticas públicas integradas e sustentáveis, além de garantias de respeito aos direitos digitais (Lopes; Leite, 2022).

Embora existam diversas abordagens, algumas apontam que o aspecto mais crucial para tornar uma cidade “inteligente” é o uso eficaz dos recursos com foco no cidadão. A expectativa é que essas inovações sejam usadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas, além de aprimorar os serviços públicos e garantir uma governança transparente (Junckes e Teixeira, 2016). No entanto, a construção de

¹⁶ Deve ser mencionado que a temática de cidades inteligentes também é objeto propositivo no âmbito da institucionalização da Nova Agenda Urbana (NAU) fomentada pelo Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A NAU busca auxiliar a execução da Agenda 2030 para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Um dos objetivos dos ODS é tornar as cidades mais seguras, inclusivas, resilientes e sustentáveis. Sugere-se acessar <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

idades inteligentes exige não apenas avanços técnicos, mas também sensibilidade social e jurídica. A privacidade dos dados pessoais, muitas vezes sensíveis, é um dos principais pontos de tensão nesse modelo. Simão et al. (2022) apontam que a ausência de regulamentação específica sobre o uso de dados em cidades inteligentes no Brasil revela um cenário de incerteza jurídica, que pode comprometer tanto a proteção de direitos quanto a eficiência das políticas públicas.

A crescente coleta de informações por sensores, câmeras, aplicativos de mobilidade e plataformas públicas digitais demanda uma análise crítica e criteriosa à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (também conhecida pela sigla LGPD), especialmente no que tange ao consentimento, à transparência, à finalidade do uso dos dados e à responsabilização dos agentes públicos e privados envolvidos (BRASIL, 2018). Torres (2022) destaca que a regulação das cidades inteligentes deve ser orientada por princípios constitucionais que garantam a proteção dos dados pessoais, o que inclui o respeito à dignidade da pessoa humana, aos direitos fundamentais à privacidade e à autodeterminação informativa¹⁷.

Neste contexto, um outro elemento é adicionado nesta discussão. Bresciani et al. (2022) e Mello (2016) abordam o conceito e a importância de Parques Tecnológicos que devem

¹⁷ De acordo com Souza (2024), no que se refere à inclusão digital e dadas as especificidades de Mato Grosso do Sul-MS (vasta extensão territorial, presença marcante de comunidades tradicionais e rurais, além de uma expressiva população indígena e de trabalhadores sem-terra), o estado apresenta sérios desafios à universalização do acesso à internet, à educação digital e aos serviços públicos digitais. Essas populações, muitas vezes localizadas em regiões isoladas, enfrentam não apenas a exclusão digital, mas também a exclusão social e econômica, o que agrava a desigualdade no usufruto das ferramentas tecnológicas e dos benefícios proporcionados por uma cidade inteligente.

ser entendidos como empreendimentos imobiliários de natureza híbrida, que utilizam a ciência, a inovação e a tecnologia, de modo a interagir com os governos, o setor produtivo e as universidades. Para Sant’anna et al (2019) os parques tecnológicos têm a proposta de fomentar o desenvolvimento tecnológico local através de processos inovativos. E ainda, devem representar os resultados de articulações entre os atores públicos e privados, como empresas, universidades e centros de pesquisa.

O município de Ponta Porã conta com o Parque Tecnológico Internacional (PTIN¹⁸) e que deverá se constituir numa estratégica instituição para a promoção de um território inteligente por meio da atuação convergente de várias organizações públicas e privadas, Instituições de Ensino Superior e sociedade.

¹⁸ A inauguração ocorreu nos dias 12 e 13 de março de 2026. Este tema, em específico, é objeto de outro capítulo desta obra.

Figura 1 — Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã



Fonte: Autores, março. 2026

As Instituições de Ensino Superior (IES) criam, fomentam e transferem conhecimento. A coletânea de conhecimento acadêmico gerado e o resultado das pesquisas, acrescidos dos incentivos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), contribuem para o fomento da capacidade local em prol de mudanças estruturais e qualitativas no conjunto dos sistemas produtivos e dinâmica de desenvolvimento.

A oferta diversificada de cursos de graduação e pós-graduação por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas em Ponta Porã coloca o município em condições similares as duas maiores cidades do estado (Campo Grande e Dourados) que também contam com 03 IES públicas.

Figura 2 — IES públicas presentes em Ponta Porã



Fonte: registro dos autores (em novembro de 2025)

No município, estão presentes três IES públicas: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS¹⁹), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS²⁰) e

¹⁹ A Unidade Universitária de Ponta Porã se especializou na oferta de cursos de graduação da área de Ciências Sociais Aplicadas em Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (<https://www.uems.br/cursos/graduacao>) e Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos/ PPGDRS (<https://www.uems.br/ppg/ppgdrs>).

²⁰ Oferta cursos de graduação (em Matemática, Sistemas de Informação, Pedagogia e Tecnologia em Gestão Comercial) e Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Educação, Diversidade e Infâncias (<https://cpgg.ufms.br/>).

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS²¹)²². Portanto, o papel que o conhecimento científico desempenha é estratégico por várias razões: promove mudanças qualitativas em prol da diversificação produtiva, da agregação de valor, forma capital intelectual, gera interações com lideranças inovativas, fomenta a governança²³ participativa, e incrementa as experiências empreendedoras (Fischer, Schaeffer, Vonortas, 2020).

Conhecimento Científico: da universidade para a sociedade

As especificidades deste território fronteiriço foram objeto de boa parte das pesquisas concluídas no âmbito do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS²⁴) ofertado pela UEMS

²¹ Além do nível médio com curso técnico integrado, o IFMS oferta cursos de graduação (Agronomia e Tecnólogo em Gestão do Agronegócio), Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica e vários cursos em Educação a Distância (EAD) <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-ponta-pora>.

²² Embora não tenha infraestrutura instalada neste município, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) também oferta cursos e atua nesse território, especialmente com projetos junto ao Assentamento Itamarati.

²³ O termo governança também possui várias abordagens que não necessariamente indicam consenso, mas não pode ser confundido como sinônimo de gestão pública. Uma das acepções converge com a perspectiva de gestão compartilhada entre todos os atores públicos e privados. Já uma abordagem crítica versa sobre a imposição de modelos de governança com referências internacionais. Sobre este assunto, sugere-se a leitura de Dardot e Laval (2016).

²⁴ O PPGDRS está vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) junto à Área de Planejamento Urbano e Regional, e Demografia (PLURD). O programa, ofertado desde o ano de 2014, busca fomentar análises do desenvolvimento regional na sua dimensão econômica, social e ambiental, bem como relaciona os aspectos históricos de formação das distintas regiões e associa com a evolução das formas de organização das sociedades para a produção de bens e serviços. A ênfase concentra-se em

na Unidade Universitária de Ponta Porã. Até novembro de 2025, foram concluídas 75 (setenta e cinco) pesquisas cujos egressos são de várias áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Arquitetura e Engenharias, da Saúde, Biológicas, da Terra) e de atuação profissional. Destas dissertações, 27 (vinte e sete) se debruçaram, especificamente, sobre a realidade de Ponta Porã²⁵.

Para organizar a análise e exposição do conteúdo, as pesquisas foram classificadas em 04 (quatro) temáticas gerais, a saber: as que abrangeram aspectos da História & Cultura & Sociedade; aquelas cujo objeto enfatizou as diversas atividades produtivas; as que tiveram a preocupação em problemas atinentes às Políticas Públicas & Indicadores & Sustentabilidade; e as que objetivaram discutir o papel da Educação & Tecnologia. Na sequência, apresentamos, de forma sucinta, o rol dessas produções com destaque para os títulos, as palavras-chave e a delimitação geográfica (aspectos que nortearam a análise de conteúdo).

Abordam a formação histórica, a diversidade cultural e social deste território as pesquisas que versaram sobre a

duas linhas de pesquisa, a saber: Dinâmicas do Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. A primeira tem por objeto investigar a dinâmica do desenvolvimento na sua perspectiva socioeconômica e ambiental, buscando uma relação histórica com a evolução cultural e territorial da sociedade, tendo como referência as influências de processos migratórios peculiares à região fronteira do Mato Grosso do Sul. A segunda linha tem por escopo estudar os sistemas produtivos em seus aspectos de gestão, como interações entre homem, ambiente e sociedade para a produção de bens e serviços e entender o seu desenvolvimento no intuito de contribuir para a melhoria social, econômica e ambiental de um determinado espaço regional e local. Inclui também o estudo das mudanças estruturais da sociedade, a dinâmica dos mercados e a formulação de políticas econômicas.

²⁵ O repositório das dissertações está disponível em: <https://www.uems.br/ppg/ppgdrs/Banco-de-Teses-e-Dissertacoes>

relação da arte e música para o desenvolvimento local; o significado histórico e simbólico da luta pelo acesso à terra; a questão carcerária a partir da perspectiva de gênero; a importância da cultura árabe na formação sociocultural e outros olhares para aquele conflito bélico comumente chamado de Guerra do Paraguai.

Quadro 1 – Dissertações da temática História, Cultura e Sociedade

HISTÓRIA & CULTURA & SOCIEDADE		
Título	Palavras-chave	Delimitação geográfica
A MÚSICA COMO INDUTORA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ²⁶	Cultura, Desenvolvimento, Música, Identidade Cultural, Fronteira.	Ponta Porã e Pedro Juan Caballero
POR OUTRO DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM DA MENTALIDADE SOCIOECONÔMICA DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA ELDORADO DOS CARAJÁS	Assentamento Itamarati; Desenvolvimento Híbrido; Organização Socioeconômica; Desenvolvimento Regional.	Assentamento Itamarati
MULHERES QUE IMPORTAM: UMA ETNOGRAFIA EM UM PRESÍDIO DE PONTA PORÃ - MATO GROSSO DO SUL	não identificadas	Ponta Porã

²⁶ Esta dissertação foi publicada no formato de E-book. Disponível em <https://editoraipes.com.br/musica-e-desenvolvimento-local-na-fronteira-br-py/>

CULTURA ÁRABE NA FRONTEIRA DE PONTA PORÃ (MS) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY): ORIGENS, HISTÓRIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	Economia Étnica, Cultura Árabe, Desenvolvimento Regional, Capital Social, Redes Sociais.	Ponta Porã e Pedro Juan Caballero
GUERRA GUAÇU - CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO E DE CAMPO NA REGIÃO DE FRONTEIRA ²⁷	Histórico. Revisão.Território. Identificação	Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

Fonte: Elaborado pelos autores.

O panorama fronteiriço tem as suas peculiaridades que possibilitam inúmeras associações e relações nas áreas socioeconômicas, culturais e políticas. Destacam-se o processo histórico de formação local, a diversidade cultural por conta da dinâmica migratória pela qual vários grupos de imigrantes constituíram o comércio local, por exemplo (Balbuena, 2021).

A cidade de Ponta Porã possui um dos maiores assentamentos rurais da América Latina. A comunidade rural denominada Itamarati corresponde a uma área adquirida pelo governo federal e destinada à reforma agrária no início dos anos 2000. Para demonstrar que existem diferentes perspectivas de desenvolvimento, algumas pesquisas analisaram as particularidades da população assentada que, devido ao seu modo de organização socioeconômico, visa a integração e cooperação entre os membros. Em especial, o Núcleo de Resistência Eldorado Carajás centra-se no coletivo e corresponde a um grupo formado por membros de movimentos sociais.

²⁷ Esta dissertação foi publicada no formato de E-book. Disponível em <https://editoraipes.com.br/guerra-guacu-causas-e-consequencias/>

Na sequência, destacamos dez trabalhos que se debruçaram sobre a dinâmica produtiva dos setores da agropecuária, serviços e indústria.

Quadro 2 – Dissertações da temática Atividades Produtivas

ATIVIDADES PRODUTIVAS		
Título	Palavras-chaves	Delimitação geográfica
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO EM PONTA PORÃ-MS: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO	Turismo; Desenvolvimento; Competitividade; Atividades Produtivas, Fronteira	Ponta Porã
AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS: O CASO DO ASSENTAMENTO ITAMARATI I	Agricultura. Assentamentos rurais. Desenvolvimento. Impactos. Agricultores familiares.	Assentamento Itamarati
PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL (PAIS): INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE PARA A AGRICULTURA FAMILIAR? - UM ESTUDO MULTICASO	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. Inovação. Sustentabilidade. Desenvolvimento rural.	Ponta Porã e Dourados
DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR	Atores e agentes. Confiança. Reconexão. Espaços Sociais	Ponta Porã e Dourados
A CULINÁRIA TÍPICA DA FRONTEIRA: A CHIPA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ²⁸	Culinária da fronteira; cultura local; identidade; economia criativa; chipa	Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

²⁸ Esta dissertação foi publicada no formato de E-book. Disponível em

A LEI DE MAQUILA E A DINÂMICA PRODUTIVA NO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ (BRASIL) E PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI): NOVOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS	Planejamento e Industrialização. Projeto Indústria sem Fronteira. Cadeias produtivas	Ponta Porã e Pedro Juan Caballero
PLURIATIVIDADE NO SETOR RURAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	Atividades agrícolas e não agrícolas. Pluriatividade. Emprego e renda. Assentamento rural, feiras.	Assentamento Itamarati
MÚLTIPLAS FUNÇÕES DAS PLANTAS MEDICINAIS: UM ESTUDO ETNOBOTÂNICO NOS DISTRITOS DE SANGA PUITÃ-BR E ZANJA PYTÃ-PY	Não identificadas	Ponta Porã
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA- MATE COMO ESTRATÉGIA PARA ARTICULAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ²⁹	Indicação Geográfica; Desenvolvimento Regional; Erva-mate.	Ponta Porã, Amambai e Aral Moreira
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: CONEXÕES COM O TURISMO NA FRONTEIRA DE PONTA PORÃ (BRASIL) E PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI)	desenvolvimento sustentável; turismo de compras; inovação; empreendedorismo	Ponta Porã

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre as atividades produtivas é importante destacar que há as que já estão consolidadas e as que possuem potencial de expansão. A proposta de diversificar as ofertas de turismo

<https://editoraipes.com.br/culinaria-tipica-da-fronteira/>

²⁹ Esta dissertação foi publicada no formato de E-book. Disponível em <https://editoraipes.com.br/erva-mate-simbolo-de-identidade-regional-de-mato-grosso-do-sul/>

já existentes é uma delas. Erva-mate e agricultura se somam ao estudo sobre a Lei de Maquila. O setor industrial, a partir da dinâmica maquiladora, pode ser fomentado de ambos os lados da fronteira. A Lei de Maquila se refere à promoção e a atração de investimentos produtivo na área industrial por meio de investimentos estrangeiros. Entre os ramos de atuação das empresas maquiladoras presentes neste território estão: fabricação de eletrônicos, tintas, equipamentos hospitalares (seringas), confecção de têxteis, sapatos e outros que se concentraram em algumas regiões principalmente as fronteiriças (Godoy, 2020).

Com relação às atividades presentes na porção rural, os estudos apontam a necessidade de ampliação na assistência técnica e social, principalmente com relação à saúde e à gestão das atividades (tanto do ponto de vista operacional como do ponto de vista da comercialização). As pesquisas destacam que os incentivos e o crescimento produtivo que ocorrem no assentamento advém das plantações agroecológicas pautadas na lógica da agricultura orgânica convergindo com a agricultura familiar. Aborda-se a importância da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS³⁰), uma tecnologia social, que foi adotada pelo Ministério de Desenvolvimento Social, em 2008. Por ser uma tecnologia sustentável e inovadora, e de baixo custo, contribui para a preservação dos recursos naturais utilizados.

Nesse contexto, é importante citar as cadeias curtas agroalimentares que colocam o produtor e consumidor em contato direto (para o número de intermediários serem

³⁰ Configura-se numa tecnologia social voltada à sustentabilidade ambiental. Informações adicionais estão disponíveis em: <https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Cartilha-Pais.pdf>

mínimos) e ampliam a capacidade de comercialização entre os agentes envolvidos.

A culinária fronteiriça é muito rica e decorre da migração ocorrida durante a formação de ambas as cidades. O cardápio alimentar do lado paraguaio da fronteira está relacionado com as culturas indígenas e a população colonizadora que trouxeram junto seus hábitos, temperos de suas preferências e receitas. Com isso, houve uma mescla entre as possibilidades gastronômicas indígenas e europeias. Alguns dos pratos típicos na região de fronteira são a chipa e a sopa paraguaia, receitas tradicionais que são passadas de geração em geração. Sendo a chipa a mais comercializada e apreciada por turistas e moradores locais.

O terceiro bloco de pesquisas vincula-se ao rol de discussões atinentes às políticas públicas, adoção de indicadores para fins de planejamento estratégico e a abordagem polissêmica da sustentabilidade.

Quadro 3 – Dissertações da temática Políticas Públicas, Indicadores e Sustentabilidade

POLÍTICAS PÚBLICAS/INDICADORES/SUSTENTABILIDADE		
Título	Palavras-chaves	Delimitação geográfica
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BENS COMUNS EM TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO: O CASO DE PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY)	Bens comuns compartilhados. Gestão na fronteira. Relações Internacionais.	Ponta Porã e Pedro Juan Caballero
PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DAS CIDADES GÊMEAS DE PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY) SOB ASPECTO DO DIREITO À CIDADE	Planejamento urbano; Segregação socioespacial; Direito à cidade; Cidades gêmeas.	Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA SUL-MATOGROSSENSE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS ³¹	Desenvolvimento fronteiriço, faixa de fronteira sul mato-grossense, indicadores socioeconômico, desenvolvimento socioeconômico	Sul-fronteira MS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A POBREZA: A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL COM O PARAGUAI	Programa Bolsa Família; Pobreza; Mato Grosso do Sul; Fronteira Brasil-Paraguai	Bela Vista, Coronel Sapucaia, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho
SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DA AGENDA 2030 NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ	Desenvolvimento Sustentável; Saúde na Fronteira; ODS 3	Ponta Porã

Fonte: Elaborado pelos autores.

A questão ambiental e sistêmica em um contexto do território binacional é tratada a partir da análise da convergência e divergência normativa. O uso do solo e demais recursos naturais e a ação antrópica indicam desafios para diplomáticos e supra nacionais. Por ser uma área conurbada, de fronteira internacional, isso deve ser considerado no planejamento, na gestão e nas políticas públicas, essencialmente as que tratam de bens comuns.

Arquitetura e direito à cidade se somam aos desafios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)³² na

³¹ Esta dissertação foi publicada no formato de E-book. Disponível em <https://editoraipes.com.br/a-dinamica-do-desenvolvimento-nos-municipios-da-faixa-da-fronteira-sul-mato-grossense/>

³² Os ODS são norteadores da política estadual de Mato Grosso do Sul. O planejamento público estadual materializado no Plano Plurianual vigente é guiado pelas premissas dos ODS bem como as ações da UEMS. Sobre os

conjuntura recente de melhorias qualitativas e enaltecem a importância da educação e da tecnologia. Os indicadores da saúde deste território fronteiriço foram objeto de estudo à luz do ODS 3 (Saúde e Bem-estar)³³.

No quarto bloco temático, tecnologia e educação se conectam de forma pragmática pelos estudos que vincularam essas dimensões à produção agropecuária, ao papel das práticas extensionistas, às transformações promovidas pela oferta de cursos de medicina no Paraguai e à geração de capital intelectual diferenciado.

Quadro 4 – Dissertações da temática Tecnologia e Educação

TECNOLOGIA & EDUCAÇÃO		
Título	Palavras-chaves	Delimitação geográfica
INSTITUIÇÕES E ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS NO CAMPO	Institucionalismo. Comportamento humano. Aprendizagem. Inovação tecnológica. Desenvolvimento	Ponta Porã e Passo Fundo
ROBÓTICA EDUCACIONAL EM PONTA PORÃ-MS: PERSPECTIVAS AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO LOCAL	Desenvolvimento Regional. Educação. Robótica. Tecnologia. Inovação.	Ponta Porã

ODS e a produção científica do PPGDRS sugere-se a leitura de Lamberti e Grechi (2023).

³³ Assunto abordado em capítulo específico desta obra.

A UNIVERSIDADE COMO INDUTORA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/ LOCAL: AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ	Extensão Universitária, Universidade Pública, Desenvolvimento	Ponta Porã
O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE PONTA PORÃ E ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Desenvolvimento local/ regional. Educação profissional. Rede Federal.	Ponta Porã
ESTUDANTES DE MEDICINA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA FRONTEIRA: UM OLHAR SOBRE AS CIDADES GÊMEAS DE PONTA PORÃ-BR E PEDRO JUAN CABALLERO-PY	Fronteira. Cidades gêmeas. Políticas Públicas. Estudantes. Cursos de Medicina.	Ponta Porã e Pedro Juan Caballero
O IMPACTO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDO DE CASO DAS FACULDADES MAGSUL	Não identificadas	Ponta Porã
O TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY) NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: UMA DISCUSSÃO EM TORNO DO CAPITAL INTELECTUAL	Integração Regional. Fronteira. Capital Intelectual. Inovação. Ensino Superior.	Ponta Porã

Fonte: Elaborado pelos autores.

O papel das instituições de ensino é de suma importância estratégica. Através da formação intelectual pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão, fomenta-se o desenvolvimento humano e socioeconômico. O elo deve existir entre universidades, o poder público e a sociedade, com objetivo de produzir, difundir e divulgar o conhecimento teórico aliado ao empírico por meio de ações que efetivamente fomentem o desenvolvimento local e regional.

Conhecimento Propositivo: da universidade para a gestão pública

A partir dos trabalhos listados anteriormente, foram analisadas as conclusões e sistematizados os resultados no quadro a seguir. A intenção é destacar alguns aspectos positivos que se vinculam às potencialidades locais e fragilidades que precisam ser superadas para que Ponta Porã caminhe no sentido de se constituir em uma cidade inteligente.

Quadro 5 – Potencialidades e Fragilidade de Ponta Porã

Temática	Potencialidades	Fragilidades
Atividades produtivas	Vocação do agronegócio (produção agrícola, empresas do setor); Experiência e inclusão via assentamento rural; Rede hoteleira e quantitativo de leitos, Expertise turística (turismo de compras), Polo de saúde (hospital regional) Polo de educação, Infraestrutura do Aeroporto internacional, Agricultura orgânica em assentamentos	Infraestrutura precária (saneamento básico, asfalto); Barreiras legais e diplomáticas, Falta de articulação do território com o centro político decisório, Informalidade, Falta de qualificação da mão de obra local, Estrangulamento do trânsito no meio urbano, Crescimento desordenado de moradias e habitações

		irregulares; Dificuldade de certificação orgânica, Carência de assistência técnica para agricultura familiar; Sazonalidade do turismo local
História & Cultura & Sociedade	Belezas naturais e históricas, Elementos culturais (música, gastronomia, diversos povos), Povoamento plurinacional, Idiomas diversificados (espanhol, chinês, guarani, árabe, japonês), Arte, renda ñanduti, Museu erva mate, Miscigenação (principal na área fronteiriça), Turismo Rural (em assentamentos)	Ausência de uma identidade fronteiriça; Ausência de políticas direcionadas para divulgar aspectos históricos relacionados a imigração de estrangeiros que se estabeleceram na região de fronteira, Aspectos da criminalidade ligada a comercialização de drogas na região para outros estados, População vulnerável a entrar no tráfico e consumo de drogas.
Políticas Públicas & Indicadores & Sustentabilidade	Alta visibilidade da condição e desafios de um território fronteiriço, Bi nacionalidade, Relatório GEO CIDADES/ PNUMA ³⁴	Alta visibilidade da condição e desafios de um território fronteiriço; Escassez de oportunidades de emprego formal, Baixa escolaridade da população, Dependência de programas sociais para subsistência, Elevada informalidade, Contrabando e demais tipos de criminalidade, Baixa cooperação entre as cidades-gêmeas relacionada aos bens comuns.

³⁴ Este documento corresponde a uma proposta metodológica de análise ambiental. Disponível em <https://www.unep.org/node/11894>.

Educação & Tecnologia	Presença de várias IES, Turismo educacional e oferta de cursos de medicina em Pedro Juan Caballero, Oferta de cursos de graduação e pós graduação, PTIN, Eventos/ feiras tecnológicas internacionais (como Ponta Agrotec ³⁵)	Baixo índice educacional da população local, Necessidade de ampliar a qualificação profissional nas áreas vinculadas à educação, Carência de acessibilidade tecnológica.
-----------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Existem diversos desafios para inserir as novas tecnologias que serão indispensáveis para a cidade se transformar com inteligência territorial. O modelo de cidade inteligente deve abranger todos os cidadãos independentemente da classe social ou econômica com intuito de reduzir as diferenças e promover o desenvolvimento sistemático e sustentável.

A seguir, organizamos algumas sugestões de natureza propositiva advindas das reflexões anteriores.

³⁵ <https://pontaagrotec.com.br/>

Quadro 6 – Sugestões para um território inteligente

Temática	Propostas
Atividades produtivas	Diversificar outros segmentos turísticos (ecoturismo; turismo de aventura; turismo histórico cultural; turismo arqueológico; turismo gastronômico; turismo de evento); Potencializar a gestão da governança local; Realização de pesquisas em prol do desenvolvimento da culinária e da gastronomia de fronteira, por meio de eventos e festivais; Fomentar a economia criativa e a identidade territorial; Incentivar a agricultura familiar;
História & Cultura & Sociedade	Fomentar e fortalecer o empreendedorismo social, Valorizar e resgatar a cultura, Divulgar e difundir as diferentes culturas existentes na região, para um possível turismo voltado a culturas que emigraram para a fronteira,
Políticas Públicas & Indicadores & Sustentabilidade	Fomentar a geração de emprego formal, Fortalecer os serviços públicos (saúde, educação), Ampliar a iluminação pública, a pavimentação asfáltica, o tratamento de esgoto, Incentivar a utilização de transporte coletivo, Implementar convênios de transporte coletivo urbano internacional, Fortalecer a indústria local

Educação & Tecnologia	Incentivar programas e projetos que visem promover melhorias no sistema educacional na cidade, Gerar cooperação entre universidades/ institutos com o comércio privado e prefeituras/ governo brasileiro e paraguaio, Disseminar eventos e cursos na área de robótica/ programação/ tecnologias para maior aproveitamento em setores relacionados, Fomentar a internacionalização e integração de alguns cursos e eventos com possível potencial na região.
-----------------------	---

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com as perspectivas teóricas apresentadas e os resultados encontrados, conclui-se que a construção de uma cidade inteligente deve ser sustentável e científica. O conhecimento (tanto tradicional quanto o formal) deve ser valorizado e compartilhado. As TICs são estratégicas e se referem a Internet das Coisas (IoT), rede de sensores, segurança dos dados, banda larga móvel. A inteligência deve estar atrelada à segurança pública; comunicações de emergência; mobilidade urbana; sistemas eficientes de energia elétrica, água. Contudo, conclui-se que a perspectiva de inteligência deve superar o mero vínculo com a tecnologia. Um território inteligente é um território criativo. No caso de Ponta Porã, identificou-se que existe um potencial significativo tanto do ponto de vista concreto quanto intelectual e subjetivo.

Considerações Finais

As contribuições, assim como a responsabilidade, para a promoção de desenvolvimento local devem ser compartilhadas. Fala-se muito em cocriação que seria a

inovação através de ações colaborativas, criativas e cooperadas. Estas premissas tornam-se ainda mais necessárias no contexto da fronteira urbana de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Estas cidades- gêmeas formam um território singular e desafiador. O ecossistema ambiental, social, econômico e político local oferece muitas oportunidades que requerem estratégias proporcionais aos desafios cotidianos.

A gestão pública municipal tem semeado oportunidades especialmente através do PTIN, do fomento ao empreendedorismo, da inovação e da valorização dos elementos históricos e culturais fronteiriços. As universidades, por sua vez, estão contribuindo para a expansão qualitativa do capital intelectual.

É neste ambiente promissor que desenvolvimento e inteligência territorial encontram terreno fértil e devem estar vinculados à ideia de sustentabilidade que, além dos elementos ecológicos, requer qualidade de vida ampla e inclusiva. A tecnologia que tem formatado a “sociedade digital e vigiada” deve ser regulada de modo a servir os interesses em prol da cidadania, dos direitos fundamentais, da proteção de dados e da privacidade (leia-se Lei Geral de Proteção de Dados).

Neste contexto, as páginas anteriores buscaram provocar reflexões críticas sobre o conceito de cidade inteligente importada internacionalmente e, em geral, intencionalmente vinculada aos centros decisórios internacionais. Intentamos provocar novos olhares sobre a importância da produção científica local que aborda os problemas que se materializam nessa fronteira. Fronteira essa que une e integra cotidianamente a população, assim como devem ser integradas as ideias e as soluções.

Referências

ABDALA, L.N. et al. Como as cidades inteligentes contribuem para o desenvolvimento de cidades sustentáveis? Uma revisão sistemática de literatura. **International Journal of Knowledge Engineering and Management**, Florianópolis, v. 3, n.5, p. 98-120, 2014.

ADAMOWSKI, W. D. **Mulheres que importam: uma etnografia em um presídio de Ponta Porã - Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2019.

BALBUENA, N. B. **Cultura árabe na fronteira de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY): Origens, Histórias e Contribuições para o Desenvolvimento Local**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Ponta Porã: UEMS, 2021.

BAPTISTA, L. T. **Arranjo Produtivo Local de Turismo em Ponta Porã-MS: uma proposta para o desenvolvimento fronteiriço**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2016.

BELARMINO, O. M. **A Dinâmica do Desenvolvimento nos municípios da Faixa De Fronteira Sul-mato-grossense: Uma discussão a partir dos Indicadores Socioeconômicos**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Ponta Porã: UEMS, 2021.

BRANDÃO, M.; JOIA, L. A. A influência do contexto na implantação de um projeto de cidade inteligente: o caso Cidade Inteligente Búzios. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2018. **Revista De Administração Pública**, 52(6), 1125- 1154. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/77391>.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23

de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 157, p. 1-3, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRESCIANI, S. A. T. *et al.* Parques Tecnológicos: uma análise das publicações da última década. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, 2022. e12095. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12095>.

BRITO, A. R. **Gestão de políticas públicas para bens comuns em território fronteiriço: o caso de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY)**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2018.

BUENO, Y. G. P. **Guerra Guaçu - Causas e Consequências: Um Estudo Historiográfico e de Campo na Região de Fronteira**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Ponta Porã: UEMS, 2020.

CARVALHO, S. M. S. *et al.* Smart Cities: avaliação das características dos ecossistemas de inovação de duas cidades inteligentes brasileiras. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 693-706, 2020. <https://doi.org/10.9771/cp.v13i3.32928>

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, L. **Democracia Econômica: Alternativas de gestão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FERREIRA, J. dos S. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e sua contribuição para o Desenvolvimento Regional de Ponta Porã e área de abrangência**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Ponta Porã: UEMS, 2022.

FEUSER, N. S. A. Instituições e adoção de tecnologias no campo. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2016.

FISCHER, B.B.; SCHAEFFER, P. R.; VONORTAS, N. O papel das universidades na dinâmica tecnológica brasileira. IN: GUIMARÃES, P. B. V. *et al.* Empreendedorismo, Formação e Inovação Tecnológica em Instituições de Ensino Superior. **Série Inovação no Setor Público**, vol. 8. Natal, RN: Motres, 2020.

FRANCO, I. D. Las smart cities en la agenda del planeamiento y la gobernanza urbana en América Latina. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía** | vol. 30, n.º 2, 2021.

GODOY, M. L. A. A universidade como indutora de desenvolvimento regional/local: as ações extensionistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Ponta Porã. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Ponta Porã: UEMS, 2021.

GODOY, V. L. A Lei de Maquila e a dinâmica produtiva no território fronteiro de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai): novos espaços industriais. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Ponta Porã: UEMS, 2020.

GOMES, J. F. Robótica educacional em Ponta Porã - MS: perspectivas ao desenvolvimento tecnológico local. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2018.

HUMBERT, G. L. H. Curso de direito urbanístico e das cidades. Mundo. LMJ Mundo Jurídico, Rio de Janeiro, 2017.

JUNCKES, D.; TEIXEIRA, C. S. Modelo brasileiro de maturidade para cidades inteligentes: análise dos municípios do Estado de Santa Catarina. **Revista Eletrônica do Alto do Itajaí**, 5(8), 94-

102. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/reavi/article/view/8929>. Acesso em: 02 de jun. de 2025.

LAMBERTI, E. GRECHI, D. C. Desenvolvimento regional e sustentabilidade: diálogo entre os ODS e a produção científica de Mato Grosso do Sul. **Anais XI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades**, 2023. Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/23484>.

LEITE, C. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 2012.

LIMA, B. C. **Desenvolvimento e Sustentabilidade: conexões com o turismo na fronteira de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2022.

LOPES, D.; LEITE, V. **Cidades inteligentes: conceitos e aplicações**. Brasília: Enap, 2022. (EvEx - Evidências Express). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7001>.

MARQUES, F. A. **Múltiplas funções das Plantas Medicinais: Um Estudo Etnobotânico nos distritos de Sanga Puitã-Br e Zanja Pytá PY**. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Ponta Porã: UEMS, 2019.

MAZO, A. M. *et al.* Análise bibliográfica e sistemática da literatura acadêmica sobre “cidades inteligentes”, “turismo” e “competitividade”. **Turismo, Visão e Ação**, v23, n1, p148-168, Balneário Camboriú, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tva/a/sPx8YjJwc44YJV8R6t6kKXr/>

MELLO, P. A. S. Caminhos para o desenvolvimento? Parques tecnológicos e seu impacto na sociedade: uma revisão da literatura. 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/26124269.pdf>.

MELO, L. K. S. Estudantes de medicina e políticas públicas na fronteira: um olhar sobre as cidades gêmeas de Ponta Porã- BR e Pedro Juan Caballero-PY. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Ponta Porã: UEMS, 2021.

MOROZOV, E.; BRIA, F. A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Revista Estudos Avançados*. 26 (74), 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000100005&script=sci_abstract&tlng=pt

SANT'ANNA, L.T; TONELLI, D.F.; MARTINS, T.C.M. ANTONIALLI, L.M. O dissenso entre atores públicos e privados envolvidos em parques tecnológicos em operação no Brasil. *Revista de Ciências da Administração*, v. 21, n. 54, p. 45-59, agosto. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2019.e59403>

SOUZA, T. M. F. Processo de transformação do espaço urbano das cidades gêmeas Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) sob aspecto do direito à cidade. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã: UEMS, 2019.

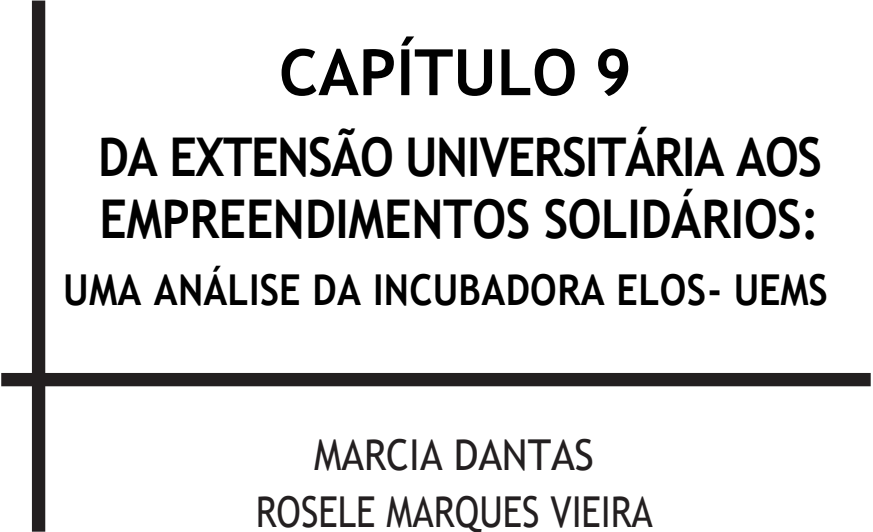
SATTI, E. Índice de potencial criativo para municípios de Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado). PPG Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Ponta Porã, MS: UEMS, 2017.

SIMÃO, B. et al. Cidades inteligentes e dados pessoais: recomendações e boas práticas. São Paulo: InternetLab; ARTIGO 19; LAPIN, 2022. Disponível em: <https://lapin.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Cidades-Inteligentes-e-Dados-Pessoais-InternetLab-ARTIGO-19-e-LAPIN.pdf> . Acesso em: 4 jun. 2025.

SOUZA, A. de (Org.). Cidades inteligentes, desenvolvimento e sustentabilidade no estado de Mato Grosso do Sul: reflexos, cenários e perspectivas. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.

SOUZA, D. Q. Cidade inteligente: uma proposta para o município de Ponta Porã (Mato Grosso do Sul- Brasil). Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Ciências Econômicas). Ponta Porã, MS: UEMS, 2023.

TORRES, F. B. Proteção de dados nas cidades inteligentes. 2022. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado e Teoria Constitucional) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/64075/64075.PDF>. Acesso em: 4 jun. 2025.



CAPÍTULO 9

DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA AOS EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS: UMA ANÁLISE DA INCUBADORA ELOS- UEMS

MARCIA DANTAS
ROSELE MARQUES VIEIRA

Introdução

Nos anos 1990 aprofundaram-se as dificuldades iniciadas nos anos oitenta, acrescidas dos desafios impostos pela abertura comercial e financeira que ocorreu em meio à recessão econômica, forçando assim o setor industrial a se reorganizar, com isso afetou-se a mão de obra. Tais mudanças refletiram nas características de emprego dos setores econômicos e trouxeram uma grande preocupação quanto às relações de trabalho e à crescente taxa de desemprego.

Diante deste cenário, surge a economia solidária como uma possível alternativa ao desemprego. A Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de renda centrada na valorização do ser humano e não do capital, tem

base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido (Singer, 2002).

De acordo com Gaiger e Kuyven (2020), o termo “economia solidária” ganhou expressão e oficialidade no Brasil, no decorrer dos anos 1990, à medida que despontaram iniciativas econômicas baseadas na livre associação de pessoas reconhecidas por sua índole participativa e por seus princípios de cooperação e autogestão. Com sua expansão, o campo de práticas identificadas com a economia solidária passou a abarcar diferentes categorias sociais e diversas modalidades de organização.

A Economia Solidária segundo Singer (2002), surgiu como resposta por parte de diferentes grupos sociais às contradições do sistema capitalista e às imperfeições das relações de mercado em que uma parcela da população excluída do mercado de trabalho “formalizado”, busca seu sustento com o apoio coletivo. O autor define a Economia Solidária como um modo de produção cuja característica central é a igualdade de direitos, acrescida da autogestão. Nesse sentido, os empreendimentos são geridos de forma coletiva e democrática.

Dessa forma, criam-se redes de empreendimentos solidários com base na colaboração entre equipes, cooperação e solidariedade, com a finalidade de inclusão social e geração de renda. Os empreendimentos solidários têm como finalidade principal, propiciar oportunidades de trabalho em grupo, buscando encontrar as melhores alternativas para alcançar objetivos comuns. Existem vários tipos de empreendimentos coletivos, que também podem ser chamados de solidários, sendo estes classificados conforme a forma de atuação. Dentre

eles: cooperativa, associação, grupos formalmente organizados e informalmente organizados.

Os empreendimentos econômicos solidários estão associados à produção local de produtos e bens coletivos (desenvolvimento local) e às formas ambientalmente saudáveis de produção e consumo, como princípios de uma sociedade mais justa e igualitária produzida através da cooperação, da associação e da solidariedade entre os trabalhadores nos empreendimentos e iniciativas solidárias de produção, troca e consumo (Melo, 2017).

Nesse sentido, as incubadoras de cooperativas populares no Brasil emergem no contexto da busca por alternativas de geração de trabalho e renda voltados à inclusão social e à promoção da cidadania. Desde meados da década de 1990, essas iniciativas têm contribuído para a consolidação da economia solidária no país. Impulsionadas por organizações da sociedade civil, e em parceria com instituições de ensino superior, as incubadoras passaram a desempenhar um papel estratégico na assessoria técnica, formação e apoio à gestão de empreendimentos econômicos solidários.

A partir dessa experiência inicial, surgiram iniciativas como a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que ampliaram a atuação dessas estruturas em todo o território nacional. Com base em princípios como autogestão, solidariedade e desenvolvimento local, as incubadoras sociais tornaram-se espaços de articulação entre universidades, comunidades e movimentos sociais. Sua atuação envolve a promoção de redes colaborativas, e o fortalecimento de empreendimentos coletivos, promovendo um modelo de desenvolvimento mais justo, participativo e sustentável (Silva, 2017; Culti, 2007).

Nessa perspectiva, surgiu a Incubadora ELOS de Tecnologia Social para Cooperativas Populares (ELOS-ITCP), na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS¹), que a princípio era um Projeto de Extensão e posteriormente foi institucionalizada como ELOS - Incubadora de Tecnologia Social para Cooperativas Populares, vinculada ao Setor de Incubadoras e Empresas Juniores, na Divisão de Extensão no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC) da UEMS.

De acordo com Lamberti e Vieira (2023), a atuação ELOS envolveu desde a busca por financiamentos junto a instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Rede Interuniversitária de Pesquisas e Estudos sobre o Trabalho (UNITRABALHO) até a realização do mapeamento de 107 grupos econômicos no estado de Mato Grosso do Sul-MS, o que proporcionou uma base sólida para ações direcionadas de incubação e apoio técnico.

Desse modo, considerando a importância do papel das incubadoras formula-se a seguinte pergunta: Como a atuação da incubadora ELOS, através de suas ações, tem contribuído para a consolidação da economia solidária?

Sendo assim, ao analisar as incubadoras, especificamente a ELOS espera-se contribuir com sua relevância no que se refere ao apoio técnico e assessoramento de grupos e organizações, objetivando desenvolver formas de gestão mais democráticas e participativas para geração de emprego e renda.

¹ A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul é composta por Unidades Universitárias distribuídas em 15 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, além de polos de Educação a Distância (EaD), o que amplia sua abrangência para 28 municípios.

Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho foi descrever as contribuições da ELOS - Incubadora de Tecnologia Social para Cooperativas Populares, para a Economia Solidária, através dos empreendimentos incubados e das ações de Extensão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no período de 2008 a 2023.

A metodologia adotada para este estudo é fundamentada em uma abordagem descritiva e exploratória, com técnicas qualitativas e quantitativas. A coleta de dados foi realizada, com base em levantamentos de dados extraídos do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj) e da Divisão de Extensão (DEX) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), através dos empreendimentos incubados e das ações de extensão, na ELOS incubadora, relacionados à economia solidária. A delimitação temporal do estudo corresponde ao período de 2008 a 2023.

Para atender ao objetivo proposto, este trabalho além da introdução estrutura-se em cinco seções. Na seção 2. Economia solidária e Incubadoras de Tecnologias de Cooperativas Populares (ITCPs): concepções teóricas e sua contextualização histórica; seção 3. Breve histórico da criação da Incubadora ELOS: no contexto de extensão universitária; na seção 4. Resultados e Discussões; na última seção, constam as Considerações Finais.

Economia solidária e incubadoras de Tecnologias de Cooperativas Populares (ITCPs): concepções teóricas e sua contextualização histórica

No Brasil, a Economia Solidária teve suas primeiras manifestações na década de 1980, mas foi ao longo dos anos 1990 que recebeu apoio de entidades e parceiros que contribuíram para um desenvolvimento mais efetivo e organizado.

As concepções referentes à Economia Solidária não são unânimes entre os pesquisadores, mas o objetivo comum dessas abordagens é promover práticas mais igualitárias, democráticas, comprometidas com o coletivo, em busca de alternativa de trabalho e geração de renda.

Para Singer (2000), a Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizados do mercado de trabalho, proporcionando, assim, um meio de se manter no mercado e de alguma maneira gerar renda ou até mesmo complementar a renda familiar.

Nessa mesma perspectiva, Lisboa (2000) afirma que a economia popular solidária emerge de iniciativas comunitárias, geralmente promovidas por organizações ligadas aos setores populares. Trata-se de atividades produtivas que tanto se inserem no mercado ou criam redes de comercialização próprias.

Laville e Gaiger (2009) explicam que o conceito de Economia Solidária é amplamente utilizado com diferentes interpretações, mas todas têm em comum a ênfase na solidariedade, em oposição ao individualismo utilitarista típico das economias de mercado.

Nesse sentido, a Economia Solidária apresenta-se como uma alternativa ao modelo tradicional de mercado, ao propor práticas produtivas baseadas na cooperação, na autogestão e na valorização humana. Essa perspectiva busca gerar renda promover um processo de reorganização social e econômica pautado na solidariedade e no respeito à natureza e às pessoas (Missio; Machado; Vieira, 2011).

Segundo Culti (2010), a Economia Solidária vem se transformando em eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de baixa renda, desempregados ou trabalhadores do mercado informal. Assim, o trabalho entre pessoas que fazem parte de uma rede solidária surge como resposta ao desemprego, são pessoas que não tiveram oportunidade de emprego dentro do mercado capitalista e, conseqüentemente, desenvolvem suas atividades com solidariedade entre si.

A partir das diversas concepções apresentadas, é possível compreender a Economia Solidária como uma proposta que representa uma alternativa ao modelo capitalista tradicional, sobretudo por sua capacidade de promover inclusão social, geração de trabalho e renda, além de fortalecer vínculos comunitários e práticas coletivas. Sua atuação abrange também o consumo, o crédito e a circulação de bens e serviços, sempre pautada na solidariedade e na cooperação. De acordo com (Singer, 2000; Lisboa, 2000; Bertucci, 2005), a Economia Solidária surge como uma possibilidade real de reorganização da vida produtiva e econômica, especialmente para os setores historicamente excluídos do mercado formal de trabalho.

Nesse sentido, a Economia Solidária, como uma alternativa viável de organização produtiva para setores marginalizados, não se limita apenas à criação de novos modelos de trabalho, mas também envolve a construção de estruturas de apoio e capacitação que permitam sua continuidade e expansão. Nesse contexto, as incubadoras de tecnologias de cooperativas populares (ITCPs) desempenham um papel crucial, oferecendo suporte técnico, organizacional e até mesmo financeiro para que essas iniciativas prosperem.

Incubadoras de tecnologias de cooperativas populares (ITCPs): uma discussão

As incubadoras surgiram no Brasil, em 1995, a partir de uma demanda do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida, um grupo da sociedade civil liderado pelo sociólogo Herbert de Souza. Em parceria com a Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), essa organização desenvolveu uma metodologia de incubação voltada ao cooperativismo popular, com o objetivo de disseminá-la por outras universidades do país (Rezende; Boeira, 2014).

Em 1995 de acordo com Silva (2017) surgiu também a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) para apoiar o desenvolvimento de empreendimentos solidários.

Segundo Culti (2007) as Incubadoras Sociais surgem a partir do crescimento da demanda de trabalhadores de todo país que buscam constituir empreendimentos econômicos solidários. Constituem espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses

empreendimentos e das estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um crescimento conjunto autossustentável.

Para Guimarães (2007), é possível identificar no processo de formação de uma Incubadora Social que muitas delas surgem a partir de iniciativas do campo público estatal, como no caso das incubadoras criadas e mantidas por universidades públicas, já outras se constituem a partir da iniciativa de universidades particulares.

De acordo com Singer (2002), as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) é um dos componentes da Economia Solidária no Brasil, atuando por meio de equipes multidisciplinares ligadas às universidades, que oferecem apoio técnico, jurídico e formativo a grupos comunitários interessados em desenvolver empreendimentos autogestionários.

Desse modo, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares desempenham um papel importante no contexto da Economia Solidária, especialmente no apoio aos empreendimentos econômicos solidários de diferentes segmentos. Muitas dessas incubadoras estão ligadas a universidades públicas, desenvolvendo suas atividades principalmente por meio de projetos de extensão e pesquisa, como é o caso da Incubadora Elos da UEMS, objeto de discussão da próxima seção.

Breve Histórico da Criação da Incubadora ELOS: no contexto de extensão universitária

Na UEMS, as ações de tecnologias sociais, são integradas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/PPI) por meio do Pró- Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), que trabalha na coordenação e no acompanhamento das atividades nas 15 Unidades Universitárias.

A ELOS incubador iniciou-se na UEMS, como um projeto de Extensão no ano de 2006, denominado Incubadora ELOS de Tecnologia Social para Cooperativas Populares (ELOS2 ITCP). A atuação da incubadora é voltada ao fortalecimento de grupos, associações e cooperativas populares, com foco prioritário em coletividades em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entre suas funções está à incubação e o apoio aos empreendimentos coletivos que praticam a sustentabilidade e a Economia Solidária, por meio de capacitações voltadas à autogestão, treinamentos e eventos. A seguir são classificadas as modalidades de incubação: Pré-Incubação; pré-incubação virtual e residente.

As modalidades de incubação³ oferecidas pela Incubadora ELOS/ITCP refletem diferentes estágios de desenvolvimento dos empreendimentos e têm objetivos específicos que se complementam. A Pré-incubação tem como foco principal estimular o empreendedorismo e preparar projetos embrionários com potencial para se tornarem

² Em 2021 foi instituído o Setor de Incubadoras e Empresas Juniores por meio da portaria PROEC-UEMS nº. 02, 11 de fevereiro de 2021, que é o órgão que faz toda a articulação e gestão das ações nessa temática. Em 2022 foi criada a Elos Incubadora de Tecnologia Social para Cooperativas Populares, pela Deliberação CECAC/CEPE-UEMS nº 22, de 5 de outubro de 2022 e homologada pela Resolução CEPE-UEMS nº 2.558, de 16 de dezembro de 2022.

³ UEMS, 2022 Resolução nº 2558 CEPE-UEMS.

empreendimentos sustentáveis, funcionando como uma fase inicial de amadurecimento de ideias. A Pré-Incubação Virtual possui o mesmo objetivo, mas é voltada para grupos que estão geograficamente distantes da sede da incubadora, garantindo acesso remoto ao suporte técnico e formativo, por meio de plataformas digitais.

Já a modalidade Residente é direcionada a empresas já constituídas, com domínio tecnológico e capacidade operacional que disponham de um capital mínimo já assegurado. Cada modalidade, portanto, cumpre um papel fundamental no processo de formação e fortalecimento dos empreendimentos incubados.

Diante disso, as modalidades de incubação reforçam o compromisso da universidade com a promoção da inclusão social por meio da ELOS Incubadora. Ao definir objetivos que envolvem a incubação de coletivos populares, a capacitação em práticas de autogestão e sustentabilidade, e o fomento a parcerias institucionais, a resolução fortalece o papel da Incubadora - ELOS, como agente facilitadora aos empreendimentos coletivos, alinhando-se aos princípios da Economia Solidária comprometida com as realidades locais.

Para compreender como ocorrem as contribuições da Incubadora - ELOS, para a Economia Solidária através das ações de Extensão, é necessário tecer algumas considerações acerca da Extensão Universitária, para esclarecer quais são as modalidades de extensão, as áreas temáticas e como funciona a operacionalização da Extensão Universitária no âmbito da UEMS.

A Extensão Universitária é caracterizada como um processo que articula ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, promovendo uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade por meio de ações

interdisciplinares, educativas, culturais, científicas e políticas (Forproex, 2012).

Assim, através das ações de extensão, é possível viabilizar a interação entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca entre os saberes acadêmicos e populares, é o que ocorre com as Incubadoras que são articuladas pelas Universidades e estão inseridas na comunidade para realizar a troca de saberes.

No ano de 2018 foi publicada a Resolução MEC/CNE/CES nº 7, 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.

Dessa forma, a extensão universitária passou a ser vista como uma atividade fundamental no contexto do ensino superior, ao integrá-la de forma orgânica à matriz curricular e à organização da pesquisa. Trata-se de um processo que transcende fronteiras disciplinares e assume um caráter político, educacional, cultural, científico e tecnológico. Sua principal contribuição está na promoção de uma interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os diversos setores da sociedade, permitindo que o conhecimento produzido na academia seja aplicado de maneira prática e socialmente relevante.

As ações de extensão universitária são classificadas em seis tipos: programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço e publicações e outros produtos acadêmicos (Forproex, 2007).

Quadro 1 – Definições dos Tipos/Modalidades de Ações de Extensão

Programa: Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo
Projeto: Ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Podendo ser vinculado a um programa (forma preferencial) ou não vinculado (projeto isolado).
Curso de extensão: Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos.
Evento: Ação que implica na apresentação e/ ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.
Prestação de serviço: Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/ produto e não resulta na posse de um bem.
Publicações e outros produtos acadêmicos: Caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica.

Fonte: Elaboração própria, com base no (FORPROEX, 2007).

Nesse sentido, todas as ações de extensão devem ser classificadas de acordo com as seguintes áreas temáticas: 1) Comunicação; 2) Cultura; 3) Direitos Humanos; 4) Educação; 5) Meio Ambiente; 6) Saúde; 7) Tecnologia e Produção e; 8) Trabalho.

A classificação por área temática tem como objetivo organizar as ações a partir de agrupamentos temáticos, facilitando a articulação entre indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática ou em campos semelhantes (Forproex, 2007).

A organização e operacionalização da Extensão Universitária na UEMS, a Política da Extensão Universitária e a normatização das ações de Extensão seguem as deliberações estabelecidas pelo FORPROEX, conforme Souza (2021). E no âmbito da UEMS, os documentos que balizam as ações de Extensão são a Política da Extensão Universitária e a normatização das ações de Extensão que estão contidas na Resolução CEPE-UEMS Nº 2.555, de 16 de dezembro de 2022.

Resultados e discussões

Na UEMS, a Incubadora ELOS/ITCP, conforme Lamberti e Vieira (2023), desde o início mesmo como Projeto de Extensão ELOS-ITCP, promoveu alternativas de políticas públicas voltadas à geração de trabalho e renda, articulou pesquisadores e buscou apoio financeiro de instituições como a FINEP e a UNITRABALHO, o que possibilitou ações de capacitação, participação em eventos, concessão de bolsas para estudantes e realizou o mapeamento de 107 (cento e sete) grupos econômicos no Estado de Mato Grosso do Sul.

No período de 2009 a 2015 segundo Lamberti e Vieira (2023), o projeto ELOS teve como objetivo prestar assessoria

e dar suporte técnico as experiências solidárias, visando a organização autônoma dos trabalhadores no planejamento e implantação dos empreendimentos solidários, baseados na metodologia autogestionária. As ações da ELOS-ITCP estavam voltadas para os trabalhadores desempregados ou inseridos na informalidade. As demandas atendidas eram oriundas das associações de bairros, sindicatos, cooperativas de trabalhadores e demais formas de organizações sociais representativas da sociedade civil.

No ano de 2011, o projeto ELOS estabeleceu parceria com a Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste (REINESCO) e com outras Instituições de Ensino Superior, especialmente a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT). O objetivo geral da proposta era constituir uma rede de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste, ampliando o intercâmbio de conhecimentos, metodologias e demais produções científicas e estabelecendo uma conexão entre pesquisadores e suas metodologias de incubação e de ferramentas adequadas para a autogestão das diferentes cadeias produtivas e redes de colaboração (Lamberti e Vieira, 2023).

Nesse sentido, a incubadora assessorou empreendimentos, como a cooperativa de confecções de Ponta Porã-MS - COOPORÃ, formada por mulheres, no segmento de confecção de roupas, acessórios e uniformes. O assessoramento ocorreu através da elaboração de um plano de negócio; busca de parcerias com outras entidades; cursos de autogestão e de aperfeiçoamento em corte e costura (Lamberti; Vieira, 2023).

A cooperativa Cooporã, estabeleceu parceria com a Prefeitura Municipal de Ponta Porã, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outras instituições e teve sua linha de produção voltada para uniformes profissionais.

Outro empreendimento incubado foi a Loja de Economia Solidária, localizada no espaço junto ao Shopping Avenida Center de Dourados - MS, em parceria com o Fórum Municipal de Economia Solidária de Dourados. Os produtos comercializados correspondiam a peças de artesanato, trabalhos manuais, roupas e acessórios e (artesanatos étnicos fabricados pela comunidade da Aldeia Jaguapiru). Atualmente a Loja de Economia Solidária funciona na praça central do município, onde são vendidos exclusivamente artesanatos, por dezessete, artesãs que comercializam seus produtos.

Figura 1 – Loja de Economia Solidária - Dourados - MS



Fonte: acervo das autoras, 2025

Nesse contexto, foi incubado também no ano de 2023, o empreendimento Ateliê da Moda Brasil/Haiti/Venezuela: O trabalho e a inclusão social das mulheres empreendedoras. Com o objetivo oferecer curso intensivo de capacitação profissional em costura industrial para um grupo de mulheres migrantes, residentes no município de Nova Andradina-MS, em condições de vulnerabilidade social e econômica.

O empreendimento Ateliê da Moda Brasil/Haiti/Venezuela é uma ação pautada na sustentabilidade e criatividade que, por intermédio do projeto, visa ministrar cursos de costura profissional, onde são utilizadas embalagens de ração e banners que seriam descartados para fazer sacolas recicláveis. Na Figura 2 é possível visualizar as máquinas de costura que são utilizadas no Ateliê da Moda.

Figura 2 — Estrutura Interna do Ateliê da Moda



Fonte: site oficial da UEMS, 2025.

A figura 2 mostra a parte interna da infraestrutura do Ateliê da moda, que em parceria com a Prefeitura de Nova Andradina, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado, disponibiliza maquinário incluindo o espaço para aulas, que são ministradas na Fundação Instituto Tecnologia e Inovação de Nova Andradina, no Parque Industrial (UEMS, 2025).

Além desses empreendimentos incubados, destacam- se também projetos, programas e eventos de extensão referente à Incubadora que foram cadastrados na Divisão de Extensão (DEX), que estão compilados em ordem cronológica no quadro 2.

Quadro 2 – Projetos, programas e eventos de extensão referente a Elos Incubadora cadastrados na DEX (2008-2023)

Ano de cadastro	Modalidade	Título	Objetivo
2008	Programa	ELOS Incubadora de Tecnologia Social para Cooperativas Populares - Economia Solidária	Dar apoio à criação e o desenvolvimento de cooperativas populares, promovendo sua inserção no mercado de trabalho e geração de renda para seus associados/ cooperados.
2008	Evento	Lançamento do Manual do Mapeamento de Empreendimento Econômico Solidário em MS 2007	Divulgar o documento denominado Mapeamento de Empreendimento Econômico Solidário em MS.

2009	Projeto	ELOS-Incubadora de Tecnologia Social para Cooperativas Populares- Unidade Universitária de Dourados	Incubar cooperativas populares voltadas a atender coletividades em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
2009	Evento	I Feira microrregional de Economia Solidária	Tem por objetivo maior de construir uma relação integrada de universidade e sociedade, educação e trabalho.
2010	Projeto	FORPESC leiteira: Formação para prospecção e incubação de Empreendimentos solidários de Transferência de tecnologia da pecuária leiteira	Proporcionar a geração de trabalho e renda, através da incubação de empreendimentos econômicos solidários.
2011	Projeto	FORPESC leiteira: Formação para prospecção e incubação de Empreendimentos solidários de Transferência de tecnologia da pecuária leiteira	Proporcionar a geração de trabalho e renda, através da incubação de empreendimentos econômicos solidários.
2011	Programa	Programa ELOS-Incubadora de Tecnologia Social para Cooperativas Populares - Economia Solidária.	Dar apoio à criação e o desenvolvimento de cooperativas populares, promovendo sua inserção no mercado de trabalho e geração de renda para seus associados/ cooperados.

2011	Projeto	Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos solidários e Sustentáveis do Centro- Oeste	Constituir uma rede de incubadoras de empreendimento nos setores econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste, ampliando o intercâmbio de conhecimentos, metodologias e demais produções científicas e estabelecendo uma rede de pesquisadores de metodologias de incubação e de ferramentas adequados para a autogestão para as diferentes cadeias produtivas.
2011	Projeto	Ações de Sensibilização e Capacitação em Economia Solidária na horticultura.	O objetivo com a incubação é identificar, e desenvolver metodologia adequadas de tecnologias sociais com foco à Agricultura Familiar que possa contribuir para o desenvolvimento social da região de Mato Grosso do Sul, além de aumentar a viabilidade econômica dos integrantes dos grupos envolvidos.

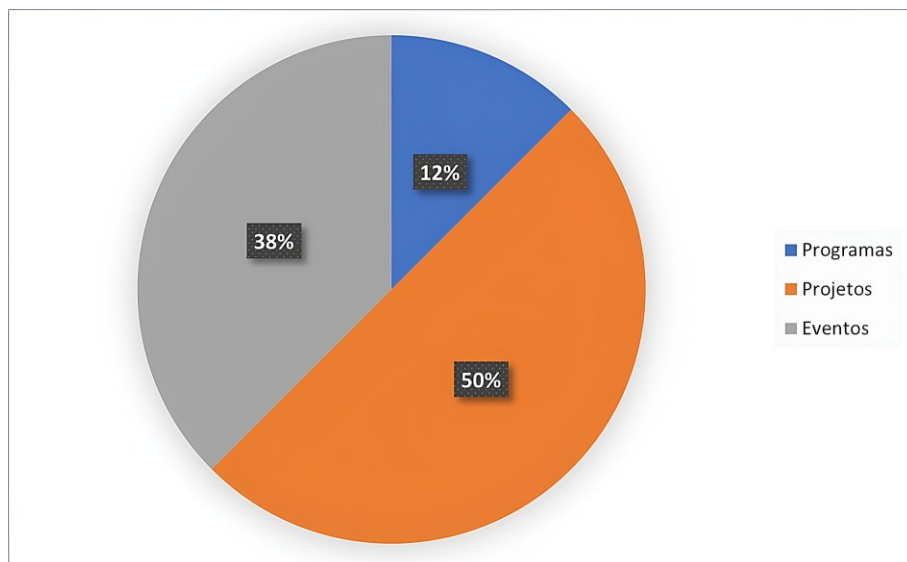
2011	Evento	I Seminário das Incubadoras do Centro-Oeste/UEMS	Ações para fortalecer os empreendimentos Econômicos Solidários com expectativas na comercialização de várias cadeias produtivas por meio da rede de incubadoras.
2011	Projeto	Incubação de empreendimentos da rede de economia solidária de Jardim e Bonito	Fortalecer os empreendimentos econômicos solidários nas regiões turísticas por meio de identificação e Criação de oportunidades de negócios e inovação nas perspectivas do desenvolvimento local, das políticas públicas, de economia solidária e inovação tecnológica.
2012	Evento	Workshop de Empreendimentos Econômicos Solidários com perspectiva para o Turismo do MS.	Compartilhar experiências de incubação nos grupos, e empreendimentos de artesanato e agricultura familiar com viés em Economia Solidária na cadeia produtiva para o Turismo.
2015	Projeto	Análise do perfil dos empreendimentos econômicos solidários nos municípios de Dourados e Ponta Porã-MS.	Analisar o perfil dos empreendimentos econômicos solidários nos municípios de Dourados e Ponta Porã- MS. Especificamente, identificar características de

			organização e atividades econômicas realizadas.
2018	Projeto	Práticas interdisciplinar de extensão: desafios e possibilidades de apoio à associação da comunidade externa	Diagnosticar e assessorar assuntos referentes a comercialização da Mini Usina de Leite de Ponta Porã-MS.
2021	Evento	1º workshop Empreendedorismo e Desenvolvimento acadêmico: Incubadora e Movimento Empresa Júnior.	Fomentar a cultura empreendedora na UEMS e apresentar as oportunidades e desafios do Movimento Empresa Júnior e da incubação de empresas
2023	Evento	2º workshop Empreendedorismo e Desenvolvimento acadêmico: Incubadora e Movimento Empresa Júnior.	Possibilitar para a comunidade acadêmica, uma verdadeira imersão e mpre e n de dorismo acadêmico.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do SIGProj 2025 e DEX/ PROEC/ UEMS

O quadro 2 mostra as ações em ordem cronológica, em que foram cadastradas, a modalidade a qual pertence, seus respectivos títulos e os objetivos propostos. Tais ações estão distribuídas por modalidade de acordo com o gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição das ações cadastradas na DEX por modalidade (2008 até 2023)



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no SIGProj, 2025 e DEX/ PROEC/ UEMS

Conforme mostra o Gráfico 1, ao analisar o número de ações de extensão cadastradas por modalidade, verificou-se que 50% são ações na modalidade de projetos, em segundo lugar eventos com 38% e, em terceiro lugar programas com 12%.

Dentre os empreendimentos apoiados, sobressaíram-se a COOPORÃ, cooperativa de confecção liderada por mulheres em Ponta Porã, a Loja de Economia Solidária em Dourados e o Ateliê da Moda, na cidade de Nova Andradina que representaram importantes experiências de fortalecimento produtivo e inclusão social. Em relação ao público atendido por essas ações, o quantitativo está sintetizado no Quadro 3.

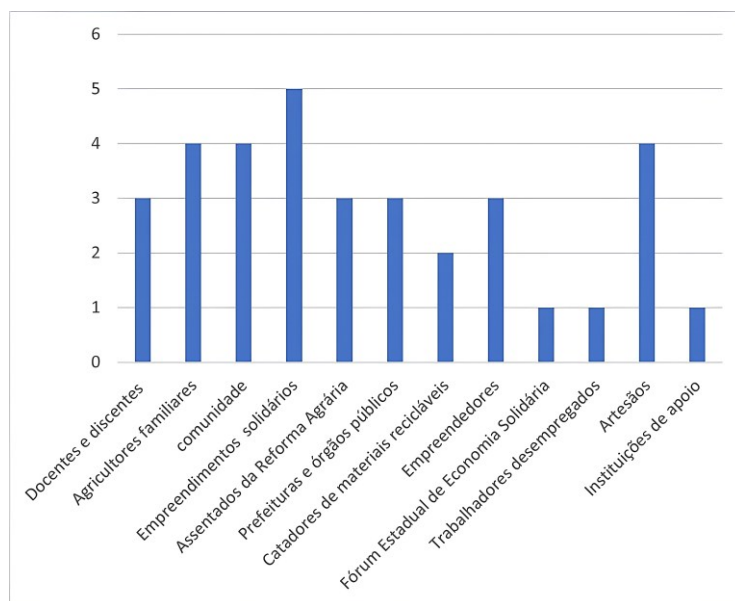
Quadro 3 – Quantidade de público atendido por modalidade

Modalidade	Público atendido
Programas	10.238
Projetos	1.046
Eventos	719
Total	12.003

Fonte: Elaborado pela autora com base no SIGProj, 2025 e DEX/ PROEC/ UEMS.

Conforme destaca o Quadro 3, foram atendidas 12.003 pessoas, de acordo com dados registrados nas ações de Extensão cadastradas no SIGProj e na Divisão de Extensão DEX/ PROEC. Nesse sentido, identificou-se o público-alvo para o qual as ações mapeadas foram destinadas. O gráfico 3 mostra essas destinações de forma detalhada.

Gráfico 3 – Público-alvo identificado nos programas, projetos e eventos



Fonte: Elaborado pela autora com base no SIGProj, 2025

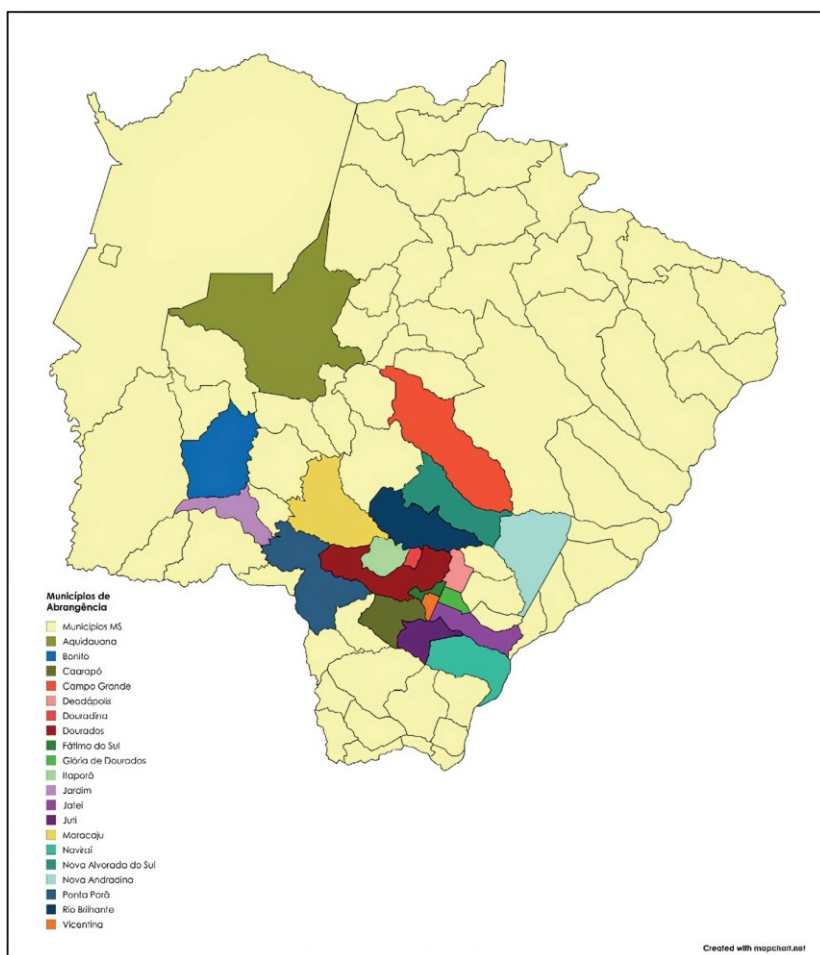
Observa-se no Gráfico 3, que os empreendimentos solidários se destacaram como o grupo mais recorrente entre o público-alvo. Esses resultados evidenciam a centralidade que tais empreendimentos ocupam nas ações desenvolvidas, uma vez que representam o núcleo da Economia Solidária e materializam, na prática, os princípios de autogestão, cooperação e geração de renda coletiva.

A presença de agricultores familiares, comunidade e artesãos reforça a forte inserção das iniciativas voltadas às organizações locais de base comunitária. Esses grupos, juntamente com os empreendimentos solidários, formam um público estratégico das ações da incubadora, pois concentram o verdadeiro potencial de transformação social e de

consolidação de práticas sustentáveis e solidárias nas localidades atendidas.

Em relação à localização espacial dos municípios que as ações de Extensão da Elos Incubadora da UEMS foram desenvolvidas, estes estão dispostos na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Abrangência das ações relacionadas a Elos nos Municípios de MS



Fonte: Elaborado pela autora com base no SIGProj, 2025 e DEX/ PROEC/ UEMS

A Figura 3 ilustra a abrangência dos municípios de Mato Grosso do Sul contemplados pelas ações de extensão vinculadas à ELOS Incubadora, abrangendo programas, projetos e eventos. Dourados destaca-se como o município com o maior número de ações, com um total de onze, evidenciando seu papel central na execução das atividades voltadas à Economia Solidária. Em seguida, com menor quantidade, estão os municípios de Glória de Dourados e Ponta Porã, que também se sobressaem pela quantidade de ações realizadas.

Embora os municípios de Caarapó, Deodápolis, Fátima do Sul, Itaporã, Jateí, Juti, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Vicentina, Maracaju, Campo Grande, Naviraí, Aquidauana, Jardim e Bonito apresentem um número reduzido de ações, a presença da ELOS Incubadora nesses locais demonstra a grande abrangência das iniciativas promovidas, alcançando diversas regiões do estado e garantindo que os benefícios da Economia Solidária cheguem a um número considerável de municípios.

A partir desses dados, observa-se que a atuação da Elos Incubadora alcança tantos municípios de maior porte quanto as localidades menores. Essa diversidade evidencia a capacidade da Incubadora de adaptar suas ações às realidades locais, contribuindo, de certa maneira, para fortalecer as iniciativas de Economia Solidária em diferentes espaços e contextos. Assim, a amplitude territorial das ações da ELOS reforça o compromisso institucional, por ampliar cada vez mais as oportunidades de participação popular, impactando na organização socioeconômica das comunidades atendidas.

Quanto às ações de Extensão, destacam-se os projetos que foram desenvolvidos no município de Ponta Porã-MS:

a) “Análise do perfil dos empreendimentos econômicos solidários nos municípios de Dourados e Ponta Porã-MS”: Cadastrado em 2015 na área temática da Extensão(Trabalho), teve como objetivo principal analisar o perfil dos empreendimentos solidários nesses municípios. O foco foi identificar as características de organização e as atividades econômicas realizadas. A análise gerou diagnósticos aprofundados sobre os desafios, as potencialidades e as especificidades locais. A articulação entre empreendimentos, comunidade e universidade reforçou o papel da Extensão Universitária e da Incubadora Elos da UEMS como mediadora de processos de desenvolvimento local. O público-alvo foi composto por empreendimentos solidários, membros da comunidade e acadêmicos da Universidade.

b) “Práticas interdisciplinares de extensão: desafios e possibilidades de apoio à associação da comunidade externa”: Cadastrado em 2018 na área temática da Extensão (Educação), esse projeto foi realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Ponta Porã-MS e o Ministério Público de Ponta Porã, com apoio técnico e financeiro para a realização das atividades. O foco foi o caráter formativo e social em torno da Mini Usina de Leite de Ponta Porã-MS, com o objetivo de diagnosticar e assessorar aspectos relacionados à comercialização da produção local. O público-alvo foi composto pelos membros da Associação envolvida na gestão da Usina de Leite de Ponta Porã-MS.

c) “Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste (REINESCO)”: Esta ação estabeleceu uma parceria com a Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste (REINESCO) e outras Instituições

de Ensino Superior, especialmente a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT). O objetivo principal foi criar uma rede de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis na região Centro-Oeste. O público envolvido incluiu agricultores familiares, assentados da reforma agrária e associações de bairro, abrangendo os municípios de Dourados, Ponta Porã, Maracaju e Campo Grande, além de outras localidades da região Centro-Oeste.

Essas ações evidenciam o esforço contínuo da (UEMS) em fomentar a economia solidária o que contribui para inclusão social, geração de trabalho e renda. Nesse sentido, as iniciativas e ações da ELOS-Incubadora, especificamente com o projeto FORPESC Leiteira, demonstram a preocupação com o fortalecimento de empreendimentos coletivos, especialmente em regiões marcadas por vulnerabilidade socioeconômica. Essas ações buscam aliar conhecimento técnico, pesquisa e extensão universitária à realidade de comunidades locais, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento do município onde o empreendimento está instalado.

Observa-se também uma ampliação do escopo dessas atividades, incluindo novas temáticas, como o turismo, a agricultura familiar e, mais recentemente, a capacitação de mulheres migrantes em situação de vulnerabilidade. Os programas, projetos e eventos citados anteriormente refletem a construção coletiva, que integra ações educativas, de mapeamento, incubação e articulação em redes. Essa trajetória mostra o compromisso das instituições envolvidas com práticas interdisciplinares e com a promoção de uma economia mais justa, democrática e inclusiva.

Desse modo, com os exemplos de empreendimentos solidários que foram incubados, bem como pelos projetos

cadastrados e assessorados pelo ELOS - Incubadora, percebe-se que a ELOS, colabora de forma efetiva com as ações voltadas para a Economia Solidária, que vai além do suporte técnico e administrativo, promovendo também a formação cidadã e o fortalecimento da autogestão dos empreendimentos incubados.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi descrever as contribuições da ELOS - Incubadora de Tecnologia Social para Cooperativas Populares, para a Economia Solidária, por meio dos empreendimentos incubados e das ações de Extensão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no período de 2008 a 2023.

Os resultados indicaram que, entre os empreendimentos apoiados pela ELOS, se sobressaíram a COOPORÃ, cooperativa de confecção liderada por mulheres em Ponta Porã, e a Loja de Economia Solidária em Dourados, que representaram importantes experiências de fortalecimento produtivo e inclusão social. A atuação em redes regionais, como a parceria com a Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste (REINESCO), ampliou o alcance da incubadora, fortalecendo parcerias interinstitucionais e promovendo a troca de saberes e experiências entre diferentes universidades.

Outro exemplo é o projeto “Ateliê da Moda Brasil/ Haiti/Venezuela: Trabalho e Inclusão Social das Mulheres Empreendedoras”, que vai além da capacitação técnica, ao promover a integração e a inclusão comunitária, além de proporcionar a autonomia econômica às mulheres participantes do programa.

Além do trabalho direto com empreendimentos, a ELOS promoveu suas ações por meio de diversos projetos, programas e eventos de extensão. Verificou-se ao longo do período analisado, a ampliação do escopo dessas ações, incluindo temas como turismo, agricultura familiar e grupos em situação de vulnerabilidade. Essa trajetória mostra o compromisso da instituição em relação às práticas interdisciplinares e com a promoção de uma economia mais justa e inclusiva.

Constatou-se também que a área temática da extensão com maior número de cadastros foi a área de Trabalho. É importante ressaltar, que essa área engloba temas como a reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho; e cooperação interinstitucional na área.

Referente ao número de ações de extensão cadastradas no SIGProj por modalidade, verificou-se que 50% são da modalidade de projetos, seguido da de eventos, com 38% e, por fim, em terceiro lugar a da modalidade de programas, com 12%.

Quanto ao público atendido nas ações, verificou-se um total de 12.003 pessoas atendidas, sendo que a maior parte do público esteve vinculada à modalidade programas. Em relação ao público-alvo das ações mapeadas, foram identificados alguns grupos sociais, com destaque para os empreendimentos solidários, artesãos, agricultores e assentados da reforma agrária, os quais se mostraram mais recorrentes nas iniciativas analisadas. Demonstrando, assim, que boa parte das ações de extensão relacionadas a ELOS Incubadora foram voltadas para

o atendimento dos segmentos de grupos sociais vulneráveis, contribuindo, assim, para uma efetiva transformação social.

No que se refere à atuação da ELOS Incubadora da UEMS nos municípios, verificou-se que o município de Dourados concentra o maior número de ações de extensão, destacando-se de forma expressiva em relação aos demais analisados. Observou-se também, a presença de outros municípios do entorno, como Aquidauana, Bonito Caarapó, Glória de Dourados, Itaporã, Fátima do Sul, Jardim Jatei, Juti, Naviraí, Maracaju, Ponta Porã, Rio Brilhante e Vicentina, o que indica o alcance geográfico das ações analisadas. Desta forma, considerando os empreendimentos solidários incubados, as ações (programas, projetos e eventos) cadastradas e assessoradas pela ELOS - Incubadora, desde sua criação, constata-se que a ELOS desempenha um papel essencial e colabora de forma efetiva com as ações voltadas para a Economia Solidária, que vão além do suporte técnico e administrativo, promovendo também a formação cidadã e o fortalecimento da autogestão dos empreendimentos incubados.

Quanto às limitações da pesquisa, um ponto a ser mencionado diz respeito aos dados sobre Economia Solidária, pois observou-se a existência de uma lacuna, em razão do período em que a Economia Solidária passou por um processo de enfraquecimento e descontinuidade das ações. Assim os órgãos oficiais não dispõem de dados atualizados.

De modo geral, este estudo possibilitou identificar e compreender as contribuições da Elos Incubadora de Tecnologias Sociais no âmbito da Economia Solidária, a partir das ações de extensão desenvolvidas e dos empreendimentos incubados. Observou-se que a atuação da Incubadora tem favorecido o fortalecimento de práticas de autogestão e o

estímulo à organização coletiva, com um olhar para os grupos mais vulneráveis.

Além desses aspectos, ressalta-se que a ELOS Incubadora também tem exercido um papel estratégico na articulação entre universidades, poder público e sociedade civil. Essa intermediação tem possibilitado a criação de redes de conhecimento e a ampliação das oportunidades de cooperação técnica e acadêmica, fortalecendo a integração entre diferentes atores sociais. Nesse sentido, a incubadora ELOS se consolida como um espaço de produção de conhecimento aplicado, contribuindo de forma efetiva com as ações voltadas para a Economia Solidária.

Outra questão, relevante diz respeito à diversificação das ações promovidas pela incubadora ELOS, que não se restringem à capacitação técnica, mas incluem iniciativas voltadas à educação cidadã, ao empoderamento de grupos socialmente vulneráveis e à promoção de direitos sociais. Essas ações demonstram que a ELOS atua de maneira integrada como suporte administrativo, como promotora de transformações sociais, capazes de fomentar a autonomia e a autogestão dos empreendimentos solidários.

Por fim, recomenda-se a realização de novas pesquisas sobre essa temática em diferentes recortes territoriais, de modo a aprofundar a compreensão sobre suas dinâmicas e especificidades. Tal iniciativa mostra-se pertinente, sobretudo diante da relevância social e econômica das ações analisadas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Brasília, DF: MEC, 2018.

BERTUCCI, J. O. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. 2005. Dissertação (Mestrado em [área não informada]) - [Instituição não informada], Belo Horizonte, 2005.

CULTI, M. N. **Economia solidária: incubadoras universitárias e processo educativo**. Revista Proposta, Rio de Janeiro, ano 31, n. 111, jan./mar. 2007.

CULTI, M. N.; KOYAMA, M. A. H.; TRINDADE, M. **Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Extensão universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. (Coleção Extensão Universitária, v. 6).

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Plano nacional de extensão universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária, v. 1).

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus: UFSC, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 1 out. 2024.

GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. **Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 35, n. 103, 2020. DOI: [não informado].

GUIMARÃES, G. T. D.; MACIEL, C.; EIDELWEIN, K. Transformações no mundo do trabalho, economia solidária e sua relação com incubadoras sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007.

LAMBERTI, E.; VIEIRA, R. M. Experiências extensionistas em território fronteiriço. In: OLIVEIRA, S. A. et al. (org.). **Relatos de experiências sobre a extensão universitária em instituições estaduais e municipais de ensino superior do Brasil.** São João da Boa Vista: UNIFAE, 2023.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. Economia solidária. In: GAIGER, L. et al. (org.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009.

LISBOA, A. de Melo. Os desafios da economia popular solidária. **Revista Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 35, n. 111, p. 47-62, jul./ago. 2000. (Série Cooperativismo, n. 48), 2000.

MELO, N. A. Economia solidária, desenvolvimento local e sustentável: novos paradigmas do desenvolvimento econômico? **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 39, v. 2, p. 3-23, jul./dez. 2017.

MISSIO, F. J.; VIEIRA, R. M.; MACHADO, E. M. (orgs.). **Renda, (des)emprego e economia popular solidária: experiências e novos desafios.** Dourados: UEMS, 2011.

REZENDE, G. M.; BOEIRA, S. L. A construção do conhecimento sobre gestão na incubação de cooperativas populares: uma análise à luz das representações sociais e das tensões. In: **IV Colóquio internacional de epistemologia e sociologia da ciência da administração**, 4., 2014, Florianópolis-SC. 2014.

SILVA, L. I. P. **Economia, finanças solidárias e desenvolvimento local: a atuação do Banco Pirê em Dourados (2006-2016)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2017.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (org.). **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Cortez, 2000.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS (SIGProj). **Perfil**. Disponível em: <https://sigproj.uems.br/admin/admin.php>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SOUZA, N. C. **A extensão universitária como promotora de desenvolvimento: análise da extensão na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. Câmara de Ensino. **Deliberação CE/CEPE/UEMS nº309/2020, de 30 de abril de 2020**. Aprova o regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Dourados: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2020. Disponível em: <https://www.uems.br/anexos/download/22644>. Acesso em: 06 mar. 2025. cesso em: 5 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução CEPE-UEMS nº 2.555, de 16 de dezembro de 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.uems.br/pro-reitoria/proec/DIVISAO-DE-EXTENSAO/Normas-da-Extensao>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução CEPE-UEMS nº 2.558, de 16 de dezembro de 2022.** 2022. Disponível em: <https://www.uems.br/pro-reitoria/proec/DIVISAO-DE-EXTENSAO/Setor-de-Incubadoras-e-Empresas-Juniores/Incubadora>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução COUNI-UEMS nº 227, de 29 de novembro de 2002.** Dourados: Conselho Universitário, 2002. Disponível em: <https://www.uems.br/assessoria/ailen/Legislacao-Institucional-UEMS>. Acesso em: 23 abr. 2025.

ÍNDICE REMISSIVO

Cidades inteligentes: 82, 245, 246, 247, 268, 270, 271, 273, 312

Ciência: 1, 4, 6, 8, 9, 11, 27, 37, 39, 42, 45, 46, 47, 49, 55, 61, 67, 69, 71, 77, 78, 79, 80, 81, 92, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 160, 164, 165, 166, 167, 236, 238, 243, 244, 245, 247, 248, 250, 252, 261, 269, 272, 273, 308, 313, 315, 317

Desenvolvimento local: 6, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 87, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 142, 190, 198, 242, 243, 253, 262, 266, 268, 276, 301, 308, 309, 314

Desenvolvimento Regional: 1, 4, 6, 7, 8, 21, 68, 74, 76, 91, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 242, 243, 250, 251, 252, 256, 268, 269, 270, 271, 272, 309, 312, 313, 314, 315, 317

Economia criativa: 5, 15, 19, 20, 21, 22, 24, 31, 35, 36, 40, 41, 83, 244, 265

Economia solidária: 10, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 289, 291, 292, 293, 294, 296, 298, 300, 302, 303, 305, 306, 307, 308, 309, 314

Empreendedorismo: 5, 18, 21, 27, 37, 39, 73, 74, 80, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 100, 256, 265, 267, 270, 283, 295, 315

Empreendimentos: 12, 17, 24, 74, 81, 82, 83, 84, 86, 99, 101, 248, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310

Experiências: 7, 44, 90, 99, 106, 149, 172, 174, 178, 181, 183, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 209, 251, 281, 288, 294, 296, 303, 307, 308

Extensão universitária: 12, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310

Fronteiras: 5, 7, 13, 17, 18, 19, 20, 26, 27, 28, 42, 87, 144, 212, 231, 236, 238, 242, 285

Hospitalidade: 9, 12, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 313, 314

Incubadoras: 60, 62, 72, 74, 80, 101, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 285, 288, 293, 294, 301, 302, 303, 307, 308, 309, 310

Inovação: 1, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 19, 20, 21, 22, 27, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 47, 48, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 139, 173, 188, 196, 197, 198, 199, 219, 236, 242, 244, 245, 248, 255, 256, 260, 261, 267, 269, 270, 291, 294, 313, 314, 315

Intersetorialidade: 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 236

ODS: 10, 12, 41, 43, 97, 98, 102, 173, 184, 186, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246, 259, 260, 271, 312

ODS 3: 10, 211, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 259, 260

Políticas públicas: 5, 6, 12, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 35, 45, 47, 61, 91, 93, 98, 101, 112, 118, 140, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 215, 216, 221, 224, 229, 233, 234, 235, 236, 240, 241, 247, 252, 258, 259, 261, 263, 265, 269, 272, 304, 312, 313

Ponta Porã: 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 28, 38, 39, 40, 42, 43, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 111, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 133, 136, 137, 141, 142, 143, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 288, 289, 295, 296, 300, 301, 302, 303, 305, 309, 315, 316

Território: 1, 5, 6, 7, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 32, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 80, 100, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 126, 137, 139, 172, 173, 190, 197, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 248, 251, 252, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 269, 270, 276, 308, 312

Transferência de tecnologia: 6, 8, 11, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 86, 87, 156, 315



SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Ana Carolina Vieira

Bacharel em Direito, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS), bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Pesquisa temas relacionados com cidades inteligentes, direito digital e desenvolvimento regional. E-mail: anacarol91001@hotmail.com

Bianca Barbosa

Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Dourados. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Internacional (Pibexin/UEMS). Realizou mobilidade internacional junto a Universidade Autónoma do Estado do México. Membro do grupo de pesquisa GESTHOS. E-mail: biancarmybarbosa@gmail.com.

Bruna Pereira Alves da Silva

Graduada em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado). Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Atua como docente no ensino superior e desenvolve atividades relacionadas à gestão de políticas públicas de saúde, esporte e lazer, com foco em território, Agenda 2030 e ODS. E-mail: brubsb99@gmail.com

Claudemira Tereza Assunção

Economista. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS), bolsista junto ao Programa Institucional de Bolsas de apoio à Pós Graduação (Pibap/UEMS). Pesquisa temas relacionados com a transferência de conhecimento, projetos e práticas de extensão. E-mail: kakauneves21@gmail.com

Damaris Quiñonez de Souza

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UEMS) com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq). E-mail: damaris.q.souza@gmail.com

Dores Cristina Grechi

Turismóloga. Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Doutora em Economia do Desenvolvimento. Professora e pesquisadora efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Membro Fundador e Colaborador do Centro de Investigação, desenvolvimento e Inovação em Turismo - CITUR (polo Brasil). Pesquisadora dos temas hospitalidade, políticas públicas e governança. Membro do grupo de pesquisa em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade GESTHOS (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9166676557819419>). Tem experiência na área de Turismo em planejamento e gestão de instâncias de governança. E-mail: cgrechi@uems.br

Eliana Lamberti

Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional. Doutora em Economia do Desenvolvimento. Professora titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Atua em temas como desenvolvimento regional, inovação, parques tecnológicos e integração fronteiriça. Coordenadora de projetos com fomento da FUNDECT. Integrante dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS/UEMS: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9166676557819419), Organizações, Governo e Sociedade (OGS/UEMS: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8728537042988195) e Laboratório de Pesquisa em Inovação e Transferência de Tecnologia - LABin/UFGD (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2618353362022935). E-mail: eliana@uems.br

Fábio Miguel Gonçalves da Costa

Contador. Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor efetivo da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Pesquisador nas áreas de governança, sustentabilidade e contabilidade aplicada ao desenvolvimento local. Integrante dos grupos de pesquisa: Estruturas de Governança e Sustentabilidade (EGS) - UEMS e Laboratório Socioambiental: Contabilidade, Desenvolvimento Local e Economia Solidária - UFPR. E-mail: fabiomgcosta@uems.br

Gabriela Vitória da Silva Ambrosio

Engenheira de Produção pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com experiência em capacitação de equipes de vendas, análise e construção de projetos, além da prospecção de clientes. Atualmente, está vinculada em projeto de pesquisa voltado para o desenvolvimento de tecnologias no campo. E-mail: gabriela.ambrosio497@academico.ufgd.edu.br

Iasmin Dariz Cunha

Economista. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS), bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: iasmindarizcunha@gmail.com

João Evanio Borba Caetano

Bacharel em Ciências Econômicas (UEMS), especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior, mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS) e doutorando em Geografia (UFGD). Atua na gestão pública municipal de Ponta Porã. E-mail: johncaetano13@gmail.com

Luan Carlos Santos Silva

Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da UFGD. Pós-doutor em inovação e transferência de tecnologia. Doutor em Engenharia de Produção (UFRGS). Atua em pesquisa sobre inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia. E-mail: luancarlos@ufgd.edu.br

Luana Suely Dias Ferreira

Contadora pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UEMS). E-mail: luanasuelidias@gmail.com

Marcelino Castillo Nechar

Es Licenciado en Turismo y Maestro en Investigación Turística por la U.A.E.M. Igualmente, Especialista en Estrategias Psicopedagógicas, por la Universidad Lasalle. Es Doctor en Ciencias Políticas y Sociales por el CIDHEM de Morelos. Tiene un posdoctorado en Ciencias Jurídicas y Económicas del Turismo por la Universidad Europea Miguel de Cervantes, de España. Coordinador del Centro de Investigación y Estudios Turísticos (CIETUR) de la UAEMex; Desde 1987 es profesor investigador de Tiempo Completo (PTC) de la Facultad de Turismo y Gastronomía de la U.A.E.M. Como PTC imparte docencia y dirige tesis en los distintos niveles de la universidad (licenciatura, especialidad, maestría y doctorado). E-mail: marcanec62@hotmail.com

Marcia Dantas

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS). E-mail: marciadantas@uems.br

Mateus Maciel Ribas

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UEMS). E-mail: mateusmacielribas5@gmail.com

Paula Alesxandra Consalter Campos

Advogada. Mestre em Direito Tributário (IBET). Especialista em Direito Tributário, Direito Público e Direito Processual Civil. Atua na gestão pública municipal junto à Secretaria Municipal de Comunicação e Governo de Ponta Porã. E-mail: paula@eduardocampos.adv.br

Rosele Marques Vieira

Economista, mestre em Engenharia de Produção e doutorado em Economia (com ênfase em Economia do Desenvolvimento). Professora efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em desenvolvimento. Atuando principalmente nos seguintes temas: mercado de trabalho, desenvolvimento e crescimento econômico, desenvolvimento regional/local, estudos fronteiriços, métodos de análise regional (estrutural-diferencial e medidas regionais). Líder do Grupo de Pesquisa Crescimento Econômico e Desenvolvimento Regional. Membro do Grupo de Pesquisa de Estudo de Disparidades Socioeconômicas-GEDAIS. Tem experiência em coordenação/colaboração de projetos de pesquisa e extensão com financiamento externo. E-mail: rosele@uems.br

Rosenery Loureiro Lourenço

Contadora, mestre em Contabilidade e doutora em Ciências Contábeis. Professora efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e desde 2018 está Diretora de Relações Internacionais (DRI-UEMS). Membro da Câmara de Internacionalização da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade Gerencial, atuando principalmente nos seguintes temas: contabilidade e controle gerencial, governança e gestão pública, educação pública, Internacionalização no ensino superior, abordagens interpretativas e críticas de pesquisa. Líder do grupo de Pesquisa Organizações, Governo e Sociedade (OGS): dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8728537042988195. E-mail: rosenery@uems.br